



Márcia Barbosa
Prática *Aclassista*
O uso da palavra Social no âmbito da Arquitectura

UMinho | 2019

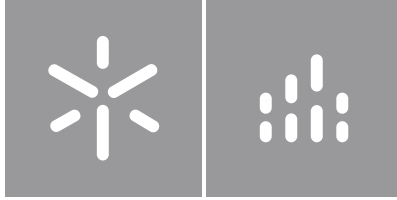


Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

Márcia Andreia Costa Barbosa

Prática *Aclassista*
O uso da palavra Social no âmbito da Arquitectura

outubro de 2019



Universidade do Minho

Escola de Arquitectura

Márcia Andreia Costa Barbosa

Prática Aclassista

O uso da palavra Social no âmbito da Arquitectura

Dissertação de Mestrado
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitectura
Área de Cultura Arquitectónica

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Pedro Jorge Monteiro Bandeira

Declaração

Nome. Márcia Andreia Costa Barbosa

Endereço electrónico. marcia_barbosa9@hotmail.com

Telefone. 911912098

Número de Identificação Civil. 15010345

Título da dissertação. *Prática Aclassista*

O uso da palavra Social no âmbito da Arquitectura

Orientador. Professor Doutor Pedro Jorge Monteiro Bandeira

Ano de conclusão. 2019

Designação do Mestrado. Mestrado em Arquitectura

Área de Especialização. Cultura Arquitectónica

Direitos de autor e Condições de utilização do trabalho por terceiros.

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho.



Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual
CC BY-NC-SA

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Universidade do Minho, 31 de Outubro de 2019

Assinatura.

Agradecimentos

Começo por agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Arquitecto Pedro Bandeira por ter aceite desde logo orientar a minha investigação, ainda numa fase embrionária e incerta, por todo o apoio e pelas preciosas sugestões e conversas ao longo de todo o processo.

À minha família, agradeço o apoio, incentivo e compreensão demonstrados ao longo do meu percurso académico.

À Manuela Oliveira, pela inestimável amizade, paciência e motivação que me transmitiu ao longo destes anos, por ouvir os meus desabafos nas viagens, pelas brincadeiras, risos, choros e birras, pelo apoio e força dada nos momentos de incerteza e de cansaço e por todos os momentos que passámos juntas, onde partilhámos angústias, alegrias e sonhos.

À Ana Ramôa, pela sua amizade e quietude, por todas as conversas de apoio, por compreender as ausências, por acreditar sempre em mim e por me lembrar que eu consigo atingir os meus objectivos, mesmo nos momentos mais difíceis.

À Alegria, ao Medo e à Repulsa, um agradecimento especial.

E por último, mas não menos importante, ao meu namorado e arquitecto João Machado, por todo o amor e compreensão, que foi e continua a ser um enorme companheiro, e que esteve presente desde o meu primeiro dia de faculdade, que me confortou todos os medos e receios de um curso por descobrir, que me amparou as quedas e que esteve ao meu lado em todos os momentos de sorrisos e lágrimas, até à entrega desta dissertação e conclusão desta etapa, valorizando sempre o meu trabalho e que nunca me deixou desistir ou deixar de acreditar que era possível, sendo que sem ele, nada disto faria sentido.

“Foi o tempo que dedicastes à tua rosa que a fez tão importante”

Antoine de Saint-Exupéry

Declaração

Declaração de Integridade.

Declaro ter actuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 31 de Outubro de 2019

Assinatura.

Resumo

Prática Aclassista

O uso da palavra Social no âmbito da Arquitectura

Esta dissertação tem como objecto de estudo o uso do aposto 'Social' no campo da Arquitectura, no contexto europeu e português. Conduz uma análise para compreender a origem da, comumente chamada, 'Habitação Social', dos diversos termos e conceitos que a habitação foi tendo, e a evolução, tanto da arquitectura como das terminologias, nos dois contextos, desde os Bairros Operários até ao momento actual.

Por o conceito habitação social, à partida, ser sinónimo de exclusão social, são questionadas as práticas que fazem com que este fenómeno aconteça, como a localização, o 'tipo' de arquitectura, as classes que a habitam e até mesmo os conceitos associados a estas casas.

A primeira demonstração em resolver o problema da habitação para as classes baixas apareceu no século XIX, com a Revolução Industrial. Em Portugal, com o atraso da industrialização, esta preocupação também se deu mais tarde, com a construção de Ilhas, Pátios e Vilas, mas com poucas condições de salubridade, e é a partir do Estado Novo, que as políticas de habitação assumem um papel mais activo.

Na dissertação, é aprofundado o estudo dos rótulos europeus e argumentos portugueses, e das práticas *aclassistas* e das que fomentam a segregação, das habitações de promoção pública. E, após uma análise das práticas das iniciativas estudadas, é perceptível que as habitações se tornam vulneráveis às distinções (terminológicas e físicas) da arquitectura, que estão em constante mutação, e que afectam o que cada um define como casa. Esta abordagem implica alterações no modo de ver, pensar e criar arquitectura, para garantir equidade entre classes e impõe um pensamento *aclassista* na sociedade e no arquitecto.

Palavras-chave

Aclassista | Arquitectura | Casa | Habitação | Social | Sociedade

Abstract

Aclassista Practice

The use of the word Social in the field of Architecture

This dissertation has as the object of study the use of the Social apposite in the field of architecture, in the European and Portuguese context. It conducts an analysis to understand the origin of, commonly called, 'Social housing', of the several terms and concepts that housing has been having, and the evolution of architecture and terminologies in both contexts, from the Working-class Neighborhood to the current moment.

At the outset, the concept of social housing is synonym of social exclusion, so the practices that make this phenomenon happen, such as localization, the 'type' of architecture, the classes that inhabit it and even the concepts associated with these houses, are questioned.

The first demonstration in resolving the housing problem for lower classes appeared in the XIX century, with the Industrial Revolution. In Portugal, with the delay of industrialization, this concern also occurred later, with the construction of Ilhas, Pátios and Vilas, but with few conditions of salubrity, and it is from the Estado Novo, that housing policies assume a more active role.

In the dissertation, the study of the European labels and Portuguese arguments, and the *aclassista* (classless) practices and those that promote segregation of public promotion dwellings, is deepened. And, after an analysis of the studied initiatives practices, it is visible that the dwellings become vulnerable to the differentiations (terminological and physical) of the architecture, which are constantly changing, and affect what each defines as a home. This approach implies changes in the way of seeing, thinking and creating architecture, to ensure equity between classes and imposes an *aclassista* thought in society and the architect.

Keywords

Aclassista | Architecture | Home | Dwelling | Social | Society

Índice

Resumo	v
Abstract	vii
Introdução	11
Problemas, Termos e Conceitos	17
Glossário	19
Tema e Problemática	25
Uso da palavra Social	29
Panorama Geral: Europa	31
Rótulos	33
Arquitectura de Causas	37
Revolução Industrial	41
Bairro Operário	45
Primeira Grande Guerra	61
Habitação a Custos Controlados	65
Segunda Guerra Mundial	83
Habitação Pública	87
Panorama Particular: Portugal	105
Argumentos	107
Arquitectura de Consequências	111
Implantação da República	115
Casas Económicas	121
Estado Novo	125
Casas Económicas	129
Fundo de Fomento da Habitação (FFH)	141
Revolução dos Cravos de 25 de Abril	145
Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL)	149
Resultados e Interpretações	183
Síntese	185
Conclusão	211
Bibliografia	217

Introdução

“O habitante, são ou louco, é quem há-de definir a sua própria vida dentro de casa, a fim de aí formar um lar. Na criação de construção de qualquer espaço doméstico (...) devemos realçar que o objectivo, a essência final de toda a orquestração de experiências e esforço é o futuro habitante. Porém, o habitante é não apenas o destinatário final, mas também, e acima de tudo, aquele que tomará posse da casa, manipulando-a e utilizando-a, por forma a adequá-la ao seu modo de vida e a dotar de significado.”

Gustau Gili Galfetti

A arquitectura, que deve acompanhar e responder às necessidades do tempo e do local onde se insere, está inevitavelmente em mutação e consequentemente, não admite definições fixas ou permanentes, nem modelos lineares. É utópico tentar definir-lhe apenas um campo de acção, pois mesmo sendo considerada uma arte, esta responde a problemas físicos e sociais, e o seu desenho representa e altera as cidades e o mundo, mas principalmente a vida das pessoas.

Independentemente de ser do domínio público ou privado, tem de responder a questões da sociedade, reflectir sobre as necessidades a resolver e adequar as suas formas de resposta às cidades e sociedade onde intervém. É, portanto, uma disciplina assente em carências, necessidades e problemas sociais, que têm de ser respondidos de diferentes formas, pois representam diferentes desafios. E as respostas para os problemas da sociedade, no caso a questão da habitação, têm de ser dadas através de um comportamento atento à realidade, onde têm de ser desempenhados, em simultâneo, os papéis arquitectónicos (físicos), políticos, económicos e sociais. O arquitecto tem de assumir um compromisso social, reestabelecer a conexão (perdida) entre o ele e o utilizador, através de uma arquitectura estruturada pela sociedade, e

desempenhar o seu papel, que para além de criador, de gestor de recursos. Afirma Frank Gehry:

“Que escolha eu tenho? (...) Eu não me sinto onnipotente, portanto eu não posso e não assumirei a tarefa de resolver todos os problemas do mundo com um pequeno edifício.”¹

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

A constante falta de recursos económicos de uma grande fatia da população, a partir da Revolução Industrial, fez com que se começasse a pensar na promoção de habitação por parte de entidades privadas, mas apenas para uma pequena parte da população, no entanto, a partir da Primeira Grande Guerra, foi o Estado a avançar com políticas de promoção pública de habitação para todos aqueles que dela necessitassem. Contudo, o que inicialmente se afirmavam como propostas para resolver o problema da habitação, na maioria dos casos originaram situações problemáticas de segregação e exclusão social. Estes fenómenos dão-se devido a vários factores, pela segregação territorial, pois a sua implantação confina as pessoas com as mesmas dificuldades económicas aos mesmos territórios, separados e afastados das pessoas com recursos económicos mais elevados, pelas diferenças arquitectónicas e materiais visíveis nos projectos de arquitectura, como por exemplo, pouca qualidade construtiva e desenho diferenciado, e pela atribuição de um termo específico ao ‘tipo’ de arquitectura, como por exemplo o conceito ‘Habitação Social’.

O uso da palavra Social, como apostado para o tema da habitação, surge no século XX baseado na ambição que os programas políticos tinham em resolver as questões e problemas sociais através da arquitectura. Mas ao longo dos quase dois séculos que antecederam o aparecimento

¹ Frank Gehry cit. por Elizabeth Venant, “GRAND DESIGNS: Frank Gehry, Prophet of ‘Cheapskate’ Architecture, Makes a Bid for Permanence”. Los Angeles Times, 1987. Tradução Livre da Autora. No original “*What choice do I have? (...) I don’t feel omnipotent, so I can’t and won’t take on the task of solving all the world’s problems with one little building.*”

deste conceito já eram associadas denominações distintivas às habitações construídas para as classes economicamente mais desfavorecidas. Mas, apesar da 'habitação social' ser uma resposta aos problemas da sociedade, a arquitectura pertence sempre à sociedade onde se insere, e por consequência é sempre social, no entanto apenas a arquitectura para a população de classe baixa é assim considerada.

Em português ou mesmo em inglês, não existe nenhuma palavra que defina a "ausência de discriminação baseada na classe social", os italianos foram por assim dizer, os revolucionários nesta definição com a palavra *Aclassista*, e devido à força que esta palavra possuiu pela sua importância é associada à Prática arquitectónica como título desta dissertação.

Posto isto, surgem três questões que servem de mote para esta investigação, primeiramente, qual a origem e história do termo 'Habitação Social', da sua conotação e derivações e/ou antecedentes, em termos sociais, políticos, geográficos e arquitectónicos? Logo depois, de que modo é que a criação de separações e diferentes conceitos para a arquitectura e para a habitação propiciam o acto de segregação e exclusão por parte da sociedade e se influenciam como os arquitectos encaram a prática da arquitectura? E de seguida, se o uso da palavra Social fosse descontinuado na arquitectura para a classe baixa, e implementada uma prática *aclassista*, que mudanças e repercussões ocorreriam na arquitectura, na sociedade e na cidade?

Mostra-se, deste modo, pertinente a investigação sobre o uso da palavra Social (termo mais generalizado e vastamente divulgado) no âmbito da arquitectura e se os rótulos recorrentemente associados à arquitectura e habitação para as pessoas economicamente mais vulneráveis são responsáveis ou promovem a segregação social, que se sente em relação a esta temática.

MOTIVAÇÃO E OBJECTIVOS

Pretende-se, então, com esta investigação analisar a história da arquitectura focando no sentido das palavras associadas e indagar a conotação do termo 'arquitECTURA social' dentro dos campos sociais e arquitectónicos, definindo os períodos e contextos geográficos e políticos, através dos modos de construir arquitectura, desde os bairros operários até ao que chamamos actualmente habitação social, e quais são as implicações da sua utilização.

Tenciona-se reconhecer os rótulos associados à arquitectura para a classe baixa e caracterizar e relacionar as causas que originam este fenómeno e as consequências implicadas na sociedade, na cidade e nas pessoas.

Considerando que ao conceito 'arquitECTURA social' está vinculado exclusão social, procura-se estudar os factores que fazem com que este fenómeno aconteça. A investigação explora a relação entre os termos arquitectura e social, quais os principais factores que levam à necessidade da sua adaptação ao longo da História, promove a dissociação entre a prática da arquitectura e o uso da palavra social e estabelece a ligação entre a tentativa de resolução do problema da arquitectura para a classe baixa e o termo associado, relacionando a aniquilação do termo atribuído e a coexistência com o mesmo.

Pretende-se também entender a relação intrínseca entre a utilização da palavra social e a actual realidade, para compreender a influência que o termo 'arquitECTURA social' teve e tem no âmbito da arquitectura, tanto na prática do arquitecto como no pensamento da sociedade e mostrando as (actuais) implicações da segregação e exclusão provocada pelo uso do termo.

E por último, esta investigação visa expor e estabelecer a importância do pensamento, e de uma prática, *aclassista* tanto pela sociedade como pelo arquitecto.

ESTRUTURA E CONTEÚDOS

Esta investigação aborda o tema da habitação, e parte do geral para o particular, em duas fases, primeiro no contexto geográfico europeu para entender a relação entre os acontecimentos políticos, sociais e arquitectónicos e os rótulos atribuídos à arquitectura, focando-se nas mais influentes, e reconhecidas, iniciativas e políticas de promoção (pública) de habitação da Europa, desde a Revolução Industrial. Na segunda fase, no contexto nacional, são estudadas as consequências e a relação entre os acontecimentos e os argumentos construídos em Portugal, até aos dias de hoje. Após a definição dos contextos é estabelecida uma relação entre a análise das iniciativas de promoção de habitação e a sua variação terminológica e conceitos associados às diferentes habitações construídas. E por último são explanadas as práticas *aclassistas* desenvolvidas tanto na Europa como em Portugal. A determinação destas práticas foi feita através dos impactos positivos que as mesmas trouxeram para o fortalecimento da relação entre as pessoas, a arquitectura (casa e arquitecto), o urbanismo, a cidade e a sociedade.

A dissertação está dividida em quatro partes principais ou capítulos, uma de reconhecimento e caracterização, duas de desenvolvimento e uma de análise e comparação de resultados.

Apresenta inicialmente um tópico de 'Introdução' onde se apresenta o tema geral, o problema de investigação, os objectivos e a estrutura do trabalho.

No primeiro capítulo, '**Problemas, Termos e Conceitos**', e tendo em consideração o que são as ideias-chave desta dissertação, faz-se um glossário com citações e definições relevantes à temática desta investigação, umas de autores de diversas áreas de trabalho e outras mais correntes apresentadas em dicionários. De seguida faz-se uma apresentação do 'Tema e Problemática' e também o reconhecimento do 'Uso da Palavra Social'.

No segundo capítulo, **‘Panorama Geral: Europa’** faz-se uma abordagem teórica entre ‘Arquitectura de Causas’, as iniciativas de promoção de habitação para população de classes baixas e os eventos e acontecimentos que provocaram a sua criação, e os ‘Rótulos’ que as casas construídas sob estas iniciativas foram adquirindo ao longo do tempo, a partir do contexto europeu.

No terceiro capítulo, **‘Panorama Geral: Portugal’**, faz-se uma abordagem teórica ao contexto sociopolítico da ‘Arquitectura de Consequências’, políticas portuguesas de promoção pública de habitação, e definem-se os ‘Argumentos’ utilizados para substituir as denominações europeias, com base na leitura da publicação, do IHRU (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana), ‘Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018’, na tentativa de dissociar a prática da arquitectura da palavra ‘social’ tão presente nos discursos políticos, dos arquitectos e da sociedade.

No quarto e último capítulo da dissertação, **‘Resultados e Interpretações’**, é apresentada a ‘Síntese’, onde se mostra, em tom de comparação, as diversas iniciativas analisadas ao longo dos dois capítulos anteriores e se sintetiza as práticas *aclassistas* que combatem a problemática desta investigação. De seguida é apresentada a ‘Conclusão’, na qual se expõe as considerações finais e aprendizagens e alguns apontamentos para trabalhos futuros.

Por último encontra-se um tópico de ‘Bibliografia’ com as referências de apoio utilizadas ao longo da escrita da presente dissertação.

Problemas, Termos e Conceitos

“A primeira dificuldade substancial do programa estava já no próprio nome: *habitação social*, como se se tratasse de uma especialidade autónoma. A habitação é uma presença constante na cidade e é sempre social.”

Álvaro Siza Vieira

Glossário

Aclassismo

Ausência de discriminação baseada na classe social.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa

Aclassista

Sem classes sociais.

Dicionário Infopédia de Italiano - Português

Arquitecto(a)

Pessoa que tem como profissão idealizar e projectar edifícios ou espaços arquitectónicos, podendo também dirigir a sua construção.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa

“O arquitecto, pela sua profissão, é, por excelência um criador de formas, um organizador do espaço; mas as formas que cria, os espaços que organiza, mantendo relações com a circunstância, criam circunstância e havendo na acção do arquitecto possibilidade de escolher, possibilidade de selecção, há fatalmente drama. Porque ele cria circunstância – positiva ou negativa – a sua acção pode ser benéfica ou maléfica e daí que as suas decisões não podem ser tomadas com leviandade ou em face de uma visão parcial dos problemas ou por atitude egoísta de pura e simples satisfação pessoal.”

Arquitecto Fernando Távora

Arquitectura

Arte de construção que trata simultaneamente os aspectos funcionais, construtivos e estéticos dos edifícios e construções.

Organização dos espaços que exprimem e induzem a realização plural das relações humanas. [SOCIOLOGIA]

Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa

“A investigação das maneiras possíveis de organizar o ambiente construído, desde os objectos de uso até à cidade e ao território.”

Arquitecto e Historiador Leonardo Benevolo

“Arquitectura é uma perigosa mistura de omnipresença e impotência. Extensivamente envolvida em dar forma ao mundo, para mobilizar seus pensamentos os arquitectos dependem das provocações dos outros – clientes, individuais ou institucionais. Portanto incoerência, ou mais precisamente, aleatoriedade, é subjacente à estrutura da carreira de todos os arquitectos: eles são confrontados com uma sequência arbitrária de demandas, com parâmetros que eles não estabelecem, em países que pouco conhecem, sobre assuntos que eles vagamente dominam, com a expectativa de que eles resolvam problemas que já se mostraram intratáveis para cérebros vastamente superiores aos deles. Arquitectura, por definição, é uma aventura caótica.”

Rem Koolhaas

Casa

Nome genérico de todas as construções destinadas a habitação.

Local de habitação - Domicílio, Lar, Morada, Residência

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa

“Uma casa não é casa se não for quente no Inverno, fresca no Verão, serena em cada estação para acolher, em harmoniosos espaços, a

família. Uma casa não é casa se não tiver um canto para ler poesia, uma cama, uma banheira, uma cozinha.”

Arquitecto Ernesto Nathan Rogers

“A casa é uma ligação que se cria com a ideia de habitabilidade. É feita pela pessoa, mas também pelo espaço, pela mobilidade e facilidade de circulação, pelas divisões, pela luz, pela possibilidade de se adicionar espaço extra.”

Arquitecta Anne Lacaton

Cidade

Povoação que corresponde a uma categoria administrativa, geralmente caracterizada por um número elevado de habitantes, por elevada densidade populacional e por determinadas infraestruturas, cuja maioria da população trabalha na indústria ou nos serviços.

Vida urbana, por oposição à vida no campo.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa

“Definição empírica da cidade – o conjunto de artefactos introduzidos pelo Homem numa porção do ambiente natural, desde aqueles, à escala humana (...) até àqueles, numa escala mais ampla (...) – e não se preocupa com a heterogeneidade das experiências desencadeadas.

Definição cultural da cidade, isto é, parte de uma organização das experiências em sectores pré-estabelecidos e reconhece na cidade a projecção externa de cada um dos sectores, que revela apenas as suas variações internas.”

Arquitecto e Historiador Leonardo Benevolo

“A cidade é a tentativa mais bem-sucedida do homem de refazer o mundo em que vive mais de acordo com o desejo do seu coração. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, ela é o mundo em que ele é condenado a viver daqui em diante. Assim, indirectamente, e sem qualquer senso claro da natureza da sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refaz-se.”²

Geógrafo David Harvey

Habitação

Acto ou efeito de habitar, de residir ou viver em lugar ou casa onde se habita, residência, domicílio.

Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa

Habitação Social

Casa ou conjunto de casas destinadas a pessoas de poucos recursos económicos, construídas com fins sociais e não lucrativos.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa

“Aquela que é apropriada para as necessidades de uma série de famílias de renda baixa e moderada; e preços para que os agregados familiares possam satisfazer outros custos essenciais de vida básica.”³

Doutor em Economia e Escritor Peter Abelson

“Habitação a custos controlados promovida com apoio financeiro do Estado, nomeadamente pelas Câmaras Municipais, Cooperativas de

² Tradução livre da Autora. No original *“The city is man’s most successful attempt to remake the world he lives in more after his heart’s desire. But, if the city is the world which man created, it is the world in which he is henceforth condemned to live. Thus, indirectly, and without any clear sense of the nature of his task, in making the city man has remade himself.”*

³ Tradução livre da Autora. No original *“As one that is appropriate for the needs of a range of low and moderate income households; and priced so that households are able to meet other essential basic living costs.”*

Habitação, Empresas Privadas e Instituições Particulares de Solidariedade Social, destinadas à venda ou arrendamento e as que obedecem aos limites de área bruta, custo de construção e preços de venda fixados.”

Sociólogo Eduardo Vilaça

Social

Que diz respeito à sociedade.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa

“Ocorrência de regulação entre os membros de uma espécie”

Psicóloga Ana M. A. Carvalho

Sociedade

Reunião de pessoas unidas pela origem ou por leis.

União de pessoas ligadas por ideias ou por algum interesse comum.

Conjunto de pessoas da mesma esfera.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa

“Estrutura formada pelos grupos principais, ligados entre si, considerados como uma unidade e participando todos de uma cultura comum.”

Escritor Richard Osborne

Tema e Problemática

“Nós, enquanto pessoas, temos uma forte necessidade de categorizar tudo. Nós pomos rótulos em tudo e isto é uma necessidade totalmente compreensível porque nós somos animais e precisamos de entender a ordem e onde nos encaixar.”⁴

Armin van Buuren

A arquitectura para a classe baixa é denominada de arquitectura social e é tratada como uma especialidade autónoma. Apesar da arquitectura ser “uma instância da sociedade onde se insere”⁵ e, segundo Siza Vieira, “uma presença constante na cidade”⁶ sendo “sempre social”⁷, não é assim encarada, mas com diferenciação. Ao assumir um conceito distinto é lidada como uma forma de inclusão social na sociedade onde já está inserida.

Apesar de actualmente o uso da palavra social associada à arquitectura aparecer como uma tendência, na realidade, fica demonstrado ao longo da história, que as denominações foram sofrendo alterações devido ao seu contexto político e social, manifestando a necessidade ou vontade do ser humano de categorizar.

O arquitecto Rogério de Azevedo⁸ considera que a arquitectura divide-se em dois tipos, a monumental, desenho de edifícios públicos e traçado de cidades e a doméstica, questão da habitação, sendo que esta ficava em 2º plano, por não ser tão ‘desafiante’. Este pensamento associado à necessidade de habitações resultante da Revolução Industrial ganhou outra natureza, menosprezando a arquitectura para as classes mais

⁴ Armin van Buuren cit. por PICTUREQUOTES, 2019. Tradução livre da autora. No original: “We, as people, we have a strong need to categorize everything. We put labels on everything and it’s a totally understandable need because we are animals and we need to understand order and where to fit in.”

⁵ Mario Kruger, “A arte da investigação em arquitectura”. ecdj, impactum Coimbra University Press, 2001, P. 18.

⁶ Álvaro Siza, *Imaginar a Evidência*. Lisboa: Edições 70, 1998, P. 107.

⁷ *Ibid.* P. 107.

⁸ Rogério de Azevedo, “A arquitetura no plano social”. In José Manuel Rodrigues, *Teoria e Crítica de Arquitectura - Século XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2010.

baixas, que passa assim, a ter um termo específico associado, 'arquitectura social'.

A evolução destes termos associados à prática da arquitectura, levaram inadvertidamente a pensamentos de exclusão, na sociedade e no arquitecto, originando concepções periféricas e segregadas na cidade e na sociedade, pois segundo Ricardo Lopes:

“A conotação do edificado a ideias ou factos específicos pode contribuir para o reforço da sua ligação relativamente à população. Contudo, caso esses aspectos sejam negativos, poderá gerar o efeito oposto, estimulando a sua segregação.”⁹

Os governos, o sector político, definem que a habitação para as classes baixas deve ter um conjunto de políticas fixas, como se o problema fosse sempre o mesmo, e que estas devem ser aplicadas para um local específico. Sendo que esta sectorização faz com que a arquitectura se torne numa “categoria abstracta — definida somente em termos das patologias dos indivíduos que precisam de assistência e dirigida na forma de pagamento aos proprietários. Neste caso, o sítio é uma categoria de indivíduos separados de suas conexões com a comunidade.”¹⁰

Na área das Ciências Sociais foram feitas algumas investigações sobre esta temática, investigando tanto a questão da participação da população no desenho de arquitectura, mas também os impactos provocados por este desenho (participativo ou não), mostrando a importância da relação entre as pessoas e o seu espaço, como por exemplo no IV Congresso Português de Sociologia, onde Nuno Miguel Augusto afirma:

“No contexto dos novos tipos de exclusão, marcadamente mais ligados à componente social e colectiva, à quebra dos laços sociais e à reforçada importância atribuída à exclusão subjectiva (ou sentimento de exclusão), a construção de bairros sociais

⁹ Ricardo Nogueira de Sousa Lopes, *Aprender com os erros: Os modelos urbanísticos dos bairros de habitação social em Portugal pós 25 de Abril de 1974*. Sintra, 2011. P.78.

¹⁰ Equipo Editorial, “Antipadrões da habitação social na América Latina”. ArchDaily Brasil, 2019.

continua a demonstrar especificidades fragilizadoras da inserção e meramente integradoras. (...) A capacidade para criar e manter comunidades coesas é, neste caso, fundamental, se entendermos que um dos principais laços de inserção se encontra exactamente nas filiações que o actor consegue estabelecer e manter junto destas comunidades. No entanto, os cenários traçados, pela habitação social, têm-se distanciado desta necessidade, demonstrando uma incapacidade sistemática para envolver os actores, subestimando a importância das comunidades e apostando claramente numa estratégia individualizada de “atribuição de fogos”. (...) A resposta a uma estratégia funcionalista e individualista de realojamento *familiar* acaba por ser a própria dissolução da comunidade e a aposta social e simbolicamente construída em torno da casa, como último reduto de identificação num mundo de *outros* que os actores recusam a assumir como *seu*.”¹¹

Mas também é muito recorrente a exploração desta temática através das (faltas de) políticas de habitação, como afirma Eduardo Vilaça, no texto ‘O “Estado da Habitação”: Medidas sem Política num País Adiado’, de 2001:

“Apesar de continuar a atingir as cidades, as vilas, outros centros urbanos e, essencialmente, milhares de famílias, a questão da habitação permanece no esquecimento das políticas públicas. Nem sequer se trata de falta de financiamentos. Trata-se, sim, de ausência de políticas, estratégias e planeamento. Trata-se de consensualizar medidas com os actores locais. Trata-se de dar eficácia institucional aos instrumentos criados.”¹²

¹¹ Nuno Miguel Augusto, “Habitação social – da intenção de inserção à ampliação da exclusão”. IV Congresso Português de Sociologia, 2017. PP. 17-18

¹² Eduardo Vilaça, “O “Estado da Habitação”: Medidas sem Política num País Adiado”. Revista Cidades-Comunidades e Territórios, 2001. P.83

No entanto, no campo da arquitectura, as abordagens que já foram apresentadas para a identificação das problemáticas da arquitectura “social”, quer apliquem a componente teórica ou a componente prática, exploram a problemática através do desenho urbano e de projecto, estudando apenas a arquitectura da habitação, e a sua colocação na cidade, mais precisamente nas periferias. Esta abordagem é visível em diversas dissertações de conclusão de curso e investigações, como a tese de doutoramento “Entre habitação e cidade - Lisboa, os projectos de promoção pública: 1910-2010” da arquitecta Filipa Serpa.

Uso da palavra Social

A palavra Social tem origem no termo *socialis* que significa o “que pertence ou que é relativo à sociedade”¹³, ou seja, social, e da combinação dos componentes léxicos *socius* que significa associação; sócio e o sufixo -al, relativo a.

O termo social promove um sentido de pertença perante a sociedade e prende-se com o modo de viver dos membros da mesma e a sua relação com os outros. Tendo em consideração que a sociedade está intrinsecamente ligada à cidade, a palavra social é apropriada para fazer referência a questões relacionadas tanto com a sociedade como com a cidade.

Com o estudo dos diferentes aspectos da vida e história do ser humano na sociedade, desenvolveram-se as ciências sociais e, tal como o nome indica, esta área dedicou-se também ao desenvolvimento do uso da palavra social. Este adjectivo é usado para criar diferentes conceitos, em diversos campos, tanto dentro das ciências sociais, tais como, história, filosofia, sociologia, antropologia, psicologia e ciências políticas, como fora, na área da arquitectura.

Das ciências sociais surgiram termos como história social, estados sociais, classes sociais, mobilidade social, desigualdade social, exclusão e inclusão social, serviço social, vulnerabilidade social, psicologia social, responsabilidade social, temas sociais, entre outros. Enquanto que no campo da arquitectura, o conceito mais destacado é habitação social.

Frequentemente a palavra social é associada a outros conceitos para definir, mais facilmente, uma problemática, ao invés de um tema, relacionada com a sociedade. E apesar de ser mais associada, quantitativamente, ao campo das Ciências Sociais, do que à Arquitectura, as questões sociais, ainda que estudadas por distintas

¹³ Conceito de Social. Conceito.de, 2011.

esferas de conhecimento, acabam por ser pensadas e analisadas, com base e a partir do âmbito, apenas, das ciências políticas e da arquitectura.

Mesmo que a Filosofia, defina e estude os estados sociais, com a intenção de corrigir as desigualdades sociais e económicas e a Sociologia, as classes sociais, estratificação em que um grupo de indivíduos compartilha uma mesma situação que o associa socioeconomicamente, a desigualdade social, quando a Renda Nacional¹⁴ é distribuída heterogeneamente na sociedade, e exclusão social, ostracização de uma pessoa ou grupo que esteja em situação desfavorável ou vulnerável em relação aos restantes indivíduos da sociedade, com o objectivo de tornar a sociedade equitativa, estas competências são sempre estudadas com o mesmo fim, uma resolução política e/ou arquitectónica, podendo passar pela responsabilidade social pública e privada, voluntariamente contribuir para uma sociedade mais justa, seja através de ajuda financeira ou de outro tipo, ou por políticas habitacionais, incluindo o apoio mais associado a esta questão, a dita “habitação social”, pensada de modo a prevenir e/ou resolver dificuldades de ordem social, através da habitação.

¹⁴ A Renda Nacional é a riqueza criada no país, quer em rendimentos primários como salários, juros, rendas e lucros de transferências correntes. Fonte: PORDATA 2019

Panorama Geral: Europa

“Hoje devemos pensar, no melhor dos casos, em função de uma casa e, talvez, pensar somente nela... Ante à crise económica, a nossa tarefa consiste em nos convertermos nos pioneiros da simplicidade, quer dizer, em encontrar uma forma simples para todas as necessidades da vida, uma forma que seja, ao mesmo tempo, respeitável e genuína.”

Oskar Schlemmer

Rótulos

“Eu não gosto da ideia de que o primeiro preparo quando se começa a projectar um edifício tenha de ser colocar o seu rótulo. Eu acho que isso não é justo. Não é justo para o edifício ou para as pessoas, ou para o cliente, porque cada edifício conta uma história diferente.”

Renzo Piano

Com o início da promoção de habitação, quer por entidades públicas, privadas ou filantrópicas, as habitações construídas, independentemente da sua época de construção ou das suas intenções sociais, foram diferenciadas através de algum tipo de categorização que as distinguiam das restantes habitações. Esta categorização levou a que cada uma das habitações fosse denominada com um termo específico, que as tornasse identificáveis perante a sociedade, criando rótulos diversos para um só conceito de arquitectura, casa.

A abordagem a cada um destes rótulos é feita com base no contexto europeu e nos grandes eventos e factos relevantes que de alguma forma se relacionam com a criação de instituições, programas, iniciativas e políticas de promoção de habitação. Os termos são apresentados, por ordem cronológica e são tratados individualmente, mas associados ao programa, iniciativa ou política que lhe deu nome e ao acontecimento mais significativo para a criação da respectiva promoção de habitação, tentando explorar as suas transições terminológicas.

No subcapítulo ‘Arquitectura de Causas’, a questão do problema da habitação para as classes mais debilitadas é exposta através das configurações que a promoção de habitação tomou ao ser influenciada pelas alterações políticas impostas para melhorar a situação social instável, provocada por diversos factores. Neste momento, a aproximação aos termos, que a arquitectura de habitação foi adquirindo, é feita demonstrando quais foram as suas influências e de que forma

estes rótulos transmitem alguma verdade ou se possuem algum valor de importância na sociedade, ou se apenas a arquitectura foi rotulada pela necessidade humana de categorizar ou com o objectivo de instigar diferenciação. Este assunto implica discussão e clarificação, na medida em que é transversal a todas as culturas, influenciando as tomadas de decisão nas intervenções de habitação e no modo como estas são vividas e vistas pelas pessoas que as habitam, pela sociedade e pelo arquitecto.

O termo mais comum associado à arquitectura de habitação pública é 'habitação social', mas este conceito surge pela primeira vez, quase 200 anos após a primeira grande acção de promoção de habitação. Inicialmente os termos dados às habitações derivavam da política em vigor ou do acontecimento que tinha provocado a necessidade da sua construção, como por exemplo as Habitações da Cooperativa, que representavam as casas construídas pelas Cooperativas de Habitação ou os Bairros Operários, que davam nome às novas 'microcidades' de casas para os operários fabris. O tratamento da habitação como uma problemática social sempre aconteceu ao longo destes dois séculos, sem a necessidade de posicionar a palavra social na denominação da arquitectura ou da habitação.

O primeiro país a atribuir à habitação um nome claramente distintivo e classificador foi França, com o termo '*Habitation à Bon Marché*', em português, Habitação a Bom Preço, seguido da Áustria com a Habitação a Baixo Custo, do CIAM II com a Habitação Mínima ou para o Nível Mínimo de Vida (*Existenzminimum*) e da Alemanha com a *Sozialwohnungen* (Habitação Social). Só após a Segunda Guerra Mundial um país denomina as suas habitações do que elas são, Casas. Itália com o seu programa INA-Casa, distingue-se do resto da Europa, tanto pela inovação do programa habitacional como pela sua arquitectura de habitação ser chamada, apenas, Casa.

Como seria de esperar não existiu uniformidade entre e sobre as políticas de habitação nos diversos países europeus, mas esta diversidade de

soluções (ou tentativas) para o problema comum, do número considerável de indivíduos e famílias que não tinham condições para obter uma habitação no mercado privado, acaba por ser benéfico pois permite que as iniciativas sejam revistas e adaptadas por outros países, influenciando diversas outras políticas. Afirmam Isabel Guerra, Dulce Moura e Teresa Costa Pinto¹⁵:

“De facto, o alojamento não é um bem como outro qualquer e lembrá-lo não é dizer uma evidência, dada a contradição entre o "dito e o feito". O "direito ao alojamento" está consagrado em quase todos os direitos nacionais ou universais.”¹⁶

Ainda que o objectivo comum das iniciativas de promoção pública de habitação seja o de provisionar casas acessíveis, os seus problemas, terminologias, rótulos, definições e arquitectura(s) variaram e variam nos seus diferentes contextos.

¹⁵ Catedrática de Sociologia do ISCTE. Investigadora-Coordenadora do CET; Socióloga. Investigadora do CET; Assistente de Sociologia do ISCTE. Investigadora do CET (Respectivamente)

¹⁶ I. Guerra, D. Moura e T. C. Pinto, “Políticas de Habitação - À procura de Novas Problemáticas”. Cidades-Comunidades e Território, 2001. P.54.

Arquitectura de Causas

“O aspecto mais saliente da história social deste período, ou seja, que faz a distinção dos anteriores, é precisamente o rápido crescimento da população. Porém, o aumento da população nada se deve a alterações na taxa de natalidade, que foi elevada, mas constante, nem ao afluxo de gente de outros países, visto que parte da população deixou o seu país para procurar vida no ultramar.”

Thomas S. Ashton

A habitação na actualidade é muito mais do que apenas um espaço e/ou lugar de residência, é o lugar onde coexistem as memórias, valores e relações dos e entre indivíduos. A habitação é um L(ugar) de tal importância que é protegida e considerada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição de muitos países, sendo honrada como um direito universal.

Este direito, mesmo antes de ser um direito declarado, começou por ser garantido através da aplicação de sucessivas acções que diversas entidades públicas e privadas foram executando. A Revolução Industrial, juntamente com o rápido aumento populacional veio criar as circunstâncias necessárias para a origem das primeiras habitações promovidas por entidades externas aos moradores.

A Revolução Industrial fez com que as cidades europeias tivessem um crescimento muito rápido, não pelo aumento de nascimentos ou pela chegada de estrangeiros, mas pela grande migração das populações do campo para as cidades. A partir deste acontecimento, diversos problemas começaram a aparecer, tais como, o aumento de doenças e acidentes de trabalho, devido às péssimas condições nas fábricas, uma maior concentração das rendas nas mãos dos proprietários das indústrias, um aumento significativo do êxodo rural, ou seja, migração de pessoas do campo para as cidades, provocado pela criação de

empregos nas zonas industriais na cidade e, conseqüentemente, a falta de habitação para a população com poucos recursos económicos.

Neste capítulo, o enquadramento histórico da, comumente chamada, ‘habitação social’ e das suas origens é feita a partir do contexto europeu e com base nas principais situações, mostrando os diferentes panoramas e acções tomadas, pelos diversos países europeus, tais como Holanda, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Áustria, destacando os primeiros a encarar e procurar soluções para o problema generalizado da habitação, estimulando a criação de políticas e programas de habitação na Europa.

O contexto europeu é estudado desde o aparecimento da primeira iniciativa de promoção de habitação para a população que não conseguia assegurar um lar “de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”¹⁷. Começa-se por abordar a Revolução Industrial, uma vez que este foi o primeiro acontecimento, significativo em toda a Europa, a trazer preocupações relativamente à habitação, e todos os sucessivos acontecimentos e iniciativas que de algum modo influenciaram os pensamentos e as práticas da arquitectura nos restantes países europeus. Afirma Ricardo Carvalho:

“Indissociável da história da construção da cidade, a habitação foi eleita como ferramenta do programa social e cultural de vários movimentos europeus. Foi também sinónimo de radicalização e desenvolvimento de reflexões teóricas, projectos e obras.”¹⁸

Os acontecimentos mais significativos, da promoção de habitação, foram a já referida Revolução Industrial, onde o aumento da população nas cidades cresceu exponencialmente, a 1ª Grande Guerra, na qual o

¹⁷ Artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa

¹⁸ Ricardo Carvalho, *A Cidade Social – Impasse. Desenvolvimento. Fragmento*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2016. P.43.

número da população permaneceu estável, mas ao mesmo tempo a reorganização da Europa causou grandes movimentos migratórios e transtornos demográficos, e a 2ª Guerra Mundial, onde a população urbana começou a exceder a população rural e os recém-chegados da guerra acabaram sem habitação, tendo consequências em toda a Europa. Consequentemente, diversos países começaram a implementar leis e programas para combater o problema generalizado da habitação, tendo mesmo alguns destes influenciado muitos outros países na tomada de decisões relativamente ao modo de resolver esta questão.

Os países mais influentes no pensamento da questão da (promoção de) habitação foram Inglaterra, França, Áustria, Itália e Alemanha, através da Cooperativa Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, Lei Siegfried, Viena Vermelha (*Rotes Wien*), a iniciativa Casa, *Istituto Nazionale della Assicurazione* (INA-Casa) e a Lei da Habitação I (*Wohnungsgesetz I*), respectivamente. Só no período entre guerras, por volta da Grande Depressão, é que se dá a primeira iniciativa por parte de arquitectos de diversos países para repensar o tema da “habitação para o mínimo nível de vida como ponto chave do novo pensamento progressista, a partir da solução de seus problemas técnicos, antes mesmo da redução de área”¹⁹.

¹⁹ Naiara Conceição Ferreira & Igor Queiroz, “CIAM II (Frankfurt-am-Main) – Die Wohnung für das Existenzminimum (Habitação para o mínimo nível de vida)”. Brasil: Cronologia do Pensamento Urbanístico.

Revolução Industrial

1760-1840

A Revolução Industrial representa uma época significativa e decisiva no desenvolvimento da sociedade porque acompanhou um conjunto de mudanças que aconteceram entre os séculos XVIII e XIX (1760-1840). As diferenças mais importantes foram as máquinas que automatizaram o trabalho que anteriormente era feito manualmente, a máquina a vapor, os novos processos de fabrico e de produção de produtos e de ferro e a ascensão do sistema fabril. Neste período, perante a estagnação do sector agrícola, os habitantes rurais migraram para as cidades à procura de trabalho e de melhores condições de vida.



Fig. 1 – Máquina a Vapor, local não identificado, s/d



Fig. 2 – Representação do Êxodo Rural, França, s/d



Fig. 3 – Interior de uma Fábrica Industrial, local não identificado, s/d

“Antes da Revolução (...), o fabrico era frequentemente feito nas casas das pessoas, usando ferramentas manuais ou máquinas básicas”²⁰. Com a industrialização e o uso de máquinas de produção em massa, as indústrias, principalmente de ferro e têxteis, e o progresso da máquina a vapor, que tiveram papéis fundamentais na Revolução Industrial, melhoraram os sistemas de transporte, comunicação e serviços bancários, gerando o “aumento do volume e da variedade de produtos manufacturados e um melhor padrão de vida para alguns, resultando também em condições de emprego e de vida muitas vezes sombrias para as classes pobres e trabalhadoras”²¹.

Apesar deste acontecimento ter trazido inúmeros benefícios e elevado o padrão de vida de muitos indivíduos, a vida da classe baixa e trabalhadora prosseguiu cheia de desafios e obstáculos. Os salários eram baixos e as condições de trabalho nem sempre eram as melhores e por vezes, eram até perigosas, sendo também comum empregar crianças para realizar determinadas tarefas nas fábricas.

²⁰ History.com Editors, “Industrial Revolution”. HISTORY, 2009. Tradução livre da Autora. No original “Prior to the Industrial (...), manufacturing was often done in people’s homes, using hand tools or basic machines.”

²¹ *Ibid.* Tradução livre da Autora. No original “While industrialization brought about an increased volume and variety of manufactured goods and an improved standard of living for some, it also resulted in often grim employment and living conditions for the poor and working classes.”

O país pioneiro que serviu de palco para a transição de uma sociedade sustentada na economia agrária para uma sociedade fundamentada na máquina foi a Grã-Bretanha, com maior incidência em Inglaterra, devido à existência de factores culturais, físicos e sociais favoráveis. Inglaterra tinha condições naturais benéficas à industrialização, por se tratar de uma ilha, possibilitando o envio de produtos para outros países através da sua costa. Para se entender a linha de evolução da industrialização na Europa há que ter em conta o caso Britânico, pois este funciona como modelo do desenvolvimento industrial quando analisado em conjunto com o que se estava a passar no resto do continente europeu.

Inglaterra acabou por ser o centro da revolução industrial por possuir inúmeras reservas de carvão mineral, a principal matéria-prima e fonte de energia para que a maquinaria industrial pudesse trabalhar. E ainda, a burguesia tinha capital e recursos mais que suficientes para a construção, abertura e financiamento de fábricas, para a compra de todas as máquinas e materiais necessários e para a contratação de operários.

Com a revolução a ser liderada pelas classes mais abastadas, com base no trabalho árduo e excessivo das classes com menos recursos, os ricos tornavam-se cada vez mais ricos e os trabalhadores continuavam com um estilo de vida precário devido aos ordenados baixos e onde muitos deles se encaminhavam para a pobreza, por estarem sem trabalho ao terem sido substituídos por máquinas.

Com o desenrolar da revolução, as cidades, áreas urbanas e industrializadas, eram incapazes de acompanhar o fluxo e número de trabalhadores que chegavam do campo, e não tinham condições para satisfazer as necessidades habitacionais que esta mudança exigia, gerando bairros degradados e conseqüentemente “habitações inadequadas e sobrelotadas e em condições de vida poluídas e

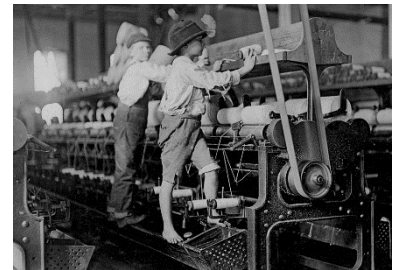


Fig. 4 – Representação do Trabalho infantil no interior de uma fábrica, local não identificado, s/d



Fig. 5 – Elevado número de operários junto de uma máquina a vapor, América, s/d



Fig. 6 – Habitações precárias dos Operários, Inglaterra, s/d

insalubres, nas quais a doença era excessiva”²². Este fenómeno acabou por agravar e fazer manifestar os problemas urbanos já existentes.

As condições de trabalho da classe proletária começaram a melhorar, quando o governo Britânico estabeleceu reformas trabalhistas e os trabalhadores passaram a ter direitos. A industrialização disseminou-se gradualmente de Inglaterra para o resto da Europa, para países como França e Alemanha, e em meados do século XIX, a indústria já se tinha estabelecido praticamente por toda a Europa.

Perante esta época de mudança, que implicou transformações, em toda a Europa, não só, industriais, mas também intelectuais e sociais, surgem novas profissões, e o proletariado, de forma penosa, ganha o sustento da família nas fábricas, procurando estabilidade económica.

A partir da Revolução Industrial, os limites das cidades dissolveram-se muito rapidamente no território circundante às fábricas, assumindo um processo acelerado de urbanização por causa da necessidade de habitação para os novos trabalhadores, vindos do campo para trabalhar nas fábricas, formando pequenas novas cidades e bairros ao redor das fábricas, surgindo assim, uma nova forma de moradia, instantânea e autoconstruída, os alojamentos para os operários.



Fig. 7 – Habitações dos Operários nas proximidades das Fábricas, Inglaterra, s/d



Fig. 8 – Habitações dos Operários nas proximidades das Fábricas, Birmingham, Inglaterra, s/d

Como as condições habitacionais destes alojamentos eram extremamente precárias, começaram a surgir políticas públicas e iniciativas privadas, agora destinadas não a resolver problemas laborais, mas sim, questões de saúde, higiene e conforto relacionadas às moradias. Estas acções acabaram por se tratar de uma forma dos empregadores assumirem a sua responsabilidade sobre os trabalhadores, para garantir o bem-estar, mas também para controlar e tirar vantagens, pois um operário que vivesse num certo nível de

²² History.com Editors, "Industrial Revolution". HISTORY, 2009. Tradução livre da Autora. No original "(...) resulting in inadequate, overcrowded housing and polluted, unsanitary living conditions in which disease was rampant."

conforto, conseguiria maior descanso do corpo e ao mesmo tempo aumentar a sua produtividade na fábrica.

Para resolver os problemas das casas, ou muitas vezes, a falta delas, foi projectado um modelo urbano, de fácil assimilação, tendo a fábrica como centro e as habitações no espaço circundante. Estes bairros que se iam formando são comumente conhecidos como Bairros Operários. As primeiras vilas e cidades operárias começaram a ser construídas em 1825 em Inglaterra, e logo após em França, em 1826, a *Société Industrielle de Mulhouse*, para uma pequena percentagem de trabalhadores.

A Revolução Industrial foi o primeiro grande acontecimento a fazer com que fossem desenvolvidos programas e políticas de habitação para uma pequena fatia da população, a classe trabalhadora, que não conseguia pagar pelas condições mínimas de uma casa para si e para a sua família.

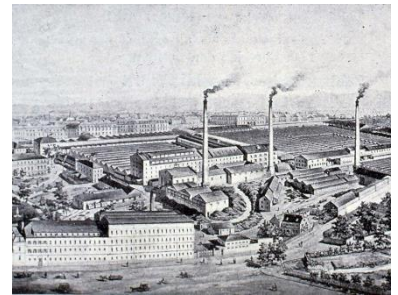


Fig. 9 – Société Industrielle de Mulhouse, França, s/d

Bairro Operário

O primeiro grande e conhecido conceito dado à arquitetura habitacional nasceu na Revolução Industrial, com a iniciativa proposta de construção de pequenos núcleos de habitações, para alojar a nova classe, a classe trabalhadora ou o proletariado, os Bairros Operários.

Um bairro operário era um conjunto planeado de habitações, destinadas aos operários das indústrias, maioritariamente nas principais cidades onde a indústria emergia. Estes bairros eram locais, em que total ou parcialmente, todas as habitações e restantes espaços eram propriedade de uma só indústria, que era também a entidade patronal. A companhia industrial dava acesso, para além da habitação, à igreja, escolas, hospitais, transporte e diversos outros serviços, com a intenção de controlar todas as esferas da vida dos seus operários, fornecendo locais de residência salubres e localizados nos arredores das fábricas, próximos dos postos de trabalho, mas relativamente distantes dos grandes centros urbanos, para que os trabalhadores não acessem tão facilmente a outras fábricas e/ou propriedades. Tinham como base um modelo complexo urbano, com a fábrica no centro, na posição de principal formador, e as habitações e restantes infra-estruturas nas imediações.

Estes núcleos de habitações adquirem o nome de Bairros Operários, no original *Working-class Neighborhood*, cuja tradução literal seria Bairro da Classe Trabalhadora, por serem grandes conjuntos habitacionais, relativamente independentes e auto-suficientes, destinados apenas a operários fabris. Esta denominação é dada desde a primeira construção pelos proprietários das fábricas, que se orgulhavam da atitude social que estavam a ter para com os seus trabalhadores.

Os primeiros Bairros Operários a serem construídos, mesmo sendo produzidos pelas entidades empregadoras e tendo melhores condições de higiene do que os 'abrigo' autoconstruídos, não tinham o mínimo de conforto necessário à vida das famílias, pois eram casas muito simples,



Fig. 10 - Conjunto de habitações para operários, Inglaterra, 1875

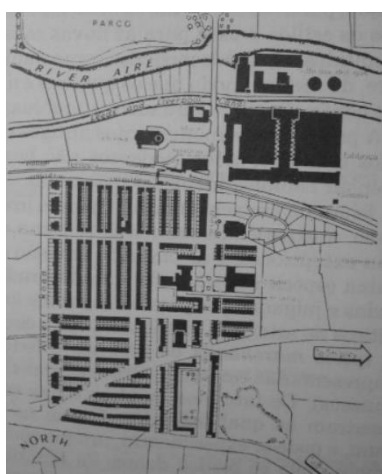


Fig. 11 - Plano de um Bairro Operário, Inglaterra, 1875

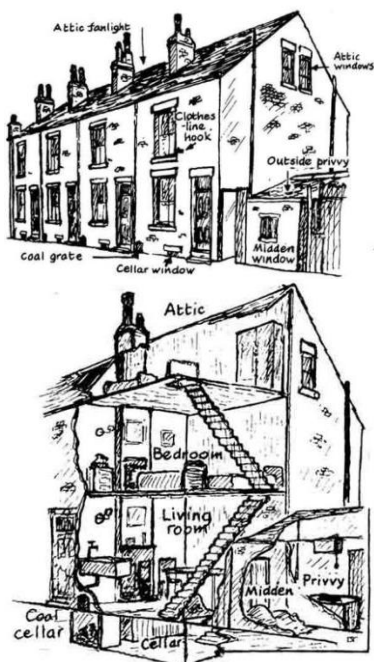


Fig. 12 - Esquema de uma habitação operária

com um espaço de comer, um de lavar e outro de dormir e eram implantadas em territórios densos, devido ao máximo aproveitamento do espaço para a construção, e por não existirem espaços livres ou verdes, quer no interior ou exterior das habitações.

A construção destes novos núcleos habitacionais exigiu variadas operações, como saneamento público, alargamento e desenho de novas ruas, gerando a renovação e reestruturação dos centros urbanos ao invés das novas áreas. E de forma não explícita, começou a instituir-se a segregação das classes sociais nas cidades. Os mais ‘pobres’ estavam isolados nas cidades satélites e conjuntos periféricos, que eram os bairros operários, e os ‘ricos’ permaneciam nos modernizados centros das cidades. As cidades ficaram socialmente distintas fisicamente, onde cada espaço ou zona correspondia a uma classe.

As grandes entidades fabris alegavam defender a unidade, ou seja, a comunidade como um todo, mas deixou de ser possível ignorar a multiplicidade de factores sociais que atestavam esta repetição de objectos em série, que tal como acontecia nas fábricas passou para as habitações e para os bairros, tinha um ponto de vista igualitário, não no sentido convencional de igualdade entre todos os indivíduos, mas no sentido em que os empregadores não distinguiam os operários uns dos outros.

Um grande e bem-sucedido exemplo de uma vila operária foi o Familistério de Godin, em Guise, França. Jean-Baptiste Godin²³, um industrial francês, tinha preocupações sociais muito vincadas e acreditava que os trabalhadores também deveriam possuir direitos e melhores qualidades de vida, pois nos primeiros trinta anos da sua vida tinha sido trabalhador rural em Picardia. Em 1859, Godin tinha duas fábricas industriais e riqueza suficiente, que lhe deram a oportunidade de sustentar os seus ideais sociais e providenciar aos seus operários um

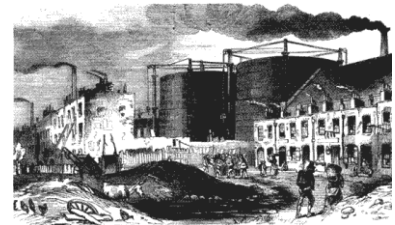


Fig. 13 – Ambiente poluído junto de uma fábrica, Inglaterra, séc. XIX

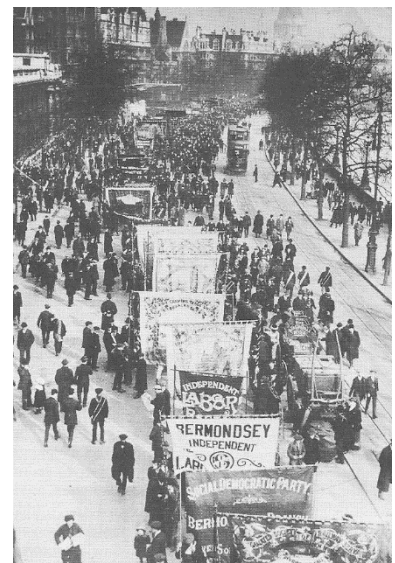


Fig. 14 – Manifestação de trabalhadores em Londres, exigindo melhores condições de vida, séc. XVIII

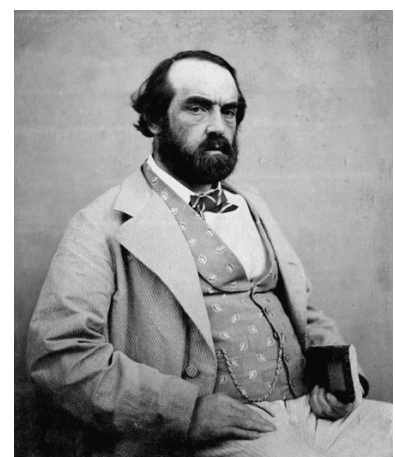


Fig. 15 – Jean-Baptiste André Godin

²³ Jean-Baptiste André Godin (1817-1888) foi um autodidacta francês, industrial, escritor e teórico político e reformista social. Em 1835, com dezoito anos, patenteia a sua primeira invenção, um aquecedor de ferro fundido, que posteriormente deu origem ao fogão Godin produzido em série.



Fig. 16 – Perspectiva do Falanstério de Fourier

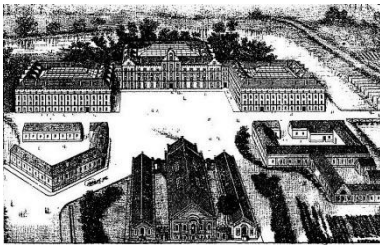


Fig. 17 – Perspectiva do Familistério de Godin, Guise, 1859

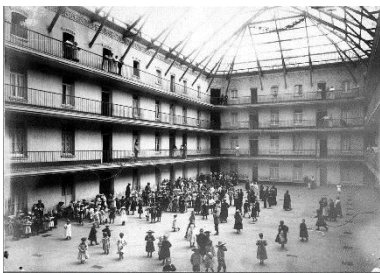


Fig. 18 – Pátio do Familistério de Godin, Guise, 1859.



Fig. 19 – Esquema da hierarquia de organização de um bairro operário

novo modelo de trabalho e de habitação que fugisse à escassez e precariedade da classe trabalhadora. Neste mesmo ano, comprou cerca de dezoito hectares de terreno e mandou construir um complexo habitacional independente inspirado no Falanstério de Charles Fourier²⁴, o Familistério de Godin em Guise.

O Familistério consistia em três grandes edifícios residenciais quadrados com quatro andares, onde cada um formava um pátio interior coberto com uma clarabóia de vidro. Esta zona coberta servia como um espaço para as crianças brincarem no ‘exterior’ sem necessidade de saírem à rua. Neste modelo arquitectónico e social, para além das habitações, existiam também um teatro, piscina, escola, lojas²⁵ e outras instalações para os moradores/operários, a curta distância da fábrica onde trabalhavam.

Apesar das diversas tentativas de resolver os problemas habitacionais e sociais do proletariado que estavam a acontecer, principalmente em Inglaterra e França, a hierarquia que existia no interior das fábricas era mantida nas áreas residenciais, a fábrica ao centro que simbolizava a entidade patronal, a segunda posição eram casas mais avantajadas, que se distinguiam das restantes, e que representavam, e alojavam, os mestres e os serviços públicos e por último as casas pequenas que se repetiam em grande quantidade espelhavam a vida e trabalho do proletariado.

A criação de princípios de divisão social, ultrapassaram o ambiente fabril e para além de se materializarem no espaço, deram uma nova forma à arquitectura fazendo com que se tornasse no mais duradouro testemunho do panorama do distanciamento socioeconómico através da história.

²⁴ O Falanstério era um conjunto de edifícios que definiam uma comunidade com base numa organização harmónica e descentralizada com construções residenciais e programas comunitários com grandes áreas livres. Este conceito foi fundado por Charles Fourier (1772-1837), um filósofo e socialista francês.

²⁵ Posteriormente, em 1880, foi fundada a Sociedade do Familistério de Guise, onde os trabalhadores eram accionistas e os serviços públicos do Familistério passaram a funcionar segundo os ideais do movimento cooperativo.

Cooperativa Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, Inglaterra | 1844

Com o panorama da Revolução Industrial, alguns trabalhadores, que viviam em Rochdale-Manchester, descontentes com as condições de trabalho (ou falta dele) e das suas casas, pois os programas de habitação ainda eram escassos, uniram-se para conseguir abrir o seu próprio negócio de compra e venda de mercadorias, na tentativa de melhorarem os seus modos de vida. Como as tentativas de associativismo e formação de Cooperativas até este momento, tinham sido todas fracassadas, 28 operários, na sua maioria tecelões e desempregados, a meio do ano de 1844 criam os 'Princípios de Rochdale' e decidem reunir um capital inicial de 28£, através do contributo de 1£ por associado, para construir uma Cooperativa funcional e frutífera. Mas como, desde a primeira cooperativa na Holanda em 1808, “todas as cooperativas foram um desastre”²⁶ e nenhuma tinha conseguido atingir sucesso, acabou por haver desistências e pedidos de reembolso, mesmo antes da abertura da loja. E os atacadistas²⁷ que não acreditavam na credibilidade do negócio, negavam a possibilidade de parceria, ficando assim a Cooperativa sem produtos em *stock* obrigando os trabalhadores a fazer duas viagens de três horas cada, de Rochdale a Manchester e vice-versa, com apenas um carrinho de mão, para comprarem o máximo de produtos que conseguissem, com o objectivo de estabelecer uma estrutura utilitária e equitativa.



Fig. 20 – Fotografia dos Pioneiros e fundadores da Cooperativa de Rochdale, 1844



Fig. 21 – Captura de ecrã do filme 'Os Pioneiros de Rochdale' no momento da viagem a Manchester

No final do mesmo ano, a sociedade dos Pioneiros de Rochdale, abriu uma loja física de venda de produtos alimentares, com apenas manteiga, açúcar, farinha, aveia e algumas velas, pois não conseguiram suportar a despesa da electricidade, fundando assim a primeira Cooperativa a conseguir pagar o dividendo, que passou a ser o modelo para as sociedades cooperativas em todo o mundo. Alguns meses depois,

²⁶ J.S.Papenbrock, *The Rochdale Pioneers*. Reino Unido: The British Youth Film Academy, 2012, min. 11:36.

²⁷ Atacadista é um distribuidor que vende os seus produtos em grandes quantidades, fazendo o comprador beneficiar de preços menores do que se efectuasse a compra em menores quantidades.

conseguiram expandir a variedade de produtos, oferecendo artigos de alta qualidade a preços acessíveis.

Os Pioneiros de Rochdale acabaram por conseguir definir uma nova forma de pensar a relação entre o indivíduo, o trabalho e o desenvolvimento social, de uma forma socialmente igualitária. Todos os membros da cooperativa concordavam que mereciam uma vida melhor e queriam uma sociedade aberta e sem discriminação, e tudo o que precisavam era de uma pessoa que visse para além do preconceito, para os ajudar a levantar capital com a loja e reinvestir o que sobrasse em moradia e produção cooperativa²⁸, para “melhorar não só as condições financeiras, mas também as condições sociais”²⁹. O grande feito da cooperativa foi ter estabelecido um estatuto social que defendia “normas igualitárias e democráticas para a constituição, manutenção e expansão de uma cooperativa de trabalhadores”³⁰.

A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, em Inglaterra, também foi a primeira cooperativa bem-sucedida a produzir habitação para os trabalhadores, servindo de modelo para todas as cooperativas trabalhistas e de habitação que a sucederam. Tanto as cooperativas destinadas a fracassar, como as sociedades e acções que estavam em vigor no resto da Europa, adoptaram os princípios de Rochdale como forma de garantir prosperidade nos programas de ajuda à construção de habitação operária.

²⁸ J.S.Papenbrock, *The Rochdale Pioneers*. Reino Unido: The British Youth Film Academy, 2012, min. 11:51 – 21:29.

²⁹ *Ibid.* min. 21:37.

³⁰ “Os Pioneiros de Rochdale”. Portal do Cooperativismo Financeiro, 2016

Habitação de Cooperativa (Cooperativa de Habitação)

Após a criação de um novo tipo de arquitectura, ou de um novo modo de olhar para ela, a denominação das iniciativas e dos programas de promoção de habitação, como se viu anteriormente, deixou de ser suficiente e a própria arquitectura da casa adquiriu designações. Um termo que surge associado à atribuição de habitações é a Cooperativa de Habitação, e apesar de à primeira vista aparecer apenas como um modo de se identificar a iniciativa em causa, as casas construídas passaram a ser chamadas de Habitações de Cooperativa.

Como se pode associar ao que foi dito anteriormente, uma Habitação de Cooperativa foi o nome dado, pelos indivíduos externos à cooperativa, às casas atribuídas aos membros da respectiva cooperativa. Estas cooperativas de habitação eram entidades legais que possuíam imóveis ou que através dos lucros gerados pelo seus negócios construíam ou compravam habitações dignas para que estas pudessem ser facilmente cedidas aos seus membros e trabalhadores que não as podiam comprar ou pagar por conta própria. Uma cooperativa de habitação, que inicialmente era um sector de uma cooperativa de consumo, geralmente e tal como a Cooperativa-Mãe, era uma empresa sem fins lucrativos, onde a receita obtida para a construção ou aquisição de novas habitações provinha das rendas pagas pelos seus residentes. Com a grande procura de habitações por parte dos membros das cooperativas de consumo, o sector da habitação acabou por gerar um novo tipo de cooperativismo, o de habitação, o que fez com que agora o público-alvo deixasse de ser apenas os cooperativistas, mas também indivíduos e famílias trabalhadoras que se encontrassem em situações precárias e desfavorecidas.

Cada membro da cooperativa de habitação recebia o direito de residir numa unidade de habitação, independentemente da sua situação económica se a sua consciência assim o permitisse. Uma das vantagens e inovações que surgiu a partir daqui, foi a agregação de recursos de



Fig. 22 – Primeira loja da 1ª Cooperativa bem-sucedida, Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, na Rua Toad, 1844



Fig. 23 – Fotografia do conjunto de habitações, Hoffingergasse, promovido por uma cooperativa, s/d



Fig. 24 – Fotografia do conjunto de habitações, Hoffingergasse, promovido por uma cooperativa, s/d

todos os membros e moradores, fazendo diminuir o custo por habitação individual nos serviços e produtos, tornando a proposta mais proveitosa.

As cooperativas de habitação dividiam-se em duas vertentes, uma em que o direito de residência era sujeito a um contrato, semelhante a um arrendamento, e outra em que o direito de residência era concedido através de um contrato de compra. E dentro destes dois ramos, as propriedades dividiam-se igualmente em dois tipos de habitação, a propriedade individual e a colectiva, onde neste último caso, a propriedade poderia ser ocupada na totalidade por membros da cooperativa, indícios de ruptura da igualdade social entre moradores.

Do ponto de vista arquitectónico, as habitações eram construídas segundo dois modelos, um inspirado nos Bairros Operários, grande concentração de casas individuais ou edifícios plurifamiliares, e outro aproveitando ruínas e espaços degradados das cidades, encaixando habitações nos centros urbanos e periféricos. As construções tinham um sistema construtivo tradicional, mas sem grandes acabamentos, que realçava a diferença de qualidade, arquitectónica e social, entre habitações. Os membros das cooperativas de habitação eram os responsáveis por rever todos os princípios do cooperativismo, na compra ou construção de habitações de modo a garantirem que tanto, eles como proprietários terceiros, se estariam a mudar para comunidades administradas com os valores que os próprios gostariam de viver, mas ao trazer o conceito de comunidade dentro da sociedade existente acentuou a diferença entre as habitações 'comuns' da cidade e as 'habitações de cooperativa'.

Na prática, as cooperativas tratavam-se de associações de pessoas (indivíduo) que funcionavam como uma empresa colaborativa (sociedade). Baseavam-se nos valores da auto-ajuda, responsabilidade, igualdade e equidade e da democracia, na sua fundação, os valores éticos da responsabilidade social eram o princípio fundamental para fazer uma cooperativa funcionar honesta e eficazmente. Apesar dos



Fig. 25 – Fotografia do edifício Wohnungsgenossenschaft Riesa, construído em Gröba, Alemanha, pela Cooperativa e.G.m.b.H, 1908

princípios do cooperativismo não visarem o lucro, nada impedia a sua obtenção, e também não estava nas suas intenções provocar o excesso deliberado das receitas sobre as despesas, mas isso não significou que ao longo do tempo, as rendas pagas pelos membros fossem mais altas do que as despesas.

Aqui deu-se o início da ruptura entre as intenções e as concretizações, pois se o afastamento destas comunidades cooperativistas trouxe o desencanto e o olhar de revés da população externa às habitações das Cooperativas de Habitação, a desigualdade que se começou a instaurar entre os lucros e os investimentos conduziu a um olhar próprio negativo.

Como referido anteriormente, a questão da habitação começou por ser considerada apenas fora da esfera pública e construída por entidades privadas que alugavam as casas a preços que apenas poucos podiam suportar. Mas como a revolução industrial trouxe uma grande massa de trabalhadores para ficar permanentemente nas cidades, o problema da habitação acabou por afectar relações de mercado e por causar problemas aos empregadores. Com as diversas iniciativas e programas de moradia desenvolvidos pelas Cooperativas já em curso, as cidades começaram a oferecer através de instituições de assistência e caridade, um maior número de casas para a classe trabalhadora. No entanto, nos outros países, excluindo Inglaterra, ainda tinham soluções comparativamente instáveis, as habitações dos trabalhadores eram frequentemente degradadas e ideologicamente não deveriam ser mantidas essas condições de vida.



Fig. 26 – Armand de Melun. Fundador da Société d'Économie Charitable em França em 1847



Fig. 27 – Actual Logotipo da Société Nationale des Habitations à Bon Marché

Depois da epidemia de cólera em França, em 1832, que provocou mais de 10.000 mortes, os médicos alertaram para as desastrosas condições de insalubridade das habitações apertadas dos mais pobres. Estas circunstâncias deploráveis, apesar de terem gerado diversas iniciativas de caridade em todos os lugares para aliviar a miséria dos trabalhadores, foi insuficiente em relação às necessidades que existiam, por falta de uma verdadeira política de habitação.

Em França, com o impulso de vários filantropos, deu-se início a uma lei em 1850 na tentativa de resolver o ambiente nocivo das habitações, sendo que esta lei acabou por não surtir qualquer resultado, pois a população urbana francesa entre 1851 e 1911 passou de 9 milhões a 18 milhões de habitantes, evento que aumentou a escassez e salientou a falta de condições nas habitações e dificultou o início dos programas em vigor previstos na lei. Em 1889, realizou-se o primeiro Congresso de Habitação a Bom Preço (*Congrès international des Habitations à Bon Marché*) e foi criada a Sociedade Francesa de Habitação 'à Bon Marché',

substituindo o termo da habitação da classe trabalhadora das *Société Industrielle de Mulhouse* (Sociedade Industrial de Mulhouse), *Société d'Économie Charitable* (Sociedade d'Economia de Caridade) e *Société Mulhousienne des Cités Ouvrières* (Sociedade de Mulhouse das Cidades dos Trabalhadores).

O deputado e industrial francês Jules Siegfried, era um cidadão preocupado com as questões sociais. Fundador do primeiro conselho de saúde em França, promoveu a construção de conjuntos habitacionais, e cedeu propriedades com pequenas casas aos habitantes mais desfavorecidos.

Mas foi no seu papel de deputado que começou a estimular intervenções governamentais para promover casas. Em 30 de Novembro de 1894, leva a voto e institui uma lei com o seu nome, que promovia e incentivava a criação de organizações de habitação a baixo custo através de isenções fiscais e permitindo financiar programas habitacionais por meio de fundos de depósito, o que fez com que nascessem as fundações de construtores filantrópicos. Estes filantropos eram protestantes, banqueiros e industriais, e o objecto das suas intenções humanitárias e sociais era "mostrar a benevolência para as "classes inferiores" da sociedade afim de merecer o céu"³¹.

A lei Siegfried proporcionou aos municípios o financiamento de habitações a custo baixo e definiu preços dos alugueres e padrões de segurança, conforto e salubridade, mas o alvo destas habitações ainda era restrito, destinavam-se apenas "a pessoas que não possuem casa própria, especialmente para trabalhadores ou empregados que vivem do trabalho ou do salário"³². A moradia dos trabalhadores continuou a ser o principal objectivo, e só depois o alojamento das famílias numerosas.



Fig. 28 – Pintura de uma rua da Cidade dos Trabalhadores de Mulhouse, França, s/d



Fig. 29 – Jules Siegfried

³¹ "De la belle époque aux hbm". Seine-Saint-Denis tourisme. Tradução de Manuela Oliveira. No original: "l'objectif est de déployer la bienfaisance en direction des "classes inférieures" de la société" afin de mériter le ciel."

³² "Les grandes lois entre 1889 et 1914". Les HBM en Expos – Musée Virtuel du Logement Social. Tradução de Manuela Oliveira. No original: "à des personnes n'étant propriétaires d'aucune maison, notamment à des ouvriers ou employés vivant de leur travail ou de leur salaire"

Esta lei tornou-se na primeira grande e legítima acção pública e política na promoção de habitação para a população menos abastada, *Habitation à Bon Marché*, em França, e estabeleceu as bases para um sistema que continua em uso até aos dias de hoje, o livre financiamento de construção de casas para alugar a famílias de trabalhadores de baixa renda, em toda a Europa.

Portanto, no contexto da sua época, esta lei serviu de mote para repensar a questão focada no alojamento dos trabalhadores e beneficiou os novos pensamentos que fossem abrangentes a outras classes susceptíveis, para além dos operários e trabalhadores públicos, combinando factores económicos e sociais.

Este foi o feito mais importante até então, pois afectou todos os modelos de promoção de habitação para a classe trabalhadora em todo o continente europeu e manteve-se estável até a Primeira Grande Guerra.

Habitação ‘à Bon Marché’ (HBM)

Se os Bairros Operários e as Cooperativas de Habitação tiveram os seus centros iniciais em Inglaterra, por este ter sido o país onde a Revolução se iniciou e conseqüentemente o pioneiro na tentativa de resolução dos problemas habitacionais que esta trouxe, os princípios das *Habitation à Bon Marché*, em português Habitações a Bom Preço, foram desenvolvidos em França no esforço de amenizar os problemas sociais, relacionados à habitação, que se estavam a viver.

Do ponto de vista político, o estado abstinha-se de qualquer tipo de intervenção habitacional e foi através da acção de filantropos que nasceu a ideia da promoção de habitação, com a construção de moradias a ser feita, como dito anteriormente, com iniciativas privadas, tais como os proprietários fabris e industriais ou as cooperativas. Junto com os problemas gerais e epidemias associados aos anos pós-Revolução Industrial e pré 1ª Grande Guerra, houve uma revolta social por causa da falta de condições nas ou de habitações. E pela primeira vez, um governo, neste caso o francês, procura uma solução e a que encontrou foi a construção de habitações às quais o estado chamou de *Habitations à Bon Marché* (HBM), ou seja, casas com rendas económicas.

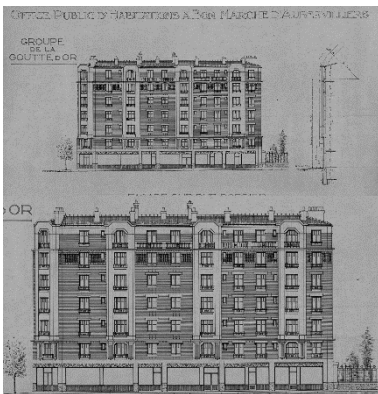


Fig. 30 – Desenhos do Alçado de um edifício HBM, Aubervilliers, França, s/d.



Fig. 31 – Esquema funcional de uma Habitation à Bon Marché

As HBM eram habitações com rendas direccionadas a famílias trabalhadoras numerosas, com dificuldades económicas ou para indivíduos que possuíssem algum tipo de incapacidade de sustento de uma moradia. A construção destas habitações para além de representarem um factor económico determinante para o país, garantia acima de tudo a estabilidade no controlo da sociedade. As moradias tinham o mínimo obrigatório de condições de saúde, como água potável, quartos de banho e cozinha próprios, mas o conforto ainda era visto como um bem dispensável.

As novas habitações apesar das melhorias que foram implementadas, também trouxeram um novo ‘aspecto’ à arquitectura, a materialidade foi um grande identificador, o tijolo laranja que foi usado de forma massiva

na sua construção. As primeiras HBM, apesar das suas intenções equitativas e socialmente igualitárias, foram construídas com materiais de muita má qualidade, que era reflectida das fachadas, deixando os edifícios com uma aparência confusa e de pouco valor, associando a classe trabalhadora e menos endinheirada a uma habitação de baixa qualidade.

A presença das habitações *à bon marché* na paisagem francesa tornou-se tão forte que a sociedade identificava-as imediatamente por serem de tijolo, frequentemente de seis andares, por aparentarem má qualidade construtiva e por se localizarem nas periferias das cidades, o que levou a que estas passassem a ser facilmente distinguidas das restantes habitações. Se nas intervenções referidas anteriormente deu-se início à diferenciação da arquitectura habitacional devido a factores ideológicos, centrados na ideia de comunidade e afastamento à cidade, aqui este distanciamento dá-se através destes factores mais o facto da estética dos edifícios ser distinta e a própria construção ser demasiado despojada, no sentido negativo.

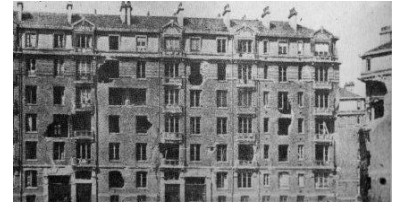


Fig. 32 – Fotografia de época de um edifício HBM, França, 1940



Fig. 33 – Edifício HBM construído na praça Dufourmantelle, França, data actual



Fig. 34 – Edifício HBM construído na praça Dufourmantelle, França, data actual

Primeira Grande Guerra

1914-1918

A Primeira Grande Guerra, mais conhecida por Primeira Guerra Mundial, foi uma guerra global, que envolveu as grandes potências de todo o mundo, com centro na Europa, com a duração de 4 anos (1914 – 1918).

Para além dos conflitos nas frentes de batalha, os eventos que aconteciam nos restantes locais das cidades eram igualmente tumultuosos, obrigando os países participantes a movimentar a totalidade dos seus recursos económicos e mão de obra para lutar na guerra. No final da guerra grandes domínios mundiais deixaram de existir, o império Alemão, o Russo, o Austro-Húngaro e o Otomano, devido a dois factores, ou porque perderam quantidades significativas de território ou porque foram totalmente reconstituídos, e o mapa da Europa central foi completamente redesenhado dando origem a vários novos países de áreas territoriais menores. Nesta altura é criada a Liga das Nações, actualmente chamada de Nações Unidas, para negociar um acordo de paz, na tentativa esperançosa de conseguir evitar outro conflito desta natureza, mas estes esforços acabaram por fracassar, devido ao facto da Liga não ter impedido a União Soviética de invadir a Finlândia, aumentando o patriotismo noutros países, provocando que vários membros da Liga das Nações se retirassem. As consequências da derrota Alemã e os problemas que surgiram com o Tratado de Versalhes³³, foram factores que contribuíram significativamente para o início da Segunda Guerra Mundial.

Em toda a Europa, as mortes de civis foram muito superiores no período de guerra, em grande parte devido à carência de alimentos, aumento de desnutrição e à caótica e rápida propagação de doenças, como a febre



Fig. 35 – Soldados numa trincheira na Primeira Grande Guerra, local não identificado, s/d

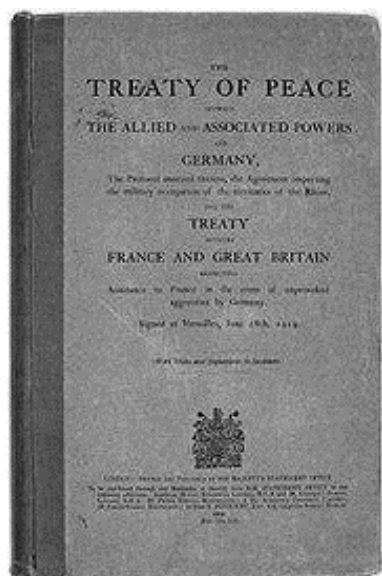


Fig. 36 – Tratado de Versalhes

³³ “A Primeira Guerra Mundial terminou oficialmente com a assinatura do Tratado de Versalhes em 28 de Junho de 1919. Negociada entre as potências aliadas com pouca participação da Alemanha, suas 15 partes e 440 artigos reatribuíram fronteiras alemãs e atribuíram responsabilidade por reparações. (...) O tratado, negociado entre Janeiro e Junho de 1919 em Paris, foi escrito pelos Aliados com quase nenhuma participação dos alemães.” Fonte: History.com Editors, “Treaty of Versailles”. HISTORY, 2018.

tifóide na Sérvia e Rússia, a malária também na Rússia e a grande epidemia de gripe em 1918 que afectou o mundo inteiro e que matou cerca de cinquenta milhões de pessoas.

O trauma social e as consequências económicas profundas provocados pelo número elevado de vítimas e pelas indemnizações consequentes da guerra, manifestaram-se de diversas formas e o pouco optimismo, que pudesse existir, foi dizimado pelas pessoas que lamentavam os mortos e desaparecidos em combate e os muitos afectados fisicamente pela guerra e pelos traumas graves e stress pós-traumático que os soldados que lutaram traziam.

A questão da habitação tornou-se fundamental, após a Primeira Grande Guerra, em consequência da destruição e do afluxo das populações para territórios devastados, inadequados e insalubres. Com este cenário, os governos começaram a destruir as muralhas e os recintos fortificados, que já não eram mais necessários e iniciaram a reconstrução das áreas situadas entre as avenidas e os limites das fronteiras. Estas zonas tinham sido deixadas em pousio e não eram edificadas, o que facilitou o novo desenho rodoviário das novas regiões e países e os subúrbios rurais urbanizaram-se rapidamente.

A construção de casas após a 1ª Guerra foi um ideal fracassado por falta de recursos, competências e materiais de construção, por exemplo o programa inglês 'Casas aptas para heróis'³⁴ foi apenas uma promessa eleitoral disfarçada de uma iniciativa meritória, que nunca chegou a avançar quantitativamente.

O financiamento era o único factor necessário para incentivar os construtores a construir novas casas para uma população enfraquecida, e onde os alugueres eram enganosamente baixos, mas como as capacidades de construção eram poucas, as casas tornavam-se caras de produzir. Como grande parte das famílias não possuía habitação, nem



Fig. 37 – Um dos poucos bairros construídos com o programa 'Casas Aptas para Heróis', Inglaterra, s/d

³⁴ No original 'Homes Fit for Heroes' sucedidas pelas War Villages

qualquer tipo de recurso para construir ou mandar construir, os governos tiveram de dar um estímulo às empresas, fornecendo os fundos necessários à construção de moradias dignas para toda a população que não o conseguia fazer de forma autónoma, criando em 1919, em Inglaterra, a Lei *Housing Act*. Esta foi a primeira intervenção do Estado em habitações locais, onde a única restrição era primeiramente obter a aprovação governamental.

Aqui o panorama da construção de habitações com apoio público sofreu a sua maior alteração, o público alvo deixa de ser apenas a classe trabalhadora, e o governo começou a incentivar os municípios a comprarem pequenas propriedades agrícolas para os ex-militares e a repensar nas condições das famílias que viviam em posições deploráveis. E independentemente de serem trabalhadores ou pequenos proprietários, teriam acesso a casas modestas, mas legalizadas do ponto de vista formal. Muitos tentaram construir casas distintas em loteamentos com jardins e espaços exteriores, mas nem todos obtiveram sucesso, pois “sempre houve um compromisso entre qualidade e custo”³⁵.



Fig. 38 – Famílias de Combatentes da guerra que viviam em habitações insalubres, Inglaterra, s/d



Fig. 39 – Ruínas pós primeira guerra da cidade de Verdun, França, 1916

Embora a guerra tenha tido um impacto negativo em toda a Europa, este colapso restabeleceu o valor da vida humana e aperfeiçoou as iniciativas para melhorar a qualidade de vida e da habitação, dando origem a variadas leis, que levaram ao início da construção de Habitações a Custos Controlados promovidas pelo Estado. Estas leis surgiram depois dos governadores terem percebido que a falta de condições físicas e de saúde dos soldados se devia a viverem em áreas e casas muito pobres, o que acabou por acentuar a importância do melhoramento das habitações na reconstrução das cidades pós-guerra. Apesar dos esforços públicos, a questão das classes ainda era um factor. Mas com as contribuições das famílias na guerra, permitiu que estas pudessem exigir

³⁵ “Post WW1 Funding”. Social Housing History. Tradução livre da autora. No original: “there was always a compromise between quality and cost.”

agora casa decentes, na tentativa de acabar com as diferenças significativas entre os ricos e os pobres.

A utilidade destas novas leis e iniciativas foi demonstrada na década de 1930 com a Grande Depressão³⁶, que teve efeitos arrasadores tanto nos países ricos como nos pobres. A escassez geral de moradias e o aumento demográfico urbano fez aumentar a propagação política de habitação a custos controlados, tendo sido criados, nos diversos países, Ministérios de Reconstrução e Urbanismo, que determinaram a construção de conjuntos habitacionais de emergência a preços muito baixos. “A consideração do propósito deste tipo de habitação, fez beneficiar o domínio das normas e conforto mínimo”³⁷ e as “rendas reguladas vieram em benefício de todos os habitantes”³⁸.

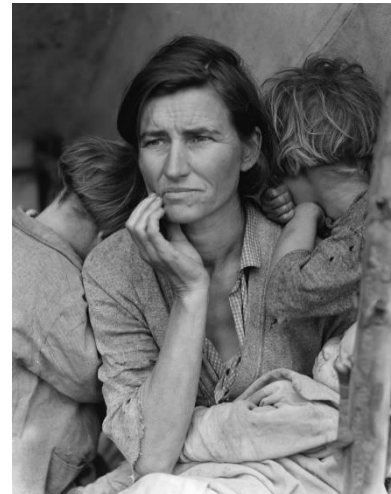


Fig. 40 – A Mãe Migrante, de Dorothea Lange, 1936. Representação da fome causada pela crise financeira da Grande Depressão

³⁶ “A Grande Depressão foi a pior recessão económica na história do mundo industrializado, que durou de 1929 a 1939. Começou após a quebra do mercado de acções em Outubro de 1929, que deixou Wall Street em pânico e exterminou milhões de investidores. Nos anos que se seguiram, os gastos do consumidor e os investimentos caíram, o que causou fortes declínios na produção industrial e no emprego, uma vez que as empresas em dificuldades despediram os trabalhadores.” Fonte: History.com Editors, “Great Depression History”. HISTORY, 2009. Tradução livre da autora.

³⁷ “JULES SIEGFRIED Le précurseur du logement social (1837-1922)”. França, Crédit Foncier, 2017. Tradução livre da autora. No original: “(...) pour prendre en compte l’extension de la vocation de ce type de logements, qui profiteront alors de normes de surface et de confort minimum.”

³⁸ *ibid.* Tradução livre da autora. No original: “(...) Les loyers réglementés apparurent au profit des habitants.”

Habitação a Custos Controlados

Tal como aconteceu com as iniciativas de construção de habitação após a Revolução Industrial, no pós 1ª Grande Guerra, as habitações construídas foram adquirindo termos e rótulos, dados quer pelas entidades promotoras quer pela sociedade.

Antes da primeira guerra havia uma divisão clara entre os ricos e os pobres. Os que nasceram numa posição de riqueza tinham estilos de vida saudáveis, com boa alimentação e acomodações, garantidos através da contratação de criados pobres que viviam em áreas e habitações miseráveis e sobrelotadas. Estes dois tipos de vida eram o oposto uma da outra, não só nas cidades, mas também nas periferias e no campo. Os mais avantajados proprietários de terrenos agrícolas tinham um vasto número de trabalhadores que cultivavam as suas terras e os proprietários de indústrias e outros serviços tinham também uma elevada quantidade de operários a viver em casa extremamente precárias.



Fig. 41 – Fotografia das habitações precárias onde viviam os soldados antes da 1ª Guerra, Amesterdão, 1910



Fig. 42 – ‘Casas’ dos soldados nos campos de guerra, local não identificado, s/d



Fig. 43 – Fotografia de Casas Aptas para Heróis, Inglaterra, s/d

Quando os jovens de toda a Europa, ricos ou pobres, saíram das suas casas para lutar pelos seus países na guerra, esta divisão entre classes sociais começou a desmembrar-se e após a guerra todos os ex-combatentes estavam ligados pelas perdas e terrores vividos no conflito mundial. Esta dinâmica não transformou apenas as posições sociais, mas também as contrastantes condições de habitação que esperavam os soldados.

Inglaterra tendo sido o primeiro país a repensar a questão das condições de vida dos retornados da guerra com a proposta falhada das Casas Aptas para Heróis, teve toda a restante Europa de olhos postos na esperança de ser encontrada uma solução arquitectónica e política para resolver esta questão. Em 1918 o Ministério da Reconstrução sugeriu um sistema de financiamento até 75% dos custos de construção de casa por um período de sete anos para empresas privadas. E como já referido

anteriormente, a lei que sucedeu a proposta de 1918, a Lei Acto de Habitação de 1919, significou o início do financiamento da construção de habitações de promoção pública com os princípios que conhecemos nos dias de hoje, estas construções obtiveram através do Estado um nome meramente político, Habitações a Custos Controlados. A partir deste momento, tanto as classes trabalhadoras como as classes mais desfavorecidas tinham o direito de exigir uma casa decente.

Diversas entidades privadas iniciaram a construção de habitações, mas nem todas bem-sucedidas, pois a relação qualidade-custo era rígida. A maioria, com orientação governamental, constrói em betão armado e blocos ao invés do tijolo (que no pré-guerra teve uma repercussão negativa numa iniciativa de promoção habitacional em França) com janelas modulares de aço, pois achavam que no betão estaria a solução para os problemas de falta de conforto térmico que se sentia no interior das habitações. No final deste ano houve uma grande escassez de materiais e uma crise financeira que provocou a retirada de financiamentos e os governos de toda a Europa decretaram que a prioridade seriam as indústrias, mas estas decisões levaram à recessão da indústria da construção.

As habitações tinham uma estrutura interior muito simples, com cozinha, wc, uma sala e um ou dois quartos e o planeamento das cidades incluía escolas, igrejas, lojas, loteamentos e espaços verdes e as estradas eram largas e abertas. Embora os esforços significativos feitos pelos governos para fechar a lacuna entre ricos e pobres, o sistema de classes ainda permanecia em teoria e na prática. Agora as 'casas de arquitecto' ficavam à face das novas ruas e estradas, e as casas mais económicas preenchiam os espaços vazios das cidades. E as pequenas casas que tinham sido construídas com financiamentos públicos começaram a ser cobradas a preços altíssimos por causa dos materiais estarem em falta, mas ao mesmo tempo a população que tinha poder de compra rejeitava-as pelos estigma de terem sido construídas a custos controlados.

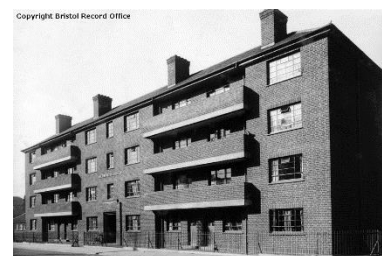


Fig. 44 – Fotografia de um edifício de habitação a custos controlados na cidade de Bristol, Inglaterra, 1937

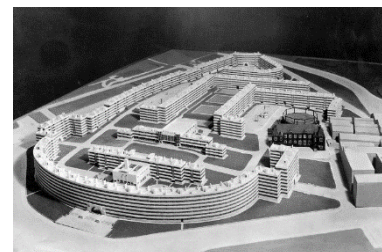


Fig. 45 – Fotografia da maquete do plano urbano para QuarryHill, Inglaterra, 1967

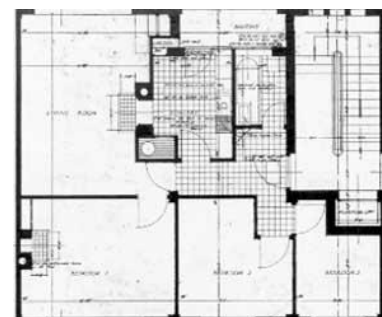


Fig. 46 – Planta de uma habitação do edifício QuarryHill, Inglaterra, 1967

Viena Vermelha (Rotes Wien), Áustria | 1919-1934

Com o fim da Primeira Grande Guerra, a monarquia austro-húngara terminou, foi proclamada república na Áustria no final de 1918 e, a meados de 1919, pela primeira vez todos os cidadãos adultos, sem discriminação de género, tiveram direito ao voto. Nos primeiros anos pós-guerra o país atravessou inúmeras mudanças, pois no período de guerra muitas famílias se refugiaram na capital, que antes sofria de défice habitacional. Quando os conflitos chegaram ao fim, vieram para ficar em Viena os agora ex-combatentes e houve a chegada de inúmeros trabalhadores imigrantes e as suas famílias, aumentando o número de habitantes da cidade.

A classe média, que fazia a sua riqueza através dos títulos de guerra, ficou na pobreza, pois estes já não tinham qualquer valor, e a mudança das fronteiras do 'novo' país começaram a dificultar a provisão de alimentos. As habitações estavam sobrelotadas e o número de doenças e afectados aumentou. Viena começou a ser uma capital demasiado grande para um país moderadamente pequeno. Mas por outro lado, os campos sociais e políticos começaram a ser repensados, a lei “Acto de Protecção ao Inquilino”³⁹, aprovada em 1917, sofreu alterações e fez com que os alugueres das habitações em toda a Viena fossem suspensos. Os projectos de construção de habitação privada tornaram-se não rentáveis e a procura por casas a preços acessíveis atingiu níveis extremamente elevados e começaram a aparecer construções ilegais nas proximidades da cidade, fazendo com que a produção de habitação pública se tornasse a principal preocupação de Viena.

A Lei “Acto de Requisito de Habitação”⁴⁰ foi aprovada, pelo parlamento austríaco em 1919, com o objectivo de melhorar as habitações existentes na capital do país. Com uma porção baixa de compra privada de parcelas para construção de habitação e com os custos de construção

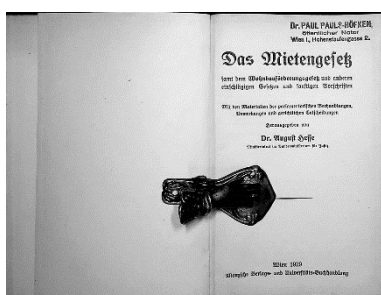


Fig. 47 – Livro com os registos das leis que sucederam ao período da Viena Vermelha

³⁹ No original: *Mieterschutzgesetz / Tenant Protection Act*

⁴⁰ No original: *Wohnanforderungsgesetz / Housing Requirement Act*

a baixar significativamente, deu-se início ao planeamento público da cidade e aos subsídios de construção de moradias por parte das administrações públicas e municipais.

A partir de 1925, foram construídas mais de sessenta mil habitações nos edifícios *Gemeindebau*⁴¹, em comunidades de construção vienenses. Os habitantes e arrendatários das novas casas eram seleccionados com base num sistema de atribuição estruturado por determinados requisitos, por exemplo, candidatos que possuíssem algum tipo de deficiência obtinham pontos extras na sua classificação. Em Viena, até 1934, quase metade dos custos totais da construção de habitações de baixo custo eram suportados pelos lucros obtidos através do imposto de habitação e de fundos municipais. Estes impostos afectavam apenas os mais abastados e detentores de luxos tais como cavalos, carros extravagantes, empregadas/os domésticos e hotéis. Na entrada em vigor do pagamento deste imposto, o Imposto de Habitação, foi publicada uma lista de instituições e iniciativas sociais que seriam financiadas e beneficiadas pelos lucros arrecadados.

Ao usar o dinheiro público para pagar a construção de novas habitações possibilitou que as rendas dessas mesmas habitações fossem baixas, por exemplo, para um trabalhador público, a renda seria aproximadamente 4% do seu rendimento familiar, em comparação a uma renda num edifício privado, que seria cerca de 30%. E ainda, em situações excepcionais, se os moradores se encontrassem desempregados ou doentes, havia possibilidade dos pagamentos serem adiados. Como a procura de habitação municipal era muita, foi criado o Imposto sobre a Construção de Habitação, o *Wohnbausteuer*, que financiou o restante e amplo programa de habitação municipal.

Este novo conceito de promoção de habitação, que foi apoiado pela população, tendo sido muitas das casas construídas com a participação activa dos futuros moradores e que passaram a ser administradas pelos

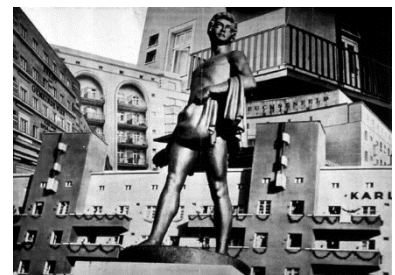


Fig. 48 – *Gemeindebau* Karl-Marx-Hof em Viena, Áustria, s/d

⁴¹ Palavra alemã utilizada para definir um edifício de promoção municipal de habitação de baixo custo.

mesmos, trouxe mudanças urbanas tanto por meios políticos como habitacionais, e ficou conhecido como *Rotes Wien*, ou em português Viena Vermelha, período austríaco entre 1919 e 1934, em que a cidade-capital da Áustria foi governada democraticamente pela primeira vez. Os *Gemeindebau* para além das alterações que fizeram no contexto da promoção de habitação pública, e segundo Siegfried Mattl:

“(...) nutrido pela figura monumental das habitações sociais, tornou-se parte de uma duradoura hegemonia social-democrata ao representar o partido e a prefeitura como gémeos inseparáveis e lançar uma mentalidade genuinamente local”.⁴²

Ou seja, pela primeira vez a gestão do governo nacional e do município tinham os mesmos interesses, existindo uma associação entre membros do mesmo partido político e uma união de iniciativas favoráveis aos dois lados.

Mas este programa serviu como base de um novo panorama social, que para além das habitações incluía variados serviços públicos, como jardins de infância, bibliotecas, *playgrounds*, lojas, teatros e cinemas, restaurantes e muitos outros espaços que traziam diversidade à cidade, mas a preços bastante baixos e acessíveis. Estes edifícios passaram a ser o exemplo de uma cidade igualitária e de bem-estar social. O programa habitacional da Viena Vermelha tinha como alvo claro a camada mais desfavorecida da sociedade vienense, ou seja, primeiramente, famílias da classe trabalhadora (não necessariamente operários), mas os critérios definidos, no já referido sistema de atribuição de habitação, serviam para dar acesso a uma casa saudável e higiénica, com circulação de ar no interior e um mínimo de luz solar directa e rendas baixas, de acordo com as necessidades económicas, a todas as famílias e indivíduos que precisassem, incluindo mesmo os muito pobres e desempregados.

⁴² Siegfried Mattl, “O caso da Viena Vermelha”. Lua Nova, 2013.

O facto das habitações nos *Gemeindebau* terem um público-alvo muito vasto, que incluía e dava casas tanto a trabalhadores e famílias pobres vienenses como a imigrantes de diversos estratos culturais, fez com que surgisse um descontentamento social por parte dos habitantes locais, pois enquanto os habitantes de Viena eram na sua maioria idosos e ex-combatentes sem família, os grupos que se deslocaram até à capital austríaca eram na sua maioria famílias jovens e com filhos, o que provocava conflitos devido aos diferentes hábitos de vida e à forma como usavam o espaço público. Mas como os antigos e novos habitantes mais pobres da cidade necessitavam de habitações economicamente acessíveis, até 1934 foram construídas casas para aproximadamente 10% da população de Viena, sem nunca terem surgido confrontos, pois graças à diversidade programática, os novos quarteirões conseguiam acolher todas as variações culturais, etárias e de género.

Com o início do fascismo em 1934, o programa habitacional da Viena Vermelha foi interrompido e retomado depois da Segunda Guerra Mundial. Os *Gemeindebau* apesar de todos os problemas e mesmo tendo sido projectados para as classes mais desfavorecidas, foi um dos primeiros casos de um programa de habitação de baixo custo progressista e com uma mescla cultural, que mantém um carácter exemplar até aos dias de hoje.



Fig. 49 – Marcha a favor do fascismo da Associação Desportiva dos Trabalhadores Social-Democratas, durante as primeiras Olimpíadas dos Trabalhadores, Viena, s/d

Habitação de Baixo Custo

O período da Viena Vermelha, como já foi referido, foi um período de quinze anos em que a Áustria, mais propriamente a cidade de Viena, e tal como as grandes cidades dos restantes países da Europa, reestruturou o panorama da habitação e do urbanismo, devido ao desmembramento do Império Austro-húngaro e à grande concentração populacional nesta cidade.

Até 1918, as condições de habitação da população em crescimento eram tenebrosas se comparadas com os padrões modernos. As leis constitucionais vienenses implementadas nesta época definiam que deveria ser formada uma base financeira que auxiliasse este planeamento de habitação de promoção pública em larga escala por meio de um sistema tributário onde os custos totais da construção de habitações, por parte dos municípios, deveriam ser suportados pelos lucros obtidos através dos impostos recolhidos, mas apenas metade dos custos foram assegurados, com o objectivo de possibilitar que as rendas destas habitações fossem relativamente baixas.

Os edifícios de habitações construídos pelos municípios de Viena foram os *Gemeindebau* (palavra alemã que significa edifício do município). Estes edifícios residenciais eram construídos em conjuntos pelos municípios para fornecer habitação de baixo custo e tornaram-se um marco importante para a arquitectura e cultura de Viena, que acabou por influenciar a restante Europa.



Fig. 50 – Gemeindegewerbehaus Friedrich-Engels-Platz-Hof, Viena, 1930-33



Fig. 51 – Entrada do Gemeindegewerbehaus Friedrich-Engels-Platz-Hof, Viena, 1930-33

Os conjuntos eram construídos com as fachadas a acompanhar as ruas, tentando seguir o modelo da cidade existente e para além das *Kleinwohnung* (pequenas habitações de um piso), integravam lojas, cinemas, restaurantes e muitos outros serviços diversificados que existiam nos centros urbanos, mas a preços baratos. Os edifícios tinham uma entrada principal marcada, através da qual se entrava num grande pátio ‘verde’ com árvores e vegetação, formando um espaço exterior, mas seguro, onde as crianças podiam brincar sem sair à rua. As

habitações eram acedidas a partir do interior desta área. (Estas estruturas marcadas serviram como fortalezas militares em 1934 na defesa durante a Guerra Civil Austríaca). As habitações eram desenhadas em função dos acessos, onde as escadas poderiam chegar a 3 ou 4 casas, com tipologias iguais ou diferentes. Cada casa tinha uma cozinha, uma sala, 1 ou 2 quartos e por vezes uma varanda.

Os programas habitacionais da Viena Vermelha trouxeram uma melhoria para a qualidade de vida dos habitantes e para as condições das próprias habitações, pois melhoraram a facilidade de pagamento de uma casa através da regulamentação e controlo de rendas e aumentaram o espaço envolvente das habitações e, ao contrário dos restantes casos já abordados, implantaram as novas casas mais próximas dos centros urbanos. A política habitacional avançou com a construção de diferentes tipos de edifícios municipais, e trouxe um novo paradigma à habitação de baixo custo, pois os modelos de habitação eram distintos dependendo do seu lugar de construção com o objectivo de voltar a territorializar a cidade como um todo, onde a diversidade arquitectónica estivesse presente. O historiador Siegfried Mattl⁴³ escreve:

“Os tipos de edifícios variavam do seguinte modo:

Conjuntos habitacionais que consistiam em vários edifícios diferentes, ligados por jardins e pátios irregulares;

Prédios esquemáticos com extensas fachadas ao longo da rua e com uma nítida forma quadriculada;

Conceitos axiais e monumentais de superblocos;

Megablocos menos definidos;

Por fim, o preenchimento de espaços vazios entre prédios.”⁴⁴

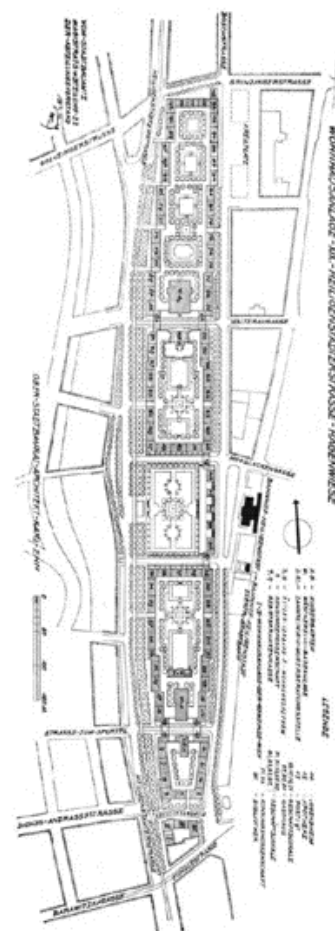


Fig. 52 – Desenho urbano do Gemeindebau Karl-Marx-Hof, Viena, 1926-30

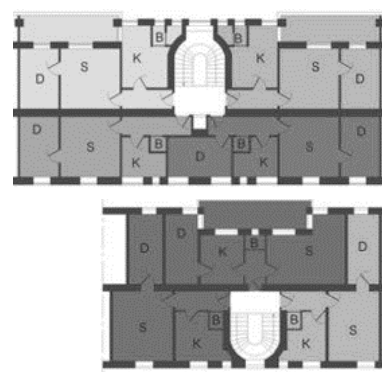


Fig. 53 – Desenho de seis tipologias de Kleinwohnung (habitações) no edifício Karl-Marx-Hof, Viena, 1926-30.

⁴³ Historiador austríaco e director do Instituto Ludwig Boltzmann de História e Sociedade

⁴⁴ Siegfried Mattl, “O caso da Viena Vermelha”. Lua Nova. 2013. P.195.



Fig. 54 – Pátio interior do quarteirão do Karl-Marx-Hof, Viena, 1926-30



Fig. 55 – Siedlung Weissenhof, Stuttgart, 1927. Do arquitecto Johannesus Johannes Pieter Oud



Fig. 56 – Karl-Marx-Hof, Viena, 1926-30



Fig. 57 – Fachada principal Karl-Marx-Hof, Viena, 1926-30

A estética da arquitectura, pela primeira vez num edifício promovido publicamente pelo estado, não se destacou negativamente comparativamente ao que se fazia nas restantes construções. Inicialmente os arquitectos da vanguarda criticavam que tipo de arquitectura se deveria adoptar, pois os seus pensamentos iam em direcção ao estilo que se praticava na Bauhaus, e preferiam optar por abordagens experimentais. As *avant-gardes* alemãs exerciam grande poder sobre toda a Europa e os *Siedlungen*⁴⁵, conceito de cidade-jardim para trabalhadores, associavam a pré-fabricação à depuração formal. Estes edifícios, ao contrário do que em Viena se estava a tentar fazer, assumiam-se como autónomos socialmente face às cidades. Os *Gemeindebauten* foram construídos com base na arquitectura tradicional vienense, mas em simultâneo com os olhos postos na arquitectura que se estava a fazer na restante Europa, compondo edifícios que não ficavam parados no tempo nem eram demasiado irreverentes. Afirma Ricardo Carvalho:

“Mas a Viena Vermelha não coincidiu com este modelo puro da vanguarda, foi antes um híbrido de várias matrizes. E aqui reside a sua especificidade face à arquitectura do Movimento Moderno. O quarteirão urbano foi o modelo mais usado, em prol dos bairros periféricos constituídos por *siedlungen* modernos. E a recusa da pré-fabricação prendia-se com a tentativa de reduzir os níveis de desemprego. Com o recurso a técnicas construtivas tradicionais e standartizando apenas portas, janelas e alguns acabamentos foi possível gerar emprego massificado na construção civil e, também, destinatários das casas capazes de pagar as rendas. Deste modo a Viena Vermelha não produziu dois edifícios iguais.”⁴⁶

Este modelo por ter fugido de questões de afastamento territorial fez com que a dependência das habitantes fosse diminuída, aumentou o trabalho

⁴⁵ Palavra alemã utilizada para definir pequenas cidades implantadas em zonas fronteiriças.

⁴⁶ Ricardo Carvalho, “Os Quinze Anos Vermelhos De Viena, De Eve Blau”. Estudo Prévio, 2011.

no sector da construção e fortaleceu o poder social, quer dos representantes municipais como dos habitantes. Mas apesar de todos os benefícios habitacionais e sociais que os *Gemeindebauten* trouxeram, os restantes indivíduos da sociedade que não eram abrangidos pela construção destas habitações para si, por possuírem poder de compra, associavam negativamente estes edifícios ao facto de terem sido construídos com baixos custos e pagos com as receitas dos impostos pagos por todos.

Die Wohnung fur das Existenzminimum | 1929



Fig. 58 – Logótipo do movimento *Deutsche Werkbund*



Fig. 59 – Cartaz para uma exposição *Deutsche Werkbund* em 1914

Como já mencionado, no início do século XX, as nações começaram a adaptar-se ao território europeu e o mundo passa por uma guerra que trouxe enormes prejuízos financeiros e diminuições nos créditos e por consequência, a construção de habitação é interrompida. Com o fim da guerra, cada um dos países teve de avaliar os seus problemas iminentes e encontrar, ou pelo menos tentar encontrar, uma solução para a problemática da falta de habitação. Em Inglaterra achou-se que a melhor solução seriam casas individuais enquanto que na Alemanha e na Áustria, como dito anteriormente, a habitação colectiva.

Tal como no período da Viena Vermelha, na Alemanha o problema da falta de moradia era, cada vez mais agravado devido à concentração da população nas cidades, o que fez com que os governadores alemães instituíssem uma política de financiamentos e investimentos sociais que tinham como prioridade a construção de habitação mais económica. As soluções iniciais são apresentadas, pela primeira vez, por arquitectos, relacionados ao movimento *Deutsche Werkbund*⁴⁷, e já antes da guerra procuravam a qualificação dos produtos industrializados e da arquitectura. Mas em oposição, alguns críticos exigem que se tenha uma posição racional e que se estabelecessem critérios objectivos no desenho das habitações e que estes respondessem às reais necessidades da habitação.

⁴⁷ O Deutsche Werkbund (1907-1938) “foi uma organização cultural alemã fundada em 1907 por um conjunto de artistas e de personalidades do meio industrial e produtivo, lideradas pelo arquitecto Muthesius, e motivadas pela consciência da necessidade de criação de um novo repertório figurativo para os produtos industriais.

Pretendia enobrecer o trabalho artesão, relacionando-o com a arte e a indústria, incluindo a resolução do problema da qualidade da produção industrial, balizada entre a utilidade e a beleza.

Estas questões da relação entre o funcional e o emocional no objecto de consumo estavam já presentes no movimento Arts and Crafts que se desenvolveu em Inglaterra. O Deutscher Werkbund difere, no entanto pela oposição à produção artesanal, preferindo claramente o fabrico industrial.”

E entre as suas principais personalidades estão Peter Behrens, Walter Gropius e Mies Van der Rohe. *Deutscher Werkbund*. Fonte: *Deutscher Werkbund in Artigos de apoio Infopédia [em linha]*. Porto: Porto Editora, 2003-2019.

A construção da casa individual e isolada começa a ser deixada de lado, e o loteamento de casas unifamiliares e plurifamiliares é posta como modelo mais apropriado às exigências da sociedade. E a procura pela redução tanto das rendas como do valor da habitação, suscitou a atenção do primeiro arquitecto director da Bauhaus, Walter Gropius, que iniciou um debate sobre a possível racionalização e standardização da habitação. Esta abordagem conduziu ao desenho de espaços mínimos para a existência e para habitar, e tornou-se no tema do CIAM (Congrès Internationaux d'Architecture Moderne) II de 1929 em Frankfurt. Estas propostas levadas a debate deviam priorizar a igualdade e a qualidade no direito à habitação, mas nas primeiras intervenções após o congresso, a construção de casas permanece sem grandes inovações, quer políticas quer tecnológicas.

Este novo pensamento é legitimado pelo cenário deixado pela revolução e pela guerra, onde a população vivia numa situação socioeconómica muito instável. Todos os acontecimentos culturais, sociais e económicos referidos anteriormente acabam por dar fundamento à produção de arquitectura através da habitação mínima ou habitação para o nível mínimo de vida. A questão da habitação de construção económica, que levou à pequena habitação, ao longo dos anos, demonstrou-se uma solução muito vantajosa para a resolução do problema da habitação em variadas cidades, e as suas transformações arquitectónicas e urbanísticas foram importantes tanto para compreender, como para avançar, com novas interpretações da habitação, que acabaram por resultar na habitação contemporânea.

Nos anos 30, a habitação para o nível mínimo de vida, teorizada no segundo CIAM, passa a ser a principal ferramenta de um pensamento vanguardista, onde antes de se pensar na redução das áreas, havia a

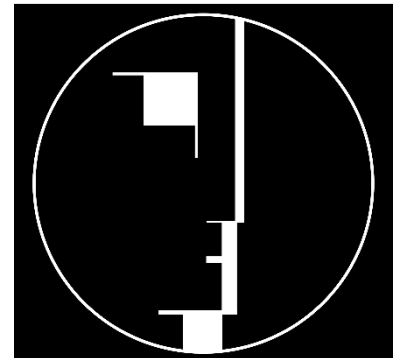


Fig. 60 – Logotipo da Bauhaus



Fig. 61 – Edifício da Bauhaus em Dessau, 1925



Fig. 62 – Fotografia dos arquitectos presentes no CIAM I em La Saraz, 1928

tentativa de solucionar problemas técnicos, financeiros e sociais, pois segundo Rosana Rita Folz⁴⁸ a habitação mínima trouxe

“muito mais do que uma simples relação de metragem quadrada por pessoa, acrescentou-se o critério do mínimo social no debate sobre a Existenzminimum (habitação para o mínimo nível de vida)”⁴⁹.

Este novo conceito serviu como ponto de viragem do modo de pensar a crise da habitação. Sendo que esta crise é quantitativa e qualitativa, iniciou-se a procura de métodos novos, claros e úteis para o desenho da casa, o que instintivamente remeteu à padronização de espaços e da habitação. Mas o problema da habitação, definido pelos arquitectos que participaram no CIAM II, tinha duas vertentes, a falta de construção de casas e a actual forma de construção, que necessitavam de resoluções autónomas, onde a arquitectura tinha de fazer planos adaptados à economia da época e a sociedade tinha de revigorar os processos da habitação para o nível mínimo de vida.

O tema da habitação passa agora a ter uma abordagem arquitectónica e social. O projecto e a construção deixam de ser tratados isoladamente dos aspectos humanos e sociais, e os arquitectos começaram a crer que a arquitectura poderia mudar a sociedade e o modo de vida dos indivíduos, ao invés de ser a sociedade a proporcionar mudanças na arquitectura. A arquitectura torna-se aos olhos dos arquitectos, uma ciência, onde o domínio e o desenho dos espaços mínimos alteram as relações sociais no interior da casa.

Walter Gropius após o segundo congresso traça um conjunto de medidas a tomar, essencialmente pelo governo, para melhorar verdadeiramente os projectos de habitação de promoção pública, evitar a dissipação dos fundos públicos em casas de tamanho excessivo, limitar o tamanho



Fig. 63 – Capa do livro 'O apartamento para o mínimo de subsistência', publicado após o 2º CIAM em Frankfurt-am-Main, em 1929

⁴⁸ Doutora em Arquitectura e Urbanismo. Professora de Arquitectura e Urbanismo do Centro Universitário Central Paulista – UNICEP.

⁴⁹ Rosana Rita Folz, “Industrialização da habitação mínima”. Cadernos de Arquitectura e Urbanismo, 2005.

máximo das habitações e ceder terrenos municipais para a construção. E para que estas acções fossem avante, Gropius compara a arquitectura à indústria, onde as duas possuem elementos que podem ser fabricados em série e de forma *standard*, possibilitando a montagem de diferentes casas com os mesmos componentes ou similares. Nesta época, vários arquitectos acreditavam que a funcionalidade significava bem-estar, e revelavam uma visão modernista que presumia que se a arquitectura mínima fosse eficaz, o problema da habitação deixaria de existir.

Os planos para casas mínimas passaram a ser classificados apenas de duas formas, ou eram casas de duas famílias ou casas de várias famílias. Este conceito tentava abranger todos os problemas relacionados com a habitação e com a arquitectura, onde se teorizou o nível mínimo de vida desde a casa até ao edifício de habitação colectiva, na esperança de que ao atingir a harmonia do todo, se estendesse a unidade da habitação.

Habitação para o Nível Mínimo de Vida

Habitação Mínima



Fig. 64 – Primeira sessão da Assembleia Nacional em Weimar – Fevereiro de 1919



Fig. 65 – Fotografia do Bauatelier Gropius, por Edmund Collein, 1927-28



Fig. 66 – Casas Dessau-Törten de Walter Gropius, Dessau, 1926-28

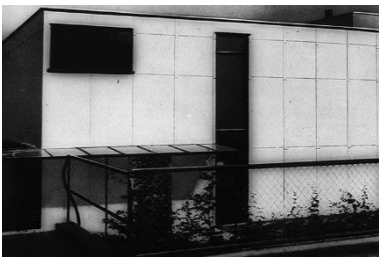


Fig. 67 – Casa experimental n.º.17 de Walter Gropius para a Weissenhof, Stuttgart, 1927

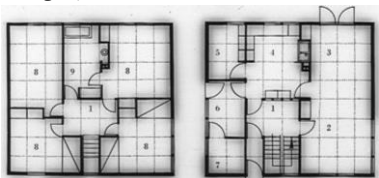


Fig. 68 – Planta da casa experimental n.º.17 de Walter Gropius para a Weissenhof, Stuttgart, 1927

A necessidade urgente de habitação após a primeira grande guerra levou a uma procura de novas formas de habitar e à determinação de padrões que garantisse os requisitos mínimos de vida mantendo baixos os custos de construção. Este período entre guerras foi crucial para as políticas habitacionais na Europa e deu lugar a um debate arquitectónico e programático tanto sobre a produção de habitação de promoção pública como sobre a forma e planeamento da cidade.

Os arquitectos, com a crise de habitação que se sentia no pós-guerra em toda a Europa, mas principalmente na Alemanha, estavam empenhados em construir o máximo de habitações económicas de promoção pública com o objectivo de cumprir a promessa da Constituição de Weimar⁵⁰ de 1919, que antecipava ‘habitações saudáveis’ para todos, em particular para os cidadãos alemães. Esta premissa, mais os ideais de Gropius sobre a possível solução do problema da habitação com base na racionalização e standardização, levaram à definição técnica por parte dos arquitectos, no CIAM II em 1929, do conceito *Existenzminimum* (habitação de subsistência) que levou ao termo Habitação para o Nível Mínimo de Vida ou Habitação Mínima, para simplificar.

Até à data (1929), de todas as experiências europeias, que avançaram em resposta às questões da habitação, a que evoluiu de forma mais vantajosa e com repercussões positivas no desenvolvimento de soluções tipológicas, e aceite por todos, tinha sido a Rotes Wien, ou Viena Vermelha, com início em 1919. Neste prisma, as habitações mínimas (*Existenzminimum*) vieram corresponder a uma alternativa complementar, com um novo estilo, às habitações eclécticas de baixo custo vienenses (*Kleinwohnung*). As habitações mínimas deveriam ter

⁵⁰ A Constituição de Weimar declarou a Alemanha como uma república democrática parlamentar e foi elaborada após a derrota da Alemanha Imperial na 1ª Grande Guerra. E é conhecida como uma das primeiras constituições do mundo a garantir direitos dos trabalhadores.

acesso humano ao sol, ao ar puro, a ventilação e jardins e espaços verdes e a uma organização programática com um espaço mínimo aceitável que facilitasse as actividades domésticas. As habitações passam a ter uma cozinha que para além de higienizada é otimizada funcionalmente com gás, electricidade e água. Os equipamentos deixam de ser fixos, permitem ser embutidos e possibilitam a divisão de espaços. Surgiram nesta época críticas ao desenvolvimento deste tipo de habitação por serem de abundante qualidade para as ditas ‘pessoas simples’. Mas tanto arquitectos como políticos estavam a investir na ascensão dos níveis mais baixos da sociedade.

As habitações para o Nível Mínimo de Vida deveriam recorrer a componentes standardizados e com produção em escala industrial. E deveriam basear-se nas medidas mínimas de habitabilidade, mas para responder a isto, partiram do princípio que as necessidades humanas também poderiam ser padronizadas, como se todas as famílias tivessem as mesmas rotinas. E sendo que a diversidade e a liberdade são duas características que definem o ser humano, o resultado desta padronização foi uma redução considerável da área das casas e uma média de 10m² por ocupante, mas com prejuízos de relação funcional entre habitação e habitante, como por exemplo janelas demasiado altas.

Os diversos espaços da vida doméstica necessitam de áreas distintas consoante as suas funções, e os arquitectos começaram a presumir que estas áreas poderiam ser determinadas com um alegado grau de precisão, pois cada função deveria ter uma área mínima tanto necessária como suficiente. Para solucionar estes pequenos problemas que iam surgindo foram estudados, em toda a sua complexidade, os efeitos provocados pelas condições de vida à psique humana, considerando as suas necessidades individuais e familiares, em vez de critérios impessoais. As funções de uma casa e a sua organização devem funcionar com uma ordem biológica e não geométrica, pois a ‘escala



Fig. 69 – Fotografia do edifício Heidestraße construído com apartamentos baseados na ‘Habitação para o Nível Mínimo de Vida’

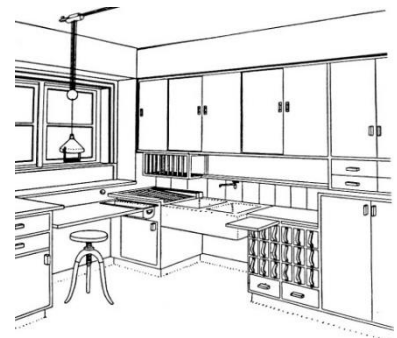


Fig. 70 – Modelo da cozinha de Frankfurt para a Habitação Mínima

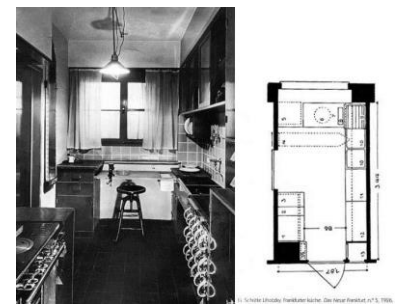


Fig. 71 – Fotografia e Planta da cozinha de Frankfurt para a Habitação Mínima

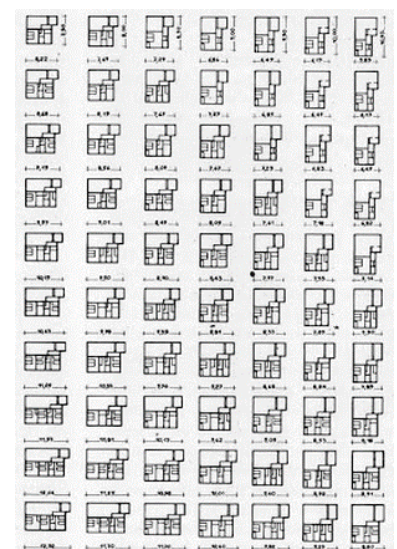


Fig. 72 – Esquema de Alexander Klein com as agregações para a Habitação Mínima

humana' não é a mesma para todos os indivíduos da sociedade. E segundo afirma Cristina Maria Perissinotto Baron⁵¹:

“O Mínimo Nível de Vida diz respeito ao mínimo biológico, ou seja, a saúde e as formas de sociabilidade necessárias para o homem viver com qualidade e dignidade, bem como, ao mínimo nível de vida relacionado às questões de ordem financeira – o quanto o indivíduo recebe por seu trabalho e o quanto poderia dispensar para habitação.”⁵²

A arquitectura da casa mínima assumia o seu foco principal no interior, com a preocupação de alcançar o conforto humano. As casas passaram a ter hall de entrada, cozinhas equipadas, quartos de banho higiénicos e uma organização eficiente dos quartos. E consoante a capacidade necessária, o número de indivíduos da família e o seu modo de vida, a localização na cidade, o arquitecto tinha a possibilidade de se inovar na resolução dos diferentes usos biológicos no interior de uma estrutura métrica e estática. Estas pequenas ‘inovações’ deram origem a melhores condições de higiene e de conforto, e ao investir num programa igualitário e progressista significava tentar aniquilar a separação entre classes sociais, pois a arquitectura com este novo ‘estilo’ tentava responder da mesma forma (mas com dimensões distintas) às exigências habitacionais de todas as classes. No entanto, apesar da aceitação desta nova forma de habitar por parte de toda a sociedade, sem algum tipo de discriminação, poucas foram as habitações mínimas construídas com estes ideais e com dinheiros públicos.

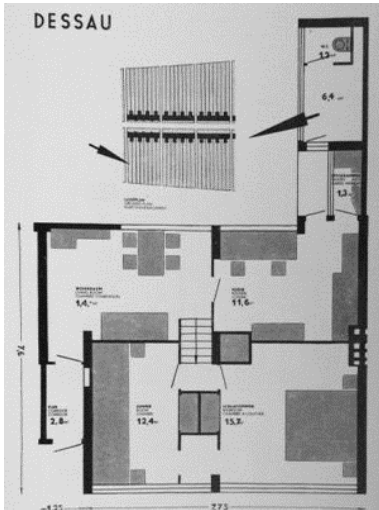


Fig. 73 – Planta de uma Habitação Mínima em Dessau, s/d

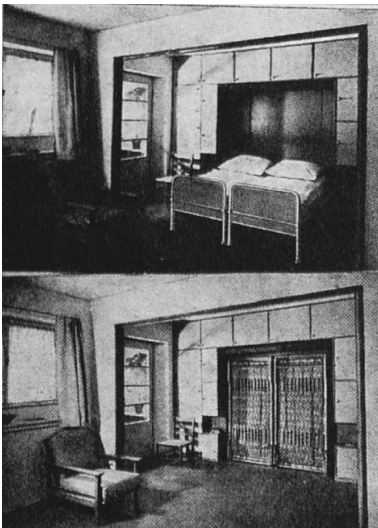


Fig. 74 – Espaços interiores de uma Habitação Mínima, s/d

⁵¹ Professora Doutora de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

⁵² Cristina Maria Perissinotto Baron, “A Produção Da Habitação E Os Conjuntos Habitacionais Dos Institutos De Aposentadorias E Pensões – IAPS”. TÓPOS, 2011. P.103.

Segunda Guerra Mundial

1939-1945

A Segunda Guerra Mundial foi um confronto militar, com a duração de seis anos e que envolveu mais de setenta nações. Esta guerra mobilizou cerca de cem milhões de militares e provocou a morte de aproximadamente 2% da população mundial, mais de setenta milhões de pessoas, dos quais a maioria eram civis, devido ao genocídio, bombas, doenças e fome, sendo classificado como o maior e mais mortífero conflito da história.



Fig. 75 – Soldado no campo de batalha durante a Segunda Guerra Mundial, local não identificado, s/d



Fig. 76 – Pilha de ossos remanescentes no campo de concentração nazista de Majdanek, em 1944



Fig. 77 – Mapa da Europa antes da 1ª Grande Guerra



Fig. 78 – Mapa da Europa depois da 1ª Grande Guerra

Se a Primeira Guerra alterou o mapa político europeu e fez com que a Alemanha perdesse uma parte do seu território e das suas poses, na Segunda Guerra, a Alemanha foi o país que mais feridos causou, na ordem dos milhões, e fez com que muitos mais perdessem as suas casas. Os bombardeamentos provocaram danos em todas as áreas urbanas e pararam com a construção de habitações. Por exemplo, em 1945, estavam em falta mais de 750 mil habitações, só em Inglaterra.

A prioridade é então dar início à construção, pois os diversos países europeus estão numa desastrosa crise habitacional. Logo após a segunda Guerra, França e Alemanha são os primeiros países a avançar com a construção de casas com apoio governamental, e até 1952 são construídas mais de 80 mil casas em França e mais de 450 mil na Alemanha, apesar de ter continuado a existir um elevado número de desalojados e de mal acomodados em habitações precárias. O produto desta crise foi a fixação de subsídios e de políticas habitacionais municipais, onde por exemplo, na Alemanha a “moradia para todos” passou a ser um dos direitos fundamentais da República, e apesar de todos os avanços feitos no campo da promoção de habitação com apoios públicos e/ou privados, pela primeira vez, o direito a uma casa satisfatória e honesta transformou-se na realidade para um grande número de famílias, independentemente da sua classe ou posição social.

Os confrontos da Segunda Guerra Mundial acabaram por destruir as áreas de maior densidade urbana. Afirma Carlos Albuquerque⁵³:

“Dos 18,8 milhões de moradias, 4,8 milhões foram completamente destruídas. Assim como em Berlim e Munique, o grau de destruição chegou a 50% em mais de 50 cidades alemãs”⁵⁴.

Quando se iniciou a reconstrução das cidades destruídas pelas guerras, também se iniciou a recuperação da sociedade e da economia. E nos países afectados pela guerra, a alta densidade urbana foi rejeitada e os edifícios de habitação colectiva tornaram-se na melhor forma de alojar um grande número de famílias numa pequena porção de terra. E se até então, todas as tentativas públicas de melhoria das condições promoviam a integração das habitações nas cidades, a partir da segunda guerra, a construção de habitação e de conjuntos habitacionais deixou de ser possível a não ser que fosse localizada nas periferias das cidades.

Após as guerras, o ambiente que se vivia na Europa muda radicalmente, a casa agora tem de ser pensada para ser habitada e cuidada pela família, onde a cozinha assume o papel de coração da casa, e a compactação urbana dos quarteirões do século XIX deixa de existir para dar lugar a edifícios soltos com habitações luminosas e arejadas. Estas mudanças no modo de vida fizeram com que os arquitectos contestassem as ‘verdades absolutas’ impostas à habitação fazendo com que as teorizações, no segundo pré-guerra, do CIAM II se tornassem cada vez mais viáveis. O período pós-guerra fez com que se repensasse o acesso à arquitectura e esta ganhou mais importância na sua relação com as pessoas. Começaram a ser revistas as condições de conforto das habitações, e o estilo de vida das famílias e dos arquitectos passaram a influenciar o desenho das casas.



Fig. 79 – Cidade Alemã, Colónia, destruída pelos bombardeamentos da guerra em Março de 1945



Fig. 80 – Cidade de Dresden em ruínas após os bombardeamentos em Fevereiro de 1945, onde 90% da cidade ficou destruída

⁵³ Arquitecto e Urbanista graduado pela Universidade de Guarulhos e Especialista em Gerenciamento de Empreendimentos Imobiliários na Construção Civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

⁵⁴ Carlos Albuquerque, “Da Bauhaus à Alemanha pós-guerra”. Brasil: DW.

Apesar da questão da habitação se ter tornado no tema primordial nos debates dos arquitectos da época, a questão estética foi diminuída em prol do funcionalismo, pois o orçamento era apertado e os materiais de construção eram escassos, e os ministros da saúde e da habitação exigiam casas construídas segundo padrões elevados, provocando uma recuperação lenta da construção da habitação. Entre as soluções de combate à falta de habitação, surgiu a construção de casas de curto prazo, através da construção pré-fabricada em alumínio com uma duração de vida de dez anos. Muitos moradores ficaram descontentes, pois estas mudanças não traziam sentimento de pertença ou conforto, e muito menos estabilidade para o futuro, perante este desagrado geral, este processo avançou com experimentos de outros materiais. Em 1955, em média, no centro da Europa, mudavam-se por semana, para novas casas, cerca de quarenta e três famílias. Estas novas casas repetiram alguns dos erros das construções do período entre guerras, como comodidades locais limitadas e muito poucos espaços verdes, consequências das medidas de redução dos custos, mas o erro que mais danos provocou foi a construção com materiais estruturais fragilizados que levou à demolição de inúmeras habitações.

É aqui que se inicia a construção de habitação segundo duas posições urbanísticas distintas, nos centros urbanos construíam-se habitações em edifícios com alta densidade vertical e nos subúrbios construíam-se habitações de baixo custo e em menor altura, mas com maior densidade horizontal, pois existia menos área livre para construção nas grandes cidades. A produção de Habitação Pública⁵⁵ promovida pelos municípios, pelas cooperativas e pelo Estado ganha uma nova importância e as populações começam então a procurar os novos bairros construídos, nos antigos terrenos agrícolas, mais próximos das cidades.



Fig. 81 – Casas temporárias para os soldados num campo de emergência, Nissenhütten, 1946

Os municípios e as associações de habitação que geriam a entrega de casas e de propriedades nas cidades são cada vez mais procurados pela

⁵⁵ Tradução livre da Autora. No original: “Council Housing”.

população, mesmo sabendo que poderiam nunca vir a ter acesso a uma habitação, pois a demanda era muito grande e as listas de espera eram longas, onde muitas vezes as famílias com maiores necessidades esperavam anos por uma habitação.

Habitação Pública

Com o fim da segunda guerra, e com as consequências que este colapso trouxe, todos os países europeus estavam a passar por uma fase caracterizada pela carência de habitações, devido à destruição provocada pela guerra, e pela falta de receitas públicas, pois tinham sido usadas nas políticas de habitação anteriores à guerra. Com todos os avanços das políticas habitacionais nos diversos países da Europa, anteriormente referidos, o rumo que se tomou foi de políticas de justiça social com a intenção de construir uma sociedade mais justa, onde a habitação tinha um papel fundamental na integração sociopolítica dos cidadãos.

Quando se iniciou a (re)construção das primeiras habitações não havia possibilidade económica nem territorial para avançar com habitações individuais ou pequenos edifícios residenciais, por isso deu-se à construção de grandes edifícios de habitação colectiva, na escala dos já construídos na Áustria no período 'Viena Vermelha', com habitações com áreas reduzidas ao mínimo seguindo a filosofia *Extenzminimum* mas sem a preocupação estética e funcional que os arquitectos idealizaram e sem a questão da integração das habitações na cidade, pois nos centros urbanos foram construídos os edifícios de serviços públicos e habitações para as classes mais altas da sociedade, arrastando as casas dos mais pobres para as periferias.

Esta 'nova' política habitacional tem dois grandes centros, Alemanha e França, mas espalha-se por toda a Europa sob o termo Habitação Pública. Este novo termo é usado pelos diversos governadores e políticos como forma de categorização do novo programa habitacional em vigor, mas transcende a esfera política e todos os indivíduos da sociedade passam a denominar de forma diferenciada as casas dos mais necessitados.

Os políticos queriam que a política instaurada incorporasse “princípios de igualdade de oportunidades, distribuição equitativa da riqueza e responsabilidade pública para aqueles que não puderem aproveitar as provisões mínimas para uma boa vida.”⁵⁶ Os arquitectos ambicionavam que a arquitectura fosse o elemento harmonizador entre as pessoas e a cidade e que se tornasse na ferramenta que iria acabar com o problema das habitações precárias. E este pensamento encontrava-se de acordo com as ambições políticas de abolir as pequenas comunidades de habitações desmontáveis insalubres e sobrelotadas.

Tal como depois da primeira guerra, deixaram de existir restrições que limitavam a habitação pública às classes trabalhadores, e em todos os países as habitações eram acessíveis a todos que delas necessitassem. Mas como seria de esperar, a construção de habitação pública estava em falta nos poucos planos urbanos desenhados para a reconstrução pós-guerra, o que dificultou a adaptação das casas públicas nos planos a longo prazo. Mas apesar de todos os problemas, a habitação pública começou a chegar a locais que não tinham sido alcançados com nenhum programa anterior.

As novas casas foram construídas com a premissa (oportunidade e disponibilidade prática) de que os menos privilegiados economicamente preferiam viver nos subúrbios arborizados (a verdadeira questão é que era mais barato construir fora dos centros urbanos, pois as terras tinham menos valor monetário), reflectindo um estigma de que estes membros não conseguiam viver numa sociedade funcional, desenvolvida e crescente. Geralmente eram construções de alta densidade com arranjos exteriores formando uma ‘cidade’ na periferia, de baixo custo, baixo crescimento e isoladas da restante sociedade. Onde tanto a sua localização como a sua arquitectura foram severamente criticadas pela sua baixa qualidade e pelo seu negativo impacto social.



Fig. 82 – Cartaz de Propaganda que mostra um soldado e sua esposa a sonhar com uma casa, s/d



Fig. 83 – Plano Alemão que envolvia derrubar grande parte de Berlim para construir novos sistemas complexos de edifícios e estradas, 1936



Fig. 84 – Primeiro conjunto de edifícios de habitação colectiva na Alemanha, o Grindelberg de Hamburgo, construído em 1957.

⁵⁶ “British post-war mass housing”. Institute of Historic Building Conservation – Designing Buildings. 2012

Os blocos e conjuntos de habitação pública começaram a ser ‘supervisionados’ por elementos de assistência social e cada vez mais a depender de outros apoios financeiros. As habitações tornaram-se pela primeira vez significativamente ostracizadas pela sociedade, pois começaram a ser associadas negativamente a pessoas necessitadas e a ser estereotipadas como áreas problemáticas e com dependência social (dependentes de maior apoio por parte da sociedade) e os seus moradores estigmatizados pela sociedade. Todavia, a Habitação Pública tinha sido pensada e elaborada como um instrumento de melhoria humana e social.



Fig. 85 – Edifício pré-fabricado Khrushchyovka, União Soviética, 1960

No fim da 2ª guerra, em 1945, Itália passava por uma situação económica e social consideravelmente crítica. A guerra tinha deixado um rasto de destruição, os bombardeamentos destruíram casas, cidades, estradas e mataram soldados e civis e arruinaram famílias. No pós-guerra, houve uma migração em grande escala dos mais pobres do campo para as cidades, acontecimento desta magnitude tinha acontecido na restante Europa na Revolução Industrial. Esta vinda da população tornou-se no *'boom'* que o país precisava para reestruturar e fortalecer a economia nacional, pois houve um aumento de mão de obra nos centros urbanos.



Fig. 86 – Vista aérea de um bombardeamento no pátio de carga de San Lorenzo e na fábrica de aço em Roma em 19 de Julho de 1943



Fig. 87 – Mulheres desalojadas a amamentar os seus filhos no meio dos escombros em Baia, uma aldeia perto de Nápoles, 1943



Fig. 88 – Famílias desalojadas, em Itália, depois da guerra, s/d

Em 1946 foi implantada a República Italiana e um dos primeiros objectivos do governo era resolver os problemas provocados pela guerra, tais como a falta de casas, o aumento da população e o desemprego da classe operária. O governo, em 1949, promulga a Lei n.º 43, que soluciona numa só medida duas das problemáticas anteriores, a construção de casas e o aumento da taxa de emprego, empregando os trabalhadores que as iriam construir. Esta lei dá origem ao plano INA-Casa⁵⁷, que pretendia acabar com o desemprego da classe trabalhadora, dando, no sector da construção, trabalho a quem não o tinha. Essencialmente promovia a autoconstrução, e facultava uma casa, de baixo custo, aos menos abastados a preços que estes pudessem pagar.

Pela primeira vez, foi estabelecida uma lei, associada ao programa INA-Casa, com financiamento misto, onde as habitações eram pagas na totalidade, obrigatoriamente e com diferentes percentagens, pelos trabalhadores (futuros moradores), pelos patrões e pelo governo. O dinheiro arrecadado com o pagamento das construções era novamente investido na construção de mais casas, formando um sistema fechado cuja duração prevista era de sete anos, mas que se manteve activo até 1963, durante catorze anos. Este sistema definia a construção das casas

⁵⁷ *Istituto Nazionale della Assicurazione-Casa* (Instituto Nacional de Seguros-Casa)

com a participação inicial do INA de 25% do custo total, onde os moradores efectuavam um seguro a pagar durante 25 anos (período no qual pagavam 25% do custo da casa) com o apoio do Estado, que pagava os restantes 50%.

Com o programa e a legislação em vigor, diversos arquitectos italianos deram o seu nome à causa, e com as suas qualificações e experiência tentaram resolver o problema da habitação e o problema social e satisfazer as necessidades da população mais necessitada, pois Itália, neste período, estava significativamente atrás do resto da Europa.

Durante os 14 anos do programa INA-Casa, Maria Michela Piddu afirma que foram construídas casas

“em 5.036 sítios espalhados por todo o território nacional, e foram contratados 40.000 trabalhadores por ano, construía-se assim a um ritmo de cerca de 500 fogos por semana nos primeiros sete anos e cerca de 700 nos sete anos posteriores, para um total de 355.000 fogos até ao encerramento do plano”⁵⁸.

Este plano para além de empregar centenas de trabalhadores, ajudou na reconstrução de Itália, restabeleceu a economia do país e foi o maior programa italiano de promoção de habitação, que inspirou muitos outros países europeus. Esta foi uma oportunidade para os arquitectos e para os urbanistas de repensar a habitação na cidade.

Os objectivos do INA-Casa eram construir casas a preços acessíveis, mas onde o carácter social fosse a prioridade, as habitações tinham de ser de baixo custo, mas principalmente deviam respeitar a integridade dos habitantes, tinham de ter qualidade humana. Para isto ser possível, e construir as casas com base na relação quantidade-qualidade, foram construídas progressivamente casas individuais, geminadas e

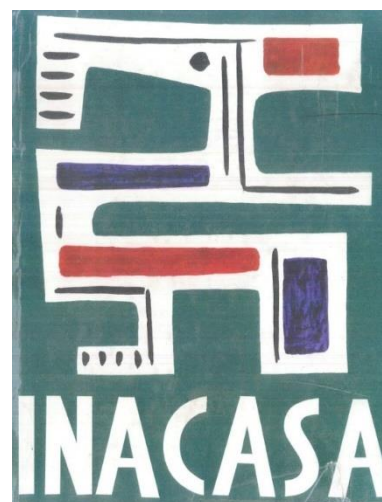


Fig. 89 – Imagem característica do Plano INA-Casa



Fig. 90 – Trabalhador na construção de habitação do Plano INA-Casa, Itália, 1950

⁵⁸ Maria Michela Piddu, *O plano INA-Casa – Uma leitura transversal do projeto de Via Pessina em Cagliari*. Porto, 2012. PP. 47

quarteirões. Os bairros foram construídos muito rapidamente, e apesar de todos os princípios vantajosos, o programa era falível.

As primeiras construções eram em terrenos baratos e consequentemente, fora das cidades, nas periferias, deixando estes novos bairros vazios durante o dia pois os seus moradores eram maioritariamente trabalhadores. Este isolamento da cidade tirava todos os benefícios do bom planeamento, e diminuía o bem-estar e o conforto das habitações. Para trazer vida a estes subúrbios, foram implementados serviços básicos, como escolas, igrejas e áreas verdes, trazendo o panorama ‘espaço exterior-colectivo’ e ‘espaço interior-individual e doméstico’ das cidades para fora delas.

O programa INA-Casa durante a sua vigência criou mais de 2 milhões de quartos e acomodou, como já referido anteriormente, mais de 350 mil famílias, que viviam em barracas ou na rua. Esta intervenção teve uma escala tão alargada que os subúrbios transformaram-se em cidades nas cidades, que necessitavam de mais atenção política, mas que só a obtinham por parte dos arquitectos, que encontravam aqui uma oportunidade de intervirem de forma mais humana através da arquitectura.

E se de uma forma, Itália estava atrasada em relação ao resto da Europa, por outro lado evidenciava-se por ter iniciado um plano de reconstrução sem precedentes, cujo plano influenciou o modo de encarar a questão da habitação de baixo custo em todo o restante continente.



Fig. 91 – Sinalização numa obra do plano INA-Casa, Itália, s/d

No decorrer do processo de instauração do programa INA-Casa, resultante da lei n.º 43, variados profissionais de diversas áreas estiveram presentes, tais como arquitectos, urbanistas, engenheiros e políticos, na procura de uma solução que acabasse com a falta de habitação e ao mesmo tempo resolvesse os problemas, gerados por esta construção, que tinham surgido nos países europeus que estavam 30 anos mais avançados neste campo⁵⁹. Afirma Ricardo Carvalho:

“À semelhança do programa da *Viena Vermelha*, na Áustria, também o INA-Casa procurava construir alojamento para uma população de baixo poder aquisitivo, recorrendo à mão-de-obra de desempregados que poderiam eventualmente ser os destinatários das casas.”⁶⁰

Enquanto que grande parte da Europa estava à frente na elaboração e concretização de iniciativas e programas de promoção de habitação para os que mais precisavam dela, Itália com este plano destacou-se e superou os restantes países por ser o primeiro país a realmente se aproximar humanitária e socialmente das pessoas, devido ao facto do estado e dos arquitectos responsáveis chamarem Casa às habitações construídas resultantes do plano INA-Casa.

Em primeiro lugar, o plano definiu que a construção das casas seguiria a tendência arquitectónica italiana daquele período, que tinha uma relação directa com a tradição, com a reinterpretação do Racionalismo Italiano⁶¹, equilibrando a tradição e a modernidade. A arquitectura deveria ter como base a composição dos materiais, a tecnologia e os detalhes e fundamentalmente deveria assistir às necessidades sociológicas e

⁵⁹ A primeira iniciativa europeia a ser relativamente bem-sucedida nesta área foram as Habitações de Baixo Custo da Viena Vermelha em 1919 na Áustria enquanto que o programa INA-Casa teve a sua primeira intervenção em 1949.

⁶⁰ Ricardo Carvalho, *A cidade Social – Impasse. Desenvolvimento. Fragmento*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2016. P.88.

⁶¹ O Racionalismo Italiano foi o movimento arquitectónico que se formou entre 1926 e 1943, que pretendia criar uma conjugação de forma racional e inovadora das características do Classicismo Italiano segundo uma lógica estrutural transmitida pelo Futurismo, antes da Primeira Grande Guerra.

psicológicas dos futuros moradores, do ambiente e do espaço arquitectónico construído com base nos ideais históricos e vanguardistas. Ricardo Carvalho afirma:

“Com o INA-Casa são sugeridas novas alternativas de desenho da cidade, que irão cruzar a matriz da cidade-jardim com o bloco habitacional, sem abdicar de referências à cidade histórica. O programa permitiu o regresso à discussão da relação entre arquitectura e urbanismo, assim como uma releitura dos conceitos de *zoning* e *unidade de vizinhança*, em articulação com a informação histórica sobre o contexto de cada projecto. A obra construída pelo INA-Casa resultou diversa na sua formalização e pouco devedora dos conceitos de repetibilidade, sistematização e estandardização associados às propostas de arquitectura e urbanismo do Movimento Moderno.”⁶²

O intuito deste programa era a construção de mais casas com o menor custo possível, considerando a difícil tarefa de estabelecer uma relação saudável entre baixo custo e qualidade. As primeiras construções foram casas individuais, seguidas de pequenos conjuntos de casas e por últimos bairros inteiros. A solução construtiva diferia do modelo internacional que se apoiava em dois elementos-chave, o esqueleto de suporte e a desmaterialização da parede, o estilo INA-Casa, poderia ser assim descrito:

“Estrutura de concreto armado visualmente emoldurada

Fechamentos de tijolos verticais

Serviços para uso exclusivo do bairro

Torre ou torre tipo predominantemente (alta densidade populacional)

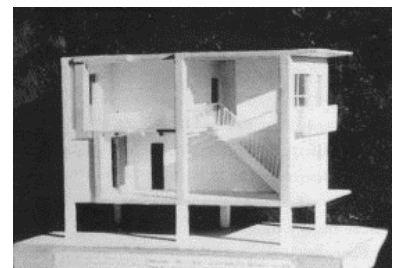


Fig. 92 – Maquete do protótipo de uma Casa individual, Itália, s/d



Fig. 93 – Vista aérea do bairro Tuscolano, Roma, s/d



Fig. 94 – Bairro de Cesate, Itália, s/d

⁶² Ricardo Carvalho, *A cidade Social – Impasse. Desenvolvimento. Fragmento*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2016. P.89

Placa de identificação cerâmica

Pontes térmicas infinitas”⁶³



Fig. 95 – Placas Cerâmicas Policromáticas



Fig. 96 – Interior da cozinha de uma Casa, Itália, s/d

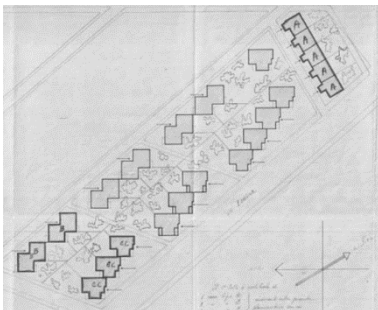


Fig. 97 – Planta do projecto do Bairro de via Pessina, Itália, s/d



Fig. 98 – Edifício no bairro Tuscolano, Itália, s/d

As construções caracterizavam-se pelo uso de alvenaria e de betão armado, feito *in situ*, que dependia da tipologia, as maiores recorriam a estruturas de betão armado enquanto as mais pequenas recorriam a paredes estruturais de tijolo. Uma particularidade de todos projectos de Casas era possuir obrigatoriamente uma placa cerâmica policromática, fazendo referência à casa como um lugar feliz.

As edificações que compunham os bairros excluíam casas isoladas e edifícios com escadas exteriores comuns. O programa das casas era distribuído a prezar a funcionalidade, e era constituído por uma entrada independente, cozinha, sala de estar, dormitórios e quartos de banho. Toda a casa tinha os móveis embutidos nas paredes e espaços com dimensões maiores, contrariando o *Existenzminimum*, aproximando a casa popular da casa burguesa.

Os bairros, para terem áreas interiores maiores, foram construídos em terrenos baratos e conseqüentemente fora dos centros urbanos, nas periferias, a um ritmo acelerado formando inúmeras cidades satélites isoladas. A localização dos bairros fora dos centros urbanos, conduzia à ausência dos moradores durante o dia, pois a maioria agora trabalhava na construção de mais casas do plano INA-Casa. Para melhorar e evitar este fenómeno os bairros começaram a integrar todos os serviços necessário existentes nas cidades, mercados, escolas, igrejas, parques e outros, de forma a tornarem-se microcidades auto-suficientes. Mas esta intervenção desencadeou outro tipo de afastamento, o relativamente à cidade e agora este isolamento ofuscava os pontos positivos do bom planeamento e do conforto que estes bairros possuíam. Os moradores tinham uma Casa onde morar, mas não tinham a interacção social que a restante sociedade tinha, pois moravam no limite das cidades e da

⁶³ “La sfavillante storia dell’architettura INA-Casa”. Arch is Dead, 2018.

sociabilidade, sem nenhum plano inclusivo como era pedido pelos arquitectos, mas esquecido pelos políticos.

Lei de Habitação I (Wohnungsgesetz I)

Alemanha | 1950

Tal como dito anteriormente, a guerra causou uma destruição severa em todo o mundo e a falta de habitação atingiu níveis nunca antes vistos. Só na Alemanha, 61% das casas foram destruídas, deixando milhares de pessoas e famílias sem tecto, que para sobreviverem se abrigaram em barracas autoconstruídas ou em habitações em ruínas. A minoria de casas que permaneceram intactas, começaram a fazer-se sentir insuficientes e apertadas, pois as famílias proprietárias acolheram os restantes familiares, cujas casas tinham sido destruídas pelos bombardeamentos da guerra.

O governo da República Democrática Alemã imediatamente após a guerra, para combater a escassez de habitação, impôs que se parassem os aumentos dos alugueres, mas o problema das mais de cinco milhões de casas destruídas continuava por resolver. A falta de habitação e o número de deslocados fez com que em 1949, fosse implantada a Lei de Ajuda de Emergência, que ajudava na obtenção e pagamento de empréstimos, para as vítimas da guerra, para a reconstrução de habitações e de meios de subsistência. Esta lei acabou por não conseguir solucionar o problema da habitação e no ano seguinte, a república alemã desenvolveu uma política habitacional mais activa que resultou na Lei de Habitação I⁶⁴. O financiamento de habitação estipulava três categorias de construção, habitação com financiamento público, habitação com privilégios fiscais e habitação com financiamento privado. A partir deste momento, todos os construtores que tivessem fundos públicos eram obrigados a alugar habitações construídas com um limite máximo de aluguer monetário. As habitações agora chamadas de *Sozialwohnungen*, em português 'habitação social', só eram possíveis de obter, se os candidatos não ultrapassassem um determinado valor de renda familiar, pois havia famílias que não conseguiam adquirir casa por conta própria,



Fig. 99 – Brasão de armas da República Democrática Alemã



Fig. 100 – 9ª reunião do Conselho do Povo de 1949, Berlim. Fundação da RDA

⁶⁴ No original: *Wohnungsgesetz I*

devido aos rendimentos baixos, ao desemprego ou por possuírem algum tipo de necessidade especial.

As habitações eram construídas por entidades privadas e/ou cooperativas de habitação, o estado actuava ao atribuir empréstimos às entidades e aos construtores e apoios financeiros aos futuros moradores. Estas habitações eram concedidas às famílias por um período fixo de tempo, e após esse período, o valor do aluguer deixava de ser sujeito a regulamentação. Pela primeira vez, são construídas habitações que apenas seriam habitadas pelas famílias até estas se estabelecerem economicamente, dando a possibilidade de ter acesso a uma casa a todas as pessoas que passassem por momentos de maior fragilidade. Esta proposta alemã, distinguiu-se das restantes intervenções europeias, por se tratar de um *stock* de habitações públicas.

As primeiras habitações foram construídas, em 1950, casas geminadas em pequena escala, a partir de 1952, começaram a surgir aglomerados de casas de três pisos e em 1954 blocos de habitação de pelo menos cinco andares. Com todas as cidades a serem reconstruídas, nos centros urbanos eram erguidos numerosos conjuntos habitacionais, com terraços, pátios e jardins, para as classes sociais mais elevadas. Estas novas construções contrastavam com as áreas de habitação social, que eram construídas em lotes e terrenos agrícolas. Estes novos bairros de habitação social continuaram a aumentar em tamanho, altura e densidade, dando origem a construções com sete mil habitações, escolas e outros serviços, formando um novo centro urbano afastado do centro da cidade.

Posto isto, com a Lei de Habitação I, em 1950, o governo alemão interveio de forma vigorosa na promoção de habitação. Com esta lei, foi financiada publicamente a construção de mais de três milhões de habitações em apenas uma década e outras três milhões de habitações foram construídas por entidades e investidores privados.

Habitação Social

Por causa da destruição de grande parte das infra-estruturas, das indústrias e das habitações provocada pela segunda guerra, a diferença entre habitações e pessoas que procuravam onde viver era cerca de 6 milhões só na Alemanha.

A partir da reforma habitacional e da construção de habitações públicas (explanada anteriormente) com os resultados qualitativos da construção moderna com base nos princípios da Habitação para o Nível Mínimo de Vida surgiu uma nova vertente de habitação de promoção pública na Alemanha. Esta vertente dividiu-se em dois períodos de construção, se anteriormente tinham investido em construções com influências tradicionais, agora iniciava-se a construção com base no modernismo internacional e posteriormente construções pré-fabricadas em novas zonas e mais próximas dos centros urbanos. Esta reestruturação foi acompanhada pela mudança no uso do termo 'Habitação Pública' para 'Habitação Social'.

O conceito 'Habitação Social', no original *Sozialwohnungen*, foi um nome criado pelo governo alemão e referia-se à construção de habitação a preços acessíveis (tanto custos baixos de construção como de venda ou aluguer) promovida pelo governo, para grupos sociais que não eram capazes de comprar a sua própria casa no mercado imobiliário privado.

A arquitectura inicialmente era caracterizada por edifícios muito consolidados, geralmente entre três a cinco andares, com plantas baixas muito fragmentadas, construídos com elementos pré-fabricados de betão armado com adição de detritos e com recurso a tijolo vermelho. As habitações eram desenhadas com uma hierarquização interior rígida, a sala, que representava o centro da família moderna, era o espaço maior e mais decorado e que poderia usufruir de diversas ocupações e funções, em oposição aos restantes compartimentos, cozinha, quartos e quartos de banho, que devido às suas dimensões, decoração e posição teriam apenas uma função.



Fig. 101 – Conjunto de edifícios em Billstedt, Alemanha, s/d



Fig. 102 – Conjunto de edifícios em Billstedt, Alemanha, s/d



Fig. 103 – Tipologias de habitações para o Gross-Siedlung de Bad Dürrenberg, Alemanha, 1930

Estes numerosos conjuntos, que por vezes eram implantados nos centros históricos, produziam um grande contraste com os restantes edifícios, quer pelo próprio desenho de arquitectura, quer pela sua estética exterior distinta. E se as políticas alemãs defendiam que a habitação social era uma potencial solução para a desigualdade da habitação e por si só um complemento económico e social, o que transparecia da construção destas habitações era uma arquitectura díspar comparativamente às habitações privadas que se estavam a construir, gerando diferenciação e hostilidade entre os moradores e os restantes membros da sociedade.

Estes valores hierárquicos não eram novos e já existiam há séculos e em vez de ditarem um 'direito de lugar' ditavam um 'lugar de direito' para cada indivíduo.

Habitação Social... O que inicialmente era um conceito que pretendia resolver o problema social da habitação tornou-se num termo genérico que se espalhou por toda a Europa.

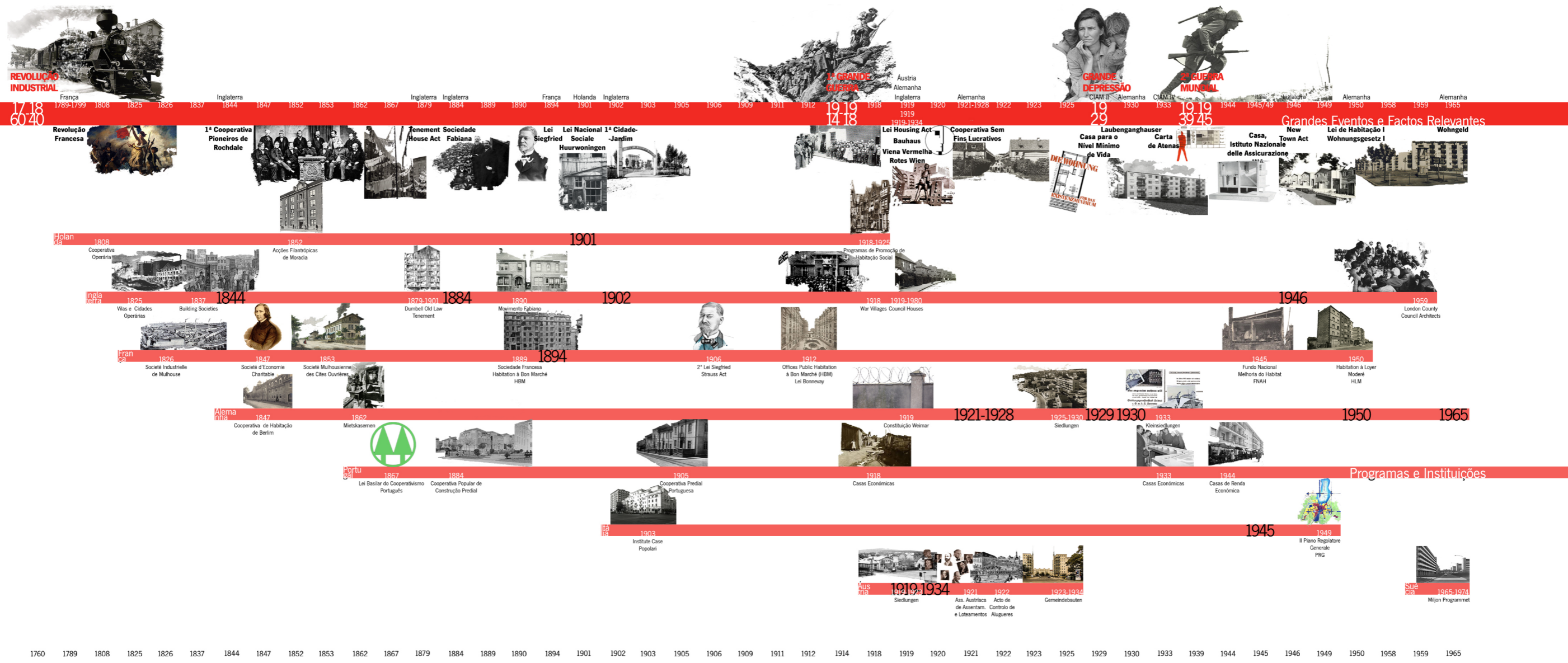


Fig. 104 – Vista aérea de um conjunto habitacional em Billstedt, Alemanha, s/d

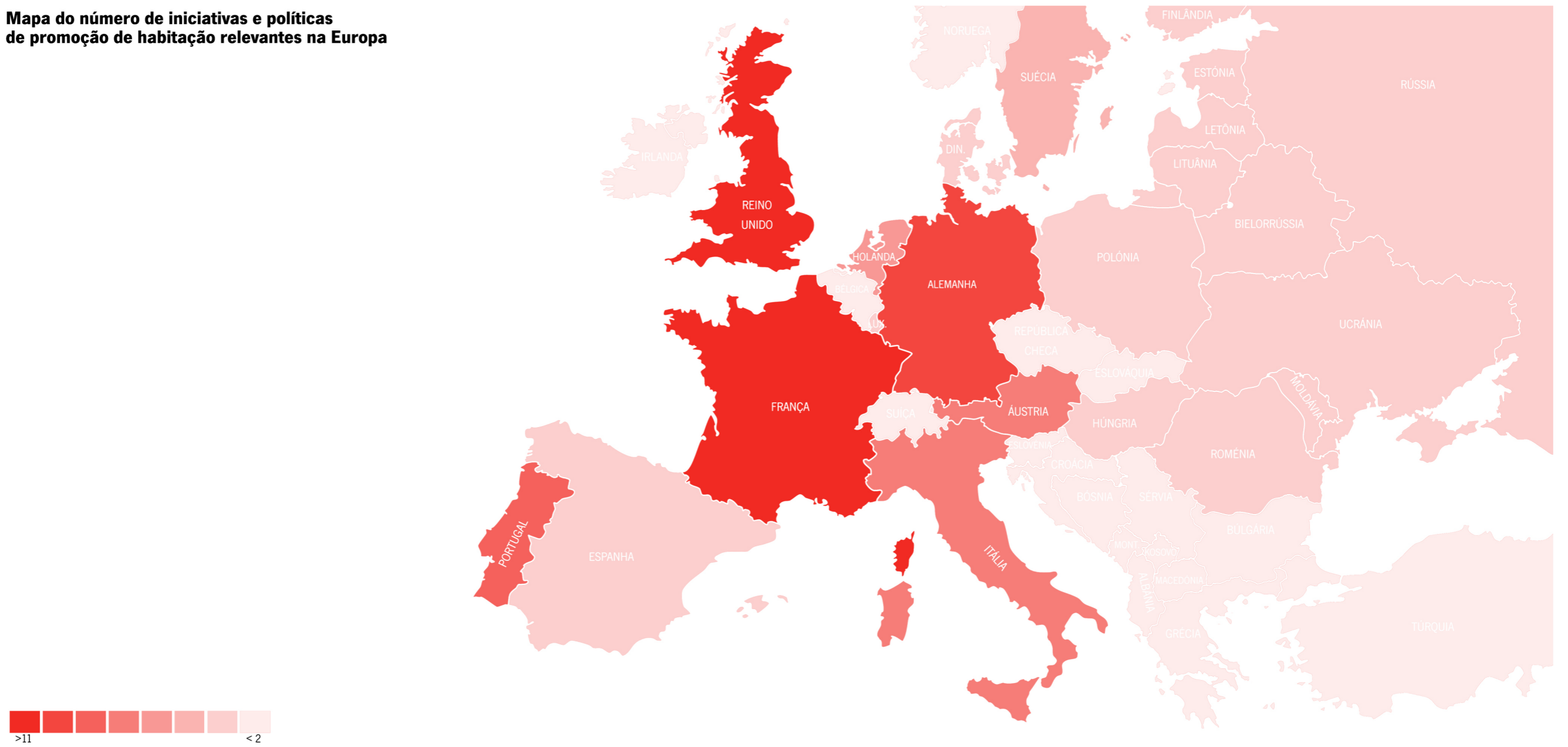


Fig. 105 – Vista aérea de um conjunto habitacional em Billstedt, Alemanha, s/d

Cronologia das iniciativas e políticas de promoção de habitação na Europa



Mapa do número de iniciativas e políticas de promoção de habitação relevantes na Europa



Panorama Particular: Portugal

“A arquitectura é a arte da permanência, opondo-se à moda, ao efémero, à imagem. É o que resiste à transformação, o que fica para uma nova apropriação. Nessa resistência cabe à arquitectura abrir fendas, possibilidades do mundo que ainda não se cumpriram. Ver o espaço que não está lá, ver o invisível, o que está por vir. Cabe aos arquitectos ler a realidade. Reconhecer o património do real, eleger, seleccionar, consagrar, propondo uma nova síntese. A Arquitectura é um acto político no sentido mais lato do termo, no sentido da intervenção no que é comum, no que é público e deve convocar continuamente essa condição. Neste acto deve ser delicada, mas corajosa. Procurar a excelência, mas não necessariamente o consenso. Todos temos a nossa cidade, a nossa memória e queremos a sua consagração, a sua cristalização. Neste espaço a arquitectura é chamada a hierarquizar, a reorganizar, a eleger e não a nivelar. Num mundo onde a normativa e a banalização da ideia de arquitectura se aproveitam da nossa desatenção, cabe aos arquitectos afirmar a arquitectura contra o nivelamento pela neutralidade.”

Manuel Aires Mateus

Argumentos

“Nas próximas décadas a sociedade deve caminhar na direção de uma maior diluição desses conceitos, onde os grupos estarão tão inseridos no contexto do cotidiano que não lhe caberá mais um rótulo. A arquitetura deve estar conectada e atuar com a criação de novos entendimentos espaciais, abrir caminho a outras visões que permitam uma maior infiltração dessas camadas da sociedade com a produção de espaços urbanos mais plurais, abertos e democráticos.”

Elaine Gerente

Se na Europa os problemas da habitação, ou falta dela, chegaram pela primeira vez, entre 1760 e 1840, com as grandes transformações que a Revolução Industrial trouxe, em Portugal os efeitos da industrialização emergiram anos mais tarde e com menor escala.

A promoção de habitação em Portugal, maioritariamente feita através de entidades públicas, por ter acontecido tardiamente relativamente à restante Europa, acabou por beber de diversos programas e políticas, tendo oportunidade de escolher e adoptar as influências de iniciativas já testadas. A situação socioeconómica em Portugal sempre foi frágil, e levou a que o Estado começasse a (re)pensar a questão e o espaço habitacional, mas enquanto que na I República e no Estado Novo se pensava numa casa para o ‘amanhã’ (para o futuro, a casa própria para a vida), a partir da Revolução dos Cravos começou-se a pensar na casa para o ‘hoje’ (situação passageira, onde se incentiva a que as habitações fossem habitadas num sistema de rotação, e até o seu morador se estabelecer economicamente na sociedade). Mas a escassez de espaço para construir habitação e o excesso de habitações devolutas, obsoletas e degradadas nas cidades impulsionou o pensamento sobre como se podia resolver a falta de habitação pública e este elevado número de habitações desocupadas, com apenas uma intervenção.

Todos os programas e iniciativas de promoção de habitação europeias, como se pode ver no capítulo anterior 'Panorama Geral: Europa', foram designadas com um termo próprio, fazendo com que as habitações construídas ficassem rotuladas de forma a se puderem identificar. Em Portugal estes rótulos transformam-se em argumentos que tentam separar a prática da arquitectura das palavras que a tentavam definir e categorizar (o sucesso ou fracasso deste esforço é esclarecido posteriormente, ao longo dos subcapítulos 'Arquitectura de Consequências' e 'Síntese').

A abordagem a cada argumento é feita através da análise dos eventos e acontecimentos que foram marcantes para o país e que serviram de charneira para a mudança do pensamento sobre a problemática da habitação, e que levaram à instituição e adaptação de programas, iniciativas e políticas de promoção de habitação pública. Tal como no capítulo anterior, as designações portuguesas são apresentadas, por ordem cronológica e associadas ao programa ou política, consequente do acontecimento mais relevante que lhe dá fundamento, demonstrando as suas alterações terminológicas, quer no sentido literal como ideológico. No entanto, neste capítulo, por se tratar do estudo de apenas um país, dá-se destaque a mais de uma política e argumento por evento ou acontecimento relevante.

No subcapítulo 'Arquitectura de Consequências', as tentativas nacionais de resolver o problema da habitação para a população economicamente desfavorecida é apresentada tanto através dos usos das palavras associadas à arquitectura como através das diferentes práticas arquitectónicas e urbanísticas, resultantes das alterações políticas e sociais. Os argumentos são encarados e questionados sob diversos factores, como por exemplo, os benefícios que trouxeram ou não e qual o seu resultado na procura da igualdade e heterogeneidade social nas sociedades, cidades e edifícios.

Em Portugal, o primeiro termo a designar uma habitação promovida publicamente foi 'Casas Económicas', argumento que pretendia substituir o rótulo 'Bairro Operário', em 1918, até porque anteriormente as casas proporcionadas pelas Cooperativas de Habitação não foram significativas quantitativamente, não tendo igual destaque ao de outros países da Europa, para adquirir uma designação no seu tempo. Os conceitos posteriores quase só variam ideologicamente, até porque o seu vocabulário é muito semelhante, iniciam sempre com o mesmo termo 'Casa' e têm o 'Aposto' variável, ou do povo, para pescadores, para famílias pobres, desmontáveis, de renda limitada ou de renda económica, acompanhando e/ou seguindo fielmente os programas europeus, apesar do atraso nacional em relação à Europa. Em 1952, com a criação do I Plano de Fomento, dá-se início à ruptura das designações 'Casa+Aposto', e arranca decididamente a construção de novos argumentos. Em 1969 é criado o Fundo de Fomento de Habitação (FFH) e em 1974 o Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL), onde estas duas iniciativas não indicam qualquer designação para as casas resultantes das suas promoções directas (só posteriormente são intituladas de 'Habitação Social').

As políticas de habitação portuguesas, desde 1910 até aos dias de hoje, tiveram diversos modos de e onde se materializarem, em parte resultantes da absorção dos conhecimentos que traziam da Europa, mas também da tentativa de os adaptarem e reinventarem para o contexto nacional e do esforço de criar um modelo mais português. Em muitos dos casos, a sequência de programas e políticas procurava corrigir os fracassos e aproveitar os sucessos anteriores, mas noutros tentava explorar soluções dispares, e foi esta diversidade de tentativas que ajudou os programas sucessores a procurarem o melhor modo de encarar a problemática.

Nos dias de hoje, e tal como na Europa, o (pre)conceito mais empregue para definir a habitação para as classes mais baixas da sociedade é 'habitação social', e se este conceito surge pela primeira vez em 1950,

na Alemanha (200 anos após a primeira e significativa promoção de habitação), em Portugal só chega, como designação política, em 1983⁶⁵. No entanto, se nos restantes países europeus, os rótulos derivavam das políticas em vigor ou do acontecimento que tinham originado a sua nomenclatura, em território lusitano, os termos que os governantes pretendiam que as habitações tivessem é que originam o nome da política que decretava sua a construção. As mudanças sentidas e os rótulos ou novos argumentos da Arquitectura no âmbito da dita 'Habitação Social', nomeadamente na forma de desenhar a habitação e a sua implantação na cidade, foram uma reacção aos contextos distintos que proporcionaram a sua construção. E dentro destes modos de planear, projectar e executar resultantes, nem todos foram benéficos para a sociedade e para as pessoas, pois este conceito (Social) parece distante da sua realidade, tanto actual como passada, pois independentemente da classe social do público-alvo destas habitações, todas as pessoas e todas as casas pertencem à Cidade e consequentemente à Sociedade.

As habitações e os seus argumentos, nestes mais de 100 anos, tentaram reflectir (sobre) a sociedade e a cultura portuguesa, através da arquitectura e da cidade, que em conjunto com os ideais políticos permitiram um olhar mais vasto, mas ao mesmo tempo específico, sobre o tema do direito (de todos) à habitação, para que esta seja mais do que um abrigo, seja uma casa.

⁶⁵ "O conceito de «habitação social» foi introduzido em Portugal em 1983, mas a intervenção pública do Estado nesta área é vasta e muito anterior a esta data. A habitação social é também designada por vezes como «habitação de interesse social», «habitação pública» e ainda «habitação a custos controlados»." Fonte: Romana Xerez, Pedro G. Rodrigues, Francielli D. Cardoso, "A política de habitação em Portugal de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas" *In* Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. P.478

Arquitectura de Consequências

“A arquitectura é antes de tudo servir as pessoas e a sociedade. Esta é a responsabilidade do arquitecto: projectar prédios que cumprem com o seu propósito prático, unir pessoas e nos conectar ao mundo natural, preservando recursos preciosos.”

Steven Ehrlich

Desde sempre, a questão da habitação foi encarada como uma problemática iminente e de máxima importância, e deste modo, até aos dias de hoje, o debate relativamente à quantidade e qualidade da habitação, especialmente de promoção pública, tem sido o programa, ou temática arquitectónica, mais submetido a revisões.

Em Portugal, tal como na restante Europa, as revisões do tema da casa foram necessárias, devido ao crescimento e à legítima revolta dos membros da sociedade que tinham dificuldades em encontrar uma casa adequada para viver, que respondesse tanto às suas necessidades como ao orçamento familiar disponível para esta despesa. Ao longo dos tempos, diversos e distintos programas políticos tentaram fornecer oportunidades de explorar novas alternativas de resolução do problema da habitação com base em modelos e regulações testados na Europa e agora adaptados ao contexto português.

A Revolução Industrial, em Portugal, comparativamente com outros países da Europa, como Inglaterra e França, teve pouca manifestação e consequentemente menores problemas habitacionais e urbanos. Mas apesar destes problemas não terem a escala internacional e europeia, a percentagem de pessoas sem habitação ou em casas insalubres foi relativamente proporcional, mas com muitos anos de atraso até esta questão ser reflectida com peso que suprimisse as necessidades.

Neste capítulo, o contexto histórico português da habitação de promoção pública e das influências que levaram à criação dos diversos programas e iniciativas relacionados com este tema é feito, tal como no capítulo

‘Panorama Geral: Europa’, a partir dos grandes eventos e factos relevantes, apresentando os distintos acontecimentos, situações e acções implementadas, pelos vários órgãos políticos e pela concepção de instituições nacionais, destacando os que de alguma forma foram os primeiros a procurar soluções diferentes para o problema da habitação.

No panorama português, as iniciativas têm mais destaque no plano político, económico e urbanístico do que propriamente no plano arquitectónico e social, e o contexto nacional é analisado a partir da primeira iniciativa ou programa de promoção pública de habitação destinada “a conseguir a construção em grande escala de casas económicas, com todas as possíveis condições de conforto, independência e higiene, destinadas principalmente nas grandes cidades aos que, por carência de recursos materiais, têm sido obrigados até agora a viver em residências infectas, sem luz nem ar, e por isso gravemente nocivas à saúde dos que as habitam.”⁶⁶. A abordagem é iniciada com a Implantação da República Portuguesa (1910), em consequência de ter significado a ruptura do modo de governação em Portugal, por ter sido o primeiro evento a expor preocupações sobre a falta de habitação (e direitos) para todos igualmente, e também por ter, de algum modo, representado a existência de todos os acontecimentos relacionados com a promoção de habitação e criação das iniciativas que tentavam mostrar pensamentos políticos, e arquitectónicos, originais por parte dos governos, e posteriormente por parte dos arquitectos. Afirma Lebbeus Woods⁶⁷:

“Arquitectura é um acto político, por natureza. Tem a ver com as relações entre as pessoas e como elas decidem mudar as suas condições de vida. E a arquitectura é um instrumento primordial para fazer essa mudança - porque tem a ver com a

⁶⁶ Decreto n.º 4137. Diário do Governo, 1.ª série, n.º 87, de 25 de Abril de 1918., P.451

⁶⁷ Lebbeus Woods (1940-2012) foi um arquitecto e artista americano conhecido pelos seus desenhos não convencionais e experimentais, com uma filosofia de reconfiguração do espaço arquitectónico em ambientes de crise, seja natural, social, política e financeira.

construção do ambiente em que eles vivem e os relacionamentos que existem nesse ambiente.”⁶⁸

Os eventos que levaram aos acontecimentos mais notáveis, da promoção de habitação, foram a, outrora mencionada, Implantação da República, onde o regime republicano, entre 1910-1926, levantou o questionamento da falta de habitações saudáveis para a classe operária e trabalhadora, o Estado Novo, entre 1933-1974, período no qual, apesar do país atravessar um regime autoritário, foram instituídas diversas políticas, iniciativas e programas de promoção de habitação para as classes económicas mais desfavorecidas, e a Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974, onde a população portuguesa ganha definitivamente liberdade de expressão e possibilidade de lutar pelo direito à cidade e direito à habitação. Afirma Sérgio Godinho:

“Só há liberdade a sério quando houver

A paz, o pão,

Habitação,

Saúde, educação,

Só há liberdade a sério quando houver,

Liberdade de mudar e decidir,

Quando pertencer ao povo o que o povo produzir.”⁶⁹

⁶⁸ Lebbeus Woods cit. por Geoff Manaugh, “Without Walls: Na Interview with Lebbeus Woods”. BDLBLOG, 2007.

⁶⁹ Sérgio Godinho, *Liberdade*. 1974.

Implantação da República

1910

A Implantação da República Portuguesa de 1910 foi o resultado do golpe de Estado organizado pelo Partido Republicano Português iniciado a 2 de Outubro e cessado na madrugada do dia 5, após diversas tentativas fracassadas de revolução (a de maior importância a 31 de Janeiro de 1891⁷⁰), com a vitória republicana, exonerando a monarquia constitucional em vigor desde 1143, ano da independência de Portugal. A proclamação da república, por José Relvas⁷¹ na varanda do edifício da Câmara Municipal de Lisboa, simboliza o início de um novo período para os habitantes de Portugal, onde poderiam obter (exigir) mais direitos e participação política e social, por se tratar de um “regime político em que o chefe de Estado é eleito pelos cidadãos ou pelos seus representantes, tendo a sua chefia uma duração limitada por lei.”⁷²



Fig. 106 – José Relvas na varanda da Câmara Municipal de Lisboa, 1910



Fig. 107 – Governo Provisório da República Portuguesa, 1910

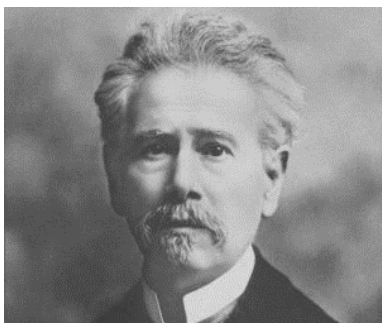


Fig. 108 – Teófilo Braga

Enquanto que a Monarquia cedia perante as exigências e interesses ingleses, gerava gastos infindáveis, mancipava o poder eclesiástico, provocava instabilidade política e social e era incapaz de acompanhar e se adaptar à evolução, a República afirmava-se capaz de devolver ao país e às pessoas a valorização outrora perdida. A 6 de Outubro é anunciada, através do Diário do Governo⁷³, a primeira Constituição do Governo Provisório da República com presidência de Teófilo Braga⁷⁴.

Apesar de dificultada a estabilização da República, pela pressão dos defensores monárquicos que através da forças armadas tentaram

⁷⁰ Em 31 de Janeiro de 1891 deu-se, no Porto, a primeira revolta militar contra a monarquia e em oposição à forma como o reino reagiu ao ultimato vindo de Inglaterra, em que ou os Portugueses desocupavam os territórios situados entre Angola e Moçambique (mapa cor-de-rosa) ou o governo inglês declarava guerra a Portugal. A guarda municipal, fiel à monarquia e com uma descarga de fuzis, venceu os revoltosos e colocou em fuga civis e militares. Neste confronto houve cerca de 12 mortos e 40 feridos. Fonte: Joana França Martins, Reconstituição da revolta republicana de 1891. RTP, 2010.

⁷¹ José de Azevedo Mascarenhas Relvas (1858-1929) foi um político republicano português. Ministro das Finanças do Governo Provisório (1910-1911) e implementou a Reforma Monetária que originou a criação do Escuro.

⁷² “República”. Dicionário Infopédia, 2003-2019.

⁷³ O Diário do Governo (1869-1976) era o jornal oficial da Nação Portuguesa. A partir de 1976 passou a designar-se de Diário da República.

⁷⁴ Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843-1924) foi poeta, sociólogo, político, filósofo e ensaísta literário português. Presidente do Governo Provisório da República Portuguesa (1910-1911) e 2º Presidente da República Portuguesa entre Maio de 1915 e Outubro do mesmo ano, em substituição de Manuel de Arriaga.

retomar o poder e pelas manifestações do movimento operário influenciado pelas ideias anarquistas que reflectiam o que se espalhava pela Europa, o Governo Provisório concedeu absolvição a todos os crimes de desobediência e contra a implementação do Estado, neste período de mudança. Foram institucionalizadas medidas e leis a favor de iguais direitos entre géneros e trabalhadores, como o direito à greve, as guardas municipais individualizadas passaram a funcionar como um corpo global e a chamar-se Guarda Nacional Republicana (GNR), e todos os símbolos nacionais foram alterados, como a bandeira, o hino, a moeda e até a ortografia foi simplificada com a Reforma Ortográfica de 1911.

Em Junho de 1911 é aberta oficialmente a Assembleia Nacional Constituinte, em resultado das eleições de Maio do mesmo ano, onde os poderes conferidos a Teófilo Braga são entregues à Assembleia. Com a aprovação da Constituição Política da República Portuguesa e a eleição de Manuel de Arriaga⁷⁵ como Presidente da República, o Governo Provisório entrega a sua demissão, pondo fim a mais de dez meses de mandato e começando a Primeira República Portuguesa.

Mas não existiram apenas dificuldades políticas, pois ainda que tenha sido instituída a igualdade política, onde todos tinham liberdade de expressão e associação partidária e direitos eleitorais, não despontou da mesma forma a igualdade social. A grande massa populacional continuava pobre, com condições de vida precárias e com um elevado grau de analfabetismo. Esta dificuldade em controlar o aspecto social da nação fez com que extensas áreas do país comessem a ficar despovoadas devido ao fluxo constante de emigrantes, que saíam de Portugal para procurar melhores condições de vida e maiores rendimentos, o que provocou efeitos negativos na produção agrícola e consequentemente sobre a economia nacional.

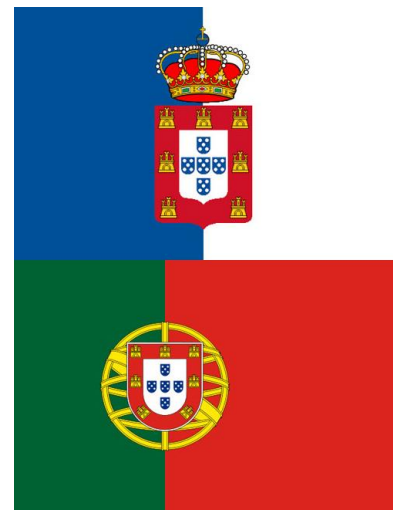


Fig. 109 – Bandeira Nacional Monárquica (em cima) e Republicana (em baixo)



Fig. 110 – Proclamação da República Portuguesa, Palácio de São Bento, Lisboa, 1911

⁷⁵ Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue (1840-1917) foi advogado, professor, escritor e político português. Foi também o 1º Presidente da República em Portugal entre 1911 e 1915 e sucedido por Teófilo Braga.

Outro elemento significativo que teve peso no agravamento da situação económica e social, em Portugal, foi a participação na Primeira Grande Guerra, como forma de tentar proteger as colónias, que trouxe um investimento incomportável e uma elevada taxa de perdas de vida. No entanto, em conjunto com os efeitos da guerra, a instabilidade governativa, as controvérsias políticas, o desassossego social e o atraso relativamente ao resto da Europa contribuíram para a decadência das finanças públicas portuguesas e para o agravamento da falta de condições de vida e de apoio aos mais desfavorecidos.

Como no resto da Europa, o país também passava por enormes riscos de epidemias e incêndios, tanto pelas condições habitacionais como pela falta de higiene urbana (saneamento, água e lixo). Mas se os países europeus avançavam a ritmos diferentes na industrialização, as medidas tomadas legislativamente sobre a higiene e melhor organização urbana, principalmente das áreas habitacionais, impondo a manutenção das ruas e maior controlo sobre a construção de novas casas e sobre as suas condições de habitabilidade, chegam também a ritmos distintos.

E em Portugal faziam-se sentir significativamente as consequências do atraso de mais de 90 anos em relação ao que estava a acontecer na Europa. Enquanto que em Inglaterra a Revolução Industrial iniciou-se em 1760, em Portugal só em 1852 é criado o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, e apenas em 1856 (96 anos depois do início da revolução) surge o aparecimento da primeira máquina a vapor no país. Os primeiros progressos portugueses significativos da industrialização surgem 23 anos depois da chegada da revolução, com a intensificação da mecanização, crescimento do registo de patentes e aumento da produtividade em massa.



Fig. 111 – Hastear da Bandeira Portuguesa na Primeira Grande Guerra, 1914



Fig. 112 – Representação da Máquina a Vapor a Portugal, Lisboa, 1856

Até ao fim do século XIX, os problemas da habitação eram apenas interpretados sob o ponto de vista urbano e na resolução dos problemas sanitários, com a convicção de que seria suficiente para melhorar as condições de vida das pessoas.

Com a Implantação da República pretendia-se diminuir este atraso considerável, tanto no desenvolvimento do país, pois até esta altura as indústrias nacionais eram familiares, pequenas e artesanais, como na melhoria da higiene, quer individual quer das cidades, das condições habitacionais do país e da distribuição populacional. O litoral norte era relativamente mais povoado por causa da existência de solos mais férteis e portos marítimos, mas o crescimento demográfico acentuou-se nas duas principais cidades, Porto e Lisboa, levando à implantação das indústrias nesta região, mas com a população a viver mal e a abandonar o campo para procurar melhores empregos e casas nas cidades (e estrangeiro) provocou também uma grande procura de habitações por parte da classe operária. Mas esta procura fez aumentar a exploração sobre as casas e sobre o preço do solo. Segundo afirma Eduardo Geda⁷⁶:

“Perante a urbanização galopante, a deserção dos campos, o afluxo das populações rurais para a cidade, é preciso acima de tudo, alojamento. Porém, a construção de alojamentos para a classe menos favorecida não é uma operação muito vantajosa no plano financeiro. Por isso, os promotores construtores preferem construir alojamentos mais luxuosos, a preço de venda elevado, ou alugados de maneira a constituírem uma boa fonte de lucros durante largos anos. Sobretudo quando os construtores conseguem com a cumplicidade dos técnicos e dos urbanistas, concentrar no menos espaço possível, um grande número de apartamentos que alugam ou vendem sem se preocuparem em saber se essas zonas habitacionais oferecem o mínimo de equipamentos (...)”⁷⁷

Se anteriormente, as cooperativas e as suas habitações eram já um acontecimento que tentava solucionar os problemas relacionados com a promoção de habitação através unicamente de entidades privadas, tal como todas as iniciativas deste carácter nos restantes países europeus,



Fig. 113 – População rural no norte do país, s/d



Fig. 114 – Captura de ecrã do Documentário ‘Lisboa: o Direito à Cidade’ de Eduardo Geda, representando os Edifícios luxuosos, Lisboa



Fig. 115 – Captura de ecrã do Documentário ‘Lisboa: o Direito à Cidade’ de Eduardo Geda, representando os terrenos onde eram localizadas as construções, Lisboa

⁷⁶ Eduardo Geda (1945-...) é um cineasta português, professor e ensaísta.

⁷⁷ Eduardo Geda, *Lisboa: o Direito à Cidade*. RTP, 1975. Min. 19:45

em Portugal, para resolver a questão problemática da falta de habitação com o mínimo de qualidade e conforto, com a subida da classe média ao poder surgiram no parlamento as primeiras leis que visavam a construção de habitações operárias e que resultaram no aparecimento das primeiras intervenções públicas directas, o programa das Casas Económicas em 1918. Afirma Eduardo Geadá:

“Da tentativa urgente de uma solução para a grave crise de alojamento, que pode ser uma fonte de conflitos sociais e de insatisfação e inquietação para o proletariado, nasceram, por conseguinte, as cidades dormitórios, que crescem nos subúrbios, à volta das grandes cidades.”⁷⁸

A Implantação da República foi o primeiro evento em Portugal a partir do qual se começou a pensar pública e parlamentarmente no problema da habitação para a (que pensavam ser a) classe mais desfavorecida, a classe trabalhadora. Mesmo com os progressos e as positivas evidências da implantação de um governo republicano em Portugal, como estava a acontecer noutros países da Europa, os republicanos insatisfeitos, os que defendiam a restauração de regime anterior, os católicos que tinham perdido os seus privilégios com o fim da Monarquia e alguns militares e civis com pensamentos fascistas formam uma conspiração contra a República e provocam um golpe que instaura uma Ditadura Militar e que dará lugar ao Estado Novo.

⁷⁸ Eduardo Geadá, *Lisboa: o Direito à Cidade*. RTP, 1975. Min. 29:34

Casas Económicas

Casas Económicas foi o primeiro termo, distinto do das iniciativas europeias, atribuído pelo Estado, a um programa de promoção de habitação pública em Portugal, em 1918, que pretendia apoiar as classes menos abastadas, como trabalhadores industriais e operários e empregados públicos, através da construção e venda/arrendamento de casas salubres, tal como as cooperativas de habitação já tinham proposto, mas com financiamento maioritariamente público.

As Casas Económicas foram o argumento português construído para a substituição da designação 'Bairros Operários'. Devido ao atraso português na Revolução Industrial, os programas de habitação sofreram adaptações temporais, ao contrário dos restantes países europeus, as primeiras iniciativas de promoção de habitação em Portugal foram por via de Cooperativas de Habitação e não por entidades privadas, como os grandes industriais.

O início da República coincidiu com a estabilização industrial no país e consequentemente com a ascensão da classe média. Sendo que as fábricas eram o novo ganha-pão das famílias portuguesas, nas grandes cidades surgia, por parte dos burgueses industriais, a construção de uma nova (mas não positiva) tipologia de habitação operária, de grande densidade, pequena, pobre e insalubre, as Ilhas no Porto e as Vilas e Pátios em Lisboa, agravando as condições de vida e habitação das pessoas com menores capacidades de sustento. Como o Estado Português percebeu que as cooperativas já não conseguiam responder à procura e necessidade de habitação e os proprietários industriais não solucionavam a sua falta ao mesmo ritmo que por exemplo, Inglaterra e França, foi implementada a 'Lei do Arrendamento', onde as rendas passavam a ser pagas mensalmente e eram 'congeladas' de forma a que o seu valor só pudesse ser alterado a cada dez anos e num máximo de 10% e condicionar os despejos das famílias de classe baixa.



Fig. 116 – Ilha do Porto no início do séc. XX



Fig. 117 – Ilha do Porto na Travessa de Antas, s/d



Fig. 118 – Vila Dias, Xabregas, Lisboa, s/d

Após diversos decretos-leis, instituídos em 1918, que pretendiam incentivar a construção de habitação operária com qualidade através de entidades privadas, ocorreram as primeiras intervenções de bairros e colónias operárias, mas de iniciativa pública directa e camarária. As casas económicas, para além de, supostamente, terem custos de construção muito baixos, tinham rendas bastante acessíveis, com preços estabelecidos com base nas suas características, localização, tipologia e número de quartos e existência de quintal ou não, onde quanto menos pontos positivos, menor o valor da renda. O acesso às casas funcionava, tal como a estratégia que tinha sido adoptada em Inglaterra, por meio de arrendamento ou através do direito de propriedade resolúvel, por um período máximo de 20 anos.

A construção destas casas pretendia seguir as inspirações deixadas pelas *Habitation à Bon Marché* resultantes da Lei Siegfried de 1894, em França, mas acabou por ter, inicialmente, como modelo os primeiros bairros operários europeus, onde os ricos e os pobres pertenciam a territórios geográficos distintos. Segundo Eduardo Geada:

“A segregação das classes sociais pela cidade operou-se muito cedo, resultando na aparição de bairros, tendo cada um, uma vida original e comunitária. Foi a partir do momento em que o trabalho deixou de efectuar-se no local de habitação ou a curta distância, quando a Revolução Industrial, ignorando os problemas do alojamento e do afastamento progressivo das massas trabalhadoras do centro urbano, impôs a sua localização no espaço, que a degradação funcional da cidade começou a surgir, para atingir o estado que hoje deploramos. A pobreza alia-se frequentemente a uma densidade populacional elevada, não porque a alta densidade cria pobreza, mas porque as classes pobres apenas podem obter um alojamento limitado.”⁷⁹

⁷⁹ Eduardo Geada, *Lisboa: o Direito à Cidade*. RTP, 1975. Min. 52:19

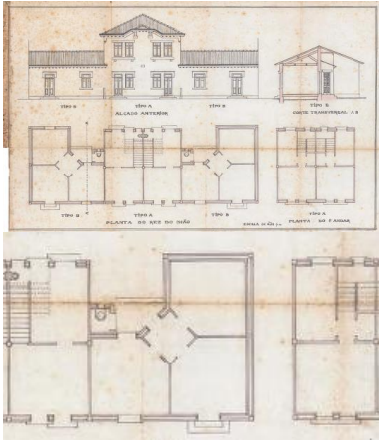


Fig. 119 – Desenhos de Casas Económicas geminadas, Porto, 1918



Fig. 120 – Desenho perspéctico do Bairro Arco do Cego, Lisboa, 1919



Fig. 121 – Bairro Arco do Cego, Lisboa, 1919



Fig. 122 – Bairro Arco do Cego, Lisboa, 1919

Originalmente o programa das Casas Económicas estipulava que algumas destas casas fossem localizados também nos centros, mas a construção foi feita maioritariamente nos arredores, com uma implantação e configuração simples, com dimensão pequena aparente e com uma imagem rural⁸⁰. Estes bairros inicialmente eram constituídos por casas individuais e isoladas ou por casas em banda, onde cada casa era composta por quartos (entre 1 e 3), sala de estar, uma cozinha (que servia como espaço de refeições), um quarto de banho e outros usos e serviços (quarto de banho de serviço, despensa e arrumações) e sempre que possível com quintal e um jardim. As ruas eram tratadas, e de calçada, com passeios laterais e sistema de saneamento público e de águas pluviais. Afirma Geada:

“Separadas por simples ruas, as casas dos trabalhadores concentram-se em redor das fábricas, como se na realidade, aos operários nada mais restasse, do que o trabalho obrigatório e uma vida íntima reduzida à recuperação quotidiana da energia indispensável à produtividade do seu trabalho no dia seguinte e nos outros dias e sempre.”⁸¹

Eram integrados também edifícios e serviços públicos, nas construções mais afastadas dos centros principais, como escolas, creches e transportes e todos os (escassos) espaços públicos exteriores tinham iluminação, limpeza e sistemas de água pública e lavadouros.

A solução construtiva tinha como elementos a alvenaria de pedra e cal, tijolo e cimento simples ou armado, para garantir condições de duração, conservação, permeabilidade e higiene, e as áreas generosas que algumas construções tinham, acabaram por provocar conflitos na cidade por quererem igualar as casas operárias às casas pequeno-burguesas.

⁸⁰ Estas características urbanísticas mantêm-se praticamente intactas até ao fim da Segunda Guerra Mundial em 1945. Apenas no bairro do Arco do Cego (1918-1935) é construído com 3 andares, mas mantendo o carácter de uma aldeia dentro da cidade de Lisboa.

⁸¹ Eduardo Geada, *Lisboa: o Direito à Cidade*. RTP, 1975. Min. 09:32

O sucesso da promoção das Casa Económicas sustentava-se no apoio de diversas entidades privadas e públicas, como as cooperativas de habitação, sociedades de construção, indústrias e o Estado. Mas as entidades privadas não demonstravam interesse em construir habitações, pois os custos eram ainda relativamente elevados, ninguém tinha experiência neste tipo de acção e a economia nacional estava numa fase particularmente desfavorável, deixando esta tarefa para o Estado, que estava empenhado no êxito desta iniciativa, mas a promoção pública foi ficando atrasada, pois os órgãos políticos estavam dedicados a fazer as entidades privadas investirem.

O número de construções finalizadas neste período em relação às necessidades de habitação das grandes cidades, Lisboa e Porto, é muito baixo e não mostra resultados benéficos significativos, e a qualidade da construção ficava aquém do estipulado por lei o que resultava em zonas habitacionais que funcionavam como abrigos, onde tudo o resto era marginalizado. Grande parte das construções são terminadas a partir de 1933, no período do Estado Novo, a maior fatia da população mais necessitada continuava a viver em casas e territórios insalubres, nas já mencionadas Ilhas, Vilas e Pátios, ou então em antigos edifícios degradados e sobrelotados e em barracas autoconstruídas, o que acabou por tornar esta política num fracasso.

Durante este período, as iniciativas de promoção e construção de habitação, apesar de insuficientes face à demanda, demonstram que o Estado português começou a pensar (fora do campo arquitectónico, pois o interesse por parte dos arquitectos no desenho das casas económicas era praticamente nenhum) sobre as questões de salubridade urbana e habitacional, de falta de habitações e do bem-estar social nas duas maiores cidades do país.

Estado Novo

1933-1974

O Estado Novo foi o regime político que sucedeu a I República Portuguesa, com aspirações semelhantes aos regimes de Mussolini em Itália e de Hitler na Alemanha. Este regime vigorou sob direcção de António de Oliveira Salazar e teve a duração de 41 anos ininterruptos (1933-1974).

A designação oficial deste período, 'Estado Novo', é criada com bases ideológicas e de propaganda, com a intenção de se demonstrar diferente da Ditadura Nacional Militar⁸² (1926-1933) que era assente em concepções autoritárias, ditatoriais e antiparlamentares. Este regime também foi chamado de Salazarismo⁸³ reflectindo que o Estado era centrado na figura de Salazar como 'chefe' e no seu estilo de governar o país. Este regime mostrava muitas influências fascistas e era caracterizado pela abominação do liberalismo político, pois a Assembleia Nacional era representada apenas pelos sectores apoiantes do regime, pela censura, tanto nas publicações periódicas como em rádio e televisão, onde só podiam ser expostas ideias que fossem de encontro às do Estado, pela existência de uma polícia política (PIDE), por ter um discurso e práticas anticomunistas, uma economia nacional fechada e um forte controlo sobre o movimento sindical, onde o operariado e o patronato tinham aparentemente os interesses conciliados.

Este regime estabeleceu-se em Portugal numa fase em que a economia estava relativamente consolidada, mas onde a política de habitação e urbanística não tinha introduzido diferenças relevantes. Com a promulgação da Constituição de 33, começaram-se a preparar, legislativamente, as bases políticas que pretendiam influenciar este



Fig. 123 – Assembleia Nacional Constituinte de 1933, Lisboa



Fig. 124 – Carlota Pereira Queirós, 1ª mulher deputada entre 214 homens na Assembleia Nacional de 1933, Lisboa



Fig. 125 – Sala das Sessões da Assembleia Nacional, Lisboa, 1949



Fig. 126 – Capa do jornal 'Diário de Lisboa', 1933

⁸² Com os políticos republicanos sem capacidade para resolver os problemas do país, os militares desferem um golpe a 28 de Maio de 1926, onde a maioria das unidades militares do país sublevam-se e os partidos republicanos são afastados do poder. A Ditadura Nacional Militar termina com a entrada em vigor da Constituição portuguesa de 1933, que institucionaliza o Estado Novo.

⁸³ Em referência a António de Oliveira Salazar (1889-1970), fundador e líder do Estado Novo até 1968. No período do Estado Novo, o país também foi governado por Marcello Caetano entre 1968 e 1974.

período. Independentemente do modo como se regia o país, o alcance político e social do problema da habitação reflectiu-se extremamente importante para o regime, pois a habitação, ou a sua promoção, tornou-se numa ferramenta política e ideológica para o Estado afirmar a sua capacidade de resolver os problemas sociais e de estabilizar o país. E de outra forma relevou-se também um modo distinto e notável de passar o discurso nacionalista, através da materialização do discurso fundamentado nos valores culturais nacionais e da até agora teorização do modelo da 'Casa Portuguesa'⁸⁴. Salazar achava que só se poderia manter a ordem social e política no país através da Casa e da Família, onde esta era vista pelo chefe de Estado como um pilar fundamental da sociedade, sendo a habitação própria indispensável.

A construção de casas após a criação do Estado Novo acabou por continuar a política das Casas Económicas da I República, pois esta tinha fracassado quantitativamente e por consequência, política e socialmente, e contrariamente ao que se passava no resto da Europa, que os programas e políticas habitacionais seguiam as bases do Modernismo, trazidas pela Bauhaus, CIAM e Carta de Atenas, em Portugal o âmbito das Casas Económicas de 1933 continuava a seguir o mesmo modelo inglês, adoptado pelo Estado português em 1918. A continuação do programa iniciado no regime republicano serviu, não só para acabar as construções pendentes do período anterior, mas, também para iludir a população de que o antigo regime não tinha sido, nem seria, esquecido e a nova política de Casas Económicas do Estado Novo seria distinta e bem-sucedida, fazendo o Estado assumir-se como o impulsionador de casas próprias salubres.

O programa de Casas Económicas de 33 pretendia solucionar definitivamente com o problema da habitação das classes operárias e trabalhadoras e foi decretado o Fundo de Casas Económicas, em que o Governo estava autorizado a promover a construção de habitações com

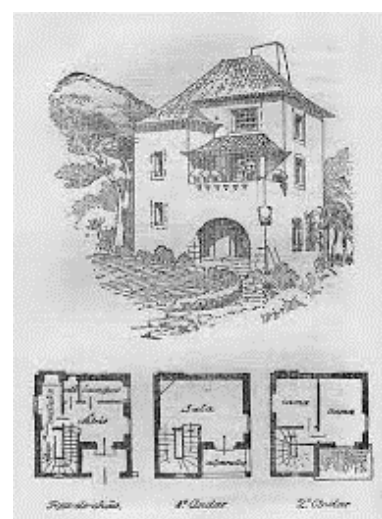


Fig. 127 – Desenho de uma Casa Portuguesa do livro *A Nossa Casa* de Raúl Lino, 1918

⁸⁴ Influência do imaginário da Casa Portuguesa do Arquitecto Raúl Lino

apoio das Câmaras Municipais, corporações administrativas e organismos do Estado, sendo claro que, apesar da 'liberdade' dada às entidades autorizadas a construir casas económicas, o Estado tinha o controlo total sobre as iniciativas e as Câmaras Municipais eram as únicas responsáveis pela expropriação dos terrenos para construção e pela construção da rede viária e infra-estruturas.

A criação, ou continuação, do (novo) programa de promoção de habitação permitia o acesso a uma casa às famílias menos favorecidas economicamente através do regime de propriedade resolúvel tal como em 1918. As casas pagas mensalmente, com uma prestação que tinha relação directa com o rendimento da família e com o número de constituintes do agregado familiar, num período de 20 anos, passariam a ser propriedade efectiva do morador, remetendo à ideologia política do governo, da promoção de casa própria. Apesar do governo ter decretado que a solução social e económica para a crise da habitação era a promoção de habitação acessível a todas as classes, a atribuição das casas era realizada por um sistema de concurso aos chefes de família entre os 21 e os 40 anos de idade e que fossem ou empregados, operários, ou sócios de algum Sindicato Nacional, ou funcionários do Estado ou civis e militares de corporações administrativas.

Embora os fundos nacionais destinados à construção de habitação fossem maioritariamente gastos na construção de Casas Económicas, deixando os programas 'Casas do Povo', 'Casas para Pescadores', 'Casas para Famílias Pobres', 'Casas Desmontáveis', 'Casas de Renda Limitada' e de 'Casas de Renda Económica' praticamente sem apoio e muito pouco operacionais. Só no rescaldo da 2ª Guerra Mundial, em 1945, é que uma pequena fatia do dinheiro público foi distribuída para a construção destes programas e para empréstimos à habitação e posteriormente para uma nova política e uma instituição de promoção de habitação, que veio tirar o foco das Casas Económicas (apesar deste programa só ter terminado em 1974), o Fundo de Fomento de Habitação e a Fundação Salazar, respectivamente.

Durante o Estado Novo, os programas de habitação pública construíram habitações para as famílias mais carenciadas em diversas cidades do país, fundamentalmente em conjuntos urbanos em desenvolvimento e crescimento exponencial, tais como Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Guimarães, Bragança e Olhão.

Casas Económicas

Tal como aconteceu com a política de promoção de habitação da I República, com o início do Estado Novo, as iniciativas de construção de casas para as pessoas mais fragilizadas economicamente serviram como argumentos portugueses para garantir habitação para todos, como já se estava a fazer na Europa há alguns anos. Porém, estes argumentos também adquiriram termos específicos, maioritariamente criados pelo Estado já com a intenção primordial de que as casas construídas com iniciativa pública obtivessem uma designação que as caracterizasse e ao mesmo tempo que afirmassem o poder político do Regime Ditatorial Português.

Se nas Casas Económicas da I República havia uma separação nítida entre as casas das diferentes classes sociais, nas Casas do Estado Novo, não só esta divisão se manteve, como se acentuou claramente a nível social, pois o Estado fazia questão de que as casas fossem identificadas pelo termo 'Casas Económicas', e a nível arquitectónico. Enquanto que para os arquitectos novas soluções e estéticas arquitectónicas e urbanísticas começam a aparecer e a surgir sinais de modernidade, devido aos debates e influências internacionais, como o programa ideológico da Bauhaus e o uso do léxico e pensamentos funcionalistas tratados no CIAM II de Frankfurt em 1929, para o Estado estes ideais não são aceites, pois as obras públicas deviam servir como ostentações do país e ter presentes a ideia de Nação e valores estéticos que representassem a imagem do poder. Esta situação fez aumentar o distanciamento social entre as habitações e consequentemente entre a sociedade.



Fig. 128 – Mulher e Criança como representação da Família e da Nação. Casa Económica não identificada, Porto, 1930-1960

Assim, com as bases da Constituição de 1933, para além das obras públicas, era possível aplicar as bases da Nação e do conceito de família⁸⁵ (definido pelo regime) em todo o país através da habitação, que,

⁸⁵ A família no Regime do Estado Novo devia ser humilde e modesta com casa própria com quintal.

independentemente de estar na cidade ou no campo, tinha de remeter à ruralidade formando aldeias nas proximidades das cidades. O artigo 13.º da Constituição definia que a família era a base da sociedade e como tal

“Em ordem à defesa da família pertence ao Estado e autarquias locais:

1.º - Favorecer a constituição de lares independentes e em condições de salubridade, e a instituição do casal de família; (...)

3.º - Regular os impostos de harmonia com os encargos legítimos da família e promover a adopção do salário familiar; (...)

5.º - Tomar todas as providências no sentido de evitar a corrupção dos costumes.”⁸⁶

Se o primeiro pensamento que ocorre para acabar com a falta de habitação e melhorar as habitações precárias e insalubres é que o ideal seria demolir as Ilhas, Vilas e Pátios e construir novas habitações nos seus lugares, a decisão de Salazar foi outra, pois estas áreas nos centros urbanos eram mais rentáveis para a construção de habitação para as classes mais altas ou para edifícios de serviços e comércio. Pela primeira vez em Portugal, a construção de habitações por parte do Estado demonstrava preocupações urbanas de acordo com os planos das cidades, mas para que a construção das casas fosse o mais barato possível para o Estado, o desenho urbano das Casas Económicas consistia em grupos de habitações, com um edifício de carácter religioso em destaque, em zonas morfologicamente demarcadas e segregadas em relação aos centros urbanos das cidades, mas com boas redes de transportes, devido ao preço elevado dos terrenos nas cidades. Porém, a localização das casas não foi influenciada apenas pelo custo do solo, mas também pela filosofia por detrás desta iniciativa, onde estas pessoas



Fig. 129 – Fotografia aérea do bairro de Casas Económicas do Amial, Porto, 1938-57, do arquitecto Joaquim Madureira



Fig. 130 – Fotografia do bairro de Casas Económicas do Amial, Porto, 1938-57



Fig. 131 – Segregação geográfica do bairro de Casas Económicas de Caselas, Lisboa, 1944-1948, do arquitecto Couto Martins



Fig. 132 – Igreja ao centro no bairro de Casas Económicas de Caselas, Lisboa, 1944-48

⁸⁶ Artigo 13.º da Constituição de 1933. P.9



Fig. 133 – Bairro de Casas Económicas Duarte Pacheco, Braga, 1935-39, do arquitecto Joaquim Madureira

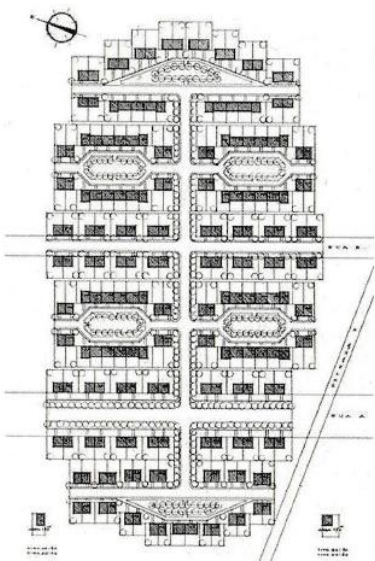


Fig. 134 – Planta do bairro de Casas Económicas do Bom João, Faro, 1941



Fig. 135 – Vista aérea do bairro de Casas Económicas do Bom João, Faro, 1953



Fig. 136 – Interior de uma Casa Económica num bairro não identificado, Porto, 1930-50

deviam residir em zonas mais rurais, o que produzia a imagem da aldeia acima referida, promovendo a segregação social e geográfica.

As Casas Económicas eram habitações unifamiliares independentes ou geminadas, com variação entre 1 ou 2 pisos, e com jardim/quintal próprio, construídas com alvenaria de pedra ou tijolo. O Estado Novo recusava a construção de edifícios de habitação colectiva, pois esta era vista como perigosa para os costumes morais das famílias, por ser mais propícia ao convívio, podendo dar origem a revoltas contra o regime Salazarista. Como dito anteriormente, este modelo baseava-se na ideia da 'Casa Portuguesa', na qual foi fundamental a contribuição de Raúl Lino, e da procura de uma tipologia nacional com bases na casa unifamiliar burguesa. A organização interna, muito semelhante ao programa com o mesmo nome de 1918, reflectia o esforço de atingir uma casa com uma dimensão mínima (influências do CIAM II: Die Wohnung fur das Existenzminimum) e a simplificação do programa da casa e tinha uma distribuição hierarquizada e rígida, cada compartimento tinha uma função fixa devido ao mobiliário⁸⁷ (em poucos casos oferecido) com que os moradores tinham de equipar as suas casas, o número de quartos variava entre 1 e 3, a sala era o espaço da família e de receber (a igreja na Páscoa), a cozinha era também o espaço de comer, o quarto de banho posicionado na parte de trás da casa, os espaços de circulação eram reduzidos ao mínimo e a entrada na casa deixa de ter um hall e passa a ser representada apenas pela porta.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, e apesar de Portugal ter declarado neutralidade durante todo o conflito, o desenvolvimento industrial foi amplificado e o problema habitacional dos centros urbanos foi acentuado devido ao aumento da migração rural para as cidades, principalmente Porto e Lisboa. Por causa deste cenário, nos anos 50, o governo português consentiu a construção de Casas Económicas em edifícios de

⁸⁷ Esta imposição na decoração tinha o intuito de reflectir um carácter pedagógico do regime através da habitação. Esta ideia de cada casa ter um determinado mobiliário é abordada e proposto sob outro ponto de vista no Movimento Moderno.

habitação colectiva, com três ou quatro pisos, flexibilizando a política em vigor, mas apenas por razões pragmáticas. A ideologia e organização interior da casa unifamiliar manteve-se, mas com manifestações do espírito da Carta de Atenas, ao tentar solucionar tanto a questão da habitação como o planeamento urbano numa só intervenção através dos princípios operativos do Movimento Moderno, mas utilizados num contexto político e ideológico bastante diferente, definido em 1948 no Congresso Nacional de Arquitectura⁸⁸.

No entanto, esta visão ideológica da casa, que se reflecte na arquitectura e no plano urbano, revelou-se um dos grandes problemas do Estado Novo, a falta de habitação para toda a população carenciada economicamente, porque para além dos operários e dos trabalhadores públicos haviam mais pessoas e famílias sem condições de obter independentemente uma casa com o mínimo de higiene e conforto. E o Estado ao limitar o acesso a uma habitação digna assumia uma posição de regulação macrossocial a favor de apenas alguns segmentos da sociedade, enquanto as famílias excluídas do programa não conseguiam acartar com as exigências financeiras da compra ou aluguer de uma casa salubre. E em simultâneo, a imposição de que as casas fossem denominadas e reconhecidas pelo aposto 'Económicas', aumentava exponencialmente a distância social entre estas construções e as restantes.

Enquanto que o início da política e iniciativa das Casas Económicas pode ser datado com rigor, com a publicação do Decreto-Lei n.º 23 052, o seu fim faz parte de um processo gradual iniciado em 1974, que pretendia corrigir os casos anteriores pendentes (por motivos políticos) de concessão de uma casa económica, encerrando a política de habitação mais representativa e duradoura do regime.

⁸⁸ O primeiro Congresso Nacional de Arquitectura realizou-se em Lisboa na Sociedade Nacional de Belas Artes, 28 de Maio a 4 de Junho de 1948.

Outras Políticas Públicas de Habitação

O programa das Casas Económicas do Estado Novo, que vigorou entre 1933 e 1974, como já mencionado, destinava-se a grupos sociais de trabalhadores que aos olhos do Estado tivessem rendimentos para assegurar o pagamento mensal da sua casa. Durante o período deste programa, desenvolveram-se duas instituições, as Casas do Povo e as Casas para Pescadores, onde ambos tinham funções semelhantes, o serviço de realizar a Previdência Social⁸⁹ de todos os trabalhadores agrícolas e marítimos, respectivamente. As Casas do Povo e para Pescadores, para além da assistência social, apenas tinham como objectivo a construção de equipamentos públicos, como igrejas e postos médicos e não a construção de habitações, mas estas instituições foram importantes para a criação de programas que ambicionavam a inclusão de outras classes sociais (para além da trabalhadora) no acesso a habitações promovidas pelo Estado.



Fig. 137 – Mensário das Casas do Povo, 1953



Fig. 138 – Bairro de lata das Minhocas, Lisboa, 1938



Fig. 139 – Habitantes de um bairro de lata não identificado, Lisboa, s/d

CASAS DESMONTÁVEIS

Devido ao programa das Casas Económicas não responder a todas as situações de habitação precária, em 1938 foi iniciado o programa das Casas Desmontáveis. Este programa era dirigido às pessoas e famílias que viviam em bairros de lata e barracas, que se multiplicavam principalmente na capital, mas também no Porto e em Coimbra, onde o objectivo era alojar as pessoas em habitações com as condições mínimas de conforto e higiene, mas funcionaria como uma solução transitória. O conceito usado para definir estas construções nada mais era do que a sua descrição em bruto, um termo genérico que realçava o pouco interesse do Estado em tentar integrar os moradores na cidade. Segundo um morador de um bairro de lata:

⁸⁹ A Previdência Social ou seguro social é o programa de seguro público que oferece protecção contra vários riscos económicos, sendo a participação obrigatória. As bases da Previdência social foram instituídas em 1934.

“Nós, habitantes destes bairros de lata, somos desprezados, não só pelo povo que nos rodeia, portanto, que são exactamente o povo que vive juntamente de nós, mas que têm mais possibilidades, portanto, esses indivíduos ignoram-nos. E como nos ignoram, o estado também nos ignora.”⁹⁰

As Casas Desmontáveis eram construídas também em grupos de habitações que formavam bairros e implantadas em zonas periféricas e permitiam a expansão das cidades, pois os bairros de barracas encontravam-se no perímetro do tecido urbano consolidado e a sua realocação permitia tanto que os limites dos centros urbanos aumentassem como a construção de novas habitações nas áreas das antigas barracas. Em termos morfológicos, eram casas simples muito semelhantes às Casas Económicas, tratavam-se de habitações unifamiliares de nível térreo com um pequeno jardim ou quintal. Tinham um sistema construtivo menos dispendioso e com menor durabilidade, com a utilização de fibrocimento e madeira, e em alguns casos iniciais as casas eram mobiladas antes de serem entregues.

A utilização de materiais com menor qualidade, fez com que a construção e manutenção das casas fosse um sistema dispendioso e ineficiente, provocando problemas financeiros, urbanísticos e sociais, o que levou à sua desconsideração por parte dos políticos e da sociedade. Em meados dos anos 40, as Casas Desmontáveis, que eram habitações provisórias, passaram a ser definitivas, devido aos problemas económicos e sociais que se faziam sentir no país. Esta decisão é tomada porque as Casas Desmontáveis estavam a conseguir resolver em grande número o problema da habitação de uma forma ainda mais barata, passando a chamar-se Casas para Famílias Pobres. Neste contexto, surgem três novos programas habitacionais, as Casas Para Famílias Pobres, as Casas de Renda Económica e as Casas de Renda Limitada.



Fig. 140 – Vista aérea do bairro de Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada, Lisboa, 1940



Fig. 141 – Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada, Lisboa, 1937



Fig. 142 – Interior de uma Casa Desmontável da Boavista, Lisboa, 1939



Fig. 143 – Construção das Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada, Lisboa, 1938

⁹⁰ Eduardo Geada, *Lisboa: o Direito à Cidade*. RTP, 1975. Min. 46:34

CASAS PARA FAMÍLIAS POBRES

Em 1945, apesar de já terem sido realizados e iniciados um grande número de construções de habitações, ainda eram notáveis diversos problemas relacionados com a falta ou más condições das habitações, pois muitas vezes os salários baixos não eram compatíveis com o custo das rendas. E com a reflexão sobre o direito à habitação para todos, o Governo e o Ministério das Obras Públicas (MOP) em conjunto com as Casas do Povo e para Pescadores começaram a explorar uma solução para as restantes famílias pobres e as comunidades piscatórias com base nos dois programas que o MOP, entre 1937 e 1938, tinha estratificado, e que proporcionavam a construção de habitações para as classes de baixos recursos económicos, as Casas para Pescadores e as Casas para Famílias Pobres.

Destes dois programas, o que acaba por ter mais apoio e maior número de construção, é o das Casas para Famílias Pobres, também chamado de Casas para Classes Pobres, que foi resultado da mudança da política das Casas Desmontáveis. Esta iniciativa, que já tinha sido pensada em 1938, só teve início em 1945 com o término das Casas Desmontáveis e terminou juntamente com o regime. Tinha as suas bases no modelo das Casas Económicas e promovia a construção da casa mínima, com soluções construtivas definitivas, e foi a iniciativa de promoção de habitação com mais impacto em Portugal, tanto pela sua abrangência geográfica como pelo número de construções realizadas e por conseguir responder às necessidades de habitação para os grupos sociais que não eram incluídos pelas Casas Económicas.



Fig. 144 – Casas unifamiliares para Famílias Pobres, Serpa, Beja, s/d



Fig. 145 – Casas plurifamiliares para Famílias Pobres, Aveiro, s/d

Na fase inicial, entre 1945 e 1950, tal como nas Casas Económicas, o modelo da habitação unifamiliar foi o adoptado, e na década seguinte optou-se pela construção de edifícios de habitação colectiva. Em alguns casos a construção de Casas Económicas e de Casas para Famílias Pobres era feita em simultâneo e no mesmo bairro, mas se assim o fosse, o Estado determinava que as habitações fossem agrupadas por

classes e implantadas em zonas afastadas para que houvesse uma clara distinção entre os dois 'tipos' de habitações. Mas esta divisão não acontecia apenas no zoneamento, o facto das casas, que nos programas anteriores possuíam apostos descritivos, terem agora no nome 'para Famílias Pobres' provocava um distanciamento maior em relação às casas das outras classes sociais e por consequência, aumentava a discriminação e a desvalorização perante a sociedade. Segundo Geada:

“A utilização da cidade fica, portanto, dependente das diversas capacidades económicas de cada cidadão. Daqui resulta que uma das características da cidade em que vivemos é a sua ocupação e uso diferenciados. As diversas zonas da cidade não possuem formas semelhantes de ocupação, nem as mesmas facilidades urbanas, nem populações com idênticas características sociais e económicas. Esta diferenciação é patente nos vários aspectos que a cidade toma. (...) A ocupação da cidade materializa as diferenças e os conflitos de classes existentes entre os grupos da população. A segregação do espaço urbano é, pois, uma consequência da segregação social e do modo como as classes detentoras do poder político e económico se apropriaram da cidade. Numa sociedade de classes, o exercício dos privilégios pertence aos privilegiados.”⁹¹

CASAS DE RENDA ECONÓMICA | CASAS DE RENDA LIMITADA

Apesar de todas as iniciativas de promoção de habitação pública já referidos, os problemas da habitação em Portugal ainda se encontravam numa fase crítica, porque mesmo as Casas Económicas responderem à falta de habitação da classe trabalhadora e as Casas Desmontáveis/Casas para Famílias Pobres' responderam à falta de habitação das, supostamente, restantes famílias, todas as iniciativas se baseavam no pagamento mensal para compra de habitação. Juntamente com os elevados preços dos terrenos e materiais para a construção das



Fig. 146 – Segregação do bairro das Casas para Famílias Pobres, Guimarães, 1960

⁹¹ Eduardo Geada, *Lisboa: o Direito à Cidade*. RTP, 1975. Min. 02:05 (...) 02:54.



Fig. 147 – Planta geral do bairro de Casas de Renda Económica de Alvalade, Lisboa, 1945



Fig. 148 – Vista aérea do bairro de Casas de Renda Económica de Alvalade, Lisboa, 1945



Fig. 149 – Casas de Renda Económica de Alvalade, Lisboa, 1945

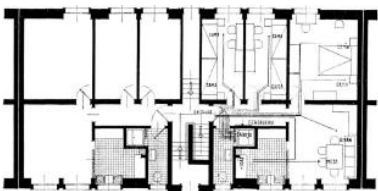


Fig. 150 – Estudos de Planta para Casas de Renda Económica de Alvalade, Lisboa, 1945

Casas Económicas, o governo, em 1945, criou um novo programa, as Casas de Renda Económica, cuja designação, dada politicamente, traduz apenas o sistema de pagamento da respectiva habitação.

As Casas de Renda Económica eram construídas em simultâneo com as (agora) denominadas Casas para Famílias Pobres, e contrariamente às Casas Económicas, as habitações eram obtidas através de arrendamento, respondendo a um ‘novo’ segmento mais abrangente da população, a classe média e as famílias que por outros factores não estivessem aptos para a compra de uma habitação, e a sua construção ficava ao encargo de empreiteiros privados, sociedades cooperativas, empresas industriais e/ou da Federação das Caixas de Providência – Habitações Económicas (FCP-HE)⁹², livrando o Estado das suas responsabilidades sociais.

A FCP-HE foi responsável por um grande número de construções de núcleos habitacionais de Casas de Renda Económica, em terrenos urbanos, industriais e periféricos, mas com o obrigatório carácter rural. A federação ficava responsável pelo desenho dos projectos dos edifícios e habitações e pelo estudo das tipologias de casa do plano urbano e os municípios pela cedência de terrenos.

Ao longo dos, até à data, 12 de promoção de habitação do Estado Novo (1933-1945), sempre se tentou resolver o problema da habitação com a casa unifamiliar, deixando o edifício em altura para segundo plano, mas a tensão existente nos centros urbanos levou a que esta iniciativa fosse planeada com a construção de edifícios plurifamiliares e abandonado o terreno destinado para o quintal. As Casas de Renda Económica eram edifícios com não mais de quatro pisos (R/C+3), e as habitações seguiam o esquema funcional das Casas Económicas (Sala, Cozinha, WC, Quarto) e tinham obrigatoriamente acesso directo.

⁹² A Federação de Caixas de Providência – Habitações Económicas é criada em 1946 pelo Ministério das Corporações, e é uma organização sem fins lucrativos, que desempenhou um papel significativo na construção de habitações.

Dois anos depois do início da construção de Casas de Renda Económica, surgiu uma nova iniciativa, as Casas de Renda Limitada, com as mesmas bases principais da anterior (arrendamento em substituição da compra), mas onde a construção era feita através da cooperação pública e privada, ao invés de apenas investimento privado como na anterior, até porque estas habitações não eram tao rentáveis quanto as habitações para as classes mais altas.

As Casas de Renda Limitada eram implantadas também em terrenos municipais com preços mais baratos e nas periferias, tal como no programa anterior, e o desenho das habitações e o sistema construtivo também eram regulamentados segundo as Casas Económicas. Nesta época, o arquitecto Nuno Teotónio Pereira tornou-se a principal figura na promoção pública de habitação, com a mais significativa presença nos projectos realizados⁹³.

Todas estas outras políticas públicas de promoção de habitação foram implementadas por todo o país, e fizeram denotar o aparecimento do interesse por parte dos arquitectos que ambicionavam por projecção social.

Estes argumentos criados para as novas construções, para além de alguns terem resultado em poucas construções comparativamente às Casas Económicas, tal como nas iniciativas anteriores funcionou segundo o modelo 'Casa+Aposto' dado pelas entidades políticas, pois o Estado controlava toda a questão da habitação, e serviu apenas como factor de diferenciação, segregação e preconceito social, pois a categorização ou denominação não constituiu qualquer tipo de benefício.

⁹³ Nuno Teotónio Pereira participou, com o arquitecto Miguel Jacobetty, na construção do primeiro bairro de renda económica, com fundos da Federação de Previdência na Habitação, edificado em Lisboa, o Bairro de Alvalade.

Fundação Salazar



Fig. 151 – Relatório da actividade da Fundação Salazar, 1971

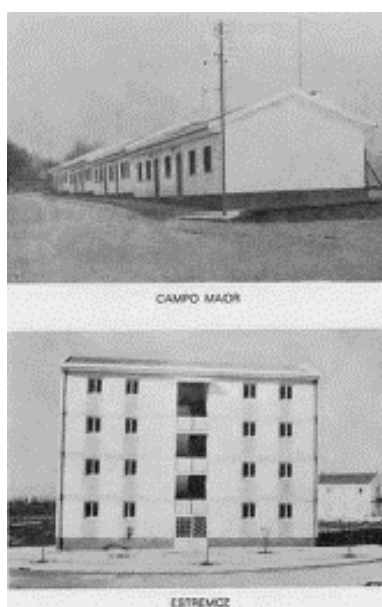


Fig. 152 – Bairros da Fundação Salazar, Campo Maior e Estremoz, s/d

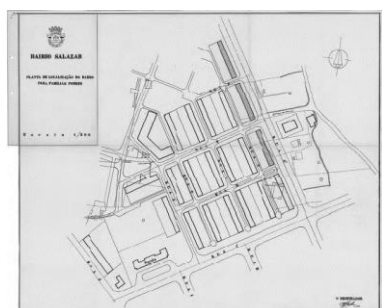


Fig. 153 – Planta do Bairro da Fundação Salazar, Tomar, s/d

A Fundação Salazar foi outra iniciativa de promoção de habitação, criada em 1969, em seguimento das políticas referidas anteriormente, com principal foco nas Casas para Famílias Pobres, com o intuito de ajudar a resolver a carência habitacional com qualidade de vida, higiene e conforto.

A filosofia da iniciativa era dar acesso, a todos os portugueses, a casas dignas, que de outra forma estes não conseguiam obter. O financiamento das construções seria feito maioritariamente por entidades privadas, mas também com fundos públicos do Estado que eram ressaltados para os restantes programas.

Este programa apesar de desenvolvido politicamente, teve uma intervenção física em menor quantidade relativamente aos já referidos anteriormente. As habitações eram construídas segundo os modelos dos bairros de edificios em banda e de habitação colectiva, em concelhos que estivessem em desenvolvimento do seu perfil urbano, em zonas periféricas ou semiurbanas, mas onde a actividade agrícola e rural ainda fosse o meio de subsistência económica, actualmente podem-se identificar os bairros em áreas consolidadas no tecido urbano das cidades. As habitações e os edificios não trouxeram grandes mudanças arquitectónicas ou sociais, a linguagem, desenho e construção eram muito similares e influenciados pelas políticas anteriores e a sua integração, na cidade e na sociedade, permaneceu muito carente.

A promoção de habitação através da Fundação Salazar teve uma curta duração de apenas 5 anos, tendo terminado, ou reduzido vertiginosamente o número de construções, com o fim do regime em 1974, mas só se deu o início da sua extinção em 1979, oficializada em 2006. Todas as intervenções pendentes e inacabadas ficaram ao cargo das câmaras municipais.

A Fundação Salazar, apesar de ser oficialmente a primeira iniciativa a não atribuir um rótulo às habitações construídas para as pessoas mais necessitadas economicamente, o Estado através dos discursos públicos denomina, clara e explicitamente, estas habitações de Casas para Pobres.

Fundo de Fomento da Habitação (FFH)

Mesmo com toda a variedade de políticas em vigor em Portugal, a questão da habitação ainda constituía um factor muito preocupante no país, ou porque as iniciativas não davam acesso a uma habitação a todos os que precisavam, e apesar da construção de bairros de grande dimensão, como por exemplo o Bairro de Alvalade, estima-se que em 1960, estariam entre 460 mil a 600 mil casas em falta, ou porque acentuavam outros problemas sociais relacionados, como a segregação e exclusão.

É então que o Estado, mais propriamente o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, no qual se encontrava Nuno Teotónio Pereira, em 1964 e 1968, desenvolve o Plano Intercalar de Fomento e o III Plano de Fomento, respectivamente, com a preocupação de promoção do acesso a bens sociais imprescindíveis, como a saúde e habitação, e o planeamento regional, com foco especial nas áreas metropolitanas, e uma mais equitativa distribuição dos rendimentos públicos, tendo em consideração as tais consequências negativas provocadas pela dispersão e existência de muitos programas e entidades com responsabilidades na promoção pública de habitação.

Em seguimento destes dois planos, Nuno Teotónio Pereira em 1969, um mês antes do Colóquio sobre Política de Habitação⁹⁴, escreveu um texto⁹⁵ em que resumiu a gravidade da situação habitacional no país e defendeu que a habitação era um direito de todos e não de apenas uma porção da população. Com base nas reflexões feitas por este arquitecto (e outros), foi criado, no mesmo ano, durante a ditadura de Marcelo Caetano, o



Fig. 154 – Arquitecto Nuno Teotónio Pereira (1922-2016)



Fig. 155 – Cerimónia de Posse do Presidente do Fundo de Fomento de Habitação, Lisboa, 1969

⁹⁴ O Colóquio sobre Política de Habitação realizou-se por iniciativa do Ministério das Obras Públicas em Lisboa entre 30 de Junho e 5 de Julho de 1969. Este Colóquio para além da estruturação do, já criado, Fundo de Fomento da Habitação trouxe outras consequências, como o amadurecimento de conceitos que reforçavam uma política social adaptada à ideia da força do trabalho, pondo em prática a ruptura da HE em 1972. Fonte: José António Bandeirinha, Tiago Castela, Rui Aristides e Joana Gouveia Alves, “O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado”. In Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018.

⁹⁵ Este texto com o título “Habitação, finalmente uma política” é publicado na revista “Arquitectura” n.º 108, entre as páginas 43 e 95, em 1969.

Fundo de Fomento da Habitação (FFH) que tinha como principal objectivo acabar com a dispersão, de mais de uma dezena, de programas e entidades de promoção de habitação, (con)centrando numa única organização e sistema todas as iniciativas relacionadas com a habitação do Ministério das Obras Públicas, e em 1972, todas as instituições de promoção de habitação estavam deferidas ao FFH. Mas a passagem de todas as instituições e respectivos programas e iniciativas para o Fundo de Fomento de Habitação, não acabou nem moderou o desenvolvimento dos programas anteriores em vigor, como as Casas Económicas, sendo que só em 1974 com a queda do regime ditatorial é que muitas destas iniciativas são terminadas.

Com o início do Fundo de Fomento da Habitação, que inicialmente estaria dedicado à resolução do problema da habitação das pessoas não beneficiadas pelas iniciativas da Federação de Previdência na Habitação e similares, foi estipulada a construção de cerca de 50 mil casas, que à semelhança de Alvalade, fossem construções com grande dimensão, física e ideológica, onde o desenho urbano incorporasse princípios de integração social (na cidade, pois todas as pessoas são elementos da sociedade, independentemente da sua classe social ou da localização da sua casa) e ambiental, onde estes desenhos, em 1970, passaram a ser denominados de Planos Integrados. Com estes planos, não se assumia apenas a construção de habitações, mas também a criação de um tecido urbano com uma oferta de funções superior à residencial, com um desenho que pensava na acessibilidade (no sentido da facilidade no acesso ao bairro e à habitação e não no acesso de todas as pessoas, como aquelas com mobilidade reduzida, com necessidades especiais, etc.), equipamentos, serviços e espaços exteriores.

O Estado, através do FFH, passou a ser, para além do promotor de habitação, o senhorio, pois as iniciativas estariam agora acessíveis por um sistema de arrendamento. Durante a vigência do Fundo, a ideologia por trás da promoção de habitação foi de que o Estado intervinha com um sistema de ordenamento de toda a sociedade e não para benefício



Fig. 156 – Plano Integrado de Aveiro – Santiago, no FFH, 1979

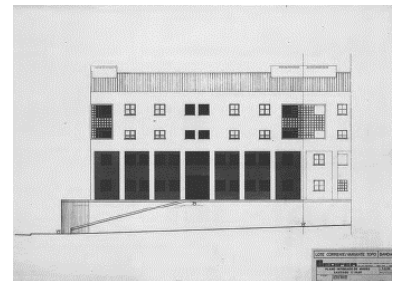


Fig. 157 – Alçado do Lote do Plano Integrado de Aveiro – Santiago, no FFH, 1982

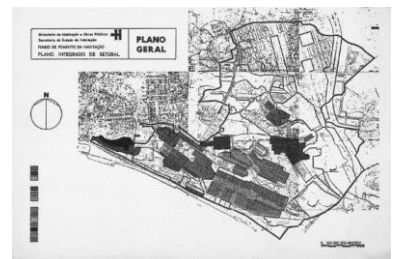


Fig. 158 – Plano Integrado de Setúbal, no FFH, 1986

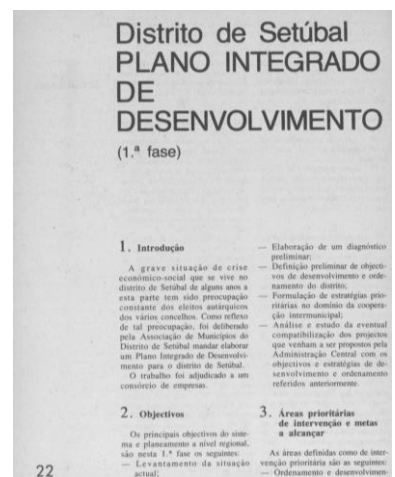


Fig. 159 – Plano Integrado de Setúbal, no FFH, 1986

das pessoas, com os objectivos de “centralizar e intensificar o fomento estatal da «casa própria» urbana”⁹⁶ e “integrar os loteamentos clandestinos existentes através de intervenções à escala municipal ou intermunicipal, aconselhadas pelo FFH”⁹⁷.



Fig. 160 – Edifício do FFH, Parque do Casal do Zambujal, 1975-1977

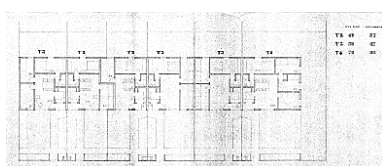


Fig. 161 – Estudo de tipologias do arquitecto Nuno Teotónio Pereira, s/ local, 1955

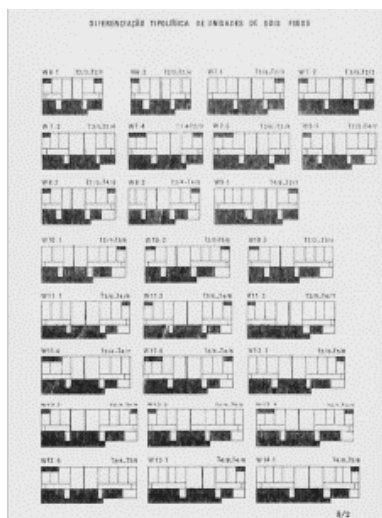


Fig. 162 – Tipologias de habitações para edifícios do FFH, arquitecto Joaquim Cadima, 1971

Os projectos dos edifícios eram desenhados com uma linguagem associada à arquitectura chã⁹⁸, com uma certa austeridade, mas dependendo dos locais de intervenção, foram produzidos simultaneamente edifícios modernistas com habitações espacialmente tradicionais. Exploravam “as regras de composição programática e espacial genericamente aplicáveis a qualquer contexto em função de uma sociologia mecanográfica do agregado familiar”⁹⁹, procurando definir os níveis de qualidade espacial, interior e exterior, das habitações. Estes edifícios foram construídos em bairros e blocos de habitação colectiva, na procura do edifício-tipo, que pudesse ser replicado, mas ao mesmo tempo adaptado a diversas cidades e zonas do país, onde, como já definido pelos Planos Integrados, dessem origem a novos modelos de casa e de cidade.

O FFH, como resistiu à queda do regime do Estado Novo e só foi extinto em 1982, após 13 anos de duração, acabou por se dividir em diversos programas de promoção directa e indirecta de habitação, os já referidos Planos Integrados, e as iniciativas que serão explanadas mais à frente, como por exemplo o SAAL. Os sucessores¹⁰⁰ do Fundo, são o Instituto Nacional de Habitação (INH), Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU).

⁹⁶ José António Bandeirinha, Tiago Castela, Rui Aristides e Joana Gouveia Alves, “O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado”. In Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. P.237.

⁹⁷ *ibid.* P.237.

⁹⁸ A arquitectura chã é uma expressão que se refere a um estilo arquitectónico português marcado pela austeridade das formas.

⁹⁹ José António Bandeirinha, Tiago Castela, Rui Aristides e Joana Gouveia Alves, *Op. Cit.* PP.245-246.

¹⁰⁰ Estes sucessores serão explicados mais detalhadamente nos tópicos seguintes.

Com a criação do Fundo, o tema da habitação passou a ter uma abordagem urbana e social, e através do planeamento das novas habitações foram desenvolvidos estudos inovadores para o desenho da relação de projecto entre a habitação e a cidade. A arquitectura de casas de promoção pública passou a ser uma realidade próxima para os arquitectos portugueses e uma oportunidade de experimentação, tal como se estava a vivenciar no desenho de projecto e de construção das restantes habitações, da qualidade e funcionalidade espacial, da tectónica e morfologia dos edifícios e das habitações e da integração de novos edifícios nas cidades e de novas pessoas também.

Ao mesmo tempo, esta iniciativa como tinha a maioria das suas responsabilidades ao cargo de arquitectos, engenheiros, sociólogos e outros, ao invés do Estado, pela primeira vez em Portugal, as casas construídas por um programa e por uma política pública não obtêm uma designação, nem por parte estadual nem por parte dos arquitectos, as intervenções eram registadas oficialmente como Promoção Directa do Fundo de Fomento da Habitação, e só mais tarde, a partir de 1983 é que começaram a ser chamadas de 'habitação social' pela sociedade.

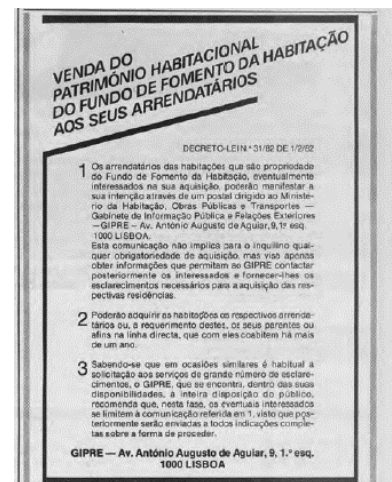


Fig. 163 – Anúncio da venda das habitações do FFFH, 1982

Revolução dos Cravos de 25 de Abril

1974

A Revolução dos Cravos de 25 de Abril, que ocorreu em 1974, foi um grande evento português, que terminou com o regime ditatorial de 41 anos do Estado Novo, a cargo de Marcello Caetano (1906-1980) e em vigor desde a sua fundação em 1933 por António de Oliveira Salazar, e que iniciou o processo da (re)implantação da República, segundo um regime democrático, com a nova Constituição de 76.

Até então, o país vivia sob censura, onde todos os meios de comunicação e cultura, como jornais, livros, filmes e músicas, eram cortados e mesmo as relações interpessoais eram proibidas, pois o conhecimento, consciência e convívio podiam levar a revoltas contra o regime. Não havia qualquer tipo de liberdade, seja de expressão ou de imprensa, não existia igualdade nos direitos à saúde, ao ensino ou à habitação e consequentemente os portugueses viviam em condições insalubres, em casas sem o mínimo básico de habitabilidade e grande parte das pessoas ainda era analfabeta. Com isto, os estudantes revoltaram-se nas universidades, mais de duas centenas de trabalhadores lutaram por direitos de trabalho, como descanso semanal e aumento salarial, e mesmo o exército começou a contestar algumas opções políticas do regime, cansado pelo desgaste da Guerra Colonial, que já durava há 13 anos e não aparentava qualquer solução possível.

Com este panorama, os militares do Movimento das Forças Armadas (MFA), que já conspiravam a queda do regime desde 1973, no dia 16 de Março de 1974 realizaram uma tentativa falhada de golpe militar, onde duas centenas de militares foram presos. No final do mesmo mês foi definido um novo ataque e a 25 de Abril concretizaram o golpe militar que pôs fim ao Estado Novo, com pouca resistência e vítimas. A Revolução foi feita nas ruas, com maior incidência em Lisboa, cheias de pessoas que, contra os conselhos dos militares, dados de madrugada via



Fig. 164 – Soldados na Guerra Colonial Portuguesa, local não identificado, s/d



Fig. 165 – Tropas e Carros Blindados na Rua Augusta, Lisboa, 25 Abril 1974



Fig. 166 – Tropas na Praça do Comércio, Lisboa, 25 Abril 1974. Fotografia de Alfredo Cunha



Fig. 167 – Militares e população nas ruas, local não identificado, 25 Abril 1974

rádio, não permaneceram em casa e foram apoiar a luta que levou ao fim da ditadura em Portugal. Os militares eram comandados a partir de Lisboa por Otelo Saraiva De Carvalho, mas noutras cidades também foram tomadas posições, no Porto foi tomado o Quartel-General por Carlos de Azevedo e os homens da Escola Prática de Cavalaria de Santarém, liderados por Salgueiro Maia, tinham de ocupar o Terreiro do Paço e os ministérios, mas mais tarde uma parte acaba por se deslocar até ao Quartel do Carmo, onde Marcello Caetano se tinha refugiado. No final da tarde, devido à reacção lenta e ineficaz do regime, o sucessor de Salazar, e agora Chefe de Estado, acabou por se render, mas exigindo que as responsabilidades do governo fossem entregues ao General António Spínola. Marcello Caetano saiu do Quartel escoltado por Salgueiro Maia, em direcção ao exílio no Brasil.

Nesse mesmo dia, os cravos vermelhos oferecidos aos militares, também chamados de 'Capitães de Abril', foram colocados nos canos das espingardas, e os cidadãos também ergueram as flores, que se tornaram o símbolo da Revolução, representando a liberdade portuguesa.

Nos dias seguintes à Revolução dos Cravos foram encerradas todas as instituições fascistas, como a Mocidade Portuguesa, a União Nacional¹⁰¹, a PIDE e os tribunais plenários¹⁰², a GNR e a PSP passaram a assumir a segurança pública e todas as pessoas passaram a ter direito a todas as liberdades fundamentais, de expressão, de imprensa, política, etc. A 15 de Maio de 74, o General Spínola foi nomeado Presidente da República e seguiu-se um período social, política e militarmente conturbado, sobretudo no norte do país, conhecido como Processo Revolucionário Em Curso (PREC), durante dois anos, assinalado por diversas manifestações, ocupações, governos provisórios e outros confrontos.



Fig. 168 – Largo do Cramo, Lisboa, 25 Abril 1974



Fig. 169 – Largo do Carmo, Lisboa, 25 Abril 1974



Fig. 170 – Salgueiro Maia a falar com os civis no Largo do Carmo, Lisboa, 25 Abril 1974

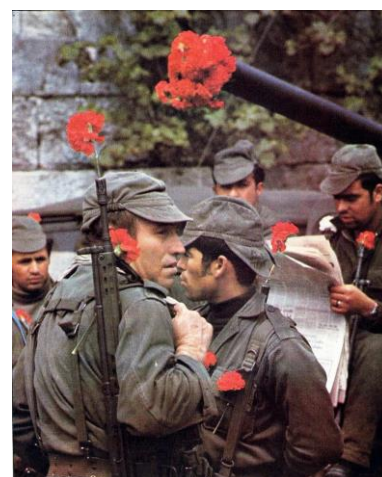


Fig. 171 – Cravos vermelhos nas espingardas dos militares, local não identificado, 25 Abril 1974

¹⁰¹ A União Nacional era o único partido autorizado pelo Estado Novo.

¹⁰² Os Tribunais Plenários eram responsáveis pelo julgamento e condenação dos presos políticos.

A Intersindical¹⁰³ e os trabalhadores juntaram-se para apoiar a Liberdade e a Democracia e comemoraram pela primeira vez, a 1 de Maio de 1974, o Dia Internacional dos Trabalhadores como feriado nacional, onde se juntaram em Lisboa cerca de um milhão de pessoas.

Exactamente um ano após a Revolução dos Cravos realizaram-se as primeiras eleições para a Assembleia Constituinte e foi elaborada a nova Constituição que só entrou em vigor a 25 de Abril de 76, no mesmo dia das primeiras eleições legislativas¹⁰⁴, em que se formou o I Governo Constitucional de Portugal, e se elegeu Mário Soares como primeiro-ministro e Ramalho Eanes como Presidente da República. Entre 1974 e 1975, a união entre os trabalhadores, as restantes pessoas e o MFA trouxeram transformações profundas e conquistas significativas para o país, foi definido o salário mínimo nacional, foram implementados direitos para os trabalhadores, foi constituído um sector público exclusivamente dedicado à economia nacional, foi determinada a Reforma Agrária, foi criado o Serviço Nacional de Saúde e o Serviço Médico à Periferia, a Segurança Social, o ensino público passou a ser gratuito e o seu acesso generalizado, e pela primeira vez para filhos de trabalhadores, o direito à Habitação passou a ser uma exigência, acabou a Guerra Colonial e Portugal para além de reconhecer a independência dos novos países, reestabeleceu relações com os restantes países do mundo.



Fig. 172 – Cíveis a comemorar a Liberdade, local não identificado, s/d

A independência dos novos territórios fez com que milhares de pessoas regressassem a Portugal, e aliado com a possibilidade de todos (que a partir da revolução significou mesmo todos) poderem usufruir do direito à habitação, de forma pública, provocou um grande transtorno político, social e habitacional para o novo governo. A partir da Revolução, as políticas habitacionais foram revistas, como já referido anteriormente no

¹⁰³ A Intersindical era um sindicato de trabalhadores criado em 1 de Outubro de 1970, que se revoltou contra o controle do regime sobre os sindicatos nacionais e que após o 25 de Abril se juntam aos trabalhadores que os tomam.

¹⁰⁴ Na sequência da Revolução dos Cravos e nos benefícios trazidos para o país, é instituído feriado nacional em Portugal no dia 25 de Abril como o "Dia da Liberdade".

final do tópicio 'Fundo de Fomento de Habitação', onde o FFH sofreu alterações e originou novos programas de apoio, como o SAAL. As transformações e conquistas da Revolução foram tão significativas que 44 anos depois, continuam a ser defendidas pelo Povo, pelos trabalhadores, pelos políticos e por "todos". Pois de qualquer forma, (quase) todos reconhecem que o 25 de Abril trouxe melhorias para o desenvolvimento político e social do país.

Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL)

Antes da Revolução de 25 de Abril, a carência de habitação no país era muito preocupante e a situação apesar dos esforços não estava a ser resolvida na totalidade, apesar dos resultados benéficos do Fundo de Fomento da Habitação. Em 1974, estatisticamente, estariam em falta cerca de 600 mil habitações, e este cenário piorava cada vez mais.

Com o fim da ditadura do Estado Novo e o início do I Governo Provisório, Nuno Portas, que já tinha trabalhado com Nuno Teotónio Pereira, foi designado Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, pois demonstrava conhecer a realidade do país e das ocupações de habitação. Portas, segundo se pode apurar através da leitura de “O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado”, na publicação da IHRU *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*, teorizava que a resolução do problema da habitação só seria imediata se associado com uma prática de urbanismo mais activo e directo, trazendo influências, experiências e contextos, dos últimos 10 anos, de todo o mundo. Estas influências levaram-no a pensar na possibilidade de um programa relacionado com a autoconstrução, que também já tinha sido adoptada noutros países, como por exemplo em Itália nas Casas da iniciativa INA-CASA, e já testado em Portugal pela associação “União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho (UCIDT, hoje ACEGE), que criou o Movimento Nacional de Autoconstrução (MONAC) em Coimbra em colaboração com o bispo local, e mais tarde a PRODAC em Lisboa em colaboração com o Ministro Baltazar Rebelo de Sousa”¹⁰⁵.

Em face da questão problemática da habitação, principalmente nos centros urbanos mais desenvolvidos, aliada à dificuldade em fazer resultar os programas de promoção de habitação pública e aos debates



Fig. 173 – Manifestação na Revolução dos Cravos, local não identificado, 25 Abril 1974



Fig. 174 – Arquitecto Nuno Portas

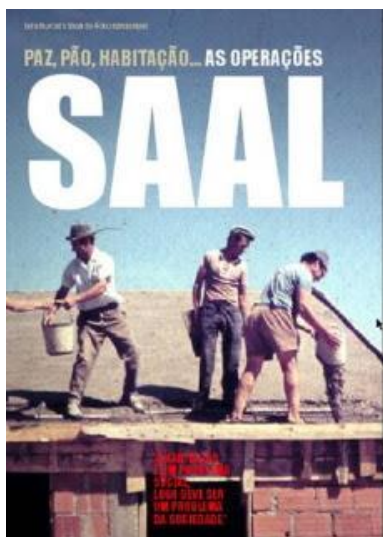


Fig. 175 – Cartaz do documentário “As Operações SAAL”, de João Dias, 2007

¹⁰⁵ José António Bandeirinha, Tiago Castela, Rui Aristides e Joana Gouveia Alves, “O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado”. In Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. P.262.

e estudos de Nuno Portas, a 31 de Julho de 1974, foi criado o Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL), com o FFH como instituição tutelar por ser um organismo que garantia mais probabilidade de sucesso político e burocrático, e com um corpo técnico especializado. Segundo o despacho dos Ministérios do Equipamento Social e Ambiente e da Administração Interna, o programa SAAL servia para “apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários”¹⁰⁶.

A iniciativa do SAAL, dividiu-se em vários pólos de acção e intervenção, o que originou um processo de regionalização, onde cada pólo tratava os problemas da habitação na sua especificidade local, não anulando as linhas programáticas gerais, uma das características mais positivas deste programa. Foi fundado um núcleo para Lisboa, outro para o Porto e outro para o Centro e Sul (sendo que mais tarde, o Algarve ganha o seu polo autónomo e o de Lisboa fundiu-se com o do Centro e Sul). Todos estes núcleos tinham sido criados com o objectivo de resolver a situação habitacional das pessoas que viviam em casas precárias e bairros degradados, através de uma construção participativa, com os futuros moradores, de novas casas e infra-estruturas que oferecessem melhores condições de vida, de higiene e de conforto a todas as pessoas economicamente mais carente.

Esta iniciativa de construção de casas onde se pretendia “trabalhar com o povo” era uma vontade muito teorizada no século XX e atraiu um grande número de arquitectos, que activamente participaram e intervieram em todo o país, como “Fernando Távora, Álvaro Siza, Manuel Tainha, Raul Hestnes Ferreira, Manuel Vicente, Alcino Soutinho, Sérgio Fernandez, Pedro Ramalho, Rolando Torgo, Gonçalo Byrne, Domingos



Fig. 176 – 1ª Manifestação de moradores, Porto, 1974

¹⁰⁶ Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. P.34.



Fig. 177 – Manifestação de moradores, Porto, s/d



Fig. 178 – Cartazes reivindicativos do SAAL

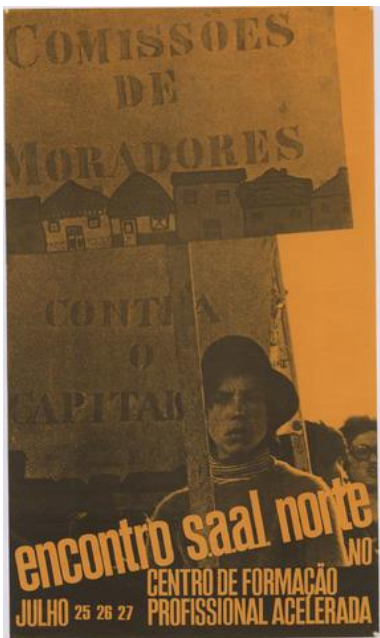


Fig. 179 – Cartaz do Encontro SAAL Norte, Porto, 1974

Tavares, Alfredo Matos Ferreira, José Veloso e muitos outros”¹⁰⁷. Afirma Nuno Portas:

“(…) No sistema de habitação tradicional tudo está feito quando os inquilinos chegam. Com o programa SAAL, o inquilino chega antes de qualquer decisão ser tomada (…)”¹⁰⁸

Nuno Portas, em Março de 1975 foi dispensado das suas responsabilidades no SAAL, num momento em que as populações, que viviam em bairros sem condições físicas e sociais, reivindicavam melhores condições de arrendamento, casas dignas e salubres, o direito à habitação, à cidade e a ocupação de zonas e construções devolutas e/ou obsoletas, e se recusam a participar e a serem explorados numa arquitectura de autoconstrução. Estas manifestações começaram a ser chamadas de Movimento de Moradores e nasceram de reuniões entre bairros que promoviam o fortalecimento da voz dos moradores, dando origem a um caderno reivindicativo que foi apresentado ao Governo, em que os moradores recusavam a política e iniciativa, defendida por Nuno Portas e pelo SAAL, da autoconstrução das próprias habitações.

Foi então que no núcleo SAAL Norte, mais precisamente no Porto, nasceu uma aliança com o Movimento dos Moradores, envolvendo arquitectos, sociólogos, outros técnicos e os respectivos moradores, transformando a arquitectura de autoconstrução numa filosofia de arquitectura participativa. Nos restantes núcleos as articulações com os moradores não foram igualmente bem-sucedidos, ou por falta de infra-estruturas ou por razões técnicas e administrativas. Nesta fase o SAAL já demonstrava ser uma iniciativa que contrariava e se desviava dos sistemas políticos da Europa, estabelecendo uma intervenção social focada nos cidadãos e na organização das cidades. Do ponto de vista político, o SAAL era ostracizado e apesar de se afastar dos programas

¹⁰⁷ *Ibid.* P. 263.

¹⁰⁸ Exposição “O Processo SAAL: Arquitectura e Participação, 1974-1976”. Porto, 2014-15.

anteriores, não era encarado com relevância suficiente para se destacar, tendo sempre o governo a questionar os resultados conseguidos pelo programa.

Com os obstáculos políticos que o governo impunha, o ritmo de acção do SAAL começou a tornar-se num fracasso para a resolução do problema habitacional, deixando as intervenções físicas em *standby*. Mas apesar de tudo isto, o SAAL Norte conseguiu permanecer activo e interventivo de forma constante, associado ao FFH pela Direcção de Habitação do Norte. Todavia, em Outubro de 1976, o programa SAAL foi terminado, deixando 169 intervenções suspensas, devido a apenas 13% dos solos estarem disponíveis de imediato, mais de 2 mil casas em construção, quase 6 mil casas por arrancar a construção e mais de 40 mil famílias, que estavam destinadas estas casas, sem alojamento. Fazendo com que esta iniciativa, de apenas 2 anos, fosse terminada sem nenhuma intervenção finalizada. Mas apesar da sua curta duração, este programa despertou o interesse de muitos países, principalmente europeus, como Itália, Espanha, França, Alemanha e outros.

As construções do processo SAAL, por terem arrancado (quase) imediatamente após a estabilização política e social do país depois da queda do Estado Novo, reflectiu na sua linguagem arquitectónica e social (referente à Cidade e à Sociedade) diversas posturas por parte dos arquitectos envolvidos, exibindo um sistema evolutivo que não se apoiava nos alicerces arquitectónicos dos modelos anteriores para a construção de habitações promovidas pelo Estado. E enquanto que as políticas anteriores, que ainda vigoravam, seguiam uma linguagem coerente entre si, o SAAL respondeu à questão da habitação com uma expressão arquitectónica com metodologias inovadoras e com qualidades formais e espaciais muito próprias, representando uma das épocas mais debatidas e referenciadas actualmente na cultura arquitectónica de Portugal.

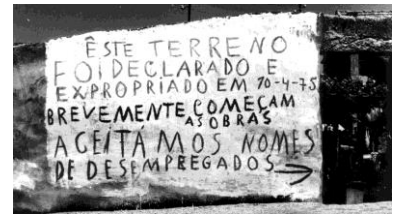


Fig. 180 – Anúncio de trabalho num bairro SAAL, Porto, s/d



Fig. 181 – Bairro Quinta das Fonecas, SAAL, Lisboa, 1974-1983. Do arquitecto Raul Hestnes Ferreira



Fig. 182 - Bairro Quinta das Fonecas, SAAL, Lisboa, 1974-1983. Do arquitecto Raul Hestnes Ferreira



Fig. 183 - Bairro S. Victor, SAAL, Porto, 1974-1977. Do arquitecto Siza Vieira



Fig. 184 – Bairro S. Victor, SAAL, Porto, 1974-1977. Do arquitecto Siza Vieira

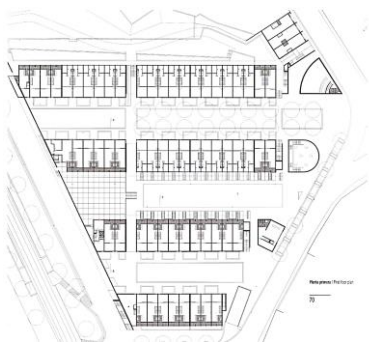


Fig. 185 – Planta geral do Bairro da Bouça, SAAL, Porto, 1976-2006. Do arquitecto Siza Vieira

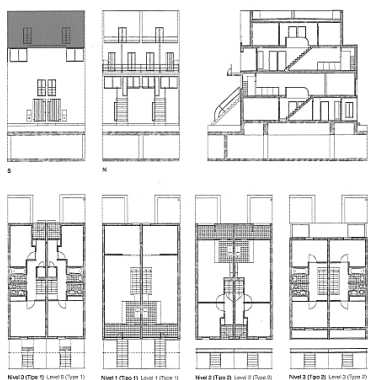


Fig. 186 – Desenhos do Bairro da Bouça, SAAL, Porto, 1976-2006. Do arquitecto Siza Vieira

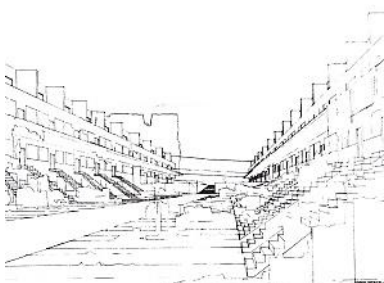


Fig. 187 – Esboço do Bairro da Bouça, SAAL, Porto, 1976-2006. Do arquitecto Siza Vieira



Fig. 188 – Bairro da Bouça, SAAL, Porto, 1976-2006. Do arquitecto Siza Vieira

As intervenções pretendiam integrar os moradores e as suas casas no tecido urbano das cidades e fortalecer a relação e o seu papel como membros da sociedade, mas devido aos custos e restrições políticas relativamente aos terrenos, e como as antigas habitações deveriam ser mantidas, segundo a génese política que apoiava a iniciativa SAAL, provocou que as novas construções fossem deslocadas inevitavelmente para zonas periféricas das cidades (na data de construção), pois as intervenções realizadas nos locais das habitações precárias seriam realizadas após o realojamento dos habitantes nas novas casas. Afirma o arquitecto António Madureira:

“(…) o critério de construção de bairros em zonas periféricas da cidade, não era só económico (terrenos baratos) como absolutamente ideológico – pôr esta gente fora do centro e em áreas que, por exemplo, uma possível intervenção policial seja mais fácil e porventura mais discreta... era obviamente um factor de exclusão social.”¹⁰⁹

No Porto, por exemplo, as construções foram realizadas maioritariamente no centro histórico, por ser uma zona favorável à, e pela, existência de ilhas e bairros operários. Mas o resultado foi que na maioria dos casos, o SAAL actuou através da construção de ‘cidades integradas’, onde nos bairros para além das habitações existiam também outros serviços e infra-estruturas de apoio numa área de proximidade relativa em vez de ‘integrar nas cidades’ as habitações.

Um exemplo de um conjunto habitacional do processo SAAL, no núcleo Norte, e de grande destaque nos dias de hoje é o Bairro da Bouça (1976-2006) de Álvaro Siza Vieira, construído numa área privilegiada da cidade do Porto, sendo delimitado pela Rua da Boavista e por uma via férrea, onde o arquitecto estabeleceu uma ligação entre o tecido urbano envolvente e as novas casas. Este projecto destacou-se por ser diferente

¹⁰⁹ António Madureira cit. por Francisca Pinto de Sousa, *Arquitetura do Bairro Social: Da Participação à Apropriação, 1945-Presente, Viseu-Porto-Viseu*. Viseu, 2015. P. 101.

dos restantes projectos que se estavam a fazer na época, mas acabou por ser uma intervenção pontual e numa escala relativamente mais pequena do que estava a ser construído no resto do país.

Como já iniciada a abordagem anteriormente, a linguagem do SAAL funcionou como um experimento, o desenho funcional e dos espaços das habitações eram uma simbiose entre a arquitectura rural e a vontade da casa própria. Os projectos do processo SAAL articularam a inovação do desenho do espaço de habitar, com um teor político muito forte e com o conceito (fracassado) da participação. Em Lisboa, priorizou-se a construção de edifícios em altura ou em banda, com acesso em galeria vertical, no Porto recorreu-se à construção de blocos habitacionais mais extensos horizontalmente. Por exemplo, no Bairro da Bouça, foram construídos blocos de habitações de 4 pisos, com 128 casas duplex, que dependendo das famílias podiam variar entre dois a cinco quartos. Foram construídos também equipamentos colectivos e espaços públicos.

Pela primeira vez, em Portugal os arquitectos demonstraram um interesse significativo, e em massa, no desenho e construção de habitações para famílias e pessoas com menos rendimentos. Com inspirações italianas do programa INA-Casa, o SAAL trouxe uma nova vertente para as intervenções de promoção pública de habitação, a filosofia da arquitectura participativa, relacionando desde o início do desenho do projecto os moradores com os arquitectos e outros técnicos. O Serviço Ambulatório de Apoio Local, tinha como intenção primordial construir um argumento que anulasse as desigualdades sociais na arquitectura, nas habitações, nas cidades e na sociedade, e tal como aconteceu no Fundo de Fomento da Habitação, os arquitectos e entidades envolvidas no processo SAAL não rotularam as habitações construídas, mas mesmo assim, ao mesmo ritmo que as casas do FFH eram conotadas de 'habitação social', as do SAAL passavam pelo mesmo processo de (pre)conceito.

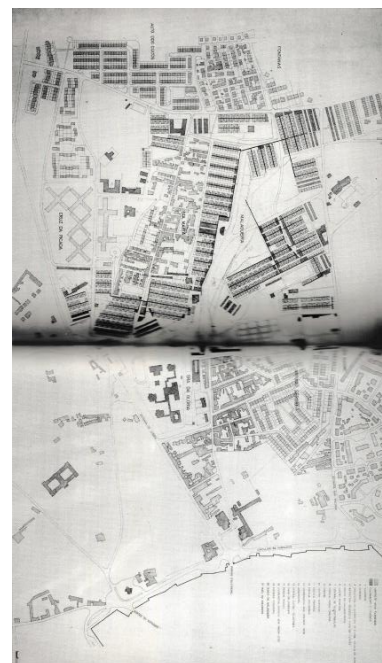


Fig. 189 - Planta geral do Bairro da Quinta da Malagueira, Évora, 1976-1996. Do arquitecto Siza Vieira



Fig. 190 - Bairro da Quinta da Malagueira, Évora, 1976-1996. Do arquitecto Siza Vieira

Outras Políticas Públicas e Programas de Habitação

Tal como referido anteriormente, o término da ditadura em Portugal pôs fim à Guerra Colonial, dando início à descolonização das agora ex-colónias por parte dos soldados portugueses. E o Estado que insistia no ideal da casa própria rural dentro das cidades, permaneceu com os Planos Integrados e o Fundo de Fomento de Habitação, e suspendeu provisoriamente os outros programas voltados para as habitações informais, deixando as pessoas desalojadas das ex-colónias sem apoio estatal.

Mas face ao custo da habitação e à insuficiência de oferta pública de habitação, a solução para a questão da habitação passou por diversas iniciativas do Estado com objectivos e métodos distintos. Até aos dias de hoje, foram lançados vários programas e criadas diversas instituições, abordadas de seguida, que de algum modo trouxeram consequências para o país e para a sociedade.

A questão da habitação começou a ser actualizada com a criação de dois programas inteiramente experimentais, o Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL), referido anteriormente, e a Comissão para o Alojamento de Refugiados (CAR).

CAR

A Comissão para o Alojamento de Refugiados (CAR) foi fundada, ainda antes do término do SAAL, enquanto serviço do FFH, em Março de 1976, segundo directrizes de construção rápida e com pouca burocracia, para responder ao problema grave de falta de habitação para os retornados. E enquanto o SAAL tinha como fundamento a inovação das normas e sistemas projectuais associados à ideologia da participação, a nível social, político e arquitectónico, a CAR tinha como foco a inovação das técnicas e soluções construtivas, com o conceito da pré-fabricação, envolvendo o Estado com as empresas de construção e municípios.

O conceito por trás deste programa chegou a Portugal, em 1975, através de uma proposta de construções pré-fabricadas de um arquitecto dinamarquês. O acesso ao programa era feito através de um concurso, onde as pessoas que pretendiam uma habitação faziam uma inscrição através de um questionário, explicitando “as condições em que habitavam, a situação familiar e o vencimento (...) e ainda se o candidato tinha feito serviço militar ou se aparentava a idade que dizia ter”¹¹⁰ e submetiam-se “a um minucioso inquérito médico que despistava doenças dos vários órgãos, alcoolismo ou tabagismo”¹¹¹.

E sendo que a CAR pretendia “assegurar, no mais curto prazo, a disponibilidade de alojamentos destinados às famílias retornadas do ex-Ultramar, em condições de carência absoluta”¹¹², foram encomendadas, a diversas empresas de construção nacionais, sem qualquer tipo de concurso público, habitações pré-fabricadas para serem implantadas por todo o país. Em muitos casos os projectos das casas eram feitos sem conhecimento do seu futuro local de implantação, o que fez com que algumas habitações, previstas para determinado local, fossem deslocadas para outro, e este modelo, não de réplica mas de adaptabilidade, facilitou que as habitações pudessem ser flexíveis consoante o terreno disponível na época, não restringindo a reflexão sobre o desenho das habitações à porção de território disponível para a sua construção.

Tal como nos programas anteriores, os terrenos eram disponibilizados pelos municípios e freguesias, com algumas excepções de terrenos comprados pela CAR, e com base nas localizações eram requeridas as habitações pré-fabricadas à empresa com o projecto que melhor se adaptasse ao local seleccionado. Os projectos de implantação, normalmente localizados em zonas mais urbanizadas, mas não



Fig. 191 – Desenho de uma criança. Autor desconhecido, s/d

¹¹⁰ José António Bandeirinha, Tiago Castela, Rui Aristides e Joana Gouveia Alves, “O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado”. In Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. PP.269-270.

¹¹¹ *Ibid.* PP. 269-270

¹¹² *Ibid.* P.268.

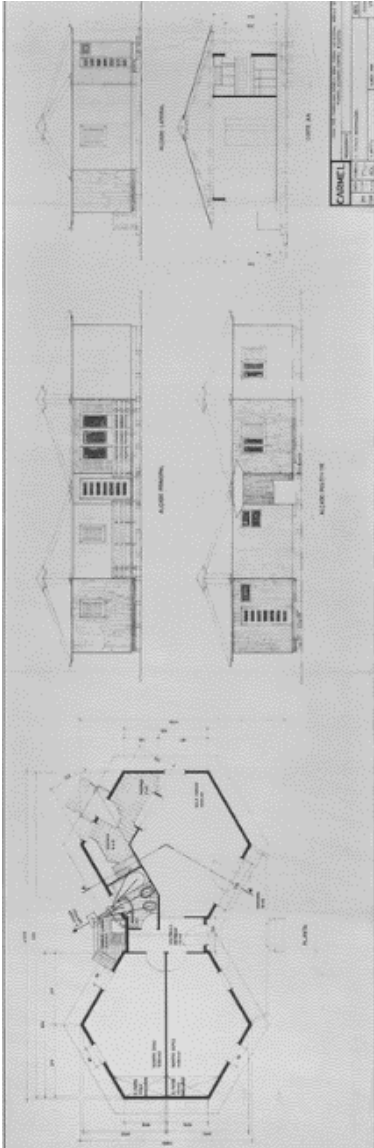


Fig. 192 – Casa pré-fabricada da CARMEL para a CAR, 1976.



Fig. 193 – Bairro CAR, Camarate, 1981



Fig. 194 – Bairro CAR, Almada, s/d

necessariamente nos centros urbanos das cidades, incluíam os arruamentos e espaços exteriores, as infra-estruturas de águas e saneamento e indicações das tipologias das habitações.

Em termos volumétricos, as casas, inicialmente, eram unifamiliares e reflectiam a ideia, quase infantil, da “imagem icónica da habitação individual de cobertura inclinada com porta ao centro e janelas nas laterais, (...) porém, algumas habitações de carácter experimental como a habitação em duplo hexágono da Carmel”¹¹³, mas posteriormente e como em todos os programas anteriores, também foi adoptado o modelo de blocos de habitação colectiva. A arquitectura tinha um carácter e escala mais “comum” e discreta, como alguns bairros SAAL, em oposição à monumentalidade dos Planos Integrados do FFH. A solução construtiva das habitações unifamiliares era um sistema de elementos pré-fabricados leves, em madeira e metálicos, e nos casos plurifamiliares, com elementos de betão. A organização interior era muito simples, com desenho fixo da cozinha e quarto de banho e os restantes espaços eram ambíguos.

Devido ao ritmo produtivo e vantajoso de construção, este programa de construção de casas com elementos pré-fabricados, alargou o seu público-alvo a todas as pessoas portuguesas que residissem em Portugal, perfazendo mais de 10 mil habitações no total. O programa da CAR, independentemente das alterações, manteve a mesma designação até 1978, ano em que passou a estar integrado no FFH, passando a Ex-CAR.

Em 1980, no mesmo ano em que se realizou o levantamento de todas as habitações e edifícios da CAR e o seu estado de construção, ou seja, os construídos, os suspensos ou os que ainda não tinham sido iniciados, a Comissão para o Alojamento de Refugiados foi terminada devido a um

¹¹³ José António Bandeirinha, Tiago Castela, Rui Aristides e Joana Gouveia Alves, “O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado”. In Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. P.269.

colapso financeiro. As habitações de promoção directa da CAR ainda perduram em muitas zonas por todo o país, muitas delas alteradas pelos habitantes ao longo dos tempos. Este programa, muito semelhante ao SAAL, em termos quantitativos, foi esquecido no processo da procura de solucionar o problema da habitação, sendo que foi muito importante na migração dos colonos e soldados portugueses para as vilas e cidades em todo o país. Mas como o processo SAAL determinou a viragem na história intelectual do pensamento e prática na profissão da Arquitectura, ofuscou esta iniciativa.

Este programa, em sequência de todos os outros a partir do FFH, foi formado também como a criação de um argumento que substituiu os rótulos que até então as casas para as classes mais baixas obtinham. Mas apesar desta tentativa de não diferenciação, as habitações, apesar de serem construídas mais próximas dos centros urbanos, eram facilmente distinguidas da restante malha urbana pela sua tipologia construtiva, e completamente negligenciadas pela sociedade.

FAIH

Em 1982, com a extinção do FFH, foi criado o Fundo de Apoio ao Investimento para a Habitação (FAIH), como solução para o “financiamento dos programas habitacionais de interesse social, promovidos pelos sectores público, cooperativo e privado”¹¹⁴. Com este programa, os promotores da habitação passaram a ser os municípios, ao invés do Estado, com recursos próprios e ou empréstimos que garantissem o reinvestimento dos fundos, não sendo viável para a construção de habitações para as classes mais baixas.

Mas, à excepção de Porto e Lisboa, os municípios não possuíam recursos financeiros, estruturais ou humanos para a concretização deste programa, deixando o FAIH sem empreendimentos, apesar da aprovação de construção de mais de 2500 habitações, municipais e cooperativas.

¹¹⁴ Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 217/82, de 31 de Maio. Portal da Habitação.

Este programa fez diminuir a média de construção de habitação para as pessoas mais desfavorecidas em Portugal e provocada pelo fracasso, esta instituição, dois anos após o seu início, em 1984 foi oficialmente extinta, no mesmo Decreto-Lei que criou, o seu sucessor, o Instituto Nacional de Habitação (INH).

INH

Em Maio de 1984, foi então criado o Instituto Nacional de Habitação (INH), com as competências melhoradas do programa anterior, FAIH. Os técnicos desta instituição vieram do já extinto FFH, pois as suas experiências e conhecimentos no âmbito da promoção de habitação eram essenciais para um desempenho vantajoso e satisfatório. Em seguimento do FAIH, o INH baseava-se no apoio por parte do Estado, mas a promoção directa de habitação era feita através de financiamentos por parte dos municípios, cooperativas, empresas privadas e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Os terrenos eram cedidos pelos municípios às entidades construtoras, que construíam habitações com o objectivo de venda, onde as áreas, os custos de construção e os preços de venda eram condicionados e controlados pelo Estado, para garantirem o acesso à habitação a todas as pessoas que não tivessem recursos para garantir para si e para a sua família uma casa no mercado privado. O Instituto vai originar e albergar diversos programas de promoção de habitação, como o IGAPHE, o PIMP, e o PER.

IGAPHE

Com o objectivo de criar um organismo administrativo que tratasse da “gestão, conservação e alienação do parque habitacional, equipamentos e solos, que constituem o seu património, no cumprimento da política definida para a habitação”, que concedesse “apoio técnico a autarquias locais e outras instituições promotoras de habitação, no domínio da gestão e conservação do parque habitacional” e que apoiasse o

“Governo na definição das políticas de arrendamento social e alienação do parque habitacional público”¹¹⁵ foi criado em 1987, o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE).

O propósito do IGAPHE era que o património construído, habitações, terrenos e outro património, pelo Fundo de Fomento da Habitação, que nessa altura era excessivo, fosse transferido para os moradores e posteriormente para as entidades ou empresas financiadoras ou para os municípios onde se inseriam as habitações, até que o pagamento das mesmas fosse realizado, para com a receita da alienação encurtar as dívidas contraídas pelo FFH. Mas o património transferido para o IGAPHE era superior a 44 mil casas e estava espalhado por todo o país e com sinais evidentes de falta de conservação, ou abandonado a meio da construção, o que dificultou a gestão dos bairros, e a ‘oferta’ de bairros fisicamente degradados aos municípios foi difícil, pois acartavam investimentos que as autarquias não tinham como pagar. Em 1997, para racionalizar os meios do Estado, as competências do IGAPHE são transferidas para o domínio do INH.

PIMP

A meados de 1980, apesar dos estudos não demonstrarem a mesma percepção das populações, o número bairros e de barracas autoconstruídas continuava a ser um factor alarmante nas cidades. Em Lisboa, por exemplo, os bairros que cresciam em zonas periféricas progressivamente se centralizaram, acentuando a segregação socio-espacial e contribuindo para que os órgãos políticos chegassem a um consenso sobre a necessidade de políticas, que para além de Decretos-Lei, fossem fortemente intervenientes.

Em 1987 foram criados os Programas Municipais de Realojamento, vinculados ao INH, com o intuito de suavizar o problema de falta de

¹¹⁵ Eduardo Vilaça e Teresa Ferreira, “Os anos de crescimento (1969-2002)”. In Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. P.352.

habitação. Dentro destes programas surgiu o Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) em 1987, em Lisboa. Mas mais tarde, outras cidades foram aderindo ao programa de construção de habitações, que inicialmente era para realojamento de pessoas que viviam em barracas, mas passou a incluir muitos outros tipos de habitações precárias. No entanto, as habitações deste programa, em 1988, ao passarem a funcionar em sistema de venda, onde o Estado pagava 40% da habitação e o restante pelo morador através de empréstimos, fez com que a sua adesão não fosse considerável.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS

O INH sofreu duas alterações, uma em 1988 e outra em 1991, passando a ter recursos financeiros participados tanto por entidades privadas como públicas, com o objectivo de se tornar numa iniciativa mais eficaz e coerente na concretização política da construção de habitação. Com as revisões do INH, em 1988, foi iniciado o Programa de Desenvolvimento da Habitação a Custos Controlados, extinto com a segunda revisão em 1991, que pretendia a construção de quase 80 mil casas, onde 80% seriam para venda a preços controlados e as restantes para realojamento com regime de aluguer. Mas a questão de construção de habitação para venda dificultava o acesso aos estratos mais baixos da sociedade, o que consequentemente provocou que nem metade da construção de habitações prevista fosse avante.



Fig. 195 – Edifício construído pelo PIMP, Lisboa, 1981-96. Dos arquitectos Silva Gomes, Raul Cerejeiro, Sousa Afonso e Silva Carvalho

PER | PER Famílias

Foi principalmente a partir de 1993, que surgiu uma política de habitação mais desenvolvida, em seguimento do PIMP, com o fim de erradicar os bairros de barracas para os distritos do Porto e Lisboa, com a criação do

Programa Especial de Realojamento (PER), através de acordos com o INH e o IGAPHE.

Os municípios para agilizar a construção, construíam as habitações através de Contractos de Desenvolvimento para a Habitação, em terrenos privados e posteriormente compravam essas habitações sob o PER, para iniciarem o processo de realojamento das famílias seleccionadas.

Este programa trouxe avanços nacionais ao nível dos países europeus, nas soluções urbanísticas e sociais adoptadas. Afirmam os autores do artigo “A Concepção do Espaço Público em Bairros de Realojamento como Pressuposto Estruturador dos Processos de Inserção Social”:

Os “bairros de pequena dimensão, realojamentos locais, continuidade e inserção na malha urbana, edifícios sem meios de ascensão vertical, integração no tecido social, participação das populações, desenvolvimento comunitário e outros, fazem parte de um formulário de receitas para os processos de implementação dos bairros sociais (...)”¹¹⁶

Como este programa só foi realizado nos dois grandes distritos, Porto e Lisboa, não houve uma estratificação nacional da abordagem a seguir, resultando em duas intervenções territoriais e distintas. E segundo o Centro de Estudos Territoriais do ISCTE (CET), em 1998:

“A reflexão inicial e prévia à implementação do PER ficou comprometida com a urgência do início do Programa (o diálogo entre os municípios e a abordagem metropolitana do PER é praticamente inexistente), e praticamente não contribuiu para a definição de princípios e estratégias.”¹¹⁷



Fig. 196 – Edifício único em tecido consolidado, PER, Lisboa, 1997-2000



Fig. 197 – Pequeno conjunto em tecido consolidado, PER, Évora, 2004



Fig. 198 – Pequeno conjunto isolado, PER, Lisboa, 1995-96. Do arquitecto Duarte Nunes Simões

¹¹⁶ Pedro George, Filomena Gerardo, Ricardo Sousa Lopes, Eduardo Vilaça e Flávio Paiva cit. por Eduardo Vilaça e Teresa Ferreira, “Os anos de crescimento (1969-2002)”. In Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. P.351.

¹¹⁷ Eduardo Vilaça e Teresa Ferreira, “Os anos de crescimento (1969-2002)”. In Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. P.351.

Em 1996, foi criado o PER Famílias para possibilitar a compra de habitações a preços acessíveis por famílias que residiam em áreas abrangidas por construções do PER, com as mesmas condições do programa inicial, onde possibilitou que muitas famílias retornassem às suas localidades de origem. Vinte e seis anos após a sua criação, o Programa Especial de Realojamento ainda se encontra activo e com um total de mais de 34 mil casas promovidas ao seu abrigo. Enquanto alguns municípios conseguiram fazer os realojamentos com condições favoráveis, outros sentiram uma falta crítica de terrenos para construção e implantação das novas casas. Mas “recentemente, constrangimentos financeiros inviabilizaram a construção/aquisição dos poucos milhares de fogos que faltavam para concluir o PER, atendendo a que houve cerca de 11 000 famílias que resolveram por si próprias ou com ajudas municipais o seu problema habitacional.”¹¹⁸

Contudo, apesar de todos os obstáculos, esta política de habitação conseguiu ter um alcance bastante significativo, e nos primeiros 10 anos, aproximadamente, conseguiu eliminar cerca de 35 mil habitações precárias e barracas, representando um investimento público considerável.

INH + IGAPHE

Após o início de diversos programas com vínculos directos ou indirectos ao INH, em 2002, o Estado decidiu reestruturar a dimensão das estruturas da Administração Pública de modo a compatibilizar a dimensão dos programas existentes com as exigências da sociedade moderna. Os objectivos eram melhorar a qualidade e eficiência das iniciativas e programas, o que levou por parte do Estado à coligação dos dois institutos públicos em vigor, o INH e o IGAPHE, sendo que a denominação que prevaleceu foi Instituto Nacional de Habitação.

¹¹⁸ Eduardo Vilaça e Teresa Ferreira, “Os anos de crescimento (1969-2002)”. In Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. P.352.

A fusão destes institutos definiu que todas as competências, património edificado e não edificado, reabilitações do parque habitacional, tanto público como privado, e o mercado de arrendamento fossem agora do encargo do INH. Entre 1984 e 2007 foi financiada a construção de cerca de 130 mil casas, sendo que nos primeiros anos as cooperativas foram o maior promotor, mas a partir de 1995, o estatuto passou a ser das Câmaras Municipais.

O IGAPHE (1987) e o INH (1984), fundidos, ao fim de 20 e 23 anos em vigor, respectivamente, foram extintos em 2007 e o seu património ao encargo do INH transferido para o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU).

PROHABITA

Como a partir de 2000, muitos municípios já tinham acabado ou diminuído consideravelmente o problema dos bairros de barracas, os programas e políticas de promoção de habitação foram alterados de modo a responder às novas necessidades habitacionais.

Em 2004, e no seguimento do PER, foi criado o Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA), que ao contrário do programa anterior não se concentrava em apenas dois distritos, mas em todo o país. O PROHABITA tinha como objectivo, não só a erradicação dos bairros de barracas, mas a resolução do problema da necessidade de habitação através de propostas de reabilitação urbana ao invés do realojamento, trazendo um novo modelo e paradigma para as políticas e intervenções de habitação para os mais desfavorecidos.

Esta iniciativa consistiu no apoio financeiro do Estado, para a construção e reabilitação de casas em edifícios devolutos e obsoletos nas cidades, em conjunto com o INH e as Câmaras Municipais. Os municípios depois de inventariarem as necessidades habitacionais e os possíveis edifícios e terrenos de intervenção, recebiam um financiamento, ou sob

comparticipação ou empréstimos, por parte do INH ou instituições de crédito associadas e a Direcção-Geral do Tesouro.

Tanto o PROHABITA como o PER continuam a ser programas de importância significativa para a resolução da carência habitacional em Portugal, sendo dos maiores responsáveis pela diminuição do número de casas precárias e de problemas e necessidades habitacionais.

IHRU

Em sequência das mudanças implementadas com o programa PROHABITA, em 2007, o Instituto Nacional de Habitação (INH) passou a se denominar Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)¹¹⁹, garantindo que as intervenções definidas pelo Estado, de habitação e reabilitação, fossem coordenadas com as cidades e as políticas sociais em vigor, salvaguardando o património edificado e a sua memória, não negligenciando a sua evolução.

O IHRU, tal como o seu antecessor INH, funcionou (e funciona) como uma instituição de 'controlo', as construções são realizadas por vários programas de promoção, realojamento e de reabilitação de habitação e urbana, que foram desenvolvidas através do IHRU. Ou seja, o promotor de habitação continua a ser o Estado e o IHRU funciona como gestor, tanto do financiamento como de promoção, e até hoje, esta instituição foi responsável pela construção de mais de 200 bairros e 15 mil habitações. Afirmam Romana Xerez, Pedro G. Rodrigues e Francielli D. Cardoso:

“Entre as principais atribuições do IHRU, sempre nos sectores da habitação e da reabilitação urbana, destacam-se o planeamento, a definição e avaliação de políticas, a coordenação e a preparação de medidas de política financeira do sector, bem como o financiamento de programas habitacionais de interesse

¹¹⁹ Em 2017 o IHRU passa a estar inserido na Secretaria de Estado e Habitação, que foi criada pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

social. Além disso, deve acompanhar a execução dos projectos financiados ou subsidiados pelo próprio Instituto.”¹²⁰

As construções eram realizadas por diversos programas, como por exemplo o Programa Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível, criado em 2013, que obtinham empréstimos e outros apoios financeiros do IHRU, para o arrendamento público urbano. Esta linha de financiamento respondia de igual forma às necessidades habitacionais como à optimização dos recursos disponíveis, funcionais, humanos, materiais e financeiros, onde esta simbiose pretendia ampliar e melhorar os resultados das iniciativas de promoção de habitação e em simultâneo estabilizar a situação financeira dos programas, instituições e Estado.

As opções tomadas pelos programas vinculados ao IHRU, seguem duas práticas distintas na reabilitação resultante da política de promoção de habitação. Uma tendência segue o modelo trazido pelo PROHBITA, que consiste na demolição e reabilitação de edifícios e/ou bairros que se encontrem num estado construtivo degradado ou num contexto social desfavorável e/ou inseguro, elevando a qualidade de vida dos habitantes e a qualidade urbana dos bairros, e a outra tendência é a reabilitação de edifícios, que façam parte do património do Estado, adaptando-os ao programa de habitação. Apesar do objectivo principal do IHRU ser a promoção de habitação através da reabilitação, também foram construídos novos edifícios habitacionais de promoção pública a partir da criação deste Instituto.

Neste período as habitações precárias correspondiam a uma percentagem mínima no panorama das necessidades habitacionais, e a maior fatia desta problemática era a grande dificuldade que, ainda, muitas famílias tinham para conseguir pagar a prestação mensal dedicada, principalmente, ao aluguer da habitação. Juntamente com a

¹²⁰ Romana Xerez, Pedro G. Rodrigues e Francieli D. Cardoso, “A Política de Habitação em Portugal de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas”. In Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. P.477.

urgência de reabilitação dos bairros promovidos publicamente, comumente chamados ‘Bairros Sociais’, tanto a nível urbano como do edifício, os programas do IHRU iniciam as suas intervenções desde edifícios considerados património nos centros históricos, conjuntos de Casas Económicas do Estado Novo, conjuntos mais recentes que justifiquem a intervenção, como do PER, até à reconversão de edifícios do Estado, agora destinados à habitação.

Agora a necessidade habitacional, passa, como já mencionado, pela reabilitação, conservação e manutenção dos edifícios de habitação construídos ao abrigo de algum programa e política pública de promoção de habitação e pela reabilitação e adaptação de edifícios do Estado com o fim de se tornarem a casa das pessoas mais necessitadas e com maior dificuldade de pagamento de uma casa no sector privado e que, por consequência, não conseguem permanecer e manter uma casa fixa pelo mesmo período de tempo que os restantes membros da sociedade.

Apesar das intervenções mais frequentes serem sob a forma de acções pontuais, como pinturas e pequenas reparações técnicas, estas actuações não se incluem no processo dos programas de reabilitação. As intervenções são realizadas sob três formas, intervenções infra-estruturais, redefinições funcionais e/ou tipológicas e demolições.

As intervenções infra-estruturais são realizadas em edifícios e conjuntos de edifícios construídos pelos programas de promoção pública, já abordados, por todo o país e consistem na substituição e construção de infra-estruturas mais eficientes e transformação das áreas comuns. Dentro do campo destas intervenções insere-se o “encerramento de galerias comuns de distribuição, instalação de painéis solares, isolamento de fachadas, impermeabilização de coberturas e terraços, instalação de ascensores, reparação da rede de abastecimento de água, esgotos, gás ou electricidade.”¹²¹

¹²¹ Filipa Serpa, Maria Manuela da Fonte, Alessia Allegri, Nuno Arenga, Madalena Libano Monteiro, Sandra Marques Pereira, João Pedro Costa, António Lobato Santos, “Habitação de promoção pública: Da construção

As redefinições funcionais e/ou tipológicas são concretizadas quer no património referido nas intervenções infra-estruturais quer no património não habitacional, mas que servirá para este fim, com a procura de novas formas de habitar, adequando novas funções e tipologias habitacionais através da flexibilidade das construções. Nestas intervenções inserem-se reabilitações urbanas e do edifício, que necessitem de alterações nas tipologias de usos e na organização do espaço interior tanto na sua disposição como na sua função, compreendem projectos com adaptações e transformações significativas na organização espacial e funcional e das infra-estruturas, resultando em projectos habitacionais novos e completos. A maioria das intervenções consiste em projectos com o tema flexibilidade muito demarcado, adaptando espaços comerciais e outro património do Estado, dedicado a serviços, em habitações, adaptando estes espaços ou outras habitações para pessoas com mobilidade reduzida (cadeirantes, idosos, etc.) e reabilitando edifícios devolutos dos centros urbanos para integrar o parque habitacional público.

As intervenções que constituem demolições são feitas a partir do levantamento e identificação dos edifícios e conjuntos que se encontram em situações de degradação extrema ou num contexto social que promova a insegurança dos moradores e dos outros. As demolições têm escalas de intervenção distintas, para responder ao contexto urbano, económico e social onde se insere e é variável dependendo também das problemáticas físicas e tectónicas. A dimensão da intervenção é definida pelos municípios.

Para além da reabilitação dos edifícios, o espaço público, dos conjuntos e bairros de habitação, também sofre alterações e por vezes são criados, quando não existam, através das intervenções de demolição. É a partir dos programas inseridos no IHRU, que a reabilitação, no âmbito de promoção pública de habitação, começa a incluir a transformação do

nova à reabilitação, uma leitura dos projectos". In Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. P.450.

espaço público envolvente, como componente de melhoria da qualidade de vida das pessoas que habitam estes edifícios, mas também como forma de melhoria social, na cidade e na sociedade. A reabilitação como ferramenta de promoção de habitação fez com que o tecido urbano fosse renovado e as habitações integradas física e socialmente.

Sensivelmente a partir do ano 2000, as políticas de habitação para as classes mais baixas seguem três bases, a construção de habitação, a reabilitação (do edifício e urbana) e a promoção do arrendamento. Estas políticas são materializadas a partir de programas com mais destaque, como o PER e o PROHABITA, e de outros programas, que actualmente são geridos pelo IHRU.

Apesar dos seguintes programas não terem a visibilidade e destaque dos programas até agora abordados, são iniciativas de promoção de habitação adaptadas às necessidades e contextos nacionais actuais e por consequência, não podiam deixar de ser mencionados. Como o Porta 65, o Mercado Social de Arrendamento (MSA), o Programa Reabilitar para Arrendar (Habitação Acessível), o regime de arrendamento apoiado e de renda condicionada, e regimes de reabilitação e arrendamento e as alterações do Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU).

PORTA 65

O Programa Porta 65 de 2007, uma modernização do Incentivo ao Arrendamento Jovem de 1992, pretendia “promover a autonomia dos jovens, dinamizar o mercado do arrendamento, revitalizar espaços degradados e ainda combater o despovoamento em lugares com perda demográfica”¹²², através de um subsídio mensal para apoio ao pagamento da renda da habitação.

Inicialmente o público-alvo eram jovens entre os 18 e 30 anos, que recebiam os subsídios entre 12 a 36 meses, mas com a legislação de

¹²² Romana Xerez, Pedro G. Rodrigues e Francieli D. Cardoso, “A Política de Habitação em Portugal de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas”. In Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. P.492.

2017, passou a ser jovens até aos 35 anos, e os subsídios renováveis até 60 meses.

Segundo o IHRU, descrito na publicação *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*, desde o início do Porta 65, mais de 120 mil jovens receberam um subsídio médio anual de cerca de 1500 euros. Contudo, em 2008 a verba para o programa foi de 35 milhões de euros enquanto que em 2012 foi de apenas 13,4 milhões, devido à crise que se fazia sentir no país. E desde 2015, o número de jovens e agregados jovens não considerados por falta de verba é maior do que o número de jovens que receberam o apoio.

MSA

O Mercado Social de Arrendamento foi criado 2011, através de acordos entre entidades públicas, como os municípios, e privadas, com o objectivo de serem disponibilizadas habitações para pessoas com rendimentos baixos, mas que não elegíveis para receber uma habitação dentro das políticas de promoção de habitação, sob regime de arrendamento com valores inferiores ao preço do mercado de habitação.

PROGRAMA REABILITAR PARA ARRENDAR

O Programa Reabilitar para Arrendar foi criado em 2013 com o objectivo de financiar intervenções de reabilitação urbana e para a reabilitação de edifícios do PER, através de empréstimos de longo prazo. Segundo Romana Xerez, Pedro G. Rodrigues e Francielli D. Cardoso

“Foram beneficiários deste Programa municípios, sociedades de reabilitação urbana (SRU), empresas municipais, serviços da administração directa do Estado, institutos públicos, Regiões Autónomas, associações de municípios e ainda entidades públicas empresariais de capitais exclusivamente públicos.”¹²³

¹²³ Romana Xerez, Pedro G. Rodrigues e Francielli D. Cardoso, “A Política de Habitação em Portugal de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas”. In Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. P.488.

O acesso a este programa era feito através de candidaturas pelas entidades gestoras e associadas, e resultavam em empréstimos de até metade do valor total do investimento de cada intervenção, com uma duração máxima de 30 anos após o primeiro empréstimo.

PROGRAMA REABILITAR PARA ARRENDAR - HABITAÇÃO ACESSIVEL

Este programa é uma derivação do Programa Reabilitar para arrendar, mas sem a limitação dos edifícios a intervir terem sido construídos sob o Programa Especial de Realojamento (PER). As reabilitações eram feitas em edifícios com 30 anos ou mais, através de empréstimos de duração máxima de 15 anos, para fins habitacionais em regime de arrendamento, cujo valor não podia ultrapassar o limite estipulado pelos regime de Renda Condicionada, falado de seguida.

O programa aplicava-se a pessoas ou entidades proprietárias de edifícios ou habitações para reabilitar e posteriormente colocar no mercado público de arrendamento, com valores das rendas já mencionados. Os empréstimos podiam abranger até 90% do custo total da intervenção, sendo que a obra/construção teria que ser concluída num período máximo de um ano. E as candidaturas eram feitas através de um formulário cedido pelo IHRU.

ARRENDAMENTO APOIADO | RENDA CONDICIONADA

No ano de 2014, foram aprovados dois regimes de arrendamento, com o objectivo de criar um sistema geral de cálculo do valor das rendas de habitação.

O regime do Arrendamento Apoiado trata-se do arrendamento ou subarrendamento de habitações de promoção pública, em que o valor da renda não pode ultrapassar o valor de 23% do rendimento líquido mensal do agregado familiar, e tendo também em consideração o número e idade do arrendatário e familiares em comunhão de mesa.

O acesso é feito através de “concursos por classificação, sorteio ou inscrição”, mas também “há um regime excepcional para pessoas em

situação de necessidade habitacional urgente e/ou temporária, como são os casos de vítimas de desastres naturais ou de marcada vulnerabilidade social.”¹²⁴

No regime de Renda Condicionada, o valor mensal da renda é determinado com base no valor do imóvel e este regime é de aplicação obrigatória em habitações públicas e de misericórdias vendidas aos respectivos moradores ou para casas construídas por Cooperativas com apoio do Estado.

NRAU

O Novo Regime do Arrendamento Urbano foi criado em 2006, mas com alterações em 2012, 2014 e 2017.

Este regime de arrendamento trouxe alterações relativamente ao congelamento do valor de rendas, que se mantinham intactas durante muitos anos. As rendas foram actualizadas de forma gradual, e com base no valor do imóvel à semelhança do regime de Renda Condicionada. Mas como esta alteração implicou que as pessoas mais desfavorecidas voltassem a sentir dificuldade em assegurar o pagamento mensal da habitação foram criados subsídios para os agregados familiares com rendimentos baixos e para moradores com idade igual ou superior a 65 anos. Juntamente com este regime foi aprovada, por Lei, a obrigatoriedade de obras de conservação e manutenção nos edifícios arrendados e de responsabilização dos proprietários de edifícios devolutos.

As alterações realizadas, entre 2011 e 2012, aprovaram que os proprietários e os moradores passassem a ter direitos e obrigações proporcionais, protegendo os estratos mais desprotegidos, como famílias com rendimentos brutos anuais inferiores a cinco remunerações

¹²⁴ Romana Xerez, Pedro G. Rodrigues e Franciell D. Cardoso, “A Política de Habitação em Portugal de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas”. In Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. P.484.

mínimas nacionais anuais, pessoas com mais de 65 anos e pessoas com incapacidades superiores a 60%.

A partir de 2014, o proprietário passou a ser responsável pelo pedido e aviso de actualização do valor da renda e o morador, se estivesse na categoria de arrendatário com baixos rendimentos, deixou de precisar de apresentar anualmente a prova de rendimentos. O morador passou a poder requerer o reembolso do valor dos investimentos feitos em obras realizadas na habitação, mesmo sem a aprovação do proprietário, e as obras de restauro e remodelação profundas feitas pelo proprietário deixaram de ser obras que implicassem a desocupação da habitação.

Para além destas alterações, as pessoas passaram a ficar limitadas a um período de 10 anos, renovável de 2 em 2 anos, para residir em habitações construídas sob os programas de promoção pública de habitação, onde se permanecerem mais de 3 anos a pagar o valor máximo de renda estipulado para a habitação e agregado familiar, é requerido, por parte das Câmaras Municipais e do IHRU, o despejo dos respectivos moradores. E de acordo com Romana Xerez, Pedro G. Rodrigues e Francielli D. Cardoso:

“Em 2017, Portugal observa novas alterações ao regime jurídico do arrendamento urbano, sendo a principal delas a extensão do prazo para actualização das rendas antigas. No caso de agregados familiares de baixos rendimentos, o prazo para os contractos serem submetidos ao NRAU passou a ser de oito anos, três a mais do que o previsto anteriormente. Se o arrendatário tiver mais que 65 anos ou um grau de incapacidade de pelo menos 60 %, além da baixa renda, o período passa a ser de 10 anos. Em relação ao prazo dos contractos, se nada for acordado entre as partes, o período da sua duração subiu de três para cinco anos. As obras de remodelação ou restauro profundo também sofreram modificações, o seu conceito ficou ligado ao regime jurídico da urbanização e da edificação, os casos de

alteração ou ampliação, as obras devem resultar num nível bom ou superior no estado de conservação do locado, e o custo da obra corresponder a pelo menos, 25 % do valor patrimonial do imóvel.”¹²⁵

Como já referido anteriormente, a partir de 2002, a maioria das políticas e programas públicos de promoção de habitação centraram-se na conclusão de iniciativas de realojamento, em intervenções de reabilitação e iniciativas de fomento ao arrendamento, concedidos através de empréstimos, bonificações e incentivos fiscais. Mas, apesar dos objectivos políticos serem o fomento e aumento do mercado de arrendamento, com estes incentivos a promoção de habitação própria aumentou e, entre 2007 e 2011, o número de proprietários cresceu significativamente em relação ao número de arrendatários e aumentou também o número de habitações e edifícios devolutos, o que resultou em mais de 5,5 milhões de casas para apenas pouco mais de 3,5 milhões de famílias. Até 2010, por ano, eram construídas sensivelmente 80 mil casas, ou uma casa a cada 6 minutos, sendo que uma família é despejada da sua casa a cada 40 minutos e dos mais de 5 milhões de casas disponíveis, um milhão delas está desocupado.

E até 2014, antes da criação dos regimes de Arrendamento Apoiado e de Renda Condicionada, mesmo as famílias em habitações de promoção pública sentiam dificuldade em pagar as rendas devido aos aumentos do valor mensal, trazidos pela criação do Novo Regime do Arrendamento Urbano, criado em 2006, e apesar das alterações realizadas no NRAU, o número de proprietários de habitação não tende a diminuir. E relativamente à UE, as políticas públicas de promoção de habitação ainda não alteraram a baixa percentagem de inquilinos em Portugal.

¹²⁵ Romana Xerez, Pedro G. Rodrigues e Francieli D. Cardoso, “A Política de Habitação em Portugal de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas”. In Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. P.495.

Ou seja, agora, o problema deixou de ser o número, mas sim a distribuição das casas pelas famílias, pois as, pouco eficazes, políticas de habitação e a predominância de construção de casas privadas levaram às questões habitacionais que existem actualmente em Portugal, como um maior número de casas do que famílias, havendo uma grande percentagem de casas vazias, e em simultâneo, muitas famílias sem habitação e sem rendimentos para a obter, seja através de compra ou arrendamento. Concluiu-se esta análise com a noção de que o problema da habitação continua a existir e que as novas leis, em vigor, o tentam resolver sem necessidade de novas construções.

Em Portugal, como nos restantes países da Europa, a promoção de habitação pública encontra-se num domínio experimental, tanto político, na definição de políticas e leis por parte do Estado, como arquitectónico, na definição de novas formas de habitar e socialmente, e na configuração da cidade e na integração pela sociedade.

Em oposição à arquitectura, de carácter habitacional, de promoção privada, a promovida pelo Estado não apresenta directamente um cliente, maioritariamente estas habitações são construídas sem conhecimento do futuro morador, tanto por questões económicas como práticas, pois a indefinição do habitante facilita a construção de um número extenso de habitações iguais, levando o arquitecto a projectar fora dos procedimentos, a questionar as qualidades de vida, funcionais e espaciais do espaço doméstico e urbano e a ensaiar e aplicar soluções experimentais e inovadoras.

E se segundo Aristóteles

“A pior forma de desigualdade é tentar fazer duas coisas diferentes iguais”¹²⁶

Ao não existirem clientes/moradores concretos, o Estado e consequentemente os arquitectos e todos os agentes envolvidos, estão

¹²⁶ Aristóteles cit. por Renato Frota, “O Discurso Adequado”. Brasil, 2011. P.10

a reduzir a questão da habitação a um padrão e inevitavelmente a ‘desrespeitar’ as diferenças individuais das pessoas e das famílias, cuja satisfação determina o sucesso ou insucesso das políticas e dos programas de promoção pública de habitação. E ao contrário do que já se acreditou, a prática da arquitectura isoladamente não tem a capacidade de solucionar todos os problemas sociais, relacionados com a habitação, mas sim o poder de não os fomentar, e os arquitectos e outros intervenientes têm de saber gerir a relação entre o custo de construção e os ideais que os habitantes trazem das habitações privadas. Afirmam os autores do artigo “Habitação de promoção pública: Da construção nova à reabilitação, uma leitura dos projectos”:

“Assim, do ponto de vista do projecto urbano e da arquitectura, a habitação de promoção pública joga-se entre uma certa liberdade conceptual, uma responsabilidade social, e um expressivo constrangimento material, nos recursos disponíveis. Esta condição constitui talvez o maior (e o melhor) dos desafios.”¹²⁷

As intervenções, mesmo ao abrigo do Estado, por serem realizadas por múltiplas instituições e entidades públicas e privadas, acentuaram diferenças regionais, provocaram diferenciação no sistema de acesso à habitação e ampliaram a exclusão e segregação, urbana e social. O acesso foi dificultado para alguns estratos da sociedade, e apesar da intervenção de programas como o PER e o Porta 65, os problemas habitacionais continuam a existir em 2019.

Os edifícios e conjuntos habitacionais construídos pelos ou sob os programas referidos neste capítulo, apresentam escalas, urbana e da casa, conceitos e representações distintas e, o que resulta num todo muito diverso e alargado conceptual e morfologicamente. Mas apesar do

¹²⁷ Filipa Serpa, Maria Manuela da Fonte, Alessia Allegri, Nuno Arenga, Madalena Libano Monteiro, Sandra Marques Pereira, João Pedro Costa, António Lobato Santos, “Habitação de promoção pública: Da construção nova à reabilitação, uma leitura dos projectos”. In Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. P.457.

carácter experimental que se denota nos argumentos aplicados na arquitectura resultante das políticas e programas de promoção pública de habitação, muitos projectos permaneciam no estereótipo do que deveria ser um projecto de habitação promovida pelo Estado, grandes bairros, segregados territorial e socialmente e com tipologias e organização funcional muito carente. Afirma Siza Vieira:

“A dificuldade seguinte resultava da insuficiente importância dos financiamentos que constituía um duro obstáculo para se alcançar uma qualidade material aceitável. Foi-se assim espalhando a ideia de que estas construções baratas deveriam ser péssimas, do mesmo passo que se associava constantemente a construção popular a algo de inconsciente, e sem qualidade. (...) Recordo que entre as muitas controvérsias que acompanharam este programa, uma me impressionou particularmente: as casas não eram aprovadas porque não eram consideradas construção popular, e como se existisse um “estilo menor” para este tipo de projecto. É como ligar a limitação económica à ausência de qualidade: por conseguinte, com poucos recursos, o resultado deve ser péssimo.”¹²⁸

Contudo, a partir da implementação do Fundo de Fomento de Habitação é visível a procura de novas soluções urbanas e arquitectónicas, o que resultou em projectos e em consequência, casas, com alta qualidade espacial, funcional, técnica/construtiva, estética, política e social, como por exemplo as construções resultantes do SAAL Norte, que para além da tentativa de integração dos moradores no desenho das casas, propôs implantações mais centrais e uma abordagem conceptual mais paralela à de promoção privada.

As intervenções que acabam por ser mais vantajosas, são as que a nível urbano, quer pela sua escala ou implantação/localização, têm a capacidade de promover a integração urbana e social das habitações e

¹²⁸ Álvaro Siza, *Imaginar a Evidência*. Lisboa: Edições 70, 1998, P. 107.

das pessoas, onde as casas apresentam uma ligação forte com a cidade, promovendo a continuidade territorial e urbana para além dos limites do projecto, e com a sociedade, promovendo, não a inclusão, pois todas as pessoas pertencem à sociedade, mas sim uma relação directa e orgânica. Portanto, a continuidade do traçado entre os conjuntos de promoção pública e a cidade é determinante para integrar as habitações nas cidades, como o SAAL tentou explorar, começando estes projectos pelo desenho da cidade ao invés da habitação (apenas).

A localização, a escala, a continuidade, a diversidade e as relações são atributos fundamentais para a construção de uma cidade e sociedade melhores. Todavia, demonstraram-se mais eficazes em construções de menor escala, com localizações centrais ou relativamente próximas e em reabilitações de conjuntos já existentes. Com muitas influências da Bauhaus e da Habitação Mínima, o desenho e organização funcional e espacial das casas, em Portugal a partir do FHH, mostram-se mais próximos das aspirações vigentes das habitações privadas. Apesar da significativa diminuição de área, as habitações apresentam novas formas de habitar e organizar o espaço doméstico, através de soluções alternativas. No capítulo “Habitação de promoção pública: Da construção nova à reabilitação, uma leitura dos projectos”, da publicação *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*, pode-se ler:

“Neste sentido, sob diversos pontos de vista e em contramão com o preconceito generalizado, regressa-se à ideia inicial, quando se reconhece no projecto de habitação económica, promovido pelo Estado, um campo experimental valioso na oportunidade para a exploração, inovação e questionamento sobre uma ideia urbana e de casa. Tanto nas soluções correntes quanto nas excepcionais, encontramos pistas para se questionar, continuamente, as escolhas e práticas no espaço

urbano e no espaço doméstico e, portanto, a nossa abordagem ao tema da Habitação.”¹²⁹

Ainda que as construções, resultantes de promoção de habitação pública apresentadas, tenham modelos conceptuais diferenciados, as intervenções públicas persistem na reflexão dos aspectos materiais da habitação em prol das pessoas, deixando por responder e solucionar a falta de integração das intervenções e a separação clara entre membros da sociedade. Declaram Romana Xerez, Pedro G. Rodrigues e Francielli D. Cardoso:

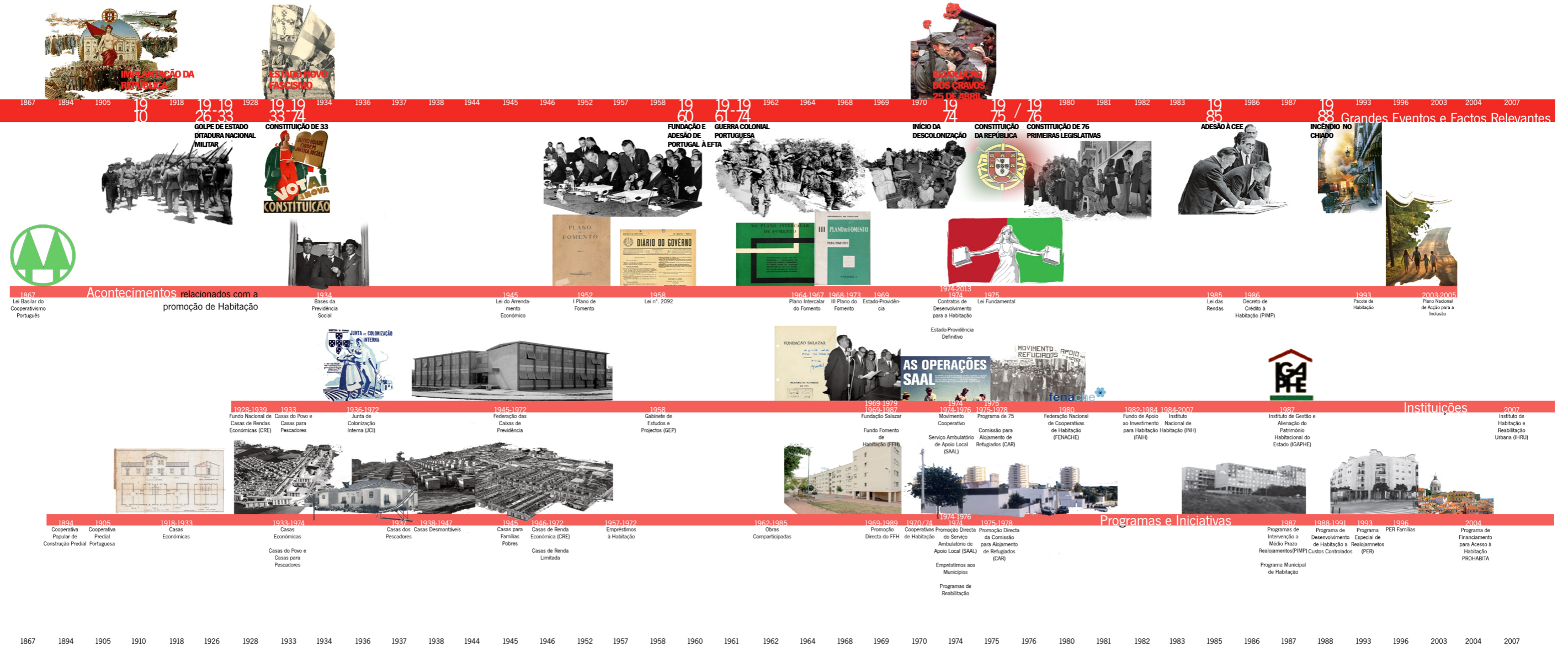
“A existência actual de diferentes conceitos, apresentados por instituições públicas, como é o caso de habitação social, habitação de interesse social, habitação pública e mais recentemente arrendamento acessível, dificulta a clareza e rigor da análise das políticas públicas de habitação em Portugal.

A referência ao desenvolvimento de programas experimentais no âmbito da habitação para promover a inclusão social sugere a ausência de evidência científica no desenvolvimento dos novos programas, bem como a importância da avaliação dos programas desenvolvidos. Esta questão é contrária à tendência internacional da política de habitação.”¹³⁰

¹²⁹ Filipa Serpa, Maria Manuela da Fonte, Alessia Allegri, Nuno Arenga, Madalena Libano Monteiro, Sandra Marques Pereira, João Pedro Costa, António Lobato Santos, “Habitação de promoção pública: Da construção nova à reabilitação, uma leitura dos projectos”. In Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. P.460.

¹³⁰ Romana Xerez, Pedro G. Rodrigues e Francielli D. Cardoso, “A Política de Habitação em Portugal de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas”. In Ricardo Costa Agarez, *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. PP.507-508.

Cronologia das iniciativas e políticas de promoção de habitação em Portugal



Resultados e Interpretações

“Os arquitectos não podem forçar as pessoas a se conectarem, só podem planear os pontos de passagem, remover barreiras e tornar os locais de encontro úteis e atraentes.”

Denise Scott Brown

Síntese

"O que nós arquitectos modelamos não são tijolos, pedras, aço ou madeira, mas a própria vida. Arquitectura é dar forma aos lugares onde as pessoas vivem. Não é mais complicado que isso, mas também não é mais simples que isso. E a vida varia de necessidades muito básicas a desejos muito profundos, de actividades comuns a eventos extraordinários, do eu ao colectivo. Então acho que é por isso que devemos ter uma vida em primeiro lugar; conhecer o assunto que estamos tentando hospedar, cuidar e aprimorar é essencial."

Alejandro Aravena

Se a habitação, desde sempre, se afirmou como um dos pilares da vida humana e, conseqüentemente, da construção da cidade e da sociedade, a promoção pública (directa ou indirecta) de habitação, a partir da Revolução Industrial, começou a ser encarada como parte da solução para o problema (ainda actual) da falta de habitação e da falta de condições nas próprias habitações. De seguida são apresentadas duas sínteses das práticas *aclassistas* e das práticas de segregação implementadas em cada programa e iniciativa de promoção de habitação, da Europa e de Portugal, referidas nesta dissertação.

Europa

Com o início da **Revolução Industrial** (1760-1840), as carências habitacionais acentuaram-se com a migração dos trabalhadores para os centros das cidades industrializadas, fazendo surgir habitações precárias junto das fábricas, pois era impensável que os operários se deslocassem diariamente entre as suas casas no campo e o seu local de trabalho na cidade. Surgiu então, por parte dos proprietários fabris, a construção de um número elevado de casas, exclusivamente para o proletariado, que serviriam tanto para alojar e garantir uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores, como para controlar as suas vidas privadas e garantir

o descanso necessário, a fim de aumentar a produtividade nas indústrias. Estes conjuntos de habitações, acabaram por ser denominados de **Bairros Operários**, inicialmente por parte dos proprietários, como forma de ostentação social, e posteriormente pelos habitantes e pela restante sociedade. Eram construções de grande densidade horizontal, com uma grande área de ocupação, e seguiam um modelo de repetição, todas as habitações eram iguais entre si, mas diferentes das restantes habitações. Apesar dos bairros serem construídos sem planeamento urbano, incluíam outros serviços como escolas, igrejas e por vezes redes de transportes. Eram implantados nas proximidades das fábricas, mas relativamente afastados dos centros urbanos, não fornecendo uma relação otimizada com a cidade nem com a sociedade, pois os “pobres” encontravam-se nas periféricas cidades satélite e os “ricos” nos centros modernizados.

Após os muitos postos de empregos retirados pela utilização da maquinaria industrial, em Inglaterra, alguns trabalhadores, descontentes com a situação, formam, em 1844, a **Cooperativa**, sem fins lucrativos, **da Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale**, com o objectivo de abrir um negócio de compra e venda de produtos, com o fim de melhorar os seus modos de vida, pois simultaneamente combatiam o desemprego e asseguravam rendimentos mensais para o pagamento de uma habitação com o mínimo de condições de vida. Esta cooperativa, para além de ter sido a primeira bem-sucedida no mercado de compra e venda, foi também a primeira a alcançar sucesso na construção de habitação para os trabalhadores, não necessariamente operários fabris. Inicialmente só se podiam ‘candidatar’ membros da sociedade cooperativista, mas posteriormente também indivíduos e famílias trabalhadoras em situações precárias. As habitações construídas, apesar das boas intenções sociais, de promoção de igualdade, eram construções com um sistema construtivo sem qualidade e, embora tivessem sido feitos alguns experimentos de construção nos centros mais consolidados das cidades, a sua maioria era construída

com grande densidade e implantada nas periferias sem qualquer tipo de planeamento urbano ou serviços que assegurassem o mínimo de autonomia às habitações e às pessoas. Devido às suas diferenças arquitectónicas, estas casas começaram a ser chamadas de **Habitações de Cooperativa** pelos membros externos às cooperativas, o que juntamente com o conceito de comunidade, que estas aglomerações de habitações trouxeram, acentuou tanto a diferença entre habitações, como a segregação social.

Até ao momento, a promoção de habitação era feita apenas por entidades e cooperativas privadas sem qualquer apoio público do Estado. Foi então que em 1894, o Estado Francês, com o apoio de filantropos e entidades caritativas, promulgou uma lei para aliviar a miséria e a necessidade de habitação em favor da população da classe trabalhadora, a **Lei Siegfried**. Com esta lei, o deputado que lhe deu nome, Jules Siegfried, aprovou publicamente a construção de habitações para trabalhadores e empregados públicos e criou oficialmente o conceito **Habitation à Bon Marché** (HBM), em português Habitação a Bom Preço. Apesar da tentativa de integrar diversas classes no mesmo edifício ou conjunto de habitações, o acesso principal era feito de trabalhadores e em casos excepcionais famílias numerosas menos abastadas e que se encontrassem em condições extremamente precárias, não promovendo a filosofia francesa da *Mixité Sociale* (heterogeneidade social). A construção das HBM, para além da sua implantação periférica, trouxe uma nova estética à arquitectura, os materiais usados, principalmente o tijolo laranja, provocaram um 'aspecto' visual bastante distinto e o sistema construtivo com má qualidade reflectido nas fachadas, fez com que as habitações da classe trabalhadora fossem associadas a habitações de pouco valor e de baixa qualidade. E enquanto que as intervenções anteriores reflectiam a segregação social, maioritariamente, através de factores ideológicos, aqui a segregação foi feita através destes factores associados a uma tectónica distinta.

Originalmente focada na classe trabalhadora, a partir da **Primeira Grande Guerra** terminada em 1918, em consequência da grande destruição das cidades e do afluxo das populações para territórios inadequados e insalubres, a promoção de habitação estendeu-se para resolver a escassez generalizada de habitação. Após a implementação da Lei Acto de Habitação de 1919, em Inglaterra, todos os países começaram a construir habitações tanto para as classes trabalhadoras como para as restantes classes desfavorecidas, e através do Estado ganham uma denominação meramente política, **Habitações a Custos Controlados**. Com a utilização falhada do tijolo nas HBM, as construções começam a ser de betão e blocos, tentando integrar esteticamente as habitações nos modelos das cidades. A construção de novos conjuntos de habitações era realizada nas periferias, incluindo a construção de outros serviços de apoio, espaços verdes e novos arruamentos, mas sem inclusão no planeamento geral das cidades. Foram realizadas também algumas construções com maior integração nos centros urbanos, mas como a maioria das frentes de rua e de quarteirão já estavam ocupadas por 'casas de arquitecto', as casas mais económicas eram construídas atrás das restantes.

Com a reconstrução do novo mapa da Europa, e com os novos limites dos países, a distribuição das populações fez-se de um modo muito irregular, e no caso, a capital da Áustria, Viena, ficou sobrelotada tal como as habitações existentes. A partir de 1919 deu-se início ao planeamento da cidade e aos subsídios para construção de habitação por parte do Estado e outras entidades públicas. Durante este período, entre 1919 e 1934, conhecido como **Viena Vermelha**, foram construídas pequenas habitações (*Kleinwohnung*) em edifícios de habitação colectiva (*Gemeindebau*) para todas as pessoas das classes baixas, abrangendo trabalhadores, famílias pobres e desfavorecidas e imigrantes, e apesar de não terem diversidade de classes sociais, promoveram uma mescla cultural que nunca tinha acontecido. As intervenções incluíam espaços exteriores e diversos serviços públicos e

acessíveis, como bibliotecas, teatros e restaurantes, apesar da sua localização muito próxima ou mesmo nos centros consolidados da cidade. As habitações, chamadas de **Habitações de Baixo Custo** pela sociedade, que associava negativamente as construções ao seu custo, pela primeira vez eram desenhadas inteiramente por arquitectos e demonstravam preocupações de conforto, de estética, mas também sociais, não se destacavam das restantes construções, e os projectos de arquitectura consistiam num híbrido entre a arquitectura tradicional vienense e a arquitectura de vanguarda do Movimento Moderno.

Tal como aconteceu na Áustria, na Alemanha o modelo da casa isolada foi trocado pelo modelo de conjuntos e de habitação colectiva, e em seguimento das opções tomadas no período da Viena Vermelha e dos estudos de Walter Gropius, no **CIAM II** de 1929 em Frankfurt foi debatido, como tema principal, o desenho do espaço mínimo para a existência e para o habitar. Após o congresso foram determinadas uma série de medidas, que proporcionassem o desenho e construção do máximo de habitações possíveis, mas ao mesmo tempo com a melhor qualidade e conforto, e apesar da redução da área útil das habitações, a organização espacial tinha como base a flexibilidade funcional, garantindo que a racionalização e a standardização trouxessem uma grande diversidade tipológica e arquitectónica. Mas com o recurso a elementos *standard* e com a tentativa de tentar responder às exigências habitacionais de todas as classes, o desenho dos arquitectos foi baseado em critérios impessoais, contrariando a ordem e medidas biológicas e impondo uma ordem geométrica. Através destas medidas foi definido, por parte dos arquitectos, o conceito técnico *Existenzminimum*, que levou à denominação destas habitações de **Habitação para o Nível Mínimo de Vida** ou **Habitação Mínima**, termo mais recorrente. Estas habitações, apesar de ‘pequenas’ tinham de assegurar a reflexão de questões ambientais, como iluminação natural e circulação de ar, o desenho de espaços exteriores e a sua implantação tinha de ser, preferencialmente mais próxima dos centros consolidados para que não

houvessem custos extra com a construção de novos equipamentos já disponíveis nos centros. A arquitectura das habitações apresentava bastante diversidade arquitectónica e pela primeira vez na promoção pública de habitação, não existem registos de discriminação pela sociedade, pois apesar das falhas que pudessem apresentar, as casas estavam integradas nas cidades e seguiam o movimento arquitectónico da época.

Se depois da Primeira Grande Guerra foi necessário resolver rapidamente a escassez habitacional, após a **Segunda Guerra Mundial**, com uma maior escala de destruição em praticamente toda a Europa, a crise habitacional encontrava-se num estado deplorável. Foi então que se iniciou a construção e reconstrução de habitações, a um ritmo frenético, principalmente na Alemanha, através de grandes edifícios de habitação colectiva à escala da Viena Vermelha. Estes edifícios eram construídos com grande densidade vertical e horizontal, com alguns espaços exteriores arborizados, e as habitações com áreas muito reduzidas (tal como nas habitações mínimas), sem preocupação estética e funcional e sem integração territorial, ou seja, eram construções com pouca qualidade, sem planeamento urbano e implantadas (novamente) nas periferias das cidades. E apesar dos grandes centros desta iniciativa serem a Alemanha e França, este modelo rápido de construção foi aplicado em quase toda a Europa, e referenciado, tanto pelo Estado como pela sociedade, como **Habitação Pública**, diferenciando as casas de construção pública para as classes mais baixas.

À semelhança de muitos outros países, como Alemanha e França, em Itália as consequências da guerra foram devastadoras para o país, o número de habitantes nas cidades era cada vez maior, tal como a falta de habitações e a taxa de desemprego. Foi então criado o Plano **INA-Casa**, em 1949, que ao mesmo tempo, tentava resolver a questão da habitação, garantir emprego, pelo menos no sector da construção de

casas por parte do Estado, e promover a autoconstrução. Mas a construção não era feita exclusivamente pelos futuros moradores, muitos dos trabalhadores apenas tiveram a oportunidade de assegurar uma fonte de rendimento mensal na construção de casas para outras famílias mais carenciadas economicamente. Tal como aconteceu na definição da Habitação para o Nível Mínimo de Vida, vários arquitectos italianos identificaram-se e participaram nesta iniciativa, com o intuito de conseguir solucionar com uma só iniciativa os problemas habitacionais e sociais da população italiana. As casas tinham de ser construídas com poucos recursos, para que fossem acedidas a baixo custo, mas também deveriam respeitar a integridade das pessoas e famílias através de qualidade humana. Apesar de todas as tentativas de 'adaptação', como o investimento era pouco, as habitações foram construídas em terrenos baratos nas periferias. Contudo, os projectos prezavam por uma relação intrínseca entre o desenho de arquitectura e de urbanismo, onde o planeamento destes 'bairros' seguia o modelo das cidades, de baixa densidade e repetibilidade, e eram desenhados acessos fluídos entre as periferias e os centros urbanos. O desenho de arquitectura baseava-se na tradição italiana, mas incorporando as visões vanguardistas da época, criando uma estética arquitectónica muito similar às restantes construções das cidades, e conjuntos eram projectados com serviços básicos, escolas, espaços verdes exteriores colectivos, em oposição ao espaço doméstico interior e individual. Pela primeira vez na história da promoção pública de habitação, os arquitectos e os urbanistas repensaram em conjunto a habitação na cidade e a aproximação das pessoas com baixo poder aquisitivo da restante sociedade, com a atitude de não ser atribuída qualquer denominação às habitações, são apenas

Casas.

A Alemanha foi um dos países centrais a pensar a questão da habitação após a Primeira Grande Guerra e naturalmente após a Segunda Guerra Mundial o Estado impôs uma série de medidas para combater a escassez de habitação. Uma destas medidas foi a implantação de uma nova

política habitacional, a **Lei de Habitação I**, que consistia na construção de habitações por parte do Estado Alemão para as famílias de classes mais baixas que eram incapazes de comprar habitação própria no mercado livre, mas com carácter temporário, ou seja, a estadia nas habitações era limitada. Esta proposta, que inicialmente tinha como base os critérios desenvolvidos para a habitação mínima, acabou por se afastar das suas intenções iniciais, o desenho das habitações não era funcionalmente flexível e os edifícios eram esteticamente muito distintos das outras construções, quer pelos materiais quer pela composição das fachadas. As habitações, denominadas pelo governo de **Habitação Social**, no original *Sozialwohnungen*, eram beneficentemente implantadas nos centros históricos e mais consolidados, porém com uma separação territorial muito marcada. Devido às restantes práticas (involuntárias) de segregação, as casas em vez de se assumirem como a aplicação de uma prática *aclassista*, com potencial para resolver a desigualdade habitacional e um complemento económico e social, eram díspares e geravam diferenciação e segregação entre os moradores e a restante sociedade. Contudo, esta segregação territorial e social não era um novo factor a ter em consideração, pois segundo Eduardo Geada

“A história de toda a sociedade até aos nossos dias, não tem sido senão a história da luta de classes.”¹³¹

Como se pode constatar, a construção de habitações não conseguiu, nem consegue, sozinha, responder na totalidade à questão da habitação, pois são necessárias outras medidas associadas para combater os problemas habitacionais, físicos e sociais. Sendo assim, cada um dos acontecimentos e cada uma das iniciativas, da Europa, referidos anteriormente são de seguida sintetizados, nos tópicos abaixo, através das respectivas práticas *aclassistas* e práticas de segregação, impostas com cada intervenção.

¹³¹ Eduardo Geada, Lisboa: o Direito à Cidade. RTP, 1975. Min. 08:01

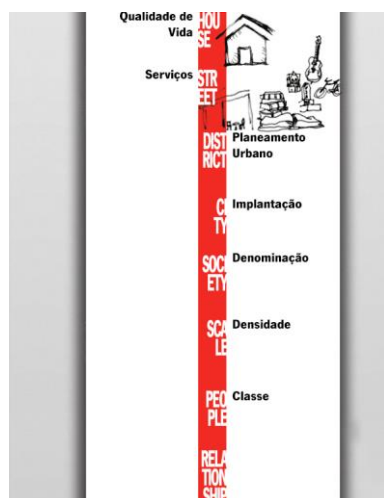


Ilustração 1 – Bairro Operário, Revolução Industrial

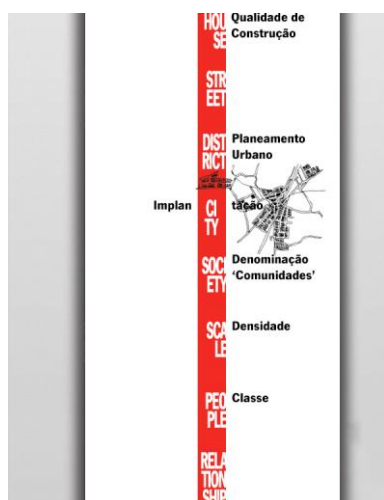


Ilustração 2 – Habitação de Cooperativa, Cooperativa de Rochdale

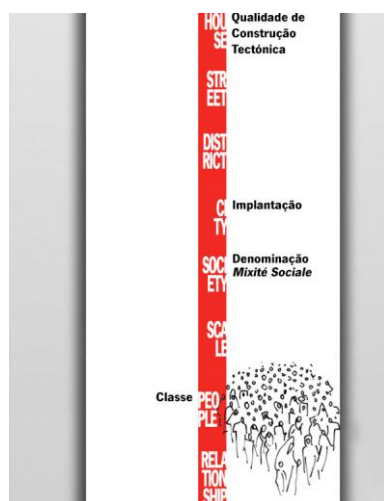


Ilustração 3 – Habitation à Bon Marché, Lei Siegfried

Bairro Operário

Melhor Qualidade de Vida

Outros Serviços

S/ Planeamento Urbano

Implantação Periférica

Denominação

Repetição e Grande Densidade

Classe Trabalhadora

Habitação de Cooperativa (Cooperativa de Habitação)

Experimentos nos Centros

Sistema Construtivo s/ Qualidade

S/ Planeamento Urbano

Implantação Periférica

Separação entre 'Comunidades'

Denominação

Grande Densidade

Classe Trabalhadora

Habitation à Bon Marché (HBM)/Habitação a Bom Preço

Integração Mais Classes

Sistema Construtivo s/ Qualidade

Materialidade Distinta

Implantação Periférica

Denominação

S/ *Mixité Sociale*

Habitação com Custos Controlados

Outros Serviços	Implantação atrás das restantes
Maior Integração na Cidade	Conjuntos nas Periferias
	Denominação
	Classes Baixas

Habitação de Baixo Custo

Diversidade Arquitectónica (adequada às tendências)	Denominação
Outros Serviços	Classes Baixas
Espaços Exteriores	
Proximidade dos Centros	
Desenho de Arquitectos	

Habitação Mínima

Diversidade Arquitectónica	Critérios Impessoais
Questões Ambientais	Denominação
Flexibilidade Funcional	Redução da área útil
Espaços Exteriores	e mau aproveitamento da mesma
Proximidade dos Centros	
Desenho de Arquitectos	

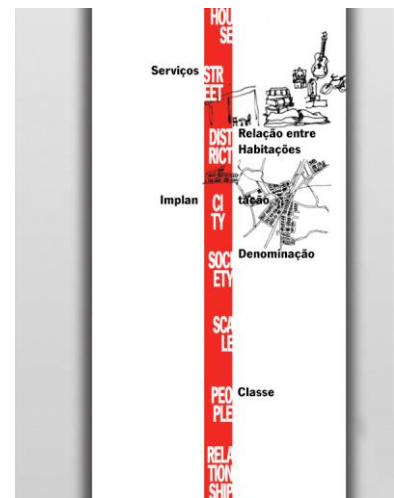


Ilustração 4 – Habitação a Custos Controlados, Primeira Grande Guerra

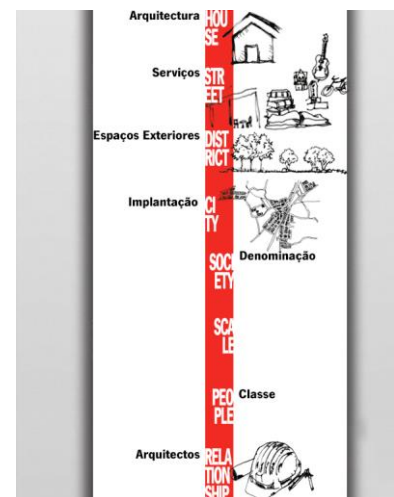


Ilustração 5 – Habitação de Baixo Custo, Viena Vermelha

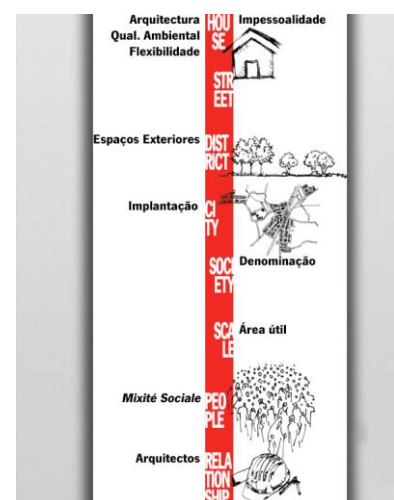


Ilustração 6 – Habitação Mínima, CIAM II

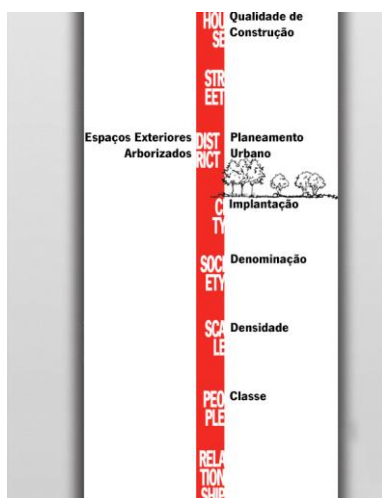


Ilustração 7 – Habitação Pública, Segunda Guerra Mundial

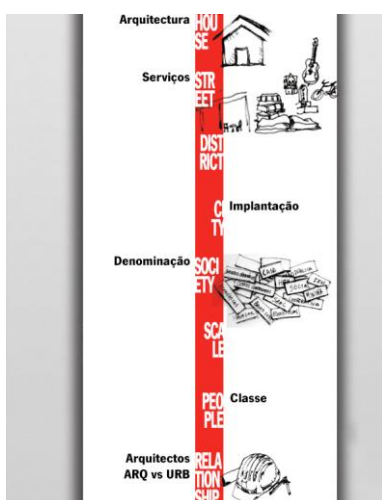


Ilustração 8 – Casa, INA-Casa

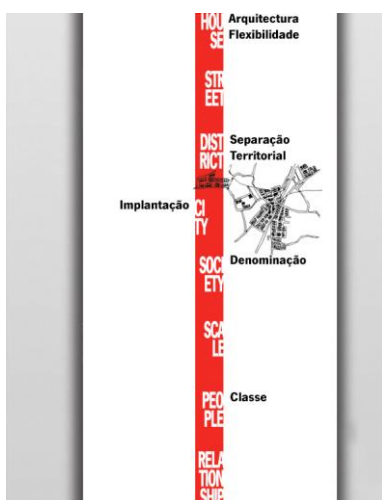


Ilustração 9 – Habitação Social, Lei de Habitação I

Habitação Pública

Espaços Exteriores Arborizados

Construções c/ pouca qualidade
S/ Planeamento Urbano
Implantação Periférica
Denominação
Grande Densidade
Classes Baixas

Casa

Arquitectura 'Comum'
Outros Serviços
S/ Denominação
Desenho de Arquitectos
Relação Arquitectura vs.
Urbanismo

Implantação Periférica
Classes Baixas

Habitação Social

Proximidade dos Centros

Arquitectura Distinta
S/ Flexibilidade Funcional
Separação Territorial
Denominação
Classes Baixas

Portugal

O atraso, em relação à Europa, ao nível da industrialização, fez com que os problemas que se faziam sentir nos restantes países industrialmente mais desenvolvidos chegassem mais tarde a Portugal. Mas apesar do desfasamento, as condições de vida no país eram extremamente precárias visto que a maioria da população era pobre e rural. Juntamente com a **Implantação da República** em 1918, onde a indústria já se encontrava mais estabilizada, o número do êxodo rural aumentou e ao invés dos proprietários das fábricas ou as Cooperativas tomarem a iniciativa de tentar resolver o problema da habitação nas cidades, como aconteceu em Inglaterra, foi o Estado português que deu início a um programa de intervenção e construção pública de habitação, chamado Programa das **Casas Económicas**. As Casas Económicas foram o argumento português para substituir os Bairros Operários, e apesar de consistirem em intervenções muito semelhantes apenas para a classe trabalhadora, por não serem propriedade das fábricas, acontecem sob a forma de grandes bairros, mas sem a fábrica ao centro. E tal como nos bairros operários, as Casas Económicas eram construídas nos arredores, em bairros com outros serviços de apoio e grande densidade horizontal, mas com uma imagem rural e com quintal, distanciando a arquitectura das casas e as classes sociais, remetendo à ideia do campo na cidade, enquanto que a construção de habitações clandestinas atrás das habitações dos empregadores (como por exemplo, as Ilhas no Porto) continuava a aumentar devido à proximidade dos centros urbanos. Apesar do esforço feito, o número total de construções terminadas foi muito baixo, fazendo com que esta iniciativa fosse considerada como um fracasso.

Com a entrada em vigor do regime do **Estado Novo**, em 1933, a única política de habitação decretada no país, foi continuada com a mesma designação política, **Casas Económicas**, e com o mesmo público-alvo, a classe trabalhadora pública. Ao contrário do que se passava nos

restantes países europeus nos anos 30, em Portugal, o modernismo explorado pela Bauhaus, pelos CIAM e Carta de Atenas foi rejeitado e foi continuada a mesma materialização do modelo da 'Casa Portuguesa', defendido pelo chefe de Estado, com o objectivo de manter a ordem social, económica e política no país, resultando em bairros habitacionais com serviços de apoio e com a igreja ao 'centro'. Esta recusa da arquitectura moderna acentuou o distanciamento social entre as diversas habitações e entre membros da sociedade. Relativamente à implantação, começou a ser considerada a importância do planeamento urbano, e mesmo com a possibilidade de construção nos locais de demolição das habitações precárias, as construções eram periféricas. As redes de acesso e transportes foram planeadas de modo a servir mais eficazmente as pessoas, mas sem deixar de segregar geográfica e socialmente os habitantes das casas.

A partir deste momento, foram instituídas diversas **Outras Políticas Públicas de Habitação**, destinadas a outros grupos e classes sociais baixas, para além da classe trabalhadora. Foram criados os programas das **Casas Desmontáveis**, das **Casas para Famílias Pobres**, das **Casas com Renda Económica** e das **Casas com Renda Limitada**, tudo argumentos portugueses e com designações, atribuídas pelo Estado, para identificar as habitações que deveriam ostentar o poder de construção do Estado. Ainda que estas quatro iniciativas tenham tido variações entre si, houve uma maior preocupação no planeamento urbano e um maior papel por parte dos arquitectos. Mas como a maior fatia do dinheiro público estava destinada ao programa das Casas Económicas, as construções destes programas eram de pouca qualidade, e por vezes pouca durabilidade como no caso das Casas Desmontáveis, implantadas em terrenos mais baratos e, conseqüentemente, nas periferias. Como em alguns terrenos havia a possibilidade de serem construídas mais habitações do que o número proposto por apenas uma das iniciativas, por vezes eram localizadas casas construídas por mais do que um programa no mesmo terreno,

mas com uma separação clara entre os ‘tipos’ de habitação. As denominações das iniciativas, até 1969, seguem o modelo ‘Casa+Aposto’, dadas pelo Estado, o que resultou apenas como um modo de discriminação e segregação social, não resolvendo a diferenciação que existia entre as habitações e as pessoas.

Muito semelhante às políticas descritas anteriormente, a **Fundação Salazar**, criada em 1969, foi uma medida decretada pelo Estado para ajudar a resolver a carência habitacional no país, trazendo mais qualidade de vida, higiene e conforto. O acesso a uma habitação digna para ‘todos os portugueses’, continuou a incluir apenas moradores de classes baixas nos edifícios projectados e construídos. Um factor inovador que esta política trouxe, foi a implantação em concelhos com perfis urbanos em desenvolvimento, que apesar de na data de construção terem sido locais segregados, nas periferias ou locais semiurbanos, actualmente encontram-se em áreas consolidadas das malhas urbanas das cidades. A linguagem e desenho arquitectónicos permaneceram bastante distintos e identificáveis em relação às construções feitas para os restantes estratos da sociedade, e mesmo sem uma denominação oficial, o Estado realçava a importância de estas casas serem **Casas para Pobres**.

Em Portugal, ao longo dos anos, foi implementada uma vasta diversidade de políticas e programas, para acabar com a falta de habitação e melhorar a qualidade do habitar, contudo, o problema da habitação ainda era uma questão crítica, ou porque não se construíam casas suficientes face à demanda, ou porque os problemas sociais, como a segregação e exclusão social, eram acentuados, na cidade e na sociedade, pela construção de novas habitações. Com uma maior participação dos arquitectos no debate desta temática, com Nuno Teotónio Pereira no Secretariado Técnico da Presidência do Concelho, foram desenvolvidos o Plano Intercalar de Fomento e o II Plano de Fomento, para promover uma arquitectura mais equitativa na cidade e

para as pessoas, que não estava a ser conseguida com a dispersão de programas de promoção pública de habitação. Com base nas reflexões deste arquitecto e outros, de que a habitação era um direito de todos, é criado o **Fundo de Fomento da Habitação** (FFH), para reunir num único sistema todas as propostas relacionadas com a promoção de habitação. O FFH para tentar resolver mais rapidamente a escassez habitacional, deu origem a construções de grande dimensão e grande densidade, mas onde o seu desenho urbano incorporasse as habitações e as pessoas como parte da cidade. Mas como os terrenos disponíveis e mais económicos se encontravam nas periferias, para além da construção de habitações, eram criados novos planos urbanos e regionais, que funcionavam como uma expansão das cidades e dos centros consolidados, com diversos serviços públicos, redes de acesso e espaços exteriores comuns, sendo que também houveram construções pontuais com uma maior integração nos centros. Nesta fase, foram iniciados também alguns experimentos na construção de edifícios com uma arquitectura modernista, e tal como no CIAM II, deu-se início à exploração de regras de composição programática e qualidade espacial. Iniciou-se também a procura do edifício-tipo, que pudesse com poucas variações originar novos modelos de casa e de cidade. Pela primeira vez foi estabelecida uma relação directa entre as pessoas, a arquitectura, o urbanismo e a cidades, e mesmo não havendo a procura de ‘misturar’ diferentes classes sociais no mesmo edifício ou bairro, as habitações, resultantes da promoção directa do FFH, eram apenas casas como as restantes e não eram rotuladas, nem pelo Estado, nem pelos arquitectos. Apesar de a maioria dos edifícios serem conhecidos publicamente como produto de promoção pública, só a partir de 1983, com a chegada do conceito ‘Habitação Social’, é que estas casas adquirem esta terminologia.

Já nos anos finais do regime do Estado Novo, as políticas habitacionais e as suas concretizações começaram a ser revistas, mas só a partir da **Revolução dos Cravos de 25 de Abril** de 1974, associada ao retorno

dos ex-colonos, é que o transtorno político, social e habitacional ganha proporções inaceitáveis, e surgiu a necessidade de novos programas de apoio à habitação que fossem de encontro aos novos pensamentos ideais fruto da revolução e da liberdade do país. Com este panorama, Nuno Portas, Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, com influências do exemplo italiano INA-Casa, participou na criação de uma iniciativa inovadora e progressista em Portugal, tendo como base a autoconstrução e participação dos futuros moradores, o **Serviço Ambulatório de Apoio Local** (SAAL). Uma das primeiras mudanças que este programa trouxe foi o seu sistema de gestão, o Processo SAAL actuava como um único programa, mas estava dividido em pólos de acção, SAAL Lisboa (posteriormente fundido com o Centro e Sul), SAAL Centro e Sul, SAAL Norte e o SAAL Algarve (criado mais tarde). Outra mudança significativa foi a inclusão de não apenas arquitectos, mas também de um corpo técnico especializado no desenho de arquitectura e nas interacções e reuniões com os futuros moradores. Este programa como foi iniciado num período de liberdade de expressão, para além da utilização de boas medidas tomadas pelo FFH, como um melhor estudo do planeamento urbano e espaços exteriores, da composição programática, da qualidade espacial, assumiu definitivamente uma arquitectura com base no Movimento Moderno. Apesar de na generalidade, as construções terem uma implantação periférica, no pólo SAAL Norte, as construções foram realizadas com maior proximidade dos centros e com visão na sua localização futura devido à evolução das cidades. Com a temática da autoconstrução posta de lado, a questão da arquitectura participativa foi posta como um dos pilares fundamentais do programa, e os arquitectos rejeitavam a utilização de qualquer conceito que servisse como ferramenta de distinção e identificação das casas. Estas práticas afirmaram uma relação mais comprometida entre as pessoas, a arquitectura (casa e arquitectos), o urbanismo, a cidade e a sociedade. O SAAL, apesar da sua curta duração, foi uma das iniciativas que despertou mais interesse noutros países europeus, tanto pelo

desenho arquitectónico que os arquitectos desenvolveram neste âmbito, como vertente social e a sua integração, para combater as desigualdades sociais que se faziam sentir nas cidades e sociedade portuguesas. Até ao dias de hoje é dos programas mais referenciados na temática da promoção pública de habitação pela sua perspectiva inovadora, muito devedora dos experimentos do Fundo de Fomento da Habitação.

Após o SAAL foram criadas diversas **Outras Políticas Públicas e Programas de Habitação**, mas que não atingiram as proporções do programa anterior pois este funcionou num curto período de tempo e envolveu muitos dos arquitectos mais influentes e reconhecidos em Portugal. Os programas de habitação desenvolvidos, a partir de 1976 até aos dias de hoje, podem dividir-se grosseiramente em duas fases, a primeira (1976-2004) com o propósito de construção e realojamento, e a segunda (2004-2019), de reabilitação e o arrendamento. Dentro da primeira fase encontram-se a **CAR**, o **FAIH**, o **INH**, o **IGAPHE**, o **PIMP**, o **Programa de Desenvolvimento da Habitação a Custos Controlados**, o **PER** e o **PER Famílias** e dentro da seguinte encontram-se o **PROHABITA**, o **IHRU**, o **PORTA 65**, o **MSA**, o **Programa Reabilitar para Arrendar**, o **Regime de Arrendamento Apoiado** e **Regime de Renda Condicionada** e o **NRAU**. Relativamente às suas intervenções práticas, em ambas as fases, a arquitectura evoluiu ao mesmo ritmo, quer na construção de habitações de promoção pública ou habitações privadas, com a utilização de uma arquitectura moderna e contemporânea. Na primeira fase, por terem sido realizadas intervenções de maior escala, a implantação, à semelhança da maioria dos programas em Portugal, era periférica e com maior densidade e conseqüentemente o desenho das habitações era feito com critérios impessoais, enquanto que na segunda fase o número de reabilitações é maior que o de novas construções, as habitações têm maior inserção e integração na malha urbana. Enquanto que na primeira fase, a questão da denominação por parte da sociedade era mais acentuada, na segunda fase, como as construções são mais dispersas

na cidade, a identificação não é tão marcada, no entanto quando é de conhecimento público o 'tipo' de habitação, inevitavelmente é referido como Habitação Social.

Para um funcionamento social heterogéneo são necessárias diferentes habitações disponíveis para as pessoas, e isto, foi o que se tentou estabelecer, em Portugal, a partir da criação do Fundo de Fomento de Habitação, em 1969. E ao longo dos anos, com todos os programas de promoção pública de habitação, foi importante reconhecer as práticas *aclassistas* e as práticas que fomentam a segregação, de modo a que o resultado final não seja apenas grandes construções, mas o desenvolvimento e integração de habitações a preços acessíveis nas cidades em conjunto com habitações de outras classes sociais. Afirma John Portman:

“A arquitectura não é um assunto privado. Mesmo uma casa deve servir a toda a família e seus amigos, e a maioria dos edifícios são utilizados por todos, pessoas de todas as esferas da vida. Se um edifício deve satisfazer as necessidades de todas as pessoas, o arquitecto deve procurar algum terreno comum de compreensão e experiência.”¹³²

Tal como na síntese das políticas, iniciativas e programas de promoção de habitação da Europa, de seguida são sintetizadas as práticas *aclassistas* e as práticas de segregação, impostas com cada argumento português mencionado anteriormente.

¹³² John Portman cit. por Romullo Baratto, “121 Definições de Arquitetura”. ArchDaily, 2016.

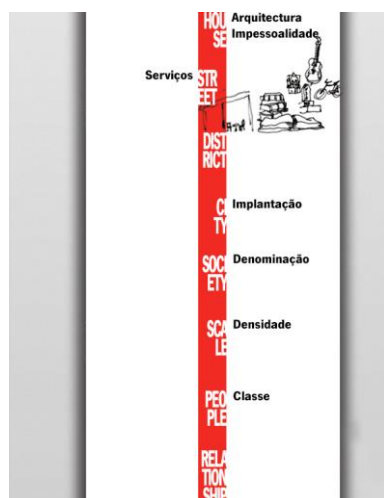


Ilustração 10 – Casas Económicas, Implantação da República

Casas Económicas 1918

Outros Serviços

Imagem Rural

CrITÉRIOS Impessoais

Implantação Periférica

Denominação

Grande Densidade

Classe Trabalhadora Pública

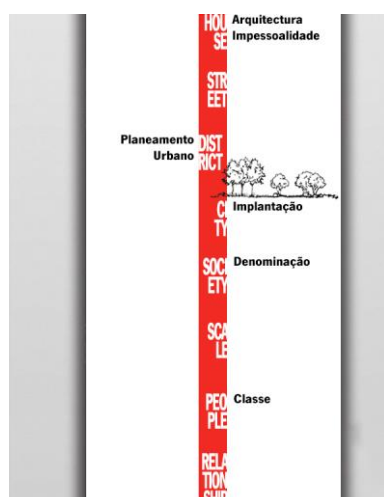


Ilustração 11 – Casas Económicas, Estado Novo

Casas Económicas 1933

Planeamento Urbano

Rejeição da Modernidade

CrITÉRIOS Impessoais

Implantação Periférica

Denominação

Classe Trabalhadora Pública

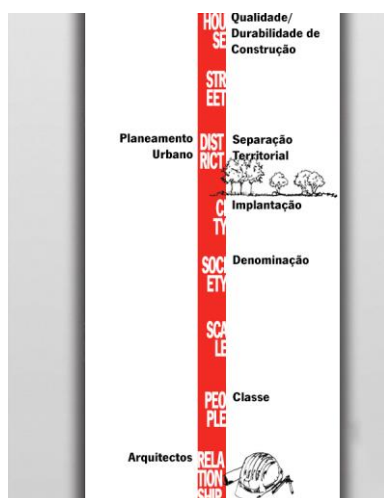


Ilustração 12 – Outras Políticas Públicas de Habitação, Estado Novo

Outras Políticas Públicas de Habitação (Casas Desmontáveis,

Casas para Famílias Pobres, Casas de Renda Económica e Limitada)

Planeamento Urbano

Construções c/ pouca qualidade

Maior papel dos Arquitectos

e pouca durabilidade

Separação territorial nos Bairros

Implantação Periférica

Denominação

Classes Baixas

Fundação Salazar

Arquitetura Distinta
 Implantação Periférica
 e semiurbana
 Denominação
 Classes Baixas

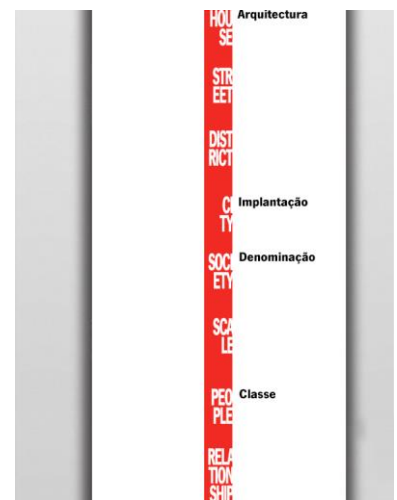


Ilustração 13 – Fundação Salazar, Estado Novo

Fundo de Fomento da Habitação (FFH)

Arquitetura mais moderna
 Composição Programática
 Qualidade Espacial
 Outros Serviços
 Planeamento Urbano/Regional
 Maior Integração nos Centros
 Espaços Exteriores
 S/ Denominação
 Desenho de Arquitectos
 Relação Pessoa vs. Arquitectura
 vs. Urbanismo vs. Cidade

Implantação Periférica
 Grande Densidade
 Classes Baixas

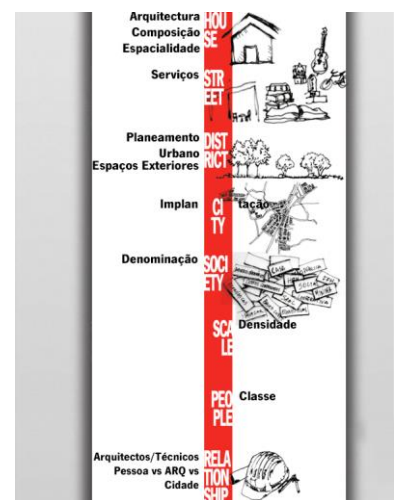


Ilustração 14 - Fundo de Fomento da Habitação, Estado Novo

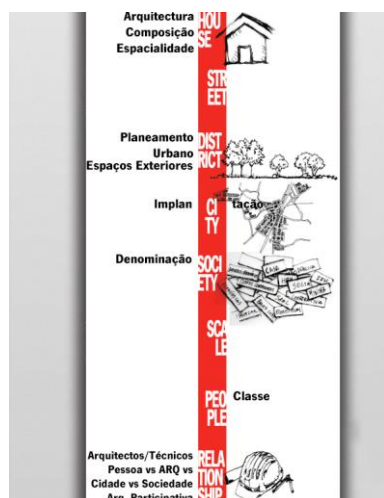


Ilustração 15 – Serviço Ambulatório de Apoio Local, Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974

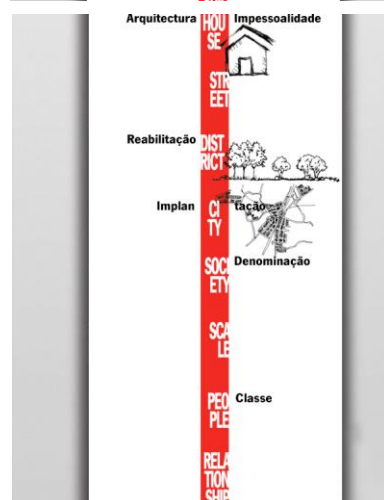
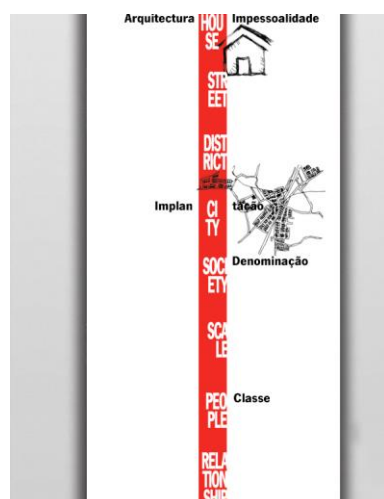


Ilustração 16-17 – Outras Políticas Públicas e Programas de Habitação, Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974

Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL)

Arquitetura Moderna	Implantação Geral Periférica
Composição Programática	Classes Baixas
Qualidade Espacial	
Planeamento Urbano	
Espaços Exteriores	
Proximidade dos Centros (Norte)	
S/ Denominação	
Desenho de Arquitectos/Técnicos	
Relação Pessoa vs. Arquitectura vs. Urbanismo vs. Cidade vs. Sociedade	
Arquitetura Participativa	

Outras Políticas Públicas e Programas de Habitação (CAR, FAIH,

INH, IGAPHE, PIMP, P.D. da Habitação a Custos Controlados e PER)

Arquitetura Contemporânea	Critérios Impessoais
Proximidade dos Centros	Implantação Periférica
	Denominação
	Classes Baixas

Outras Políticas Públicas e Programas de Habitação

(PROHABITA, IHRU, Porta 65, MSA, Reabilitar para Arrendar, Regimes Arrendamento Apoiado e Renda Condicionada e NRAU)

Arquitetura Contemporânea	Implantação Periférica (Novas)
Reabilitação	Denominação
Inserção na Malha Urbana	Classes Baixas

Os modelos criados, tanto na Europa como em Portugal, estão inerentemente ligados aos sucessivos acontecimentos e eventos históricos, económicos, políticos e sociais que, ao longo das décadas e séculos, surgiram e cresceram nas cidades dos diversos países, principalmente os europeus, que viriam a revelar e agravar os problemas da habitação.

Contudo, os direitos à habitação e ao lugar, apesar de serem direitos de todas as pessoas, independentemente da sua classe social, não eram aplicados uniformemente, ficando notórias as diferenças entre as aplicações dos referidos direitos, sob as diferentes políticas e programas, e que, até aos dias de hoje, são visíveis na estrutura das cidades. Então, as políticas e programas, europeus e nacionais, abordados anteriormente, narram as desigualdades assentes nas intervenções e iniciativas de promoção pública de habitação.

Ao longo desta análise é perceptível que existiram muitas diferenças, e continuam a existir, mas em menor número, no planeamento, desenho e construção das casas para os diferentes estratos sociais. As casas de promoção pública eram projectadas sem critérios pessoais individualizados dos moradores, com diferentes materiais e por vezes com qualidade inferior, com áreas muito reduzidas e mal aproveitadas, maioritariamente sem planeamento urbano ou regional, com grande densidade horizontal e/ou vertical, com implantações periféricas, onde apenas era incluída uma classe social por edifício e/ou bairro e com um rótulo associado, que claramente fazia distinção entre casas. Refere Patrick Simon que o aumento das diferenças entre as áreas 'ricas' e 'pobres' "é um reflexo da projecção das relações sociais no espaço"¹³³, o que faz com que a segregação espacial e social seja a consequência de um decadente tratamento das classes, à escala do território urbano.

¹³³ Patrick Simon, "Gentrification of old neighborhoods and social integration in Europe". In Yuri Kazepov, *Cities of Europe: Changing Contexts, Local Arrangement and the Challenge to Urban Cohesion*. Oxford, UK: John Wiley & Sons, 2008. PP. 210-232.

No entanto, também houveram intervenções de programas que implementaram práticas *aclassistas*, e estas práticas são, de seguida, sintetizadas e agrupadas por categorias, com base na Urban Re-Identification Grid (CIAM IX, 1953) de Alison e Peter Smithson. Os tópicos, apresentados em inglês por serem uma adaptação do original, utilizados na composição do Diagrama de Práticas *Aclassistas*, para demonstrar as práticas aclassistas são:

HOUSE (Casa) - maior diversidade arquitectónica e maior flexibilidade funcional, melhor composição programática e qualidade espacial;

STREET (Rua) - colocação de serviços de apoio às habitações;

DISTRICT (Quarteirão) - o desenho de espaços exteriores e maior planeamento urbano;

CITY (Cidade) - maior integração e proximidade dos centros consolidados;

SOCIETY (Sociedade) - não utilização de denominações específicas associadas;

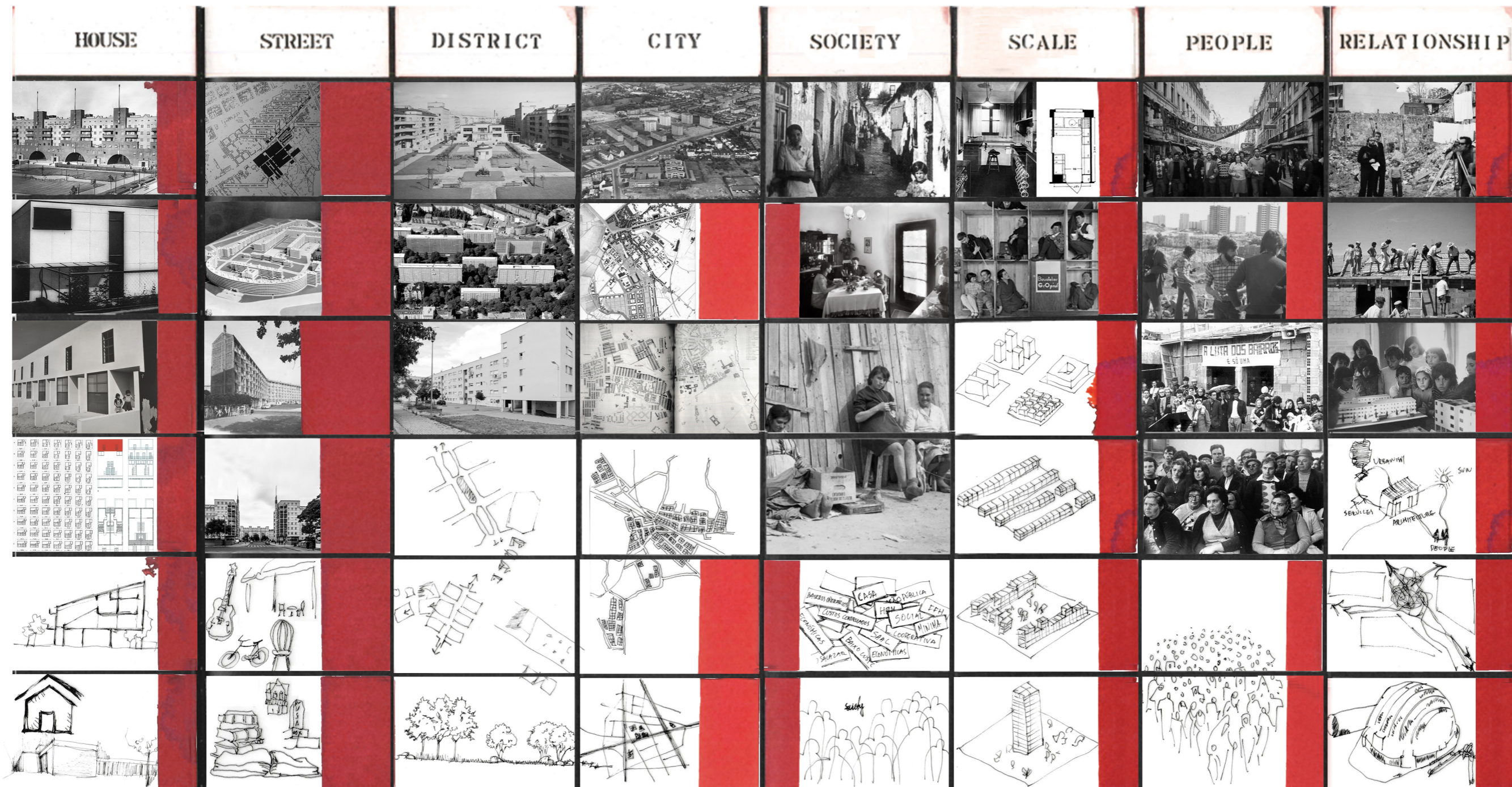
SCALE (Escala) - a redução da área útil às necessidades mínimas do habitar e o seu bom aproveitamento;

PEOPLE (Pessoas) - integração de mais classes;

E RELATIONSHIP (Relações) - desenho mais activo por parte dos arquitectos e o estabelecimento de melhores relações entre as pessoas, a arquitectura (casa e arquitectos), o urbanismo, as cidades e a sociedade.

Diagrama das Práticas Aclassistas

com base na Urban Re-Identification Grid, CIAM IX, 1953, de Alison e Peter Smithson



Conclusão

“Os arquitectos são hoje forçados, pelo próprio condicionalismo socio-económico em que a sua actividade se exerce, a interrogar-se sobre o tipo de responsabilidade social da Arquitectura e sobre a «rentabilidade social» da sua função de arquitectos. Entendendo a arquitectura como «modelação de espaços praticáveis interiores ou exteriores», ela não pode, porém, ser considerada um «luxo» desde que, através do trabalho de grupo e do diálogo com as Ciências Humanas, se situe numa relação dialéctica com a realidade social.”

Pedro Vieira de Almeida

Quando se trata de arquitectura de promoção pública, o conceito Habitação traz associado, por defeito, o conceito de Social, e quando se desmistifica o conceito Social, para os conceitos de Sociedade e de Cidade, estes trazem também, inevitavelmente, o conceito de Habitação, pois a construção das cidades é feita com a construção de habitação e todos os membros da sociedade necessitam de um abrigo para habitar e viver.

A análise desta investigação concluiu o debate sobre um tema amplo, complexo e generalizado, a dita habitação social. Começa com um enquadramento europeu sobre a falta de habitação, conseqüente do crescimento das cidades com a Revolução Industrial, e termina com a situação actual de Portugal e com a síntese das práticas, europeias e nacionais, utilizadas na definição e construção de habitação para classes mais baixas, pois a habitação de promoção pública solicita o mesmo que as outras formas de produção de habitação.

O enquadramento europeu serviu para contextualizar o desenvolvimento das iniciativas de promoção pública de habitação e a evolução das terminologias usadas, que serviram para a reflexão sobre os argumentos portugueses e a actual situação das práticas arquitectónicas e sociais

relacionadas com este 'tipo' de habitação. Ao longo dos dois capítulos principais foram estudados e analisados, os acontecimentos, políticas e programas relevantes para a exploração do tema do uso actual da palavra social no âmbito da arquitectura.

Esta dissertação culmina com uma síntese, onde é feito um sumário das principais práticas *aclassistas* e práticas de segregação (e exclusão) presentes nas políticas, programas e iniciativas de promoção de habitação, para as pessoas economicamente desfavorecidas, europeias e nacionais, estudadas ao longo desta dissertação. O conceito de habitação social (e muitos outros conceitos) surge, então, como uma categorização e como uma agregação de propostas para solucionar os problemas sociais relacionados com a habitação, que, despropositadamente, estimula a segregação e exclusão social.

Os estudos e sínteses realizados nesta investigação contribuem para o alargamento do campo de exploração e debate da temática da habitação. As cronologias apresentadas são resultantes dos acontecimentos analisados na investigação, as quais ajudam a compreender os contextos políticos e sociais em que surgiram as iniciativas, e por consequência, os diversos termos e conceitos associados às casas promovidas e construídas por estas.

Nesta dissertação, apesar de não ter sido possível encontrar investigações e/ou publicações de arquitectos que explorassem como tema principal os conceitos associados à arquitectura de promoção pública, foi possível encontrar dados que possibilitaram o estudo dos acontecimentos e políticas, e consequentemente, das práticas utilizadas pelos arquitectos, sendo possível a determinação das que promoveram um pensamento *aclassista*.

O período definido para o desenvolvimento da dissertação de mestrado, assim como as ferramentas utilizadas, pesquisa livresca, pesquisa em bases de dados *online* e montagens esquemáticas, determinaram a índole da investigação, que não ambiciona o fim das classes sociais, mas

contribuir para o conhecimento sobre a temática e para a integração de uma prática *aclassista* no campo da arquitectura e da habitação. E conclui-se que para desenhar arquitectura, independentemente para que classe social for, é necessário muito mais do que ter conhecimento de arquitectura, é essencial estabelecer uma relação permanente com outras áreas de conhecimento, como a sociologia, pois é preciso projectar para as pessoas, para fortalecer a sociedade e para melhor as cidades futuras. Richard Neutra afirma:

“O arquitecto que realmente projecta para seres humanos precisa conhecer muito mais do que apenas os cinco cânones de Vitruvius.”¹³⁴

A diferenciação do espaço urbano, inevitavelmente, divide as pessoas, e juntamente com a distinção da habitação através de categorias, esta divisão é aumentada, fazendo com que a habitação, ao invés de assumir o seu papel de casa, defina o estatuto social dos seus moradores. E muitas vezes associado a isto, o espaço isolado da malha consolidada das cidades e a materialidade facilmente identificável provoca a estigmatização pelas restantes pessoas da sociedade. Nestes espaços é promovida a homogeneidade interna, enquanto que os restantes espaços heterogéneos da cidade acentuam a segregação e a exclusão social.

No entanto, não se pode afirmar com certeza que a ‘habitação social’ é sinónimo de exclusão social, apenas se pode relacionar os impactos negativos e positivos que determinadas práticas produzem. E que ao dissociar a prática da arquitectura do conceito, seja ele ‘Social’ ou outro qualquer, deixa de haver distinção entre o que é habitação para classe baixa e o que é habitação para classe média ou alta, fazendo com que o arquitecto deixe de colocar rótulos ou construir argumentos no modo de

¹³⁴ Richard Neutra cit. por Victor Delaqua, “Frases: Richard Neutra e uma arquitetura humana”. ArchDaily, 2016.

fazer arquitectura, deixando assim de excluir na tentativa de inclusão social.

Até ao momento actual, em Portugal ainda não houve nenhum programa de promoção pública de habitação que, em número significativo, criasse uma 'mistura de classes' dentro do mesmo edifício. Por vezes, o Estado e os Municípios cedem terrenos disponíveis a entidades e empresas de construção privadas, assegurando que os custos de construção ficam ao encargo das respectivas empresas, mas reservando uma percentagem de habitações para serem postas no mercado de arrendamento público, sendo que nestes casos, são normalmente construídos blocos separados de habitação colectiva, e destinando as diferentes classes a diferentes edifícios. Esta mistura de classes, eventualmente pode existir, mas sem um contexto e/ou política nacional geral, e sem uma percentagem expressiva.

O direito à habitação não deve prescindir do direito ao lugar e do direito à cidade, e conseqüentemente, do direito à igualdade de utilização da habitação e dos espaços urbanos. Uma casa tem de contemplar as necessidades das pessoas em todas as fases e etapas da sua vida, ou seja, tanto a casa como a sua localização têm de ser concebidas para todas as pessoas. Observa-se então, que, assim como no passado, o (re)desenho da habitação para além de constante é necessário.

Esta dissertação não pretende efectuar críticas políticas sobre as decisões tomadas na promoção de habitação para a classe baixa, mas procura mostrar quais as práticas arquitectónicas *ac/assistas* adoptadas pelos arquitectos, para se adaptarem e melhorarem as casas construídas pelos programas em vigor. Afirma Nuno Portas:

“a recriação de um espaço social - que resultará tanto mais eficaz quanto souber defender a necessidade crescente de intimidade e interiorização dos indivíduos e das famílias, o que

não é contraditório nem impossível - constitui hoje um objectivo fundamental da organização urbana moderna”¹³⁵

Gertrude Stein, em 1913, escreveu a frase “Rose is a Rose is a Rose”¹³⁶, expressando que o facto de que usar o nome de uma ‘coisa’ invoca as imagens e emoções associadas a ela, pois no “tempo de Homero ou de Chaucer, o poeta podia usar o nome da coisa e ela estava mesmo ali”¹³⁷, tentando combater o facto de que quando a memória assumiu o controle, a ‘coisa’ perdeu a sua identidade. Se com esta frase Stein queria recuperar o significado de que ‘as coisas são o que são’, esta investigação procurou recuperar a identidade da casa e sustentar a frase “uma casa é uma casa”¹³⁸ de Balkrishna Doshi.

Esta abordagem implica alterações no modo de ver e pensar a arquitectura, de modo a criar equidade entre classes, e impõe assim um pensamento *aclassista* tanto na sociedade, como no arquitecto, alterando a frase de Humberto Kzure-Cerquera para “pensar bem não é pensar tudo, é pensar o que os outros não pensam”¹³⁹, pois a maior prática *aclassista* é a criação de uma mescla de pessoas na cidade, pois esta é e está desenhada de modo a permitir que os seus espaços sejam vividos por todas as pessoas independentemente da sua classe social, através da fusão de funções, edifícios, pessoas e usos a ela associados, tendo possibilidade de albergar tudo em si.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.

Albert Einstein

¹³⁵ Nuno Portas, *Os tempos da Forma: A cidade feita e refeita*. Edição do DAAUM, 2005. P.140

¹³⁶ Gertrude Stein, “Poema Sacred Emily”. 1913 cit. por The Phrase Finder, 2018.

¹³⁷ “A rose is a rose is a rose”. The Phrase Finder, 2018.

¹³⁸ Balkrishna Doshi cit. por. Ana Baptista. Expresso, 2018.

¹³⁹ Humberto Kzure-Cerquera “Ver bem não é ver tudo, é ver o que os outros não vêem” - Aula Aberta #69 “A cidade como fronteira do pensamento de Nuno Portas”. EAUM, 2018.

APONTAMENTOS PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Ainda que a vontade fosse fazer um trabalho o mais completo possível, é impossível tentar abranger todo o universo relacionado com o tema da habitação e os seus conceitos, e seria entrar num campo infinito e sem objectividade para realizar e concluir esta dissertação. Sendo assim, o objectivo final da investigação não é encontrar uma solução ou uma única resposta para solucionar os problemas da habitação, mas colocar questões e pôr em causa o 'nosso' papel enquanto membros da sociedade, utilizadores da cidade e dos edifícios e (futuros) arquitectos.

Esta investigação não se encerra neste ponto, mas sim o contrário, é o início de reflexões e investigações futuras. Pretendeu-se reflectir e cruzar informações que auxiliassem futuramente a se pensar como é que nós, enquanto arquitectos, podemos contribuir para uma melhoria da prática da arquitectura e da materialização das cidades e dos espaços onde todos vivemos. Pois no fim de contas,

A arquitectura é feita para as pessoas.

Bibliografia

Livros

ASHTON, Thomas S. – **A Revolução Industrial**. Sintra: Publicações Europa-América, 1995. ISBN: 9789721019409.

CARVALHO, Ricardo – **A Cidade Social – Impasse. Desenvolvimento. Fragmento**. Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2016. ISBN 978-989-671-299-0.

Nuno Portas, Os tempos da Forma. 1.^a ed. Guimarães: Edição do Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (DAAUM), 2005. ISBN 972-99822-0-1. Vol. I.

RODRIGUES, José Manuel - **Teoria e Crítica da Arquitectura - Século XX**. Lisboa: Caleidoscópico, 2010. ISBN 978-989-658-065-0.

SIZA, Álvaro - **Imaginar a Evidência**. Lisboa: Edições 70, 1998. ISBN 972-44-1033-1.

Volumes, Partes, Artigos e Capítulos em Livros

SIMON, Patrick - Gentrification of old neighborhoods and social integration in Europe. /n KAZEPOV, Yuri - **Cities of Europe: Changing Contexts, Local Arrangement and the Challenge to Urban Cohesion**. Oxford, UK: John Wiley & Sons, 2008. ISBN 978-1-405-12132-3. vol. 1. PP. 210-232.

Publicações:

AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2.

Teses, dissertações e outras provas académicas

Dissertações

GAMA, Cristiana Bernardo – **Habitação Social: três casos de estudo em Portugal**. Lisboa: Universidade Lusíada, 2017. Dissertação de Mestrado.

LOPES, Ricardo Nogueira de Sousa - **Aprender com os erros: Os modelos urbanísticos dos bairros de habitação social em Portugal pós 25 de Abril de 1974**. Sintra: Universidade Católica Portuguesa, 2011. Dissertação de Mestrado.

PIDDIU, Maria Michela - **O plano INA-Casa - Uma leitura transversal do projeto de Via Pessina em Cagliari**. Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Arquitectura, 2012. Dissertação de Mestrado.

SOUSA, Francisca Pinto de – **A Arquitectura do Bairro Social: Da Participação à Apropriação, 1945-Presente, Viseu-Porto-Viseu**. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, 2015. Dissertação de Mestrado.

Actas de Congressos

IV Congresso Português de Sociologia, Lisboa, 2017 - Habitação social: Da intenção de inserção à ampliação da exclusão: actas. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2017. [Consult. 06 Mar. 2019]. Disponível em: <https://aps.pt/pt/atas-iv-congresso/>.

Conferências

KZURE-CERQUERA, Humberto - **Aula Aberta #69 “A cidade como fronteira do pensamento de Nuno Portas**. Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, 2018.

Exposições

“O PROCESSO SAAL: ARQUITECTURA E PARTICIPAÇÃO, 1974-1976”, Porto, Out. 2014 - Fev. 2015 – Museu de Arte Contemporânea de Serralves: exposição. Roteiro da exposição disponível em: http://www.serralves.pt/documentos/RoteirosExposicoes/RoteiroSAAL_AF.pdf.

Filmes e/ou Documentários em vídeo

Filmes

PAPENBROCK, J.S. – *The Rochdale Pioneers*. Reino Unido: The British Youth Film Academy, 2012. DVD vídeo (57min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=720&v=L-oXL6g000g.

Documentários

GEADA, Eduardo – *Lisboa: o Direito à Cidade*. Lisboa: RTP, 1975. Série Televisiva: A Gente que Nós Somos (79 min). Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/lisboa-o-direito-a-cidade/>.

Áudio / Música

GODINHO, Sérgio – *Liberdade*. In Álbum ‘À Queima-Roupa’. Portugal: Guilda da Música, 1974. Disco CD (35 min).

E-books, bases de dados, programas, etc.

E-books

FROTA, Renato – O Discurso Adequado. [PDF]. Brasil: Editora Finart Cultural Ltda. [Consult. 08 Fev. 2019]. Disponível em: https://books.google.pt/books?id=vr5xDwAAOBAJ&pg=PA10&lpg=PA10&dq=A+pior+forma+de+desigualdade+%C3%A9+tentar+fazer+duas+coisas+diferentes+iguais&source=bl&ots=RKuAU1dngF&sig=ACfU3U21NKg2jp0fQ5a5qvH12ZLiPhDA&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKewiRv5_WgMTkAhVCURoKHfZocU4ChDoATAFegOICBAB#v=onepage&q&f=false.

Artigos

ALBUQUERQUE, Carlos - Da Bauhaus à Alemanha pós-guerra. [Em Linha]. Brasil: DW. [Consult. 15 Jun. 2019]. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/da-bauhaus-%C3%A0-alemanha-p%C3%B3s-guerra/a-2571968>.

BARATTO, Romullo - 121 Definições de Arquitetura. [Em Linha]. Brasil: ArchDaily, 2016. [Consult. 23 Abr. 2019]. Disponível em: www.archdaily.com.br/br/800699/121-definicoes-de-arquitetura. ISSN 0719-8906

DELAQUA, Victor - Frases: Richard Neutra e uma arquitetura humana. [Em Linha]. Brasil: ArchDaily, 2019. [Consult. 14 Jul. 2019]. Disponível em: www.archdaily.com.br/br/792248/frases-richard-neutra-e-uma-arquitetura-humana. ISSN 0719-8906.

Equipo Editorial - Antipadrões da habitação social na América Latina. [Em Linha]. Brasil: ArchDaily, 2019. [Consult. 18 Mar. 2019]. Disponível em: www.archdaily.com.br/br/913162/antipadros-da-habitacao-social-na-america-latina. ISSN 0719-8906.

FERREIRA, Naiara Conceição; QUEIROZ, Igor - CIAM II (Frankfurt-am-Main) - Die Wohnung fur das Existenzminimum (Habitação para o mínimo nível de vida). [Em Linha]. Brasil: Cronologia do Pensamento Urbanístico. [Consult. 26 Abr. 2019]. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1465>.

History.com Editors – Great Depression History. [Em Linha]. HISTORY, 2009, 2019. [Consult. 31 Mai. 2019]. Disponível em: <https://www.history.com/topics/great-depression/great-depression-history>

History.com Editors – Industrial Revolution. [Em Linha]. HISTORY, 2009, 2019. [Consult. 20 Mai. 2019]. Disponível em: <https://www.history.com/topics/industrial-revolution/industrial-revolution>.

History.com Editors – Treaty of Versailles. [Em Linha]. HISTORY, 2009, 2018. [Consult. 31 Mai. 2019]. Disponível em: <https://www.history.com/topics/world-war-i/treaty-of-versailles-1>.

MANAUGH, Geoff - Without Walls: An Interview with Lebbeus Woods. [Em Linha]. BLDGBLOG: building blog, 2007. [Consult. 31 Jul. 2019]. Disponível em: <http://www.bldeblog.com/2007/10/without-walls-an-interview-with-lebbeus-woods/>.

Bases de Dados

British post-war mass housing. [Em Linha]. Inglaterra: Institute of Historic Building Conservation – Designing Buildings. 2012, 2019. [Consult. 10

Jun. 2019]. Disponível em: https://www.designingbuildings.co.uk/wiki/British_post-war_mass_housing.

Constituição da República Portuguesa. [Em Linha]. Portugal: Assembleia da República, 1976, 2005. [Consult. 14 Mai. 2019]. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/PAGINAS/CONSTITUICAOREPUBLICAPORTUGUESA.ASPX>.

Constituição de 1933. [PDF]. Portugal: Diário do Governo, 1933. [Consult. 20 Ago. 2019]. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>.

Deutscher Werkbund in Artigos de apoio Infopédia. [Em Linha]. Porto: Porto Editora, 2003, 2019. [Consult. 05 Jun. 2019]. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$deutscher-werkbund](https://www.infopedia.pt/$deutscher-werkbund).

Diário da República Eletrónico. [PDF]. Portugal: Presidência do Ministério, 1918. [Consult. 09 Ago. 2019]. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa-avancada/-/asearch/404355/details/maximized?serie=l&numeroDRE=87&search=Pesquisar&ano=1918&types=DR&drel=11481>.

Resumo Histórico IHRU. [Em Linha]. Portal da Habitação, 2019. [Consult. 26 Ago. 2019]. Disponível em: http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/Resumo_historico.html.

Rendimento nacional bruto e rendimento disponível bruto *per capita*. [Em Linha]. PORDATA, 2019. [Consult. 17 Abr. 2019]. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Rendimento+nacional+bruto+e+rendimento+dispon%C3%ADvel+bruto+pe+r+capita-2830>.

República. [Em Linha]. Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2003-2019. [Consult. 12 Ago. 2019]. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/república>.

Outras páginas da Internet

A rose is a rose is a rose. [Em Linha]. The Phrase Finder. [Consult. 28 Nov. 2018]. Disponível em: <https://www.phrases.org.uk/meanings/15900.html>.

Conceito de Social. [Em linha]. Conceito.de, 2011. [Consult. 25 Mar. 2019]. Disponível em: <https://conceito.de/social>.

De la belle époque aux hbm. [Em Linha]. Seine-sain-denis tourisme. [Consult. 30 Mai. 2019]. Disponível em: <https://www.tourisme93.com/de-la-belle-epoque-aux-hbm.html>.

JULES SIEGFRIED Le précurseur du logement social (1837-1922). [PDF]. Crédit Foncier, 2017. [Consult. 29 Mai. 2019]. Disponível em: https://creditfoncier.com/cfcontent/uploads/2017/07/CFF_Saga_Jules_Siegfried_Web.pdf.

La sfavillante storia dell'architettura INA-Casa. [Em Linha]. Arch is Dead. [Consult. 10 Jun. 2019]. Disponível em: <https://www.archisdead.com/architettura/la-sfavillante-storia-dellarchitettura-ina-casa/>.

Les grandes lois entre 1889 et 1914. [Em Linha]. Les HBM en Expos – Musée Virtuel du Logement Social. [Consult. 30 Mai. 2019]. Disponível em: <http://musee-hlm.fr/exhibit/54>.

Os Pioneiros de Rochdale. [Em Linha]. Portal do Cooperativismo Financeiro, 2016. [Consult. 22 Mai. 2019]. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-pioneiros-de-rochdale/>.

Post WW1 Funding. [Em Linha]. Social Housing History. [Consult. 30 Mai. 2019]. Disponível em: <http://www.socialhousinghistory.uk/wp/index.php/post-ww1-funding/>.

Artigos em documentos electrónicos

Revistas

ABELSON, Peter – Affordable Housing: Concepts and policies. Economic Papers [PDF]. Vol. 28, n.º 1 (2009). PP.27-38. [Consult. 21 Mar. 2019]. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1759-3441.2009.00001.x>.

BARON, Cristina Maria Perissinotto - A Produção Da Habitação E Os Conjuntos Habitacionais Dos Institutos De Aposentadorias E Pensões – IAPS. TÓPOS [PDF]. Vol. 5, n.º 2 (2011). [Consult. 20 Mai. 2019]. PP.102-127. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2287/2092>.

CARVALHO, Ricardo - Os Quinze Anos Vermelhos De Viena, De Eve Blau, ZERO - arquitectocrise. Estudo prévio [Em Linha]. Vol.1, n.º 1 (2011). [Consult. 15 Jun. 2019]. Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/livros/2/ricardo-carvalho-os-quinze-anos-vermelhos-de-viena-de-eve-brau>

FOLZ, Rosana Rita - Industrialização da habitação mínima. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo [PDF]. Vol. 12, N.º 13 (2005). [Consult. 26 Abr. 2019]. PP.95-112. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20070514090943.pdf.

GUERRA, I.; MOURA, D.; PINTO, T. C. – Políticas de Habitação – À procura de Novas Problemáticas. Cidades – Comunidades e Territórios [PDF]. N.º 3 (2001). PP. 53-69. [Consult. 10 Jun. 2019]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/3379>. ISSN 1645-0639.

KRUGER, Mário – A arte da investigação em arquitectura. ecdj, impactum Coimbra University Press [PDF]. N.º 5 (2001). [Consult. 18 Mar. 2019]. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/37482/3/A%20arte%20da%20investigacao%20em%20Arquitetura.pdf>.

MATTL, Siegfried - O caso da Viena Vermelha. Lua Nova [PDF]. N.º 89 (2013). [Consult. 31 Mai. 2019]. PP.191-213. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452013000200008>. ISSN 0102-6445.

VILAÇA, Eduardo - O "Estado da Habitação": Medidas sem Política num País Adiado. Cidades – Comunidades e Territórios [PDF]. N.º 3 (2001). PP:83-92. [Consult. 10 Jun. 2019]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/3382>. ISSN 1645-0639.

Jornais

BAPTISTA, Ana - “Não uso a expressão habitação social. Uma casa é uma casa”. Expresso. [Em Linha]. (2018). [Consult. 28 Nov. 2018].

Disponível em: <https://expresso.pt/cultura/2018-04-08-Nao-uso-a-expressao-habitacao-social-Uma-casa-e-uma-casa#gs.nRk4Zzg>.

VENANT, Elizabeth - GRAND DESIGNS: Frank Gehry, Prophet of 'Cheapskate' Architecture, Makes a Bid for Permanence. Los Angeles Times. [Em Linha]. (1987). [Consult. 19 Jun. 2019]. Disponível em: www.latimes.com/archives/la-xpm-1987-05-03-tm-8181-story.html.

Reportagens

MARTINS, Joana França - Ateneu Comercial do Porto organiza reconstituição da revolta de 1891. RTP [Reportagem Vídeo/Em Linha]. (2010). [Consult. 12 Ago. 2019]. Disponível em: <http://ensina.rtp.pt/artigo/revolta-republicana-1891/>.

Bibliografia do Glossário

Aclassismo

Aclassismo, [Em linha]. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2008-2013. [Consult. 21 Mar. 2019]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/aclassismo>.

Aclassista

Aclassista. [Em linha]. Dicionário Infopédia de Italiano - Português. Porto: Porto Editora. 2003-2019. [Consult. 21 Mar. 2019]. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/italiano-portugues/aclassista>.

Arquitecto

Arquitecto. [Em Linha]. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2008-2013. [Consult. 21 Mar. 2019]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/arquitecto>.

TÁVORA, Fernando – **Da Organização do Espaço**. Porto: FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto, 2008. ISBN 9789729483226. PP.85-87

Arquitectura

Arquitectura. [Em linha]. Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2003-2019. [Consult. 21 Mar. 2019]. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/arquitectura>.

Arquitectura. [Em linha]. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2008-2013. [Consult. 21 Mar. 2019]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/arquitectura>.

BENEVOLO, Leonardo – **A Cidade e o Arquitecto**. Lisboa: Edições 70, 2006. ISBN 972-44-1332-0. P.33

Rem Koolhaas cit. por MARTINS, Patrícia Pereira – Poder e ética na obra de Rem Koolhaas. RISCO - Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo [PDF]. Vol. 1, n. °21 (2015). [Consult. 31 Jul. 2019]. P.10. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/issue/view/9084>. ISSN: 1808-723X.

Casa

Casa. [Em linha]. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2008-2013. [Consult. 21 Mar. 2019]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/casa>.

ROGERS, Ernesto Nathan – **Esperienza dell'Architettura**. Milano: Skira Editore, 1997. ISBN 9788881181476. P.82

XAVIER, Ágata - Anne Lacaton: "Dar espaço é dar liberdade às pessoas". [Em Linha]. SÁBADO, 2017. [Consult. 19 Abri. 2019]. Disponível em: <https://www.sabado.pt/gps/palco-plateia/artes-plasticas/detalhe/anne-lacaton-dar-espaco-e-dar-liberdade-as-pessoas>.

Cidade

Cidade. [Em linha]. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2008-2013. [Consult. 21 Mar. 2019]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/cidade>.

BENEVOLO, Leonardo – **A Cidade e o Arquitecto**. Lisboa: Edições 70, 2006. ISBN 972-44-1332-0. P.19

HARVEY, David – The Right to the City. [PDF]. Brasil: MOM - Morar de Outras Maneiras, 2018, 2019. P. 1. [Consult. 20 Fev. 2019]. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/babel/textos/harvey-right-city.pdf>.

Habitação

Habitação. [Em linha]. Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora. 2003-2019. [Consult. 21 Mar. 2019]. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/habitacao>.

Habitação Social

Habitação. [Em Linha]. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2008-2013. [Consult. 21 Mar. 2019]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/habita%C3%A7%C3%A3o>.

Peter Abelson – Affordable Housing: Concepts and Policies”, P.28

Eduardo Vilaça cit. por. MARTINS, Sara – **Segregação Socio-espacial em Braga: o caso de estudo do Bairro das Andorinhas**. Guimarães: Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais, 2017. Dissertação de Mestrado. P.35

Social

Social. [Em linha]. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2008-2013. [Consult. 21 Mar. 2019]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/social>.

CARVALHO, Ana M. A. - O que é "social" para a psicologia? Temas em Psicologia. Ribeirão Preto. ISSN 1413-389X. Vol. 2, n.º 3 (1994), P.2.

Sociedade

Sociedade. [Em linha]. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2008-2013. [Consult. 21 Mar. 2019]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/sociedade>.

OSBORNE, Richard – Dicionário de Sociologia [PDF]. SCRIBD, 2019. P.44. [21 Mar. 2019]. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/7771703/Richard-Osborne-Dicionario-de-Sociologia-PDF>.

Bibliografia das Citações Principais

Introdução

GALFETTI, Gustau Gili – **Minha Casa, meu paraíso: a construção do universo doméstico ideal**. Lisboa: Blau, 1999. ISBN 978-97-2831-142-1. P.8.

Problemas, Termos e Conceitos

SIZA, Álvaro - **Imaginar a Evidência**. Lisboa: Edições 70, 1998. ISBN 972-44-1033-1. P.107.

Armin van Buuren cit. por Armin van Buuren Quotes. [JPEG]. PICTUREQUOTES. [Consult. 30 Mar. 2019]. Disponível em: <http://www.picturequotes.com/we-as-a-people-we-have-a-strong-need-to-categorize-everything-we-put-labels-on-everything-and-its-a-quote-352970>.

Panorama Geral: Europa

Oskar Schlemmer cit. por FRAMPTON Kenneth - **Historia crítica de la Arquitectura Moderna**. Barcelona: Gustavo Gili, 1987. ISBN 9788425222740. P. 149.

Renzo Piano cit. por TENG YUEN, Ngan - 16 Renzo Piano Quotes On Changes And The Art of Making Buildings. [Em Linha]. Miragestudio7. [Consult. 17 Jun. 2019]. Disponível em: <https://blog.miragestudio7.com/renzo-piano-quotes/6790/>.

ASHTON, Thomas S. – **A Revolução Industrial**. Sintra: Publicações Europa-América, 1995. ISBN: 9789721019409.

Panorama Geral: Portugal

MATEUS, Manuel Aires - A arquitectura é um acto político. Público [Em linha]. (2018). [Consult. 6 Mar. 2019]. Disponível em WWW: <https://www.publico.pt/2018/03/06/culturaipilon/opiniao/a-arquitetura-e-um-acto-politico-1805524>.

Gerente, Elaine - Arquitetura sem rótulos. [Em Linha]. Santa Catarina: ND+, 2016. [Consult. 31 Jul. 2019]. Disponível em: <https://ndmais.com.br/opiniao/artigo/arquitetura-sem-rotulos/>.

Steven Ehrlich cit. por SHERIN, Asa de - A Chat with Steven Ehrlich. Metropolis [Em Linha]. (2011). [Consult. 14 Mar. 2019]. Disponível em: <https://www.metropolismag.com/uncategorized/a-chat-with-steven-ehrllich/>.

Resultados e Interpretações

Denise Scott Brown cit. por JORDANA, Sebastian - Interview: Robert Venturi & Denise Scott Brown, by Andrea Tamas. [Em Linha]. ArchDaily, 2011. [Consult. 16 Set. 2019]. Disponível em: <https://www.archdaily.com/130389/interview-robert-venturi-denise-scott-brown-by-andrea-tamas>. ISSN 0719-8884.

ARAVENA, Alejandro - Alejandro Aravena's speech at the April 4, 2016 award ceremony at United Nations Headquarters in New York, honoring him as the 2016 Laureate of The Pritzker Architecture Prize. [Em Linha]. New York: Pritzker Architecture Prize, 2016. [Consult. 17 Set. 2019]. Disponível em: <https://www.facebook.com/PritzkerArchitecturePrize/videos/1132319573486400/?v=1132319573486400>.

ALMEIDA, Pedro Vieira de – Da utilidade social da arquitectura. Análise Social. [PDF]. N.º 6 (1964). PP.237-248. [Consult. 22 Mar. 2019]. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224162206R5yQG5ap5Hu31ID0.pdf>.

Bibliografia dos Elementos Imagéticos

Fig. 1 – Máquina a Vapor, local não identificado, s/d

Fonte: <https://medium.com/@mdkail/the-industrial-revolution-of-application-security-9bb0d1b47b0a>. [Consult. 24 Abr. 2019]

Fig. 2 – Representação do Êxodo Rural, França, s/d

Fonte: <https://carlosrabello.org/geografia/geografia-mundial/economia/industrializacao/>. [Consult. 24 Abr. 2019]

Fig. 3 – Interior de uma Fábrica Industrial, local não identificado, s/d

Fonte: <https://www.history.com/topics/industrial-revolution>. [Consult. 24 Abr. 2019]

Fig. 4 – Representação do Trabalho infantil no interior de uma fábrica, local não identificado, s/d

Fonte: <https://carwad.net/industrial-revolution-pictures>. [Consult. 24 Abr. 2019]

Fig. 5 – Elevado número de operários junto de uma máquina a vapor, América, s/d

Fonte: <https://www.thearticle.com/the-beginning-of-the-second-industrial-revolution>. [Consult. 2 Mai. 2019]

Fig. 6 – Habitações precárias dos Operários, Inglaterra, s/d

Fonte: <https://www.bestlibrary.org/files/society-and-culture-of-the-18th-19th-century.pdf>. [Consult. 24 Abr. 2019]

Fig. 7 - Habitações dos Operários nas proximidades das Fábricas, Inglaterra, s/d

Fonte: <http://worldhistoryvolume.com/science-industry-change-western-world/industrial-revolution-problems-solutions/>. [Consult. 24 Abr. 2019]

Fig. 8 – Habitações dos Operários nas proximidades das Fábricas, Birmingham, Inglaterra, s/d

Fonte: <https://municipaldreams.wordpress.com/2014/02/18/municipal-housing-in-manchester-before-1914-improving-the-unwholesome-dwellings-and-surroundings-of-the-people/>. [Consult. 27 Abr. 2019]

Fig. 9 – Societé Industrielle de Mulhouse, França, s/d

Fonte: http://www.paysages.alsace.developpement-durable.gouv.fr/spip.php?page=document&id_document=893. [Consult. 30 Abr. 2019]

Fig. 10 - Conjunto de habitações para operários, Inglaterra, 1875

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-13-Os-bairros-perifericos-ingleses-construidos-conforme-os-regulamentos-de-1875_fig10_320589970. [Consult. 24 Abr. 2019]

Fig. 11 - Plano de um Bairro Operário, Inglaterra, 1875

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-14-Os-bairros-perifericos-ingleses-construidos-conforme-os-regulamentos-de-1875_fig11_320589970. [Consult. 24 Abr. 2019]

Fig. 12 - Esquema de uma habitação operária

Fonte: <https://photobucket.com/gallery/user/vale-n-dale/media/bWVkaWFJZDoxMDIzMDA3MA==/?ref=>. [Consult. 08 Jun. 2019]

Fig. 13 – Ambiente poluído junto de uma fábrica, Inglaterra, séc. XIX

Fonte: http://www.cs.cmu.edu/~mdr2/classes/76_334_734/index.html. [Consult. 24 Abr. 2019]

Fig. 14 – Manifestação de trabalhadores em Londres, exigindo melhores condições de vida, séc. XVIII

Fonte: <http://worldhistoryvolume.com/science-industry-change-western-world/industrial-revolution-problems-solutions/>. [Consult. 06 Mai. 2019]

Fig. 15 – Jean-Baptiste André Godin

Fonte: <https://alchetron.com/Jean-Baptiste-Andr%C3%A9-Godin>. [Consult. 31 Jul. 2019]

Fig. 16 – Perspectiva do Falanstério de Fourier

Fonte: <https://prezi.com/cx4ne10dbnot/copie-de-learn-prezi-fast/> [Consult. 31 Jul. 2019]

Fig. 17 – Perspectiva do Familistério de Godin, Guise, 1859

Fonte: <https://www.histoire-image.org/fr/etudes/palais-social-ouvriers> [Consult. 31 Jul. 2019]

Fig. 18 – Pátio do Familistério de Godin, Guise, 1859

Fonte: <https://www.retronews.fr/societe/echo-de-presse/2018/02/02/jean-baptiste-andre-godin-inventeur-du-familistere> [Consult. 31 Jul. 2019]

Fig. 19 – Esquema da hierarquia de organização de um bairro operário

Montagem da autora, 2019. Fonte das imagens utilizadas: <https://www.history.com/topics/industrial-revolution/industrial-revolution>; <https://schoolhistory.co.uk/notes/industrial-revolution-housing/>; <https://changeintheindustrialrevolution.weebly.com/religion-in-the-urban-age.html>; <https://www.fundacaooserraomartins.pt/index.php?id=latrina-rio&lang=pt>. [Consult. 08 Jul. 2019]

Fig. 20 – Fotografia dos Pioneiros e fundadores da Cooperativa de Rochdale, 1844

Fonte: http://news.bbc.co.uk/local/manchester/hi/people_and_places/history/newsid_8838000/8838778.stm. [Consult. 26 Abr. 2019]

Fig. 21 - Captura de ecrã do filme 'Os Pioneiros de Rochdale' no momento da viagem a Manchester

Fonte: Papenbrock, J.S. – *The Rochdale Pioneers*. Reino Unido: The British Youth Film Academy, 2012. DVD video (57min). [Consult. 22 Mai. 2019]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=720&v=L-oXL6g000g.

Fig. 22 – Primeira loja da 1ª Cooperativa bem-sucedida, Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, na Rua Toad, 1844

Fonte: <https://cooperativaempauta.com.br/historia-do-cooperativismo-quando-foi-criado-o-sistema-cooperativismo/>. [Consult. 30 Abr. 2019]

Fig. 23 – Fotografia do conjunto de habitações, Hoffingergasse, promovido por uma cooperativa, s/d

Fonte: <https://www.werkbundsiedlung-wien.at/hintergruende/siedlerbewegung>. [Consult. 26 Abr. 2019]

Fig. 24 - Fotografia do conjunto de habitações, Hoffingergasse, promovido por uma cooperativa, s/d

Fonte: <https://www.werkbundsiedlung-wien.at/hintergruende/siedlerbewegung>. [Consult. 26 Abr. 2019]

Fig. 25 – Fotografia do edifício Wohnungsgenossenschaft Riesa, construído em Gröba, Alemanha, pela Cooperativa e.G.m.b.H, 1908

Fonte: <https://www.wg-riesa.de/chronik-1908-bis-1929>. [Consult. 30 Abr. 2019]

Fig. 26 – Armand de Melun. Fundador da Societé d'Économie Charitable em França em 1847

Fonte: <https://fr.shopping.rakuten.com/offer/buy/121747757/armand-de-melun-1807-1877-revue.html>. [Consult. 30 Abr. 2019]

Fig. 27 – Actual Logotipo da Societé Nationale des Habitations à Bon Marché

Fonte: <https://pt.linkedin.com/company/snhbm-soci%C3%A9%C3%A9nationaleleshabitations%C3%A0bonmarch%C3%A9s.a.>. [Consult. 10 Jul. 2019]

Fig. 28 – Pintura de uma rua da Cidade dos Trabalhadores de Mulhouse, França, s/d

Fonte: http://www.crdp-strasbourg.fr/data/patrimoine-industriel/mulhouse-19/cite_ouvriere.php?parent=25. [Consult. 30 Abr. 2019]

Fig. 29 – Jules Siegfried

Fonte: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b9021908k.item>. [Consult. 26 Abr. 2019]

Fig. 30 – Desenhos do Alçado de um edifício HBM, Aubervilliers, França, s/d

Fonte: <http://musee-hlm.fr/discover/focus/19#/home>. [Consult. 21 Jun. 2019]

Fig. 31 – Esquema funcional de uma Habitation à Bon Marché

Fonte: <http://archives.aubervilliers.fr/La-petite-Prusse-4985>. [Consult. 21 Jun. 2019]

Fig. 32 - Fotografia de época de um edifício HBM, França, 1940

Fonte: <https://www.paperblog.fr/5729092/les-hbm-habitations-bon-marche-du-faubourg-de-bethune/>. [Consult. 30 Abr. 2019]

Fig. 33 – Edifício HBM construído na praça Dufourmantelle, França, data actual

Fonte: <https://monumentum.fr/cite-habitations-bon-marche-square-dufourmantelle-delimitee-par-rue-jean-jaures-rue-rome-avenue-liberte-square-gabriel-faure-pa94000021.html>. [Consult. 13 Mai. 2019]

Fig. 34 - Edifício HBM construído na praça Dufourmantelle, França, data actual

Fonte: <https://monumentum.fr/cite-habitations-bon-marche-square-dufourmantelle-delimitee-par-rue-jean-jaures-rue-rome-avenue-liberte-square-gabriel-faure-pa94000021.html>. [Consult. 13 Mai. 2019]

Fig. 35 – Soldados numa trincheira na Primeira Grande Guerra, local não identificado, s/d

Fonte: <https://www.seliganainformacao.com.br/2017/11/a-vitoria-do-brasil-na-primeira-guerra.html>. [Consult. 24 Abr. 2019]

Fig. 36 – Tratado de Versalhes

Fonte: <https://www.sohistoria.com.br/ef2/versalhes/>. [Consult. 11 Jul. 2019]

Fig. 37 – Um dos poucos bairros construídos com o programa ‘Casas Aptas para Heróis’, Inglaterra, s/d

Fonte: <https://www.history.org.uk/publications/resource/9586/homes-fit-for-heroes-james-cecil-and-the-public-i>. [Consult. 30 Mai. 2019]

Fig. 38 – Famílias de Combatentes da guerra que viviam em habitações insalubres, Inglaterra, s/d

Fonte: <https://www.economicshelp.org/blog/15814/housing/uk-housing-history/>. [Consult. 26 Abr. 2019]

Fig. 39 – Ruínas pós primeira guerra da cidade de Verdun, França, 1916

Fonte: <https://www.independent.co.uk/news/world/europe/first-world-war-the-martyr-villages-of-verdun-live-on-as-emblems-of-wars-folly-a6885266.html>. [Consult. 24 Abr. 2019]

Fig. 40 - A Mãe Migrante, de Dorothea Lange, 1936. Representação da fome causada pela crise financeira da Grande Depressão

Fonte: <http://www.me-dia-re.it/il-29-ottobre-1929-e-il-martedi-nero-della-finanza/>. [Consult. 30 Abr. 2019]

Fig. 41 - Fotografia das habitações precárias onde viviam os soldados antes da 1ª Guerra, Amsterdão, 1910

Fonte: <https://berkela.home.xs4all.nl/interieur/woningvormtype.html>. [Consult. 26 Abr. 2019]

Fig. 42 – ‘Casas’ dos soldados nos campos de guerra, local não identificado, s/d

Fonte: <https://www.idealista.pt/news/imobiliario/internacional/2015/12/29/29570-as-casas-improvisadas-dos-soldados-da-linha-da-frente-da-primeira-guerra-mundial>. [Consult. 08 Jul. 2019]

Fig. 43 – Fotografia de Casas Aptas para Heróis, Inglaterra, s/d

Fonte: https://fet.uwe.ac.uk/conweb/house_ages/council_housing/section3.htm. [Consult. 26 Abr. 2019]

Fig. 44 - Fotografia de um edifício de habitação a custos controlados na cidade de Bristol, Inglaterra, 1937

Fonte: https://fet.uwe.ac.uk/conweb/house_ages/council_housing/print.htm. [Consult. 19 Abr. 2019]

Fig. 45 – Planta de uma habitação do edifício QuarryHill, Inglaterra, 1967

Fonte: https://fet.uwe.ac.uk/conweb/house_ages/council_housing/print.htm. [Consult. 19 Abr. 2019]

Fig. 46 – Fotografia da maquete do plano urbano para QuarryHill, Inglaterra, 1967

Fonte: http://www.leodis.net/display.aspx?resourceid=2002102_56394595&DISPLAY=FULL. [Consult. 27 Jun. 2019]

Fig. 47 – Livro com os registos das leis que sucederam ao período da Viena Vermelha

Fonte: https://www.iberlibro.com/servlet/BookDetailsPL?bi=30176344821&cm_sp=collections--3IDORw9o1QAb0DMbKjYYRm_item_1_29_-bdp. [Consult. 12 Jul. 2019]

Fig. 48 - Gemeindebau Karl-Marx-Hof em Viena, Áustria, s/d

Fonte: <https://jacobinmag.com/2017/02/red-vienna-austria-housing-urban-planning>. [Consult. 26 Abr. 2019]

Fig. 49 - Marcha a favor do fascismo da Associação Desportiva dos Trabalhadores Social-Democratas, durante as primeiras Olimpíadas dos Trabalhadores, Viena, s/d

Fonte: <http://linkswende.org/100-jahre-rotes-wien-zurueckweichen-fuehrte-in-die-niederlage/>. [Consult. 30 Mai. 2019]

Fig. 50 – Gemeindebau Friedrich-Engels-Platz-Hof, Viena, 1930-33

Fonte: <https://www.fotocommunity.de/photo/wiener-gemeindebauten-friedrich-engels-p-alfredeht/36865824>. [Consult. 30 Abr. 2019]

Fig. 51 – Entrada do Gemeindebau Friedrich-Engels-Platz-Hof, Viena, 1930-33

Fonte: <https://www.fotocommunity.de/photo/wiener-gemeindebauten-friedrich-engels-p-alfredeht/36865814>. [Consult. 30 Abr. 2019]

Fig. 52 – Desenho urbano do Gemeindebau Karl-Marx-Hof, Viena, 1926-30

Fonte: [http://www.oris.hr/en/oris-magazine/overview-of-articles/\[101\]housing-for-the-new-man.1427.html](http://www.oris.hr/en/oris-magazine/overview-of-articles/[101]housing-for-the-new-man.1427.html). [Consult. 15 Mai. 2019]

Fig. 53 – Desenho de seis tipologias de Kleinwohnung (habitações) no edifício Karl-Marx-Hof, Viena, 1926-30.

Fonte: <https://desenho.yncf.net/1000-images-about-residential>. [Consult. 15 Mai. 2019]

Fig. 54 – Pátio interior do quarteirão do Karl-Marx-Hof, Viena, 1926-30

Fonte: <http://dasrotewien-waschsalon.at/karl-marx-hof/>. [Consult. 16 Mai. 2019]

Fig. 55 – Siedlung Weissenhof, Stuttgart, 1927. Do arquitecto Johannesus Johannes Pieter Oud

Fonte: <https://www.open-iba.de/en/geschichte/1927-weissenhofsiedlung-stuttgart/>. [Consult. 09 Jul. 2019]

Fig. 56 – Karl-Marx-Hof, Viena, 1926-30

Fonte: <http://averdade.org.br/2011/12/a-viena-vermelha-exemplo-historico-de-habitacao-social/>. [Consult. 06 Mar. 2019]

Fig. 57 – Fachada principal Karl-Marx-Hof, Viena, 1926-30

Fonte: <http://dasrotewien-waschsalon.at/karl-marx-hof/>. [Consult. 16 Mai. 2019]

Fig. 58 – Logótipo do movimento Deutsche Werkbund

Fonte: <http://www.tipografos.net/designers/werkbund.html>. [Consult. 26 Abr. 2019]

Fig. 59 - Cartaz para uma exposição Deutsche Werkbund em 1914

Fonte: <https://www.moma.org/collection/works/133920>. [Consult. 30 Mai. 2019]

Fig. 60 – Logotipo da Bauhaus

Fonte: <http://www.bendehaanphotography.com/stahlrohr-bauhaus.html>. [Consult. 26 Abr. 2019]

Fig. 61 – Edifício da Bauhaus em Dessau, 1925

Fonte: <https://aehistory.wordpress.com/1919/10/08/1919-bauhaus-school/>. [Consult. 08 Jul. 2019]

Fig. 62 – Fotografia dos arquitectos presentes no CIAM I em La Saraz, 1928

Fonte: <http://silviomessina.pw/201-pingl-233-par-philomene-b-sur-art-pinterest/>. [Consult. 28 Abr. 2019]

Fig. 63 - Capa do livro 'O apartamento para o mínimo de subsistência', publicado após o 2º CIAM em Frankfurt-am-Main, em 1929

Fonte: <https://hls-dhs-dss.ch/de/articles/011188/2010-09-07/>. [Consult. 26 Abr. 2019]

Fig. 64 – Primeira sessão da Assembleia Nacional em Weimar – Fevereiro de 1919

Fonte: <https://ww2-weapons.com/diary-february-6-1919/>. [Consult. 28 Abr. 2019]

Fig. 65 - Fotografia do Bauatelier Gropius, por Edmund Collein, 1927-28

Fonte: <http://icaspace.blogspot.com/2006/11/dassparkhotel-contemporary.html>. [Consult. 19 Mai. 2019]

Fig. 66 – Casas Dessau-Törten de Walter Gropius, Dessau, 1926-28

Fonte: <https://www.mdpi.com/2076-0752/7/4/95/htm>. [Consult. 31 Jul. 2019]

Fig. 67 – Casa experimental n.º.17 de Walter Gropius para a Weissenhof, Stuttgart, 1927

Fonte: <https://areeweb.polito.it/didattica/01CMD/catalog/025/1/html/045.htm>. [Consult. 31 Jul. 2019]

Fig. 68 – Planta da casa experimental n.º.17 de Walter Gropius para a Weissenhof, Stuttgart, 1927

Fonte: <https://areeweb.polito.it/didattica/01CMD/catalog/025/1/html/045.htm>. [Consult. 31 Jul. 2019]

Fig. 69 – Fotografia do edifício Heidestraße construído com apartamentos baseados na ‘Habitação para o Nível Mínimo de Vida’

Fonte: http://www.hugo-junkers.info/junkers-pfad-laubenganghaeuser_eng.html. [Consult. 24 Abr. 2019]

Fig. 70 - Modelo da cozinha de Frankfurt para a Habitação Mínima

Fonte: <https://histarq.wordpress.com/2013/03/02/aula-6-popularizacao-do-movimento-modernista-a-expo-weissenhof-e-o-ciam/>. [Consult. 30 Abr. 2019]

Fig. 71 – Fotografia e Planta da cozinha de Frankfurt para a Habitação Mínima

Fonte: <https://histarq.wordpress.com/2013/03/01/aula-7-a-cozinha-de-frankfurt-1926/>. [Consult. 31 Jul. 2019]

Fig. 72 – Esquema de Alexander Klein com as agregações para a Habitação Mínima

Fonte: <https://rphartearquitectura.weebly.com/week-4.html>. [Consult. 27 Jun. 2019]

Fig. 73 – Planta de uma Habitação Mínima em Dessau, s/d

Fonte: <https://leilao.catawiki.pt/kavels/11629427-ciam-die-wohnung-f-r-das-existenzminimum-1930>. [Consult. 24 Abr. 2019]

Fig. 74 – Espaços interiores de uma Habitação Mínima, s/d

Fonte: <https://histarq.wordpress.com/2013/03/02/aula-6-popularizacao-do-movimento-modernista-a-expo-weissenhof-e-o-ciam/>. [Consult. 30 Abr. 2019]

Fig. 75 – Soldado no campo de batalha durante a Segunda Guerra Mundial, local não identificado, s/d

Fonte: <https://www.history.com/news/world-war-ii-iconic-photos>. [Consult. 26 Abr. 2019]

Fig. 76 – Pilha de ossos remanescentes no campo de concentração nazista de Majdanek, em 1944

Fonte: <https://www.history.com/news/world-war-ii-iconic-photos>. [Consult. 26 Abr. 2019]

Fig. 77 – Mapa da Europa antes da 1ª Grande Guerra

Fonte: <https://www.rferl.org/a/world-war-i-map-europe-1914-2014/25427811.html>. [Consult. 10 Jul. 2019]

Fig. 78 – Mapa da Europa depois da 1ª Grande Guerra

Fonte: <https://www.rferl.org/a/world-war-i-map-europe-1914-2014/25427811.html>. [Consult. 10 Jul. 2019]

Fig. 79 – Cidade Alemã, Colónia, destruída pelos bombardeamentos da guerra em Março de 1945

Fonte: <https://www.bbc.com/news/uk-34467543>. [Consult. 02 Mai. 2019]

Fig. 80 – Cidade de Dresden em ruínas após os bombardeamentos em Fevereiro de 1945, onde 90% da cidade ficou destruída

Fonte: <https://rarehistoricalphotos.com/ruins-dresden-1945/>. [Consult. 02 Mai. 2019]

Fig. 81 - Casas temporárias para os soldados num campo de emergência, Nissenhutten, 1946

Fonte: <https://www.spiegel.de/fotostrecke/photo-gallery-a-century-long-project-fotostrecke-56372-6.html>. [Consult. 18 Jun. 2019]

Fig. 82 - Cartaz de Propaganda que mostra um soldado e sua esposa a sonhar com uma casa, s/d

Fonte: <https://www.khanacademy.org/humanities/us-history/postwarera/postwar-era/a/the-growth-of-suburbia>. [Consult. 26 Jun. 2019]

Fig. 83 – Plano Alemão que envolvia derrubar grande parte de Berlim para construir novos sistemas complexos de edifícios e estradas, 1936

Fonte: <https://www.theguardian.com/cities/2016/apr/14/story-of-cities-hitler-germania-berlin-nazis>. [Consult. 16 Jun. 2019]

Fig. 84 - Primeiro conjunto de edifícios de habitação colectiva na Alemanha, o Grindelberg de Hamburgo, construído em 1957.

Fonte: <https://historicalsocietyofgermanmilitaryhistory.com/german-history-of-world-war-ii/world-war-two-battles/destruction-of-germany-during-and-after-the-war/>. [Consult. 11 Jul. 2019]

Fig. 85 – Edifício pré-fabricado Khrushchyovka, União Soviética, 1960

Fonte: <https://www.citylab.com/equity/2017/03/the-disappearing-mass-housing-of-the-soviet-union/518868/>. [Consult. 16 Jun. 2019]

Fig. 86 – Vista aérea de um bombardeamento no pátio de carga de San Lorenzo e na fábrica de aço em Roma em 19 de Julho de 1943

Fonte: <https://www.history.com/news/rome-seven-sackings>. [Consult. 27 Abr. 2019]

Fig. 87 – Mulheres desalojadas a amamentar os seus filhos no meio dos escombros em Baia, uma aldeia perto de Nápoles, 1943

Fonte: <https://thereggioapproach.weebly.com/history-and-philosophy.html>. [Consult. 11 Jul. 2019]

Fig. 88 – Famílias desalojadas, em Itália, depois da guerra, s/d

Fonte: <https://nowtoronto.com/news/holocaust-regeneration-children-of-survivors-trauma/>. [Consult. 10 Jun. 2019]

Fig. 89 – Imagem característica do Plano INA-Casa

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/147316538@N02/27691522829>. [Consult. 12 Jul. 2019]

Fig. 90 – Trabalhador na construção de habitação do Plano INA-Casa, Itália, 1950

Fonte: <http://www.torrespaccata.org/la-nascita-di-torre-spaccata-i-parte/>. [Consult. 11 Jun. 2019]

Fig. 91 – Sinalização numa obra do plano INA-Casa, Itália, s/d

Fonte: <http://www.torrespaccata.org/la-nascita-di-torre-spaccata-i-parte/>. [Consult. 11 Jun. 2019]

Fig. 92 - Maquete do protótipo de uma Casa individual, Itália, s/d

Fonte: <http://www.cittaconquistatrice.it/ina-casa-progetto-sociale-consenso-idee-di-spazio/>. [Consult. 26 Abr. 2019]

Fig. 93 – Vista aérea do bairro Tuscolano, Roma, s/d

Fonte: <http://itopiacornell01.blogspot.com/2008/04/neorealist-city-itinerary.html>. [Consult. 29 Abr. 2019]

Fig. 94 – Bairro de Cesate, Itália, s/d

Fonte: <https://www.architetturadelmoderno.it/>. [Consult. 29 Abr. 2019]

Fig. 95 – Placas Cerâmicas Policromáticas

Fonte: https://www.1stdibs.com/furniture/dining-entertaining/ceramics/ceramic-tiles-ina-casa-italy-1949-1963/id-f_14168092/. [Consult. 10 Jul. 2019]

Fig. 96 – Interior da cozinha de uma Casa, Itália, s/d

Fonte: <http://www.lombardiabeniculturali.it/fotografie/schede/IMM-3u030-0005731/>. [Consult. 29 Jun. 2019]

Fig. 97 - Planta do projecto do Bairro de via Pessina, Itália, s/d

Fonte: <http://www.sardegnaigitallibrary.it/>. [Consult. 24 Abr. 2019]

Fig. 98 - Edifício no bairro Tuscolano, Itália, s/d

Fonte: <http://saveriomuratori.blogspot.com>. [Consult. 29 Jun. 2019]

Fig. 99 - Brasão de armas da República Democrática Alemã

Fonte: <https://www.ddr-im-unterricht.de/staat.html>. [Consult. 11 Jul. 2019]

Fig. 100 - 9ª reunião do Conselho do Povo de 1949, Berlim. Fundação da RDA

Fonte: <https://www.timetoast.com/timelines/die-ddr>. [Consult. 11 Jul. 2019]

Fig. 101 – Conjunto de edifícios em Billstedt, Alemanha, s/d

Fonte: <http://www.geschichtswerkstatt-billstedt.de/pages/geschichtspfad/wohnungsbau-ab-1950.php>. [Consult. 24 Abr. 2019]

Fig. 102 - Conjunto de edifícios em Billstedt, Alemanha, s/d

Fonte: <http://www.geschichtswerkstatt-billstedt.de/pages/geschichtspfad/wohnungsbau-ab-1950.php>. [Consult. 24 Abr. 2019]

Fig. 103 – Tipologias de habitações para o Gross-Siedlung de Bad Dürrenberg, Alemanha, 1930

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Plans-of-typological-holdings-for-the-Gross-Siedlung-of-Bad-Duerrenberg_fig4_227077488. [Consult. 10 Jul. 2019]

Fig. 104 – Vista aérea de um conjunto habitacional em Billstedt, Alemanha, s/d

Fonte: <http://www.geschichtswerkstatt-billstedt.de/pages/geschichtspfad/wohnungsbau-ab-1950.php>. [Consult. 24 Abr. 2019]

Fig. 105 - Vista aérea de um conjunto habitacional em Billstedt, Alemanha, s/d

Fonte: <http://www.geschichtswerkstatt-billstedt.de/pages/geschichtspfad/wohnungsbau-ab-1950.php>. [Consult. 24 Abr. 2019]

Fig. 106 – José Relvas na varanda da Camara Municipal de Lisboa, 1910

Fonte: <https://www.ofportugal.com/implantacao-da-republica-portuguesa/>. [Consult. 31 Jul. 2019]

Fig. 107 – Governo Provisório da República Portuguesa, 1910

Fonte: <http://becredompaiotavira.blogspot.com/2011/10/proclamacao-e-implantacao-da-republica.html>. [Consult. 26 Jun. 2019]

Fig. 108 – Teófilo Braga

Fonte: <http://www.panteonacional.gov.pt/2019/01/29/efemerides-do-panteao-94o-aniversario-do-falecimento-de-teofilo-braga/>. [Consult. 31 Jul. 2019]

Fig. 109 – Bandeira Nacional Monárquica (em cima) e Republicana (em baixo)

Fonte: <https://plataformacidaniamonarquica.wordpress.com/2013/11/15/vantagens-da-monarquia-inconvenientes-da-republica/>. [Consult. 31 Jul. 2019]

Fig. 110 – Proclamação da República Portuguesa, Palácio de São Bento, Lisboa, 1911

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Implanta%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%ABlica_Portuguesa#Os_primeiros_passos_da_Rep%C3%ABlica. [Consult. 31 Jul. 2019]

Fig. 111 – Hastear da Bandeira Portuguesa na Primeira Grande Guerra, 1914

Fonte: <https://www.publico.pt/2014/09/04/culturaipilon/noticia/os-72-navios-alemaes-que-levaram-a-entrada-de-portugal-na-grande-guerra-1668548>. [Consult. 31 Jul. 2019]

Fig. 112 – Representação da Máquina a Vapor a Portugal, Lisboa, 1856

Fonte: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-maquina-a-vapor/>. [Consult. 14 Ago. 2019]

Fig. 113 – População rural no norte do país, s/d

Fonte: <http://historiaconceptual11.blogspot.com/2011/05/portugal-uma-sociedade-capitalista.html>. [Consult. 14 Ago. 2019]

Fig. 114 – Captura de ecrã do Documentário ‘Lisboa: o Direito à Cidade’ de Eduardo Geada, representando os Edifícios luxuosos, Lisboa

Fonte: GEADA, Eduardo – *Lisboa: o Direito à Cidade*. Lisboa: RTP, 1975. Série Televisiva (A Gente que Nós Somos) (79 min). [Consult. 22 Mar. 2019]. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/lisboa-o-direito-a-cidade/>.

Fig. 115 - Captura de ecrã do Documentário 'Lisboa: o Direito à Cidade' de Eduardo Geada, representando os terrenos onde eram localizadas as construções, Lisboa

Fonte: GEADA, Eduardo – *Lisboa: o Direito à Cidade*. Lisboa: RTP, 1975. Série Televisiva (A Gente que Nós Somos) (79 min). [Consult. 22 Mar. 2019]. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/lisboa-o-direito-a-cidade/>.

Fig. 116 – Ilha do Porto no início do séc. XX

Fonte: <http://etcetajournal.pt/j/2015/05/porto-tem-quase-mil-ilhas-e-campanha-e-a-capital-do-arquipelago/>. [Consult. 14 Ago. 2019]

Fig. 117 – Ilha do Porto na Travessa de Antas, s/d

Fonte: <http://portoarc.blogspot.com/2017/09/>. [Consult. 14 Ago. 2019]

Fig. 118 – Vila Dias, Xabregas, Lisboa, s/d

Fonte: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223376980G9tRH8gg4Lc58CZ0.pdf>. [Consult. 14 Ago. 2019]

Fig. 119 – Desenhos de Casas Económicas geminadas, Porto, 1918

Fonte: GONÇALVES, Eliseu - A República e a questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933). In AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2. P. 57

Fig. 120 – Desenho perspéctico do Bairro Arco do Cego, Lisboa, 1919

Fonte: <http://goncaloantunes.weebly.com/interesses.html>. [Consult. 14 Ago. 2019]

Fig. 121 – Bairro Arco do Cego, Lisboa, 1919

Fonte: <https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1236241&page=10&langid=6>. [Consult. 14 Ago. 2019]

Fig. 122 - Bairro Arco do Cego, Lisboa, 1919

Fonte: <https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1236241&page=10&langid=6>. [Consult. 14 Ago. 2019]

Fig. 123 – Assembleia Nacional Constituinte de 1933, Lisboa

Fonte: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/190-anos-do-parlamento-brasileiro/jornal-da-camara-190-anos-do-parlamento>. [Consult. 19 Ago. 2019]

Fig. 124 – Carlota Pereira Queirós, 1ª mulher deputada entre 214 homens na Assembleia Nacional de 1933, Lisboa

Fonte: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/190-anos-do-parlamento-brasileiro/jornal-da-camara-190-anos-do-parlamento>. [Consult. 19 Ago. 2019]

Fig. 125 – Sala das Sessões da Assembleia Nacional, Lisboa, 1949

Fonte: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/EstadoNovo.aspx>. [Consult. 19 Ago. 2019]

Fig. 126 – Capa do jornal 'Diário de Lisboa', 1933

Fonte: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2010/06/constituicao-portuguesa-de-1933.html>. [Consult. 26 Jul. 2019]

Fig. 127 – Desenho de uma Casa Portuguesa do livro *A Nossa Casa* de Raúl Lino, 19181

Fonte: LINO, Raul – **A Nossa Casa**. Sintra: Colares Editora, 2018. ISBN: 9789727821570.

Fig. 128 – Mulher e Criança como representação da Família e da Nação. Casa Económica não identificada, Porto, 1930-1960

Fonte: AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2. P.84.

Fig. 129 – Fotografia aérea do bairro de Casas Económicas do Amial, Porto, 1938-57, do arquitecto Joaquim Madureira

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/cta-aerea-do-Bairro-de-Casas-Economicas-do-Amial-e-do-Bairro-de-Moradias-Populares-do_fig2_334721193. [Consult. 20 Ago. 2019]

Fig. 130 – Fotografia do bairro de Casas Económicas do Amial, Porto, 1938-57

Fonte: http://jornadas2012.lnec.pt/site_2_Cidades_e_Desenvolvimento/COMUNICACOES/T3_ANDRE%20_c054.pdf. [Consult. 20 Ago. 2019]

Fig. 131 – Segregação geográfica do bairro de Casas Económicas de Caselas, Lisboa, 1944-1948, do arquitecto Couto Martins

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Bairro-de-Casas-Economicas-de-Caselas-Lisboa-arquiteto-Couto-Martins-para-a-DGEMN-1944_fig3_334721193. [Consult. 20 Ago. 2019]

Fig. 132 – Igreja ao centro no bairro de Casas Económicas de Caselas, Lisboa, 1944-48

Fonte: <https://www.motor24.pt/sites/jornal-dos-classicos/a-extraordinaria-lisboa-do-anos-50-e-60-em-imagens/https://www.motor24.pt/sites/jornal-dos-classicos/a-extraordinaria-lisboa-do-anos-50-e-60-em-imagens/>. [Consult. 20 Ago. 2019]

Fig. 133 – Bairro de Casas Económicas Duarte Pacheco, Braga, 1935-39, do arquitecto Joaquim Madureira

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Bairro-de-Casas-Economicas-Duarte-Pacheco-Braga-arquiteto-Joaquim-Madureira-para-a_fig4_334721193. [Consult. 20 Ago. 2019]

Fig. 134 – Planta do bairro de Casas Económicas do Bom João, Faro, 1941

Fonte: CARVALHO, Ricardo – **A Cidade Social – Impasse. Desenvolvimento. Fragmento**. Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2016. ISBN 978-989-671-299-0. P.182.

Fig. 135 – Vista aérea do bairro de Casas Económicas do Bom João, Faro, 1953

Fonte: <http://adefesadefaro.blogspot.com/2008/11/bairro-do-bom-joao-vistas-do-miradouro.html>. [Consult. 20 Ago. 2019]

Fig. 136 – Interior de uma Casa Económica num bairro não identificado, Porto, 1930-50

Fonte: AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2. P.89.

Fig. 137 – Mensário das Casas do Povo, 1953

Fonte: JARAMILLO, Jéssica – **Casas do Povo, Casas dos Pescadores**. Porto: Universidade do Porto, 2012. Dissertação de Mestrado.

Fig. 138 – Bairro de lata das Minhocas, Lisboa, 1938

Fonte: <http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.com/2012/09/o-bairro-das-minhocas-ou-belgica.html>. [Consult. 21 Ago. 2019]

Fig. 139 – Habitantes de um bairro de lata não identificado, Lisboa, s/d

Fonte: <https://www.vortexmag.net/lisboa-em-1968-quando-milhares-de-lisboetas-viviam-em-bairros-de-lata/>. [Consult. 21 Ago. 2019]

Fig. 140 – Vista aérea do bairro de Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada, Lisboa, 1940

Fonte: <http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.com/2012/09/bairro-da-quinta-da-calcada-1938-1992.html>. [Consult. 21 Ago. 2019]

Fig. 141 - Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada, Lisboa, 1937

Fonte: <http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.com/2012/09/bairro-da-quinta-da-calcada-1938-1992.html>. [Consult. 21 Ago. 2019]

Fig. 142 – Interior de uma Casa Desmontável da Boavista, Lisboa, 1939

Fonte: <http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.com/2012/09/bairro-da-quinta-da-calcada-1938-1992.html>. [Consult. 21 Ago. 2019]

Fig. 143 – Construção das Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada, Lisboa, 1938

Fonte: <http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.com/2012/09/bairro-da-quinta-da-calcada-1938-1992.html>. [Consult. 21 Ago. 2019]

Fig. 144 – Casas unifamiliares para Famílias Pobres, Serpa, Beja, s/d

Fonte: AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2. P.140.

Fig. 145 – Casas plurifamiliares para Famílias Pobres, Aveiro, s/d

Fonte: AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2. P.139.

Fig. 146 – Segregação do bairro das Casas para Famílias Pobres, Guimarães, 1960

Fonte: AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2. P.140.

Fig. 147 – Planta geral do bairro de Casas de Renda Económica de Alvalade, Lisboa, 1945

Fonte: <https://docplayer.com.br/86130994-Universidade-de-evora.html>. [Consult. 21 Ago. 2019]

Fig. 148 – Vista aérea do bairro de Casas de Renda Económica de Alvalade, Lisboa, 1945

Fonte: <https://paixaoporlisboa.blogs.sapo.pt/bairro-de-alvalade-71736>. [Consult. 21 Ago. 2019]

Fig. 149 – Casas de Renda Económica de Alvalade, Lisboa, 1945

Fonte: AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2. P.207.

Fig. 150 – Estudos de Planta para Casas de Renda Económica de Alvalade, Lisboa, 1945

Fonte: AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2. P.150.

Fig. 151 – Relatório da actividade da Fundação Salazar, 1971

Fonte: AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2. P.150.

Fig. 152 – Bairros da Fundação Salazar, Campo Maior e Estremoz, s/d

Fonte: AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2. P.151.

Fig. 153 – Planta do Bairro da Fundação Salazar, Tomar, s/d

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Planta-do-Bairro-Salazar-em-Tomar-SIPA-IHRU_fig7_330666689. [Consult. 27 Ago. 2019]

Fig. 154 – Arquitecto Nuno Teotónio Pereira (1922-2016)

Fonte: <http://objectourbanoemespacorural.blogspot.com/2016/02/projectar-com-nuno-teotonio-pereira.html>. [Consult. 27 Ago. 2019]

Fig. 155 – Cerimónia de Posse do Presidente do Fundo de Fomento de Habitação, Lisboa, 1969

Fonte: <https://icmworks.blogs.sapo.pt/35419.html>. [Consult. 27 Ago. 2019]

Fig. 156 – Plano Integrado de Aveiro – Santiago, no FFH, 1979

Fonte: AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2. P.32.

Fig. 157 – Alçado do Lote do Plano Integrado de Aveiro – Santiago, no FFH, 1982

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Plano-Integrado-de-Setubal-Plano-Geral-c-1986-varias-equipas-para-o-FFH-o-IGAPHE_fig4_331839350. [Consult. 27 Ago. 2019]

Fig. 158 – Plano Integrado de Setúbal, no FFH, 1986

Fonte: AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2. P.255.

Fig. 159 – Plano Integrado de Setúbal, no FFH, 1986

Fonte: <http://revistapoderlocal.pt/index.php/a-revista/edicoes/artigo?id=92&i=PT.PODERLOCAL.64.3>. [Consult. 27 Ago. 2019]

Fig. 160 – Edifício do FFH, Parque do Casal do Zambujal, 1975-1977

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/PIZ-Parque-do-Casal-do-Zambujal-2018-edificios-projetados-por-equipa-dos-arquitetos_fig2_331839350. [Consult. 27 Ago. 2019]

Fig. 161 – Estudo de tipologias do arquitecto Nuno Teotónio Pereira, s/ local, 1955

Fonte: CORREIA, Célia Maria Senra - **Habitações económicas - Federação das Caixas de Previdência: Bairro de Santa Marta – Barcelos**. Vila Nova de Famalicão: Universidade Lusiana, 2012. Dissertação de Mestrado.

Fig. 162 – Tipologias de habitações para edifícios do FFH, arquitecto Joaquim Cadima, 1971

Fonte: AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2. P.246.

Fig. 163 – Anúncio da venda das habitações do FFH, 1982

Fonte: AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2. P.275.

Fig. 164 – Soldados na Guerra Colonial Portuguesa, local não identificado, s/d

Fonte: <https://www.dw.com/pt-002/guerra-colonial-acelerou-fim-da-ditadura-portuguesa-diz-historiadora/a-17592419>. [Consult. 26 Jul. 2019]

Fig. 165 – Tropas e Carros Blindados na Rua Augusta, Lisboa, 25 Abril 1974

Fonte: <https://historiaschistoria.blogspot.com/2015/04/a-revolucao-dos-cravos.html>. [Consult. 28 Ago. 2019]

Fig. 166 – Tropas na Praça do Comércio, Lisboa, 25 Abril 1974. Fotografia de Alfredo Cunha

Fonte: <https://historiaschistoria.blogspot.com/2015/04/a-revolucao-dos-cravos.html>. [Consult. 28 Ago. 2019]

Fig. 167 – Militares e população nas ruas, local não identificado, 25 Abril 1974

Fonte: <https://kids.pplware.sapo.pt/kids/sabes-o-que-foi-o-25-de-abril-de-1974/>. [Consult. 28 Ago. 2019]

Fig. 168 – Largo do Cramo, Lisboa, 25 Abril 1974

Fonte: <https://ncultura.pt/10-curiosidades-sobre-o-25-de-abril-de-1974-que-tem-de-conhecer/>. [Consult. 28 Ago. 2019]

Fig. 169 – Largo do Carmo, Lisboa, 25 Abril 1974

Fonte: <https://comjeitoarte.blogspot.com/2014/04/25-de-abril-40-anos-depois-liberdade.html>. [Consult. 28 Ago. 2019]

Fig. 170 – Salgueiro Maia a falar com os civis no Largo do Carmo, Lisboa, 25 Abril 1974

Fonte: <https://historiaschistoria.blogspot.com/2015/04/a-revolucao-dos-cravos.html>. [Consult. 28 Ago. 2019]

Fig. 171 – Cravos vermelhos nas espingardas dos militares, local não identificado, 25 Abril 1974

Fonte: <https://deskgram.net/explore/tags/portugalsemprenocora%C3%A7%C3%A3o>. [Consult. 26 Jul. 2019]

Fig. 172 – Cívil a comemorar a Liberdade, local não identificado, s/d

Fonte: <https://kids.pplware.sapo.pt/kids/sabes-o-que-foi-o-25-de-abril-de-1974/>. [Consult. 29 Ago. 2019]

Fig. 173 – Manifestação na Revolução dos Cravos, local não identificado, 25 Abril 1974

Fonte: <http://hsacaduracabral.blogspot.com/2013/01/a-devida-homenagem.html>. [Consult. 29 Ago. 2019]

Fig. 174 – Arquitecto Nuno Portas

Fonte: <http://videos.sapo.pt/WWoWb4ZEYJugd7Y77HAj>. [Consult. 29 Ago. 2019]

Fig. 175 – Cartaz do documentário “As Operações SAAL”, de João Dias, 2007

Fonte: <http://avezdopeao.blogspot.com/2007/11/paz-po-habitao-utopias-de-outrora.html>. [Consult. 29 Ago. 2019]

Fig. 176 – 1ª Manifestação de moradores, Porto, 1974

Fonte: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=0&album=FotosAAlvesCosta>. [Consult. 29 Ago. 2019]

Fig. 177 – Manifestação de moradores, Porto, s/d

Fonte: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=24&album=FotosAAlvesCosta>. [Consult. 29 Ago. 2019]

Fig. 178 – Cartazes reivindicativos do SAAL

Fonte: <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=1363&verGaleria=1>. [Consult. 29 Ago. 2019]

Fig. 179 – Cartaz do Encontro SAAL Norte, Porto, 1974

Fonte: <http://arquivoatom.up.pt/index.php/cartaz-saal>. [Consult. 29 Ago. 2019]

Fig. 180 – Anúncio de trabalho num bairro SAAL, Porto, s/d

Fonte: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=0&album=FotosAAlvesCosta>. [Consult. 29 Ago. 2019]

Fig. 181 – Bairro Quinta das FONSECAS, SAAL, Lisboa, 1974-1983. Do arquitecto Raul Hestnes Ferreira

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/clementguillaume/30837961907/in/photostream/>. [Consult. 29 Ago. 2019]

Fig. 182 - Bairro Quinta das FONSECAS, SAAL, Lisboa, 1974-1983. Do arquitecto Raul Hestnes Ferreira

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/clementguillaume/30837961907/in/photostream/>. [Consult. 29 Ago. 2019]

Fig. 183 - Bairro S. Victor, SAAL, Porto, 1974-1977. Do arquitecto Siza Vieira

Fonte: <https://www.architecture.com/awards-and-competitions-landing-page/awards/riba-presidents-awards-for-research/2017/housing-as-housing>. [Consult. 29 Ago. 2019]

Fig. 184 – Bairro S. Victor, SAAL, Porto, 1974-1977. Do arquitecto Siza Vieira

Fonte: <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=1353&verGaleria=1>. [Consult. 29 Ago. 2019]

Fig. 185 – Planta geral do Bairro da Bouça, SAAL, Porto, 1976-2006. Do arquitecto Siza Vieira

Fonte: <https://portugueseearchitectures.wordpress.com/2014/06/09/bairro-da-bouca-alvaro-siza-vieira-porto/>. [Consult. 29 Ago. 2019]

Fig. 186 – Desenhos do Bairro da Bouça, SAAL, Porto, 1976-2006. Do arquitecto Siza Vieira

Fonte: <https://portugueseearchitectures.wordpress.com/2014/06/09/bairro-da-bouca-alvaro-siza-vieira-portopt/>. [Consult. 29 Ago. 2019]

Fig. 187 – Esboço do Bairro da Bouça, SAAL, Porto, 1976-2006. Do arquitecto Siza Vieira

Fonte: https://proyectos4etsa.wordpress.com/category/04_regeneracion-urbana/. [Consult. 29 Ago. 2019]

Fig. 188 – Bairro da Bouça, SAAL, Porto, 1976-2006. Do arquitecto Siza Vieira

Fonte: <https://olhares.sapo.pt/bairro-da-bouca-architect-alvaro-siza-vieira-foto7989575.html>. [Consult. 29 Ago. 2019]

Fig. 189 – Planta geral do Bairro da Quinta da Malagueira, Évora, 1976-1996. Do arquitecto Siza Vieira

Fonte: CARVALHO, Ricardo – **A Cidade Social – Impasse. Desenvolvimento. Fragmento**. Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2016. ISBN 978-989-671-299-0.

Fig. 190 - Bairro da Quinta da Malagueira, Évora, 1976-1996. Do arquitecto Siza Vieira

Fonte: CARVALHO, Ricardo – **A Cidade Social – Impasse. Desenvolvimento. Fragmento**. Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2016. ISBN 978-989-671-299-0.

Fig. 191 – Desenho de uma criança. Autor desconhecido, s/d

Fonte: <https://it.dreamstime.com/fotografie-stock-libere-da-diritti-casa-del-pastello-image12746038>. [Consult. 03 Set. 2019]

Fig. 192 – Casa prefabricada da CARMEL para a CAR, 1976.

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Programa-CAR-Casa-prefabricada-modelo-MD2-forma-hexagonal-modulo-duplo-1976-CARMEL_fig7_331839350. [Consult. 03 Set. 2019]

Fig. 193 – Bairro CAR, Camarate, 1981

Fonte: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=31042. [Consult. 03 Set. 2019]

Fig. 194 – Bairro CAR, Almada, s/d

Fonte: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=31042. [Consult. 03 Set. 2019]

Fig. 195 – Edifício construído pelo PIMP, Lisboa, 1981-96. Dos arquitectos Silva Gomes, Raul Cerejeiro, Sousa Afonso e Silva Carvalho

Fonte: AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2. P.275.

Fig. 196 – Edifício único em tecido consolidado, PER, Lisboa, 1997-2000

Fonte: AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2. P.275.

Fig. 197 – Pequeno conjunto em tecido consolidado, PER, Évora, 2004

Fonte: AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2. P.275.

Fig. 198 – Pequeno conjunto isolado, PER, Lisboa, 1995-96. Do arquitecto Duarte Nunes Simões

Fonte: AGAREZ, Ricardo Costa – **Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018**. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018. ISBN: 978-972-27-2711-2. P.275.

Cronologia das iniciativas e políticas de promoção de habitação na Europa

Fonte: Aatoria da autora, 2019.

Mapa do número de iniciativas e políticas de promoção de habitação na Europa

Fonte: Aatoria da autora, 2019.

Cronologia das iniciativas e políticas de promoção de habitação em Portugal

Fonte: Aatoria da autora, 2019.

Ilustração 1 – Bairro Operário, Revolução Industrial

Ilustração 2 – Habitação de Cooperativa, Cooperativa de Rochdale

Ilustração 3 – Habitation à Bon Marché, Lei Siegfried

Ilustração 4 – Habitação a Custos Controlados, Primeira Grande Guerra

Ilustração 5 – Habitação de Baixo Custo, Viena Vermelha

Ilustração 6 – Habitação Mínima, CIAM II

Ilustração 7 – Habitação Pública, Segunda Guerra Mundial

Ilustração 8 – Casa, INA-Casa

Ilustração 9 – Habitação Social, Lei de Habitação I

Ilustração 10 – Casas Económicas, Implantação da República

Ilustração 11 – Casas Económicas, Estado Novo

Ilustração 12 – Outras Políticas Públicas de Habitação, Estado Novo

Ilustração 13 – Fundação Salazar, Estado Novo

Ilustração 14 - Fundo de Fomento da Habitação, Estado Novo

Ilustração 15 – Serviço Ambulatório de Apoio Local, Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974

Ilustração 16-17 – Outras Políticas Públicas e Programas de Habitação, Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974

Fonte das Ilustrações: Aatoria da autora, 2019.

Diagrama das Práticas Aclassistas

Fonte: Aatoria da autora, 2019, adaptado da Urban Re-Identification Grid, CIAM IX, 1953 Alison e Peter Smithson.